FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

ANO 103 ★ Nº 34.331 — SÁBADO, 1º DE ABRIL DE 2023 — R$ 6,00

Aliados de Lula e de Bolsonaro articulam mega-anistia a partidos

PEC assinada por 184 deputados livra de qualquer punição irregularidades eleitorais cometidas até aprovação do texto

A Câmara recebeu no último dia 22 uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece a maior anistia da história a irregularidades eleitorais cometidas por partidos, que só em 2022 receberam R$ 6 bilhões dos cofres públicos. Do PT ao bolsonarista PL, 184 deputados de 13 partidos e federações subscrevem o texto.

O documento proíbe qualquer punição a ilegalidades ocorridas até a promulgação da PEC. Não sofreria sanções, por exemplo, o recorrente desrespeito ao repasse mínimo de verbas a mulheres e negros nas eleições. Também seria permitida a volta do financiamento empresarial para quitação de dívidas anteriores a 2015.

Para ser aprovada, uma PEC precisa de aval de 60% dos parlamentares (308 de 513 na Câmara e 49 de 81 no Senado), em dois turnos em cada Casa. Caso isso ocorra, ela é promulgada e passa a valer, sem possibilidade de veto do Poder Executivo.

Procurados, os líderes das siglas a favor da proposta não responderam. Política A4

Governo estuda limitar bônus em investimentos da regra fiscal

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, a trava evitaria que um que um ingresso maciço de receitas gere bônus exagerado de investimentos públicos. A17

Ex-presidente quer percorrer NE e fazer motociatas

De volta ao país, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem dito a aliados que pretende defender seu legado em viagens ao Nordeste, reduto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e retomar os passeios de moto com seguidores. O primeiro poderia acontecer já neste domingo. Política A8

Novo carro popular só a etanol custará de R$ 50 mil a R$ 60 mil

Mercado A18

Ex-presidente da Caixa vira réu em caso de assédio sexual

Justiça acatou denúncia do fim de 2022 contra Pedro Guimarães, que dirigiu banco no governo Bolsonaro e foi demitido após relatos de funcionários —que ele nega. A15

Limite de 25% para PPPs de saneamento deve cair

Fim da trava em parcerias público-privadas, em vigor desde 2021, está na minuta do decreto que muda regulamentação do setor. A21

Cliente no corredor da Feira da Madrugada, onde só 40% dos boxes funcionam Danilo Verpa/Folhapress

Concedida, Feira da Madrugada de SP esvazia e enfrenta crise

Cotidiano B3

Trump pode ser julgado durante a eleição de 2024

Mundo A13

dia internacional da visibilidade trans

Karime Xavier/Folhapress

HOMENS TRANS CITAM EXCLUSÃO E DIFICULDADES DE ACESSO À SAÚDE

O fotógrafo Pedro Jorge Afrop, 25, fez a transição de gênero há cinco anos e interrompeu tratamento com hormônios no fim de 2022; ele está na fila do SUS para mastectomia. B5

Autor de ataque a escola está assustado, diz advogada

O adolescente que matou uma professora a facadas em sala de aula em São Paulo está assustado e não tem dimensão de seu ato, afirma a advogada Rafaela Dantas, que representa o garoto na Vara da Infância e os pais dele. "Ele não queria estar na Fundação Casa", diz à **Folha**. Ela defende investigação sobre eventuais aliciadores que poderiam tê-lo incentivado ao crime. Cotidiano B1

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Marília Marz

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Dúvidas fiscais

Mérito de Haddad, proposta dá racionalidade ao debate, mas ainda deixa margem a ceticismo

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfim divulgou as linhas gerais de sua proposta de regra fiscal para substituir o hoje desfigurado teto constitucional de gastos. A providência, louvável, ainda dá margem a dúvidas consideráveis.

De melhor, o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, foi bem-sucedido em obter de Lula compromisso formal com uma legislação destinada a conter a escalada da dívida pública, ainda a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

Dissipam-se, ao menos por ora, discursos vazios contra a austeridade orçamentária e especulações em torno de teses econômicas exóticas. O debate já pode se dar a partir de bases mais racionais.

A esse respeito, o foco da gestão petista se assenta sobretudo no aumento das receitas para restaurar superávits. Com hipóteses otimistas e risco de que a execução se mostre insuficiente, a proposta foi recebida com reservas por grande parte dos especialistas.

A regra da Fazenda se alicerça em duas restrições. A primeira delas busca limitar o crescimento da despesa a um ritmo menor (70%, como regra geral) que o da receita efetiva. A isso se soma um intervalo —de 0,6%, no mínimo, a 2,5%, no máximo— para a variação dos gastos anuais acima da inflação.

Vale dizer: mesmo que a receita não cresça, haverá o aumento da despesa pelo menor percentual.

Argumenta-se que assim será atenuada uma tendência pró-cíclica do Orçamento, ou seja, de cortes dolorosos nos momentos recessivos. Certo é que o gasto seguirá crescendo todos os anos.

A segunda restrição é uma meta de superávit primário (receitas menos despesas, fora juros), que será crescente entre 2023 e 2026: de um déficit de 0,5% do PIB neste ano até um saldo positivo de 1% ao final do período. Haverá ainda uma banda de 0,25 ponto percentual em torno dessas cifras.

Haverá um ajuste no gasto se o saldo ficar abaixo da meta. Nessa hipótese, a alta do desembolso não poderá superar 50% do crescimento da arrecadação.

O mérito da proposta, repita-se, é fixar referências para o debate, felizmente numa trajetória de restauração da poupança pública. Este é o fato político mais importante.

É inegável, porém, que o cumprimento das metas depende de muito mais arrecadação, o que Haddad promete buscar com medidas incertas —e que renderiam improváveis R$ 100 bilhões a R$ 150 bilhões.

O caminho para o sucesso, doravante, é não abandonar os esforços de reforma e modernização do Estado e cortes de despesas obsoletas. Apenas metas otimistas não sustentarão a confiança. Será preciso trabalhar arduamente.

Xadrez central

Novo bloco partidário rearranja forças na Câmara, mas motivação programática ainda é obscura

É peculiar da política brasileira a distinção entre o centro, campo de posições moderadas encontradiço em todas as democracias, e o centrão, que aqui tradicionalmente designa parlamentares e partidos dispostos a ajudar governos à direita ou à esquerda em troca de cargos e verbas públicas.

No Brasil, o centro se esvaziou eleitoralmente nos últimos anos de polarização entre bolsonaristas e petistas. Já o centrão tomou o controle do Congresso —particularmente com a consolidação de Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara dos Deputados— e hoje não faz parte da base de sustentação ao Palácio do Planalto.

Entretanto as divisas entre centro e centrão nem sempre são claras, como demonstra um novo movimento no quadro partidário nacional capaz de afetar as relações entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Legislativo.

Cinco legendas —PSD, MDB, Republicanos, Podemos e PSC— decidiram atuar em bloco na Câmara, tornando-se a maior força da Casa com 142 dos 513 deputados. O caso mais surpreendente no grupo é o do Republicanos, que deixou o centrão para associar-se a duas siglas centristas, PSD e MDB, abrigadas no governo Lula.

De mais imediato, o novo bloco se torna um contraponto ao poder de Lira, que, eleito com um recorde de 464 votos dos colegas, hoje se acha no direito de desafiar até as normas constitucionais da tramitação de medidas provisórias para exercer sua influência.

Em tese ao menos, a articulação pode favorecer uma atuação do Republicanos, que tem 42 deputados e apoiou Jair Bolsonaro (PL) na eleição presidencial, mais moderada ou menos hostil a Lula.

O nome de maior visibilidade do partido hoje é o do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas —que chegou ao posto com votos bolsonaristas, mas até aqui tem evitado radicalismos ideológicos em sua administração. Seu secretário de Governo é o ex-prefeito da capital Gilberto Kassab (PSD), de notória flexibilidade política.

É cedo, claro, para prever os efeitos do novo quadro partidário da Câmara. O próprio Lira faz seu movimento ao buscar um entendimento entre o seu PP, ligado no centrão ao PL de Bolsonaro, e a União Brasil, o mais problemático dos partidos no ministério de Lula.

A melhor hipótese, dependente de boa dose de otimismo, é que fiquem mais claras as orientações programáticas, para além dos interesses fisiológicos imediatos, no xadrez de siglas da política brasileira.

O plano e a realidade

Hélio Schwartsman

No papel, é boa a proposta do ministro Fernando Haddad para um novo arcabouço fiscal. Ela põe uma trava a gastos desenfreados que governos ficam tentados a fazer em tempos de vacas gordas e assegura um mínimo de investimentos em caso de penúria. Seria uma forma arrojada de juntar a responsabilidade nas finanças públicas com as preocupações sociais. Se seus pressupostos se materializarem, o plano poderá zerar o déficit primário já no ano que vem. O problema, como sempre, é o "se".

Para funcionar, isto é, para não sofrer sabotagens variadas, incluindo aquelas oriundas do PT, a proposta exigiria fortes aumentos na arrecadação. E, se isso já não é muito fácil em condições normais, fica ainda mais difícil de fazer sem recorrer à criação de impostos ou aumento de alíquotas dos já existentes, como prometeu Haddad. A solução, como o próprio ministro já antecipou, seria fazer com que aqueles que hoje não pagam tributos ou pagam pouco passem a dar a sua justa contribuição.

É aí que a porca torce o rabo. O plano só terá sucesso se derrotar os muitos lobbies que mantêm e dilatam as benesses tributárias distribuídas a grupos influentes. E eu não creio que a administração Lula tenha a convicção e a força política necessárias para fazê-lo. Pelo contrário, é um governo com sérias debilidades no Congresso e que, por isso, está nas mãos do chamado centrão, cujos parlamentares são os campeões das isenções, renúncias e privilégios. Basta ver que a bancada da Bíblia se articula para ampliar as imunidades tributárias concedidas a templos, e há sinais de que o PT poderá apoiar a empreitada.

Minha impressão, pensando no "big picture", é que Lula cumpriu sua missão histórica já em outubro, ao impedir Bolsonaro de conquistar o segundo mandato, o que teria sido desastroso para o país. Não devemos esperar muito mais. O combate sério ao patrimonialismo, receio, ficará para outra gestão.

helio@uol.com.br

Reféns da colisão

Dora Kramer

De volta à cena, senão dos crimes ainda a serem juridicamente configurados, mas ao cenário da política nacional onde não há sinal de pacificação à vista, Jair Bolsonaro chegou para confrontar. E o PT, na voz da presidente do partido, já mostrou que topa a briga. "Tá voltando, genocida?", provocou Gleisi Hoffmann na véspera do desembarque do antagonista.

Armado o ringue, o Brasil segue prisioneiro das narrativas conflagradas. Duas forças opostas que se retroalimentam numa dinâmica de sinais trocados, que sequestra o debate e faz dos brasileiros reféns da colisão permanente. A conferir se o presidente Luiz Inácio da Silva entrará no embate ou se deixará a tarefa para porta-vozes. Na essência, dá no mesmo, na escalação mútua do malvado predileto.

Os combatentes divergem no conteúdo, mas na forma se parecem. Cultuam a mitologia do herói, são intolerantes ao contraditório, têm talento para criar distrações, alimentam fantasias persecutórias, nutrem rancores, exibem-se onipotentes, não permitem que lhes façam sombra, profetizam como quem descobriu a pólvora e enxergam no adversário um inimigo a ser aniquilado.

Há outras semelhanças. Fiquemos nas mais evidentes a fim de não atrair a ira dos arautos da tese da falsa equivalência. As descritas acima bastam para desenhar o traço de união que demonstra o atrativo que as exorbitâncias exercem sobre a conduta do eleitor.

Atraentes o bastante para superar o senso de moderação visto nas pesquisas. Vejam a coincidência. Em 2021, a consultoria Quaest apontava que 57% preferiam candidatura alternativa a Lula ou Bolsonaro. Em 2023, o Ipec apontou também 57% desejando o mesmo para a próxima eleição presidencial.

O apreço ao centro não se viu nas urnas em 2022. Tampouco se vê agora, embora a maré possa virar se os extremos seguirem mais ocupados em criar caso, apostando no medo e na rejeição.

As mandíbulas de Bolsonaro

Alvaro Costa e Silva

Como é uma cara de ladrão? Provavelmente após ter folheado as obras do higienista italiano Cesare Lombroso (1835-1909) —que relacionava o tamanho da mandíbula à psicopatologia criminal—, o senador Ciro Nogueira afirmou numa entrevista que Bolsonaro não tem tal cara. Só faltou dizer que ele tem um queixo bonitinho.

Os fatos e as joias estão aí, com escandalosas revelações todos os dias. Um terceiro pacote da Arábia Saudita, avaliado em R$ 500 mil, foi entregue em mãos a Bolsonaro, em 2019, e incorporado ao acervo pessoal do ex-presidente. Nele há um relógio Rolex de ouro branco, cravejado de diamantes (R$ 364 mil na internet), e uma caneta prateada com pedras preciosas incrustadas da marca Chopard. Que fim levaram as canetas Bic?

Outros regalos do terceiro conjunto que teria sido trazido na bagagem do próprio Bolsonaro: um par de abotoaduras de ouro branco ornados com um brilhante no centro e rodeados por diamantes; um anel de ouro branco com diamantes; uma masbaha (espécie de rosário árabe) também de ouro branco com brilhantes.

No total, os mimos da ditadura saudita estão avaliados em cerca de R$ 18 milhões. Segundo reportagem de Adriana Fernandes e André Borges, Bolsonaro usou uma fazenda do ex-campeão de Fórmula 1 Nelson Piquet para guardar os presentes, inclusive as joias, que recebeu enquanto ocupava o cargo. Piquet tem se mostrado bastante útil ao esquema do capitão. Já foi motorista e agora virou zelador da caverna de Ali Babá.

Como é o rosto de um corrupto? A pergunta está na mira da Polícia Federal, que investiga a relação entre o ex-presidente (recebido por menos de cem gatos pingados na sua volta ao Brasil) e o regime da Arábia Saudita. Por que ao longo de quatro anos houve 150 viagens de membros do governo ao país? Qual a motivação da entrega de presentes de valor tão elevado? A bela queixada de Bolsonaro?

A crise do clima é agora

Txai Suruí

Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia

A crise climática acontece neste momento. Não falamos somente do futuro, mas principalmente do agora. Os fenômenos climáticos extremos já são sentidos em toda parte do mundo. Os principais impactados por esses fenômenos são as populações minorizadas, ainda que sejam as que menos contribuem para o aquecimento do planeta. É o reflexo do racismo ambiental.

Exemplo disso é a situação dos povos tupari, kabixi, oro win e karitiana, do estado de Rondônia, os quais, com as grandes chuvas do verão amazônico, presenciam uma quantidade de água não vista antes. Os rios transbordam, as aldeias ficam alagadas e as famílias, desabrigadas, sem comida e sem água para beber, perdem seus roçados. Os povos originários são reconhecidos como os melhores protetores da floresta, essenciais para superar a emergência climática que vivemos e garantir um lugar habitável e possível para todos.

O povo tupari, da Terra Indígena Rio Branco, que teve suas casas destruídas e os poços artesianos contaminados, deixando-os sem água potável, aponta como causa desses transbordamentos as oito pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), pertencentes ao ex-governador Ivo Cassol, construídas na bacia do rio Branco sem o devido licenciamento ambiental (já denunciado nesta coluna em 4/3).

Segundo Walderir Tupari, liderança indígena e coordenador da Associação do Povo Tupari, as represass ficaram lotadas por causa das chuvas; abriram-se então as comportas e foi inundado o território que já vinha sentindo o impacto das centrais hidrelétricas na fauna e na flora, com a falta de peixes após a mudança no curso do rio. Na mesma região, vive o povo indígena isolado da Terra Indígena Massaco, que também vem sendo atingidos pelas usinas do grupo Cassol Energia.

O mundo começa a reconhecer a luta dos povos indígenas, seus conhecimentos e práticas ancestrais e sua importância na mitigação dos gases de efeito estufa, mas não os coloca no centro da debate; continua a discutir sobre economia e criação de tecnologias para solucionar a crise do clima, mas não discute a transformação do sistema. Não coloca em prática as mudanças radicais necessárias e ainda não está disposto a apoiar e financiar quem luta na linha de frente.

O que me faz refletir sobre quando vai se dar conta do real momento que vivemos. Quando todos os rios estiverem mortos devido às hidrelétricas e ao garimpo ilegal? Quando o calor for insuportável e não tivermos mais árvores para nos proteger e refrescar, pois foram todas cortadas ou queimadas? Quando entenderão que as soluções devem passar pelos povos indígenas? O único futuro possível é ancestral.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A privatização da Eletrobras deve ser revista?

Não Retrocesso e prejuízo

Recuo transformaria companhia em nova presa para o oportunismo político

Joisa Dutra
Professora e diretora do FGV Ceri (Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getulio Vargas), foi diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entre 2005 e 2009

Em 2017 estive nestas mesmas páginas defendendo a privatização da Eletrobras. À época, o então ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) apontava que o alto endividamento limitava a capacidade de investir da empresa. As consequências da medida provisória 579/2012 e o direcionamento excessivamente político erodiam seu valor. Concordava com sua visão e hoje, depois da privatização, renovo minha confiança na decisão e rejeito clamores por sua revisão.

O caminho não foi fácil. O processo, demorado, passou por intenso escrutínio da sociedade e dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU). Ao fim, a arrecadação foi de R$ 67,6 bilhões —(muito) mais do que a previsão inicial, de R$ 20 bilhões. A capitalização reverteu a destruição de valor.

Mesmo vendida, o Estado permaneceu com direitos especiais, como ações de classe "golden share" e cláusulas de tipo "poison pills", adotadas para mitigar riscos de concentração de mercado. Princípios de boa governança estão garantidos por cláusulas para proteger direitos de acionistas minoritários e resguardar a continuidade do modelo adotado e da democratização de seu capital social. Virava-se a página da subótima administração, com proteção de direitos de todos os stakeholders [partes interessadas].

A lei aprovada para permitir a desestatização foi criticada por estabelecer compromissos de aplicação de recursos. Alguns meritórios, como revitalização de bacias hidrográficas, redução de custos de geração de energia na Amazônia Legal —onde a produção de eletricidade ainda usa muito os combustíveis fósseis— e investimentos em hidrovias. Há outros questionáveis, como as redes de gás natural a serem implantadas em regiões onde o mercado não justifica o investimento. Mas não dá para confundir destinação da renda —uma decisão do Congresso— com ganhos de eficiência da operação sob controle privado.

Outra crítica é que os ativos da Eletrobras são estratégicos para o país e deveriam permanecer sob controle estatal. Mas isso ocorreu. No modelo escolhido, uma reestruturação societária manteve a Eletronuclear e a Itaipu Binacional sob o controle direto ou indireto da União, por meio da recém-criada ENBPar.

Mesmo privatizadas, companhias ainda podem gerar valor para a sociedade. A Engie, ex-Gerasul, subsidiária da Eletrobras privatizada em 1998, investiu e se expandiu. Hoje, gera mais de 8.000 MW. Em 20 anos, aumentou de 5% para 70% do valor de mercado da Eletrobras. Em vez da atuação direta nos negócios, o Estado exerce a regulação setorial, ambiental, do mercado de capital etc. e colhe os benefícios do seu crescimento.

Seria um enorme retrocesso rever a desestatização da companhia, com grande prejuízo à segurança jurídica. Drenaria recursos para transformar a empresa em nova presa para o oportunismo político.

Capitalizada e bem gerida, ela tem mais agilidade para contratar recursos para crescer (inclusive humanos), reestruturar dívidas e reduzir seu custo de capital. Combinada com boa regulação e governança, a gestão privada apresenta melhor desempenho. Hora de reforçar —e não atacar— o modelo de agências reguladoras independentes.

Permaneço fiel ao que falei há cinco anos. O controle privado da Eletrobras continua sendo a melhor forma de conferir agilidade para a companhia produzir riquezas de modo sustentável, aqui e em outros mercados, com enormes ganhos para a sociedade. A privatização não deve ser revista. Em termos de participação estatal, neste caso, menos é mais.

> [...]
> Capitalizada e bem gerida, a Eletrobras tem mais agilidade para contratar recursos para crescer (inclusive humanos), reestruturar dívidas e reduzir seu custo de capital. Combinada com boa regulação e governança, a gestão privada apresenta melhor desempenho

Sim Empresa precisa ser reconstruída

Capacidade técnica foi reduzida a índices jamais vistos entre gigantes do setor

Roberto Pereira D'Araújo
Diretor do Instituto Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético)

O Brasil aborda esse tema como se fosse a venda de uma estatal qualquer, esquecendo-se da impressionante singularidade do sistema elétrico nacional. Transferir o controle da Eletrobras para o capital privado envolve geografia, rios, lagos, água, sol, meio ambiente e clima. Não se trata apenas de um prédio com escritórios.

Países cuja eletricidade provém significativamente de hidroelétricas não privatizam suas empresas. Canadá, Suécia, Noruega, Índia, Rússia e China estão nessa lista. Mesmo os EUA, com uma proporção menor, têm suas hidroelétricas ligadas ao Exército. O Brasil, apesar da maior vinculação com a energia dos rios, é o único fora desse seleto clube.

Apenas 8% das nossas hidroelétricas foram projetadas e construídas pelo setor privado. As que hoje estão sob controle do capital ou foram compradas prontas ou erigidas em parceria. A recente expansão de quase 17 GW, mais do que Itaipu, só foi viabilizada através das parcerias onde a Eletrobras é minoritária. Vamos abrir mão dessa última instância?

Enganam-se os que acham que a era das hidroelétricas acabou. Só elas podem responder às súbitas variações de geração das novas renováveis, como eólicas e solares. Vamos depender de muita coordenação.

É inconcebível que se aceite que a Eletrobras tenha sido privatizada por pouco mais de R$ 33 bilhões. A americana Duke Energy, com a mesma capacidade de geração do mesmo produto, o kWh, tem um valor de mercado de US$ 82 bilhões. A Eletrobras não pode valer menos de um décimo disso. Com aprovação de regras estranhas ao mercado, caso a União seja obrigada a reassumir o controle, seria forçada a pagar o triplo do valor de mercado das ações vendidas —um ardil capaz de gerar prêmio aos grupos que privatizaram. A possibilidade de dano é real, eis que o risco do contrato é flagrante. Tal ato lesivo é inadmissível e proibido por lei.

A regulamentação limitando o poder de voto a 10% no conselho administrativo da companhia é incapaz de evitar acordos não explícitos entre acionistas. Evidentemente, ela foi imaginada apenas para que o Estado, com cerca de 40%, não consiga pautar projetos de interesse público nessa "capitalização".

A Lei das Estatais, criada para evitar a influência política, despreza o fato de que o atual presidente da empresa foi indicação política do ex-presidente Michel Temer (MDB) em 2016, tendo atuado na Eletrobras até 2021 e se retirado imediatamente para outra empresa de energia, a Vibra. Após a privatização, retorna à Eletrobras revelando que interesses privados não seguem regras imaginadas para o Estado. Tal prática é proibida em empresas públicas de países republicanos, onde quarentenas mínimas tentam resguardar conflitos de interesse.

Falhas do modelo mercantil e privado, que só encareceu a tarifa sem sequer um diagnóstico, exigiram outros sacrifícios da Eletrobras. Na realidade, através de doses excessivas de um princípio básico das hidroelétricas, a amortização de investimentos, a estatal foi a única responsável por tentar amenizar esse encarecimento.

A Eletrobras precisa ser reconstruída. Sua capacidade técnica foi reduzida a índices nunca vistos em empresas semelhantes. O número de funcionários por capacidade de geração (MW) atingiu um sexto da média das grandes empresas internacionais. A competência está na experiência acumulada por mais de 50 anos de existência, não nos prédios.

> [...]
> Países cuja eletricidade provém significativamente de hidroelétricas não privatizam suas empresas. Canadá, Suécia, Noruega, Índia, Rússia e China estão nessa lista. Mesmo os EUA, com uma proporção menor, têm suas hidroelétricas ligadas ao Exército. O Brasil, apesar da maior vinculação com a energia dos rios, é o único fora desse seleto clube

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Fachada do antigo prédio do Mappin, que agora abrigará um Sesc, no centro de São Paulo Eduardo Knapp-10.mar.2023/Folhapress

Anistia eleitoral

"Aliados de Lula e Bolsonaro articulam no Congresso maior anistia da história a partidos" (Política). Quando pensamos já ter visto tudo, os políticos se superam. Para os seus interesses não existe esquerda ou direita, existem seus bolsos sem fundos, que se alimentam da fome e da miséria.
Luiz Bartolotti
(Campos dos Goytacazes, RJ)

*

Há tempos existem dois países dentro do Brasil. O real, que espera mudanças há décadas, e o dos poderes constituídos, que aumentam as benesses próprias com dinheiro nosso. Ninguém quer enxugar o Estado. Os salários são aviltantes. Ministérios são criados para acomodar aliados. Cronicamente inviável.
João Aris Kouyoumdjian
(São José do Rio Preto, SP)

*

O estado do Rio de Janeiro tem 220 mil pessoas sem certidão de nascimento e, por conseguinte, sem qualquer direito. Quase 2 milhões na miséria, fazendo uma refeição a cada dois dias. Isso nunca entrará em pauta? Este país precisa urgentemente de um levante social.
Fernando José Nicoli (Vitória, ES)

*

Na hora do butim legalizado, não existe esquerda, direita, bolsonarista, lulista, oposição e situação: todos se unem para prejudicar a nação. O Brasil existe apenas para sustentar políticos! E continua no eterno subdesenvolvimento.
Neli de Faria (São Paulo, SP)

Joias

"Defesa de Bolsonaro diz que entregará 3º kit de joias e reclama de burocracia do TCU" (Política). Então se a pessoa usurpa e depois que é descoberto devolve e pede desculpas, o delito não aconteceu? Isso está escrito em qual código?
Rosângela Silvestrin (Farroupilha, RS)

Ataque a escola

"Autor de ataque a escola de SP está assustado, diz advogada da família" (Cotidiano). Uma criança de 13 anos, submetida a bullying por onde passava, sabe-se lá desde que idade. Agiu no sentido de "vingar" o tratamento que vinha recebendo. Triste também para sua família, pega de surpresa.
René Massuo Wada (Araçatuba, RJ)

*

Sabe quem mais ficou assustado? As demais pessoas durante o ataque. Que o peso da lei recaia sobre ele.
Arthur Döhler (Barra Mansa, RJ)

Ajuda psicológica

"Dois em cada cinco estudantes no Brasil precisam de apoio psicológico, diz pesquisa" (Cotidiano). Estudantes estão geralmente em faixa etária mais suscetíveis a ameaças externas, mas creio que entre adultos que trabalham a situação não deve ser muito diferente. Covid e home office atingiram todos.
Marcos Fernando Dauner (Joinville, SC)

Morte no Canadá

"Estudante brasileiro de 16 anos é morto a facadas no metrô de Toronto" (Cotidiano). Hoje para fugir da violência não adianta mais mudar de bairro, de cidade ou de país. Tem que mudar de mundo!
João Pinheiro (São Paulo, SP)

Carro popular

"Novo carro popular vai custar entre R$ 50 mil e R$ 60 mil e deverá consumir somente etanol" (Eduardo do Sodré). Conclusão: o trabalhador ficou mais pobre e mais distante de comprar um 0km.
Carlos Sergio Marzola (Cravinhos, SP)

*

A prioridade que as montadoras querem é diminuir a produção para ter aumento no valor agregado dos veículos. Contratam menos gente, possuem menos despesas e claro, aumentam (e muito) a margem de lucro.
Thiago Luiz da Silva (Belo Horizonte, MG)

*

As rodas serão opcionais?
Alexandre Pereira (Rio de Janeiro, RJ)

Sesc no Centro

"Sesc deve assumir prédio que abrigou Mappin e Casas Bahia no centro de SP" (Painel S.A.). O Sesc leva dignidade e espaço de cidadania para o centro e vários bairros de SP. Vai ser incrível termos mais diversidade na cultura e segurança, pois ocupar o centro com equipamentos culturais é o maior antídoto à violência.
Milton de Andrade (São Paulo, SP)

*

O espaço do Sesc respira cultura, atividade, gente de todas as idades. Que ocupação maravilhosa!
Jeanne D'Arc de Faria (São Paulo, SP)

Estágio

"Contra (em definitivo) os estágios em escritórios de advocacia" (Opinião, 29/3). O autor apresenta uma visão distorcida do estágio. Ao propor a proibição do estágio de direito, o autor está se desviando do real problema, que é o assédio moral, questão grave que deve ser tratada pelos RHs e pelas autoridades competentes. O estágio de direito forma para questões humanas e sociais que não podem ser simuladas na aula, forma networking, desperta vocações e faz o aluno refletir sobre a profissão. Lamentável que um professor universitário tenha essa visão.
Humberto Casagrande Neto
(CEO do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE)

Bolsonarismo

"Bolsonaro de volta" (Opinião, 31/3). A direita brasileira, se quiser ter papel relevante, precisa reorganizar seus conceitos e principalmente repelir Bolsonaro como melhor representante de suas convicções.
Mario Donizete Pelissaro (Atibaia, SP)

*

Qualquer opinião em relação ao bolsonarismo que não o trate como uma ameaça a ser combatida normaliza a natureza fascista como algo possível na vida política. Um editorial, no mínimo, equivocado.
Diego Aguiar Andrade
(Itapecerica da Serra, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (28.MAR., PÁG B3) A reportagem "Menina que engravidou após estupro dá à luz em Teresina" faz referência a duas menores de idade, uma de 12 anos do Piauí e outra de 11 anos de Santa Catarina. Um erro de edição fez parecer que se tratava de um mesmo caso.

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Networking

Ex-presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles nomeou Isis Dantas, mãe do presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, para o cargo de assessora dias antes de sua renúncia à chefia da instituição. Indicada em 22 de março, Isis Dantas, funcionária aposentada do Banco do Brasil, diz que pediu verbalmente no mesmo dia a Melles para que a designação fosse cancelada. Uma semana depois, em 29 de março, enviou um e-mail ao Sebrae formalizando a solicitação.

CERCANDO Melles caiu também na quarta (29), após queda de braço com o governo Lula durante meses, ao longo dos quais tentou se fortalecer politicamente. Nomeou a ex-deputada Margarete Coelho (PP-PI), aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Também tentou incorporar os ex-deputados Vinicius Farah (RJ) e Geninho Zuliani (SP), a pedido do União Brasil.

INSUFICIENTE No fim, ele foi forçado a renunciar e dará lugar ao petista Décio Lima. Procurados, Melles e Dantas não quiseram se manifestar.

COTURNO O Simde (Sindicato Nacional das Indústrias de Material de Defesa) vai homenagear o ministro da Defesa, José Múcio, e o vice-presidente, Geraldo Alckmin, com o prêmio Mursa, que concede a personalidades de destaque na área. A justificativa é a ação de Múcio para "pacificar o país" e de Alckmin para "a concretização de um arco de alianças amplo e progressista".

LINHAGEM Em anos anteriores, foram agraciados o ex-presidente Michel Temer e os ex-ministros do governo Bolsonaro Augusto Heleno e Braga Netto.

ESCRAVOS DE JÓ A disputa para a Prefeitura de SP no ano que vem terá inversão de papéis entre marqueteiros na direita. Duda Lima, que fez a campanha de TV de Jair Bolsonaro (PL), agora cuidará da comunicação do "moderado" Ricardo Nunes (MDB). Já Pablo Nobel, vitorioso para o governo com o direitista "light" Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve trabalhar com o bolsonarista Ricardo Salles (PL).

PAUSE O TCU determinou ao Ministério da Saúde e à Fiocruz a suspensão de atos relativos à aquisição de 30 milhões de testes rápidos para Covid-19. O tribunal apontou indícios de superfaturamento de mais de 600% na compra dos kits, concretizada no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro.

MULTIPLICAR Segundo o ministro Vital do Rêgo, a pasta da Saúde suspendeu sem justificativa licitação para aquisição do material, cujo valor unitário no edital era de R$ 8,80. O ministério optou então pela compra direta à Fiocruz, por R$ 19,40 a unidade.

OUTRO LADO A Fiocruz afirma que o fornecimento de insumos ocorre em um contexto mais amplo de sustentação da base científica, tecnológica e industrial do Ministério da Saúde. Já a pasta informou que o procedimento foi suspenso por problemas administrativos.

ANTES TARDE DO QUE NUNCA A Fapesp reajustou valores das bolsas para estágio e pesquisa no exterior, que não tinham correção desde 2012. O aumento, em torno de 33%, tem o objetivo de recompor a inflação medida nos principais países de destino dos bolsistas no período.

OLHO GRANDE O prefeito de São Caetano, José Auricchio Junior (PSDB), lança na próxima quarta (5) uma espécie de equivalente local do PAC federal. O Avança São Caetano prevê mais de 90 intervenções na cidade, com investimento de R$ 700 milhões. O tucano é mais um a entrar na mira do PSD de Gilberto Kassab e pode trocar de sigla.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Deputados em sessão deliberativa extraordinária na Câmara Zeca Ribeiro - 30.mar.23/Câmara dos Deputados

Aliados de Lula e Bolsonaro articulam maior anistia da história a partidos políticos

Proposta de PEC assinada por 184 deputados passa borracha em irregularidades eleitorais cometidas até promulgação de texto

Ranier Bragon

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados recebeu no último dia 22 uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece a maior anistia da história a irregularidades eleitorais cometidas por partidos políticos, que só em 2022 receberam R$ 6 bilhões dos cofres públicos.

Assinada por 184 deputados, incluindo os líderes do governo, José Guimarães (PT-CE), e da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), o texto proíbe qualquer punição a ilegalidades cometidas até a promulgação da PEC (incluindo o desrespeito ao repasse mínimo de verbas a mulheres e negros nas eleições), além de permitir a volta do financiamento empresarial para quitação de dívidas anteriores a 2015.

A PEC 9/2023 leva a assinatura de 13 partidos e federações, sendo que os principais são o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro (40 deputados assinam), a federação liderada pelo PT de Luiz Inácio Lula da Silva (33), além de PSD (33), MDB (29), PP (17), Republicanos (15) e Podemos (8).

O primeiro artigo da PEC estende para a disputa de outubro de 2022 a anistia a partidos que não cumpriram a cota mínima de repasse de recursos públicos a mulheres e negros.

Se aprovada, a proposta consolida a total impunidade ao descumprimento generalizado dessas cotas, que entraram em vigor vagarosamente ao longo do tempo com o objetivo de estimular a participação de mulheres e negros na política.

Em abril de 2022, o Congresso já havia aprovado e promulgado uma PEC anistiando as legendas por não cumprirem as cotas nas eleições anteriores.

Motivada pela impunidade ou não, o fato é que partidos têm reiteradamente descumprido essas cotas. Como a **Folha** mostrou, as cúpulas dos três Poderes só tiveram quatro mulheres após a ditadura militar (1964-1985) e seguem masculinas e brancas até hoje.

O segundo artigo da PEC estabelece que "não incidirão sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução e recolhimento de valores, multa ou suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nas prestações de contas de exercício financeiro e eleitorais dos partidos políticos que se derem anteriormente à promulgação desta alteração de Emenda Constitucional".

Ou seja, uma vez aprovada a PEC, ficariam praticamente inócuas as análises pela Justiça Eleitoral das contas dos partidos relativas à aplicação do dinheiro público no seu dia a dia e nas eleições.

Há um longo histórico de malversação de dinheiro público pelas legendas e de uso para gastos de luxo, como compra de helicópteros, imóveis, carros de mais de R$ 100 mil, além de vultosos gastos em restaurantes.

Já o terceiro artigo permite que os partidos voltem a receber dinheiro empresarial "para quitar dívidas com fornecedores contraídas ou assumidas até agosto de 2015", época em que o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu o financiamento de empresas a partidos e candidatos.

Nas minirreformas eleitorais aprovadas pelo Congresso no ano anterior a cada eleição, tem sido comum o afrouxamento de regras e da fiscalização, o que inclui em determinados momentos perdão aos que descumprem a lei —mas até agora nada foi aprovado com a magnitude que a atual proposta de anistia prevê.

A **Folha** procurou nesta quinta-feira (30), diretamente ou por meio de suas assessorias, José Guimarães e Carlos Jordy, os líderes do Republicanos, Hugo Mota (PB), e do PSD, Antonio Brito (BA), além dos presidentes do MDB, Baleia Rossi (SP), e do Podemos, Renata Abreu (SP), que também assinam a PEC.

Foram procurados ainda o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Rui Falcão (PT-SP), onde a PEC inicia a tramitação, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), responsável por pautá-la em plenário caso ela seja aprovada na CCJ e em uma comissão especial.

Não houve respostas.

A reportagem procurou também outros líderes partidários para colher a opinião de cada um sobre o texto. Somente Zeca Dirceu (PR), líder da bancada do PT, disse, por meio da assessoria, que apoia a medida.

Parlamentar que encabeça a PEC, Paulo Magalhães (PSD-BA) assina a justificativa da proposição.

No texto, ele não faz menção à anistia geral das prestações de contas partidárias e diz que o perdão ao não cumprimento das cotas também em 2022 visa "preservar a estabilidade das eleições e garantir segurança jurídica" em decorrência, entre outros pontos, de uma suposta dúvida sobre a abrangência da regra (se nacional ou regional).

> **Ver uma proposta como essa é muito revoltante para a gente, que está nessa luta por mais mulheres na política. Eu entendo o lado dos partidos, entendo que é difícil às vezes operacionalizar as candidaturas, tem vários desafios de implementação, mas eu acho que nada justifica essa anistia, acho que não é o caminho**
>
> **Laiz Soares**
> cofundadora da Conecta, aceleradora de mulheres na política

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio mínimo de 60% dos parlamentares (308 de 513 na Câmara e 49 de 81 no Senado), em dois turnos de votação em cada Casa. Caso isso ocorra, ela é promulgada e passa a valer, não havendo possibilidade de veto do Poder Executivo.

O diretor-executivo do Transparência Partidária, Marcelo Issa, ressalta várias medidas que foram tomadas pelo Legislativo no sentido de flexibilizar as regras de financiamento e aplicação de recursos públicos, restringindo as prerrogativas da Justiça Eleitoral e dificultando a identificação de irregularidades.

"Essa PEC e o projeto do novo Código Eleitoral, aprovado pela Câmara em 2021, são os principais exemplos desse processo, que causa ainda mais preocupação no atual contexto global de crise da democracia", afirma.

No ano passado, os partidos e candidatos receberam dos cofres públicos R$ 5 bilhões do fundo eleitoral e R$ 1 bilhão do fundo partidário.

"Ver uma proposta como essa é muito revoltante para a gente, que está nessa luta por mais mulheres na política", diz Laiz Soares, cofundadora da Conecta, aceleradora de mulheres na política.

"Eu entendo o lado dos partidos, entendo que é difícil às vezes operacionalizar as candidaturas, tem vários desafios de implementação, mas eu acho que nada justifica essa anistia, acho que não é o caminho".

Desde a apresentação, no dia 22, 10 deputadas e um deputado apresentaram requerimentos para retirar suas assinaturas da proposta, mas o regimento da Câmara não permite retiradas ou acréscimos de assinaturas após o início da tramitação da PEC —que necessita de ao menos 171 apoiamentos para ser apresentada.

A única possibilidade de arquivamento da medida, agora, é caso a maioria absoluta dos subscritores requeira a retirada da proposta.

política

Lira tenta atrair partidos para superar bloco formado após racha no centrão

Presidente da Câmara teve poder reduzido após Republicanos se unir em bloco com MDB e PSD

Victoria Azevedo e Ranier Bragon

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tenta atrair partidos para manter em torno de si um contingente formal de cadeiras maior do que o do recém-criado bloco que uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC.

O pano de fundo da articulação envolve a disputa de poder dentro do Congresso, a força que cada agrupamento terá na relação com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e sua sucessão na presidência da Câmara, que termina em fevereiro de 2025.

O movimento que esvazia o poder interno de Lira ocorre ao mesmo tempo em que o presidente da Câmara trava uma disputa com o Senado em torno da tramitação das MPs, que são o principal mecanismo do governo para legislar, mas que precisam ser validados pelo Congresso.

O grupo de partidos de centro e direita não alinhados ao centrão se fortaleceu, obtendo a adesão do Republicanos e somando 142 das 513 cadeiras.

Alguns integrantes desse novo bloco afirmam que a união pode ser um estímulo para a adesão futura de parte do Republicanos a Lula, embora dois componentes conspirem contra: a avaliação consensual de que nenhum partido de centro e de direita deve dar apoio fechado ao governo e o fato de o partido abrigar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos nomes cotados para a disputa presidencial de 2026.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), dá entrevista no Congresso Gabriela Biló - 27.mar.23/Folhapress

Lira tentou formar uma federação entre PP e União Brasil, mas fracassou. Os dois partidos, porém, podem ainda formar um bloco, mas mesmo nesse caso reuniriam 108 deputados. Nesse cenário, eles seriam a segunda maior força política na Casa.

Não há disposição no PL de Jair Bolsonaro, que tem 99 deputados, para integrar algum bloco. Isso porque tanto o de Lira como o do Republicanos têm interesse em negociar e apoiar o governo.

De acordo com parlamentares ouvidos pela **Folha**, estão no radar do PP e da União Brasil siglas de esquerda, como PDT e PSB, e de centro e direita, como a federação PSDB-Cidadania, Patriota e Avante.

O governo trabalha alinhado a Lira e vem tentando montar uma base de apoio sólida, por isso tem buscado não interferir na disputa interna na Câmara com o receio de atrair desafetos em um dos lados.

Membros do governo afirmam que estão acompanhando esses movimentos, mas dizem que não enxergam nele, ao menos no momento, a possibilidade de alterar o quadro da base que o Executivo tenta costurar na Casa.

Além do simbolismo político de reunir o maior contingente de cadeiras na Casa, a união dos partidos em blocos dá aos maiores grupos poder de mando na composição das comissões mistas (entre Câmara e Senado) que devem ser retomadas para a análise das medidas provisórias, na Comissão de Orçamento e no dia a dia das votações.

A sucessão de Lira também está em jogo, embora muita coisa ainda possa mudar.

De acordo com deputados, o presidente da Câmara tem simpatia pelo líder da bancada da União Brasil, Elmar Nascimento (BA), para sucedê-lo.

Já no bloco liderado por Republicanos, MDB e PSD, há, entre os cotados, o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

O PT e demais partidos de esquerda somam cerca de 130 deputados, o que seria decisivo caso os blocos de centro e de direita resolvam de fato se enfrentar na disputa pela sucessão de Lira.

Rodrigo Pacheco nega pedido para convocar Congresso sobre MPs

Carla Araújo e Gabriela Vinhal

BRASÍLIA | UOL O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negou nesta sexta-feira (31) pedido feito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de convocar uma sessão do Congresso Nacional para discutir o rito de análise das MPs (medidas provisórias).

Pacheco disse que tem precedentes para acatar de forma escrita a questão de ordem pela volta das comissões mistas.

No dia 24, Lira enviou ofício a Pacheco pedindo que ele se "digne" a levar à discussão uma questão de ordem sobre o rito das MPs no plenário do Congresso Nacional. Pacheco respondeu nesta sexta e disse que o rito constitucional das MPs é uma ordem que cabe a ele, formalizada por ofício.

O senador observou ainda que "seria dispensável provocação por questão de ordem".

A questão de ordem é um instrumento utilizado pelos parlamentares para provocar dúvida ou questionar sobre a interpretação de regimentos

Nos últimos dias, o impasse em torno das MPs foi discutido entre os líderes da Câmara e do Senado. Lira levou uma proposta de aumentar a proporcionalidade de deputados nos colegiados. O pedido, contudo, enfrenta resistência no Senado. Mas a outra sugestão da Câmara teve adesão entre os senadores: que fosse estipulado um prazo de discussão das medidas nas comissões.

Deputada relata ter sido vítima de racismo na Alesp

Artur Rodrigues

SÃO PAULO A deputada estadual Thainara Faria (PT) afirmou nesta sexta-feira (31) ter sido vítima de racismo por uma servidora da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo).

Emocionada, a deputada de primeiro mandato fez um pronunciamento contando que outras vezes também sofreu racismo por servidores por eles não acreditarem que ela é deputada.

"Eu não gostaria de estar chorando aqui agora. Mas a questão é que dói muito toda hora sofrer racismo. Quando não dói, ele mata a gente. E eu não quero que mais ninguém passe por isso", disse.

Desta vez, o caso aconteceu quando ela foi impedida de assinar um livro de parlamentares. "Quando desci da mesa e fui assinar os livros, a servidora falou: 'Não, esses livros são só para os deputados'", disse. Ela afirma que, depois, ouviu a servidora falando em seguida: "É difícil".

"Voltei e falei para ela. É difícil todos os dias nesta Casa ser confundida. Nós procuramos vocês hoje para que fosse garantido o meu bóton para que não precisasse passar racismo e vocês negaram esse bóton. Porque não estão acostumados com uma mulher preta, jovem, de 28 anos circulando por essa Casa."

A parlamentar, que assumiu neste mês, afirma que não foi a primeira vez que aconteceu esse tipo de situação. Só na posse foram dez vezes, disse.

"Desde que eu fui eleita deputada estadual, eu venho sofrendo racismo nessa Casa. Na posse, uma policial e uma servidora pediram para que eu liberasse o caminho para que os deputados pudessem passar", disse.

A deputada afirma que chegaram a confundir o assessor dela, branco, com um deputado.

Thainara foi eleita com mais de 90 mil votos nas últimas eleições. Durante sua carreira política, ela passou por outros episódios também.

Preta, filha de pedreiro e de empregada doméstica, Thainara, 28, tinha 21 anos quando estreou na política como vereadora em sua cidade, Araraquara. Na primeira sessão, um vereador, referindo-se a ela, ofereceu chocolate a colegas.

Outros ataques racistas e sexistas passariam a fazer parte de sua rotina na Câmara.

Um político lhe disse que "agora podemos ter escola de samba". Outro, enquanto ela subia ao púlpito, falou "tomara que sua saia arrebente".

Certa vez, lhe negaram água no plenário. Primeira vereadora negra eleita na cidade, ela passou também a sofrer uma criminosa perseguição nas redes sociais.

Por meio de nota, o presidente da Alesp, André do Prado (PL), afirmou solidarizar-se com a deputada.

"De imediato, o presidente determinou providências ao secretário-geral Parlamentar, que substituiu a funcionária pública envolvida no episódio. O caso será avaliado em âmbito administrativo", afirma o comunicado.

O discurso com o relato de Thainara gerou reação de outros deputados petistas, como Eduardo Suplicy (PT). "Minha primeira palavra é de solidariedade a você, Thainara", disse o petista, que citou célebre discurso contra o racismo de Martin Luther King durante sua fala no plenário da Alesp.

O deputado Donato (PT) disse que o episódio é inadmissível. "Todas as medidas têm que ser tomadas pela Presidência e pela Mesa Diretora, e a gente vai cobrar isso".

No ano passado, a deputada Monica Seixas (PSOL), também negra, denunciou ter sido vítima de preconceito, quando o então deputado Wellington Moura (Republicanos) que iria "colocar um cabresto" nela.

"Cabresto faz referência a uma tática usada amplamente na escravidão para impedir que negros e negras se manifestassem, comessem e bebessem. Eu pedi questão de ordem e fui acusada de estar atrapalhando a sessão", disse Monica. O Conselho de Ética da Casa rejeitou denúncia contra o parlamentar.

Além de relatos de casos de racismo, outro episódio contra uma deputada mulher aconteceu no fim de 2020, quando o deputado Fernando Cury (União Brasil) apalpou a colega Isa Penna (PC do B) em sessão no plenário. A deputada denunciou Cury, que acabou punido e teve o mandato suspenso por seis meses.

A deputada estadual Thainara Faria (PT), chora no plenário da Alesp ao relatar racismo por servidora da Casa Reprodução Alesp no YouTube

A deputada Thainara Faria recebe abraço de solidariedade do colega Eduardo Suplicy Rodrigo Romeo/ Divulgação Alesp

Eu não gostaria de estar chorando aqui agora. Mas a questão é que dói muito toda hora sofrer racismo. Quando não dói, ele mata a gente. E eu não quero que mais ninguém passe por isso

Thainara Faria (PT-SP)
deputada estadual, denunciando atitudes racistas sofridas por ela na Assembleia Legislativa de São Paulo

TJ-BA deixa vazar dados sensíveis de magistrados

SALVADOR O Tribunal de Justiça da Bahia deixou vazar em seu site uma série de dados sensíveis de juízes e desembargadores do estado.

Os dados constavam em planilhas hospedadas no portal do Tribunal de Justiça que continham os endereços residenciais, números de telefones, além do número de RG e CPF de centenas de magistrados, incluindo os que estão na ativa, os aposentados e pensionistas.

As planilhas foram apagadas do site na noite de quarta-feira (29), após reclamações de magistrados e um pedido de providências da Amab (Associação de Magistrados da Bahia). Procurado, o Tribunal não se manifestou sobre o caso.

A avaliação dos magistrados é que a divulgação das informações sigilosas representa um risco para juízes e desembargadores e suas famílias, além de deixá-los à mercê de fraudes.

Em nota enviada à **Folha**, a Amab informou que apresentou requerimentos à Corregedoria Geral de Justiça e à Corregedoria das Comarcas do Interior solicitando uma investigação do vazamento.

Os pedidos são assinados pelo presidente da Amab, desembargador Julio Travessa, e pelo vice-presidente, o juiz Eldsamir Mascarenhas.

A associação classificou o fato como "extremamente grave" e disse que o vazamento das informações representa uma violação da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo resultar em responsabilização dos agentes envolvidos.

A entidade destacou que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) já determinou, por meio de resoluções, o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, tanto para questões judiciais quanto para extrajudiciais.

João Pedro Pitombo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) conversa com lideranças do seu partido após voltar ao Brasil Natanael Alves - 30.mar.23/Divulgação Partido Liberal/Reuters

Bolsonaro quer defender legado no NE e retomar motociatas

Ex-presidente tenta se manter em evidência, e PL busca definir itinerário

Julia Chaib, Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que retornou ao Brasil na quinta-feira (30), deixou claro a aliados que pretende se manter em evidência e afirmou querer viajar o país para defender o seu governo.

Durante encontro que manteve com parlamentares e políticos em seu primeiro dia em Brasília, o ex-presidente ainda disse ao general Walter Braga Netto (PL), que foi candidato a vice na sua chapa, querer voltar a andar de motocicleta.

Segundo relatos de pessoas presentes, Bolsonaro sugeriu que poderia dar um passeio já neste domingo (2).

Durante seu governo, Bolsonaro realizou diversas motociatas. Nesses eventos, centenas de motociclistas apoiadores se reuniam para percorrer um trajeto com o então presidente —que em diversas ocasiões infringiu normas de trânsito ao trafegar sem capacete.

A agenda de viagens não está pronta. Segundo o ex-ministro Gilson Machado (Turismo), a ideia também é fazer giros de carro pelo país.

Machado afirma que Bolsonaro expressa muita vontade de ir ao Nordeste, única região em que Bolsonaro foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022.

"Ele quer muito correr o Nordeste. Foi lá que tivemos uma votação que não foi a esperada. E lá tivemos a maior quantidade de pessoas nos eventos que fizemos. Tem que entender o que houve lá", diz Machado.

Ele acrescenta que Bolsonaro também deve ir a Portugal, em maio, para um evento de políticos conservadores.

De acordo com integrantes do PL, a agenda de viagens de Bolsonaro deve ser definida na próxima semana. O itinerário será resolvido após análise do presidente do partido, Valdemar Costa Neto, que usará pesquisas encomendadas pelo partido.

A decisão sobre os locais que serão percorridos vai ser balizada pelo objetivo do PL de aumentar o número de prefeitos e vereadores na eleição de 2024. Bolsonaro disse na quinta que pretende fazer "uma ou duas viagens pelo Brasil a cada mês".

Embora tenha afirmado publicamente não pretender "ser o líder da oposição", os sinais que deu ao regressar ao Brasil vão no sentido contrário.

O ex-chefe do Executivo desembarcou pela manhã em Brasília de um voo com origem em Orlando. Bolsonaro estava nos Estados Unidos desde dezembro de 2022, quando deixou o país para não passar a faixa presidencial a Lula.

Em seguida, foi para o escritório do PL, na região central da capital, onde se reuniu com Valdemar e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, além de um conjunto de parlamentares aliados.

De acordo com aliados, o ex-chefe do Executivo tem sido aconselhado a comparecer a festas populares no interior do país, como o São João de Caruaru (PE) e a Festa do Peão de Barretos (SP). Esses interlocutores destacam que o embate direto com o governo sobre pautas específicas deve ser feito pela bancada bolsonarista no Congresso.

Durante a campanha, ele recebeu conselho similar. Pesquisas mostravam que Bolsonaro desempenhava melhor e diminuía a rejeição quando não adotava uma postura crítica ou agressiva.

Além de dizer que quer viajar o país para defender "o que fez", Bolsonaro afirmou a aliados o que disse em público sobre a intenção de ajudar o partido a crescer nas eleições municipais.

O ex-presidente afirmou que pretende se reunir com prefeitos, deputados e partidos pequenos que são aliados para fazer articulações políticas e eleger o maior número de candidatos possível.

Além de Bolsonaro, o PL quer que Michelle e Braga Netto também assumam uma agenda de viagens.

O objetivo da legenda é aproveitar o máximo os "ativos políticos" que eles consideram ter.

Diante da possibilidade de que Bolsonaro seja declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), aliados de Bolsonaro passaram a trabalhar com a hipótese em que Michelle poderia ser candidata à Presidência em seu lugar.

O ex-mandatário, porém, rejeitou essa possibilidade em entrevista à Jovem Pan na quinta. Disse ainda que ela não "tem vivência" e que lhe "falta algo".

"Alguém lançou o nome dela. Ela já falou que não quer saber de cargo no Executivo, está fora disso, até porque não tem a vivência. Até para você ser prefeito não é fácil. Eu vejo alguns prefeitos que, quando terminam o mandato, apesar de ter feito um bom trabalho, se arrependem dado ao número de processos que respondem por improbidade administrativa", declarou Bolsonaro.

> "[Bolsonaro] quer muito correr o Nordeste. Foi lá que tivemos uma votação que não foi a esperada. E lá tivemos a maior quantidade de pessoas nos eventos que fizemos. Tem que entender o que houve lá
>
> **Gilson Machado**
> ex-ministro do Turismo do governo de Jair Bolsonaro, sobre a intenção do ex-presidente de viajar pelo Nordeste

Advogados dizem que joias serão entregues e reclamam do TCU

Constança Rezende

BRASÍLIA A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) informou ao TCU (Tribunal de Contas da União) que entregará à Caixa Econômica Federal um terceiro conjunto de joias guardado no acervo privado da Presidência em 2019.

O ofício foi enviado ao tribunal nesta quinta-feira (30). Os advogados argumentaram, porém, que esses bens não eram objeto da representação do TCU que apura a situação dos presentes recebidos por ocasião da visita da comitiva presidencial à Arábia Saudita em outubro de 2021.

Além disso, afirmaram que a "delonga" na entrega efetiva dos bens se deu, "a despeito da forma como os veículos de imprensa optaram por noticiar, unicamente em razão da burocracia desta corte".

"Infelizmente, a deliberação quanto ao local apropriado para o depósito, bem como a expedição de ofícios e diligências para efetivar a entrega segura e transparente dos bens se arrastou mais do que o esperado", diz o documento, assinado pelo escritório do advogado Paulo Amador da Cunha Bueno.

Os advogados afirmam que a situação acabou contribuindo "ainda mais" para a demora e "gerou na mídia e na opinião pública a impressão de recusa por parte do peticionário em colaborar com uma entrega que ele próprio requereu inicialmente".

Manifestaram ainda "indignação com a forma como a situação foi tratada no último despacho do TCU, visto que a relação do acervo privado do ex-presidente será auditado pela corte".

"Descabido, portanto, o tratamento da questão como se houvesse por parte do peticionário alguma tentativa maliciosa de escamotear determinados bens desta corte e de qualquer outro órgão."

Por fim, os advogados de Bolsonaro pediram ao TCU que verifique se há mais algum item que entende que deva ser depositado "para que se evite confusão, celeuma ou qualquer tipo de dúvida a respeito da idoneidade e real intenção do peticionário em colaborar com o esclarecimento mais célere possível a respeito do status legal dos bens em análise".

Na quarta-feira (29), o ministro Augusto Nardes, relator do processo no TCU, enviou um alerta ao ex-presidente para que, caso existam outros presentes recebidos do governo da Arábia Saudita, eles deverão ser restituídos imediatamente, sob pena de sanção em caso de descumprimento.

Em sua decisão, Nardes destacou que o TCU já havia determinado a entrega de todos os itens recebidos como presentes na visita da comitiva presidencial à Arábia Saudita.

A medida foi tomada após um grupo de parlamentares informarem à corte que um outro conjunto de joias foi diretamente entregue ao então presidente, que ordenou a guarda dos objetos no acervo privado da Presidência em 2019 e recebeu em seu gabinete em 2022.

Bolsonaro recebeu da Arábia Saudita um primeiro estojo com artigos de luxo em 2019, durante viagem àquele país. O material entrou para o acervo presidencial no dia 11 de novembro daquele ano, segundo mostrou a **Folha**.

Esse kit continha um relógio, abotoaduras, um anel, uma caneta e um tipo de rosário. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o valor estimado do conjunto é de mais de R$ 500 mil.

Os advogados de Bolsonaro entregaram em 24 de março à Caixa Econômica Federal em Brasília o conjunto de joias masculinas que ele recebeu de presente da Arábia Saudita em 2021. O kit inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard.

Além desses presentes, um conjunto de joias supostamente destinadas à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi apreendido no aeroporto internacional de Guarulhos (SP) em outubro de 2021. Os artigos de luxo estavam com um assessor de Albuquerque, que tentou ingressar no país sem declará-los à Receita Federal.

Lula foi preso injustamente e Dilma tem mãos limpas, diz papa

Matheus Tupina

SÃO PAULO O papa Francisco disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi condenado pela Justiça sem provas, e que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) tem "mãos limpas", além de ter sofrido um impeachment classificado por ele como injusto.

A declaração foi feita em entrevista exibida na quinta (30) na rede argentina C5N, gravada antes da internação de Francisco em um hospital em Roma, na quarta (29), após queixas de dificuldade para respirar.

Ele lembrou dos exemplos brasileiros quando perguntado sobre o "lawfare", termo que define o uso do sistema de Justiça de um país para perseguição política de adversários.

"O lawfare abre caminho nos meios de comunicação. Deve-se impedir que determinada pessoa chegue a um cargo. Então, o pessoal o desqualifica e metem a suspeita de um crime. Então, faz-se todo um sumário, um sumário enorme, onde não se encontra [a prova do delito], mas para condenar basta o tamanho desse sumário. 'Onde está o crime aqui?' 'Mas, sim, parece que sim...' Assim condenaram Lula", afirmou o religioso.

O entrevistador disse que Dilma foi cassada por um "ato administrativo menor" e o papa afirmou que ela é "uma mulher de mãos limpas, uma mulher excelente".

Ele citou o "fumus delicti", termo jurídico para conceituar a comprovação de um crime por meio de indícios suficientes de autoria, e disse que "às vezes, a fumaça do crime te leva ao fogo, outras vezes é uma fumaça que se perde porque não há fundamento".

Quando o jornalista comentou que "inocentes são condenados", Francisco ressaltou que "no Brasil, isso aconteceu nos dois casos", referindo-se a Lula e a Dilma.

Ex-líder de Bolsonaro indica diretor da Codevasf

Assessor de Fernando Bezerra assume cargo; governo entrega vagas à União Brasil e negocia mais espaços ao centrão

Mateus Vargas e Thiago Resende

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou para uma das principais diretorias da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) o advogado Henrique de Assis Coutinho Bernardes, apadrinhado do clã político encabeçado por Fernando Bezerra (MDB-PE), ex-líder da gestão Jair Bolsonaro (PL) no Senado.

Bernardes era desde 2021 assessor parlamentar de Bezerra. A Codevasf foi entregue por Bolsonaro ao centrão e mantida assim pelo novo governo, que promove mudanças em diretorias e nas superintendências estaduais para conseguir apoio no Congresso Nacional.

O advogado ligado a Bezerra se tornou diretor de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura, setor cobiçado por parlamentares por comandar desde a compra de maquinários, como tratores, até obras de pavimentação e da integração do Rio São Francisco.

O governo Lula ainda colocou o engenheiro agrônomo José Vivaldo Souza de Mendonça Filho no cargo de diretor de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental.

A diretoria de Bernardes é computada pelo governo como um agrado à União Brasil, partido que abriga o deputado federal Fernando Coelho e o ex-prefeito de Petrolina (PE) Miguel Coelho, ambos filhos do ex-líder de Bolsonaro.

Bezerra não disputou as eleições de 2022 e deixou o Senado neste ano. Foi líder de Bolsonaro até dezembro de 2021. Também comandou o Ministério da Integração Nacional no governo de Dilma Rousseff (PT), mas rompeu com a gestão e votou pelo impeachment da ex-presidente.

Bernardes substituirá Antônio Rosendo Neto Júnior, que ocupava o cargo apadrinhado pelo PTB na gestão Bolsonaro. Rosendo é aliado do ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA).

Como mostrou a **Folha**, Bezerra direcionou mais de R$ 300 milhões federais a ações da Codevasf na região de Petrolina na gestão Bolsonaro, quando sua família tentava fortalecer a candidatura de Miguel Coelho ao governo do estado.

Seu filho, porém, terminou a disputa apenas como o quinto mais votado. Ele chegou a declarar voto a Jair Bolsonaro para presidente contra Lula durante as eleições.

Já o cargo entregue a José Mendonça Filho era ocupado por Rodrigo Moura Parentes Sampaio, que havia sido indicado pelo senador e ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira (PP-PI).

O engenheiro atuava como assessor do presidente da companhia, Marcelo Moreira, e sua nomeação a diretor foi "referendada" pelo deputado Paulo Azi (União Brasil-BA), segundo parlamentares e integrantes do governo que acompanharam as negociações.

As trocas na cúpula da Codevasf fazem parte da estratégia do Palácio do Planalto de negociar cargos no varejo com parlamentares para tentar ampliar a base de apoio no Congresso.

Fernando Bezerra, padrinho de Henrique Bernardes em diretoria da Codevasf Gabriela Biló - 29.jun.22/Folhapress

O PTB, partido de Roberto Rocha, e o PP, de Ciro, não se aliaram a Lula. Já a União Brasil tem se aproximado do governo e já conseguiu três ministérios —embora a distribuição das pastas não tenha sido suficiente para atrair integralmente a legenda para a base do petista.

Nomeado por Bolsonaro em 2019, o engenheiro Marcelo Moreira deve seguir no comando da estatal na gestão Lula. Ele chegou à presidência da Codevasf com apoio do atual líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA).

A permanência de Moreira no cargo ainda é defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

No rito formal, Bernardes e José Mendonça Filho foram indicados pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e aprovados pelo conselho de administração da Codevasf. As trocas, porém, já haviam sido definidas em acordos do governo Lula com o Congresso.

Também compõem a diretoria da estatal o presidente Marcelo Moreira e Luís Napoleão Neto, aliado de Lira que foi indicado à Codevasf em 2015, na gestão Dilma Rousseff (PT).

O governo Lula decidiu manter a Codevasf sob comando de políticos do centrão no momento em que avança uma apuração sobre suposta corrupção com verbas da estatal. Em 2022 a Polícia Federal levantou suspeitas de que uma empresa pagou propina de R$ 250 mil para um gerente da companhia.

Esse inquérito migrou ao STF (Supremo Tribunal Federal) em 2023, após os agentes da polícia apresentarem indícios de ligação do deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL-MA).

Além das negociações envolvendo as diretorias da Codevasf, o Planalto também planeja usar as superintendências da estatal para atender a mais aliados.

Hoje, a vaga de superintendente de Pernambuco é de Aurivalter Cordeiro da Silva, que foi indicado pelo clã Bezerra Coelho. Mas, segundo interlocutores do governo e parlamentares, o superintendente poderá ser substituído por um indicado de Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) ou do PSB de Pernambuco, que tem João Campos como o prefeito de Recife.

Embora seja um partido independente ao Planalto, o Republicanos reúne membros que têm negociado cargos individualmente com o governo. Sílvio Costa Filho esteve aliado a Lula desde a campanha.

A ideia é tentar nomear uma pessoa que agrade os grupos políticos de Costa Filho, PSB e do clã Bezerra Coelho.

Lula fez até o momento poucas trocas nas superintendências —o atraso tem sido motivo de reclamações de parlamentares.

Houve troca no comando da superintendência da estatal Teresina (PI), onde estava Inaldo Guerra, outro aliado de Ciro Nogueira. O governo colocou provisoriamente como substituto José Ocelo Rocha Júnior. O objetivo era tirar o aliado do senador.

Um indicado do senador Marcelo Castro (MDB-PI) deverá assumir o posto. Castro foi relator do Orçamento de 2023 e também é um dos principais aliados de Lula no Senado.

No braço da estatal do Maranhão, o governo retirou um indicado do deputado Aluísio Mendes (Republicanos) e nomeou Clóvis Luis Paz Oliveira ao cargo de superintendente, um apadrinhado do senador Weverton Rocha (PDT).

Em nota, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional disse que as indicações à diretoria da Codevasf cumpriram com exigências do conselho de administração da empresa e seguem a lei das estatais.

A Codevasf afirmou que "o perfil profissional dos indicados atende a todos os requisitos de qualificação e experiência estabelecidos por lei".

As duas voltas de Bolsonaro

A novela bifurca-se nas hipóteses ficcionais 'Caso de polícia' e 'O mito da Fênix'

Demétrio Magnoli
Bio: Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP.

O ato introdutório não trouxe surpresa. Do aeroporto de Brasília emergiu um Bolsonaro miniaturizado: o líder que fugiu enquanto seus devotos idiotas sofriam as consequências do ato golpista engendrado por seus discursos. A recepção teve os contornos de um cortejo fúnebre político, com as presenças sombrias de um Valdemar e um Braga Netto e sólidas ausências de antigos aliados, na moldura da algazarra de uma diminuta turba de zumbis vestidos em camisetas amarelas.

Daí, a novela bifurca-se em hipóteses ficcionais distintas. Batizo a primeira como "Caso de polícia" e a segunda como "O mito da Fênix".

1. Caso de polícia

Na noite anterior à aterrissagem, uma reunião discreta, restrita, no Alvorada delineou a postura do governo. Alguém, talvez um Padilha ou um Dino, deu o tom da resposta oficial: um silêncio ensurdecedor. Lula, ele mesmo, enviou a orientação à presidente petista. Na linha combinada, um porta-voz secundário do partido declarou à imprensa que "Bolsonaro é caso de polícia, não de política".

A estratégia solicitava uma renúncia: Lula e os seus abririam mão da polarização retórica destinada a aquecer a base militante. Perde-se de um lado, ganha-se muito mais de outro. O governo não se distrairia das suas prioridades econômicas, sociais, ambientais e diplomáticas. De quebra, esvaziaria preventivamente a narrativa bolsonarista sobre uma suposta perseguição política conduzida a partir do Planalto: Bolsonaro não teria o privilégio de interpretar o personagem do mártir.

A circunspecção de Lula surpreendeu gregos e troianos. Sem o contraponto de Lula, Bolsonaro perdeu os alvos fáceis, reduzindo-se ao papel de um bufão anacrônico.

Nessa versão fictícia, o sistema judicial resolveu seguir a lei. O Ministério Público desistiu de fazer política, concentrando-se nas suas funções constitucionais. A Polícia Federal juntou as peças de acusação que ainda faltavam. Juízes sem partido acolheram as denúncias de crimes contra a saúde pública, de violação dos direitos dos indígenas e de atentados múltiplos contra as instituições democráticas.

No fim, Bolsonaro tornou-se réu em diferentes processos, encolhendo à sua verdadeira estatura. Provou-se, finalmente, que a "lei das gentes" vale para todas as gentes.

2. O mito da Fênix

Na versão ficcional alternativa, a reunião promovida por Lula não foi tão restrita. Nela, um Teixeira ou um Costa inspirou a estratégia de retomada da polarização. "O genocida retornou para dar ordens diretas àquele cidadão do Banco Central que sabota nossa economia", vociferou o presidente, para júbilo do círculo de operadores bolsonaristas.

A fênix, ave imortal da mitologia grega, perece em chamas, mas renasce periodicamente de suas cinzas. Jair replicou, no tom de sempre, mencionando o "ex-presidiário que voltou à cena do crime". O teatro político seguiu o roteiro mais previsível. Lula aproveitou para conectar Bolsonaro a Moro e a Lava Jato ao maléfico Departamento de Justiça dos EUA, dando curso à sua vendetta pessoal. Uma certa Gleisi, feliz como nunca, enxergou a oportunidade de associá-lo a Roberto Campos Neto, ao BC e à taxa Selic, sabotando o plano de Haddad de reaproximar as políticas fiscal e monetária.

A guerra verbal recrudesceu nas redes (anti)sociais dos mortos-vivos Carlos, Michelle, Bia, Damares e Deltan. Enquanto a briga de rua distraía o público, as engrenagens do sistema de Justiça permaneceram estagnadas. Bolsonaro só teve que dar explicações sobre os mimos sauditas. Uns vândalos de terceira receberam punições pelo 8 de janeiro. As palavras "genocídio" e "terrorismo" continuaram a circular, como enfeites de uma farsa. O relógio da história andou para trás: Bolsonaro nasceu de novo, à frente de uma oposição extremista.

Torço sem muita esperança pela primeira versão. A razão me diz que prevalecerá a segunda.

| **DOM.** Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG.** Camila Rocha, Angela Alonso | **TER.** Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA.** Elio Gaspari | **QUI.** Conrado H. Mendes | **SEX.** Reinaldo Azevedo | **SÁB.** Demétrio Magnoli

Big techs devem responder por conteúdo pago, afirma Moraes

Ministro vai sugerir proposta que equipara plataformas a empresas de mídia

Angela Pinho e Flávio Ferreira

SÃO PAULO O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes afirmou nesta sexta-feira (31) que irá sugerir ao Congresso que as big techs sejam responsabilizadas por todo conteúdo monetizado e impulsionado. Segundo ele, essa proposta muda a ideia de que as plataformas são só intermediárias.

As medidas se inserem em sua visão de que as redes sociais devem ser tratadas como empresas de mídia, e não de tecnologia. Ele disse que as plataformas foram cooperativas na eleição, dentro da visão delas do negócio, mas que há total irresponsabilidade.

Ao tratar do tema dos ataques à democracia nos últimos anos, Moraes também criticou condutas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), do partido dele, o PL, da Polícia Federal, da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e de autoridades que permitiram por meses a manutenção de acampamentos golpistas na frente de quartéis pelo país.

Ele abordou os assuntos em dois eventos na capital paulista, um sobre a democracia e plataformas digitais, na Faculdade de Direito da USP, da qual é professor, e outro sobre o STF e a defesa da democracia, na Fundação FHC.

No começo da manhã, ao falar sobre as big techs na USP, Moraes disse que "o que ocorre hoje é uma total irresponsabilidade dos que levam a notícia para milhares de pessoas".

"Dia 8 de janeiro é o grande exemplo de instrumentalização das redes. Várias medidas já eram de destruição e deixaram proliferar", afirmou.

Alexandre de Moraes fala em seminário na Faculdade de Direito da USP Zanone Fraissat/Folhapress

Corintiano, Moraes brincou com o Palmeiras ao comentar a necessidade de maior transparência dos algoritmos estabelecendo a hipótese de buscar "Palmeiras não tem Mundial".

"É uma verdade, né? Aí você consulta bem. Primeiro uma notícia, não, não é verdade. Palmeiras em 1615 ganhou do time da várzea, e isso é considerado título porque algum palmeirense fez o algoritmo, né? Patrocínio Crefisa."

Segundo Moraes, no ano passado o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) esperou "até o limite" o Congresso agir em relação à proliferação de notícias falsas. Como isso não ocorreu, o tribunal agiu com resolução que aumentou seus poderes para a retirada de conteúdos.

Ele também quer que a inteligência artificial, já é usada para rastrear pedofilia, por exemplo, sirva para barrar automaticamente postagens de incitação à violência, racismo e nazismo, entre outros.

"Não podemos deixar de regulamentar senão fica só a decisão extrema que é tirar do ar. É 8 ou 80. Como foi com o Telegram." Ele lembrou que a rede se recusava a responder à Justiça brasileira, o que o levou a bloqueá-la. O bloqueio foi revertido após a rede social responder ao Supremo.

Outro ponto que Moraes levará ao Congresso é que todos os conteúdos idênticos a outros que já tenham sido derrubados sejam automaticamente excluídos. A medida já estava prevista na resolução do TSE publicada durante a eleição.

As propostas sugeridas por Moraes foram elaboradas no âmbito de um grupo de trabalho no TSE e devem ser enviadas ao Congresso no próximo dia 17 ou 18, afirmou o ministro.

Ele afirmou que a regulamentação das redes não precisa ser extensa. Bastaria, em sua avaliação, que o que já é proibido no mundo real seja proibido também no virtual.

O ministro disse que o discurso de que o Judiciário quer limitar liberdade de expressão é uma narrativa constante da extrema direita no mundo todo porque é um discurso fácil.

Em seguida, na Fundação FHC, Moraes afirmou que militantes da extrema direita no Brasil e em outros países atacaram a democracia nos últimos dias buscando atingir três pilares do estado democrático de direito: a liberdade de imprensa, as eleições livres e o Judiciário independente.

Segundo o ministro, foi "patético" o ato do então presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro de tentar "melar" as eleições ao apresentar uma ação à Justiça Eleitoral apontando supostas irregularidades em inserções de propaganda eleitoral em rádios.

Moraes usou o mesmo adjetivo para qualificar a ação judicial proposta pelo partido de Bolsonaro, o PL, para questionar a segurança das urnas usadas no segundo turno de 2022. De acordo com ele, foi uma "manobra patética do PL".

O ministro rebateu críticas à abertura do chamado inquérito das fake news, sem que tivesse ocorrido pedido do Ministério Público Federal, que em regra tem a prerrogativa de requerer o início de investigações na corte. Afirmou que a medida foi um "acerto histórico" do STF e que um dos principais motivos da abertura foi a inoperância da Polícia Federal, sob a gestão Bolsonaro, em apurar os ataques a ministros.

A condução da PRF na gestão anterior também foi abordada pelo ministro, que lembrou o fato de a corporação ter feito operações no dia das eleições e ter permitido bloqueios de caminhoneiros pelo país.

Quanto ao fato de autoridades terem aceitado a manutenção de acampamentos golpistas na frente de quartéis, até o começo do atual governo, Moraes disse que, mais que um erro, "foi omissão que está sendo investigada".

Plataformas cobram mais critérios para regulação de conteúdo

SÃO PAULO Alvo de tentativas de regulamentação, plataformas de internet defenderam nesta sexta-feira (31) suas ações contra a desinformação, e parte delas pediu regras claras do poder público para a moderação de conteúdo.

As declarações foram dadas por representantes das big techs em evento sobre democracia e plataformas digitais na Faculdade de Direito da USP.

Em suas exposições, representantes do YouTube e da Meta, dona do Facebook e do Instagram, defenderam que o poder público estabeleça parâmetros claros.

Chefe de política pública de integridade da Meta, Monica Guise afirmou que, ao contrário do que se diz, a empresa é a favor de uma regulamentação e gostaria de participar dos debates sobre o tema, até para saber como deve proceder.

"As balizas do que é ou não democrático [em um conteúdo] precisam ser dadas de preferência pelo Legislativo", diz.

Sem citar Moraes, ela refutou a afirmação do ministro de que as plataformas atuem com irresponsabilidade.

Guise disse que é fácil falar sobre moderação, mas muito difícil implementar, pois muitos casos ficam no que chamou de zona cinzenta. "O discurso de ódio é extremamente subjetivo. Uma mesma palavra em um contexto pode estar sendo usada para atacar e, em outro, para avisar e confrontar."

Ela também descartou a comparação entre a facilidade de que as redes têm de retirar pornografia infantil com a dificuldade de vetar conteúdos de caráter antidemocrático.

Segundo Guise, as plataformas dispõem da capacidade de cotejar qualquer material audiovisual com uma grande base de dados de vídeos de pornografia infantil que deixam uma espécie de impressão digital (chamada de hash).

Dessa forma, conteúdos do tipo, que muitas vezes recirculam, são muito mais facilmente identificáveis do que outros.

Em sua exposição, Alana Rizzo, gerente de políticas públicas do YouTube no Brasil, disse que os governos devem dar diretrizes muito claras sobre o que é conteúdo ilegal, além de um grau de autonomia para as plataformas reagirem a situações inéditas, já que o tempo do legislador é mais lento.

Ela também elencou medidas que a empresa tomou para favorecer conteúdos com credibilidade nas eleições e durante a pandemia de Covid.

Diretor de políticas públicas do TikTok no Brasil, Fernando Gallo defendeu a manutenção do artigo 19 do Marco Civil, que isenta as plataformas de responsabilidade por conteúdo de terceiros.

No entanto, ele defendeu que, caso o STF declare o dispositivo inconstitucional, haja parâmetros muito claros sobre a responsabilidade das plataformas, de preferência estabelecidos pelo Congresso, sob o risco de "censura privada", ou seja, as empresas suprimirem mais conteúdos do que deveriam para evitar uma punição.

Gallo afirmou que o TikTok está disposto a "construir uma boa regulação" e rejeitou a ideia de que as plataformas não se autorregulam. Argumentou que o aplicativo se autorregula, por exemplo, quando atualiza regras, melhora ferramentas de detecção de conteúdos e amplia a transparência.

Dario Durigan, do WhatsApp, admitiu que há um desafio de como garantir a democracia mantendo a privacidade das comunicações. Ele afirmou que esse desafio é da sociedade como um todo.

Durigan disse que a empresa coopera com as autoridades, por exemplo com metadados que podem ser fornecidos, mas defendeu a criptografia das informações.

Também afirmou que as restrições no encaminhamento de mensagens fizeram com que os disparos em massa, grande nó da eleição de 2018, deixassem de ser um problema.

Durigan enfatizou ainda que o WhatsApp não é uma rede social e, portanto, não trabalha com impulsionamento, monetização ou algoritmos. **AP**

Raquel Lyra governa PE com afagos a Lula e aliança com PL

Governadora tem feito acenos ao petista enquanto consolida acordo com ex-candidato bolsonarista

José Matheus Santos

RECIFE O início do mandato da governadora Raquel Lyra (PSDB) é marcado em Pernambuco por uma dicotomia na conduta política.

Ao mesmo tempo em que mantém diálogo intenso com o governo Lula, a gestora se aliou ao PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Raquel foi eleita no segundo turno das eleições de 2022 com o discurso de mudança, além de prometer que atuaria em parceria com o presidente que fosse eleito para governar o Brasil, fosse Lula ou Bolsonaro. Ela declarou neutralidade no segundo turno da disputa pelo Palácio do Planalto.

Um dos episódios marcantes da relação com Lula aconteceu na semana passada, quando o presidente saiu em defesa de Raquel após parte de seus apoiadores e profissionais de enfermagem vaiarem a governadora durante um evento no Recife.

"A governadora pode ser nossa adversária política, mas ela é governadora do estado. Ela foi eleita e vou a respeitar como governadora", disse Lula para os seus apoiadores.

"Aqui virei tantas vezes quanto necessário para cuidar dos interesses do povo de Pernambuco pelas mãos dela, pelas mãos de João [Campos, prefeito do Recife] e pelas mãos dos outros prefeitos, porque é assim que rege o espírito de tudo o que nós construímos na democracia desse país", completou.

Antes, o presidente da República se levantou e ficou ao lado da governadora durante o discurso dela. O gesto foi um sinal de solidariedade em meio às vaias da plateia contra Raquel. No mesmo dia, os dois assinaram o acordo de gestão compartilhada de Fernando de Noronha.

Uma semana depois, a governadora se encontrou com dirigentes de federação dos trabalhadores rurais e agricultores ligada ao PT.

Em 2022, o governo Bolsonaro entrou com uma ação no STF para que a União retomasse o controle do arquipélago. O novo contrato foi negociado entre os governos estadual e federal e homologado pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, no Recife.

Apesar de Lula ter dito que Raquel é sua adversária política, o PT não faz parte da oposição à governadora no estado. A legenda, junto a PC do B e PV (que formam uma federação tripla), declarou independência, mas o senador Humberto Costa (PT-PE) cobrou publicamente uma posição do partido para "não ficar em cima do muro".

Há três semanas, a tucana esteve em Brasília a convite do governo federal para participar da cerimônia de lançamento de um programa de enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres.

Raquel sentou-se no palco da cerimônia no Palácio do Planalto, junto a Lula.

No discurso, a governadora proferiu falas em sintonia com os pensamentos do petista sobre segurança pública.

"Com trabalho integrado, é possível mudar a realidade. Olhar para o urbanismo social, prevenção, qualificação profissional, escolas que acolhem as crianças e dar um novo sonho. Não é fácil. É mais fácil armar um cidadão, o discurso fácil em vez do enfrentamento daquilo que é estrutural", afirmou. O armamentismo é uma das principais bandeiras do bolsonarismo.

Mesmo assim, Raquel selou uma aliança com o PL no Governo de Pernambuco. O partido é presidido no estado pelo ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes Anderson Ferreira.

Anderson foi candidato a governador em 2022 e acabou em terceiro lugar na disputa. Ele não apoiou Raquel publicamente no segundo turno, embora a tucana tenha tido adesão de parte dos correligionários do bolsonarista.

Lula (PT) ao lado da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), durante evento no Recife Divulgação Governo de Pernambuco

Anderson fez indicações de cargos cobiçados na administração estadual e emplacou seus aliados nas presidências do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) e no comando da secretaria-executiva de Justiça e Promoção aos Direitos do Consumidor.

A secretária de Educação de Pernambuco, Ivaneide Dantas, comandava o setor, antes, em Jaboatão, reduto do bolsonarismo.

O governo estadual também articulou a troca na liderança do PL na Assembleia Legislativa para garantir o controle na presidência de comissões na Casa. O deputado estadual Alberto Feitosa foi destituído do posto e substituído por Nino de Enoque, com aval da maioria dos cinco colegas.

Feitosa é da ala do PL crítica ao governo tucano. Ele faz parte do grupo político que conta com o ex-ministro do Turismo de Bolsonaro Gilson Machado Neto, que foi derrotado na disputa pelo Senado nas eleições do ano passado.

Aliados de Gilson Machado preferem manter independência em relação ao governo tucano. O grupo quer emplacar uma candidatura do PL à Prefeitura do Recife, enquanto o entorno de Anderson Ferreira cogita firmar aliança com um nome moderado apoiado pela governadora para enfrentar o prefeito João Campos (PSB), aliado de Lula.

As indicações de Anderson Ferreira no governo Raquel geraram críticas da oposição.

"Raquel Lyra, que já tinha entregue a Secretaria de Educação ao bolsonarismo, agora deixa o Detran, de porteira fechada, nas mãos de representantes do genocida e seu partido. E surpreende um total de zero pessoas. É o velho e conhecido 'toma lá, dá cá'. Neutro é sabonete de bebê", escreveu a ex-deputada Marília Arraes (Solidariedade), derrotada por Raquel no segundo turno de 2022.

As nomeações políticas para o governo foram destravadas em março, após a governadora optar por montar o primeiro escalão do governo com praticamente todas as indicações da sua escolha, mas ainda há insatisfação de parte das bancadas na Assembleia, como União Brasil e PP, que querem mais espaço.

Fora do poder no estado após 16 anos, o PSB está majoritariamente na oposição, mas ao menos 6 de um total de 13 deputados que se filiaram por cálculo eleitoral ou apoiaram Raquel no segundo turno pretendem ficar na base do governo.

O PSB cedeu a liderança da oposição ao PSOL, que tem apenas uma deputada. Os dois partidos formam juntos o bloco, apesar de o PSOL ter sido crítico aos governos do agora parceiro de oposição.

O ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho (União Brasil), que foi candidato a governador e apoiou Raquel Lyra no segundo turno, não foi contemplado no governo. Ele é filho do ex-senador Fernando Bezerra Coelho (MDB), líder do grupo político.

Miguel Coelho tem dito a aliados, no entanto, que apoiou a governadora tucana mesmo sem contrapartida.

Governo recompõe Comissão de Mortos e Desaparecidos

Extinto por Bolsonaro, grupo tem apurações a fazer sobre vítimas da ditadura em cemitérios e valas clandestinas

Ossadas de possíveis desaparecidos na ditadura militar em Perus Matuiti Mayezo - 12.out.90/Folhapress

Maurício Meireles

SÃO PAULO O governo federal decidiu reconduzir ao cargo antigos integrantes da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, extinta pelo governo Jair Bolsonaro (PL) no fim de 2022. A procuradora federal Eugênia Gonzaga, destituída da presidência do colegiado em 2019, deve voltar.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, também retornarão Vera Paiva e Diva Santana, representantes dos familiares de desaparecidos políticos durante o regime militar, e o procurador Ivan Marx, que representa o Ministério Público Federal.

"A comissão está formada, mas houve dois imprevistos", diz Nilmário Miranda, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade.

"Primeiro, demorou a indicação da Câmara dos Deputados, porque demoraram a definir as comissões. Segundo, o previsto era que o presidente Lula fizesse um despacho [reinstalando a comissão] nesta sexta-feira (31), mas ele pegou pneumonia. Íamos apresentar para as famílias, mas tem que ter um decreto já publicado."

Eugênia Gonzaga deixou o cargo depois de um imbróglio com o então presidente Jair Bolsonaro.

A comissão tinha determinado a correção do atestado de óbito de Fernando Santa Cruz, que desapareceu junto com o amigo Eduardo Collier Filho em 1974, depois de serem presos por agentes da repressão. O objetivo da medida era que o atestado dissesse que Santa Cruz foi vítima da violência de Estado.

Como resposta, Bolsonaro trocou 4 dos 7 integrantes do grupo. No lugar de Gonzaga, entrou Marco Vinicius Pereira de Carvalho, ligado a Damares Alves, senadora e à época ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O argumento foi que os trabalhos do grupo teriam acabado e não havia mais como avançar. "Isso é bobagem. Não há mais casos para [a comissão] julgar há muito tempo, mas a busca por restos mortais precisa continuar", diz Nilmário de Miranda.

Santa Cruz e Collier Filho fazem parte de uma lista de 243 desaparecidos políticos feita pela Comissão Nacional da Verdade. A busca pelo paradeiro dos corpos ainda não localizados tem várias frentes inconclusas, inclusive por entraves que antecedem a gestão Bolsonaro.

"A comissão foi criada em 1995 sem verbas e sem estrutura técnica", diz Eugênia Gonzaga. "Quando assumi, parlamentares passaram a destinar recursos de emendas para nossos trabalhos. Foi assim que conseguimos avançar."

O colegiado pode enfrentar o mesmo problema quando for recriado. Nilmário diz que, como o grupo foi extinto, não havia previsão de verbas para ele no Orçamento.

Uma das principais frentes de trabalho ainda aberta é o caso da vala clandestina de Perus, descoberta no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, nos anos 1990.

O conjunto é composto por 1.049 caixas com ossadas, hoje sob os cuidados do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf) da Unifesp, que capitaneia as pesquisas.

Apenas cinco desaparecidos foram identificados entre as restos mortais, os últimos dois em 2018. Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho são dois dos procurados ali.

De acordo com o médico Samuel Ferreira, coordenador científico da comissão, já foi analisado o material genético de 750 pessoas. Há um conjunto de 151 casos com resultado previsto para até o fim de abril.

"Desse conjunto todo, existem amostras degradadas que talvez precisem de novas análises, porque são ossadas muito antigas", diz Ferreira.

Uma vez finalizada essa etapa, ainda faltarão as pesquisas envolvendo as caixas com ossos de diferentes pessoas misturados, que são 26% do total. Também é preciso investigar quais vítimas da ditadura podem ter sido sepultadas em Perus, mas fora da vala. "Estimo que tenhamos entre três a cinco anos de trabalho pela frente", diz o professor Edson Telles, coordenador do Caaf.

Telles conta ainda que a universidade recebeu, no ano passado, ossos que podem ser de até oito pessoas e estavam em Petrópolis, onde funcionou a Casa da Morte, um dos mais terríveis centros de tortura do regime militar.

Além disso, a universidade detém hoje restos mortais exumados em outros cemitérios, como o de Vila Formosa, em São Paulo. Há a suspeita de que os corpos de 12 vítimas da ditadura possam estar lá.

Também há outros cemitérios a serem alvo de investigações fora de São Paulo. A Comissão da Verdade apontou que os corpos de pelo menos 15 militantes de esquerda podem ter sido sepultados em uma vala clandestina em Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, onde foram encontradas 2.000 ossadas.

Outro ponto crucial são as apurações envolvendo a Guerrilha do Araguaia. Ao longo dos anos, o governo fez expedições à região e encontrou várias ossadas, mas as identificações de restos mortais precisam prosseguir e há novas buscas a serem realizadas.

Além da busca por testemunhas, há toda uma pesquisa histórica a ser feita: no caso dos cemitérios, os números em livros e guias antigos raramente batem com o número atual de sepulturas. Por isso, é preciso fazer um mapeamento desses espaços.

Para Eugênia Gonzaga, o trabalho seria mais fácil com a colaboração dos militares.

"Ao longo de todos esses anos, os governos nunca deram ordens claras para que os militares apresentassem informações sobre o destino dos corpos", diz a procuradora. "As Forças Armadas alegam que não têm essas informações, mas isso não se sustenta. Acredito que essas informações existem, mas estão guardadas a sete chaves."

mundo

Apoiadora de Donald Trump nas proximidades da casa do ex-presidente em Mar-a-Lago, na Flórida Chandan Khanna - 30.mar.23/AFP

FOLHA EXPLICA

Trump pode ir a tribunal durante ou até depois de eleições nos EUA

Período entre indiciamento e julgamento de fato costuma ser de no mínimo um ano, dizem juristas

SÃO PAULO Primeiro ex-presidente dos EUA a ser indiciado por um crime, Donald Trump pode ser julgado durante ou mesmo depois das eleições presidenciais de 2024, para as quais é pré-candidato do Partido Republicano.

O julgamento do ex-chefe da Casa Branca, afinal, só deve começar daqui a um ano, segundo especialistas em direito internacional. O caso envolve, ainda, muitas dúvidas sobre seu desenrolar.

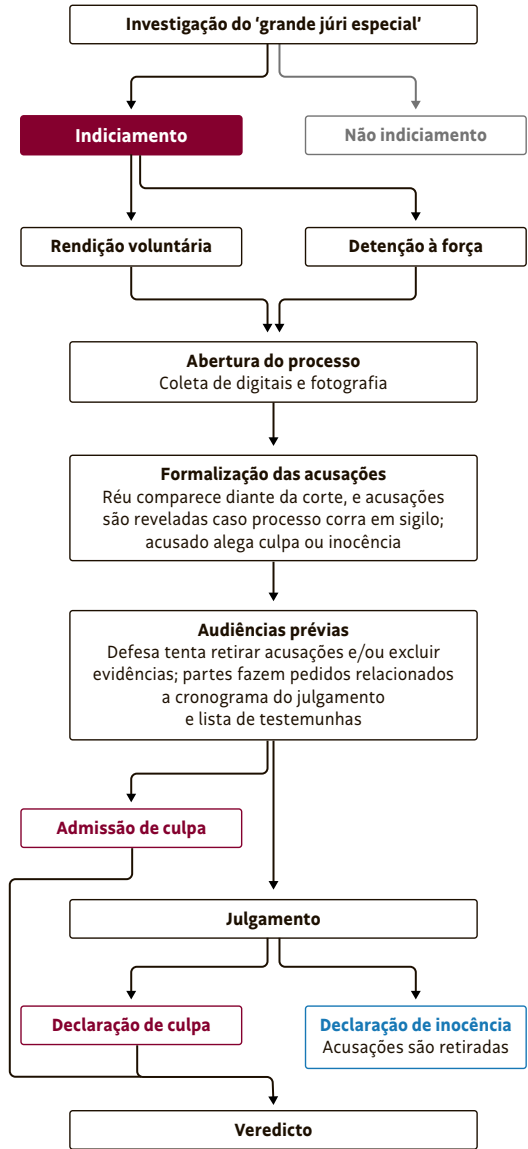
Após a imprensa americana revelar o indiciamento na quinta (30), o advogado de Trump, Joe Tacopina, disse que o republicano ficou chocado com a notícia —ainda que ele mesmo tenha dito, há duas semanas, que isso estava prestes a ocorrer.

Em entrevista à emissora americana Fox News, alinhada a Trump, Tacopina disse que seu cliente "está pronto para lutar". "E, da minha parte, nunca fiquei tão irritado com uma acusação como desta vez. O Estado de Direito nos EUA morreu."

Quem também falou sobre o caso foi Mike Pence, vice de Trump no período de Casa Branca. Discursando em Washington, ele disse que o caso é um ultraje e que envia "uma péssima mensagem ao mundo". "Existem ditadores e autocratas que usarão isso para justificar seu próprio abuso do sistema de Justiça", afirmou Pence, outro potencial candidato.

O presidente Joe Biden, por sua vez, recusou-se a comentar o assunto. Veja os principais pontos do caso.

*

O que acontece com Donald Trump após indiciamento?

Fonte: Washington Post

Quando Trump deve ir a julgamento?
Segundo o departamento de serviços criminais do condado de Nova York —de onde parte a acusação contra o político— nos primeiros três bimestres de 2022, processos criminais demoraram em média mais de 900 dias (ou quase dois anos e meio) para ir da etapa do indiciamento até o veredicto final.

Desta forma, especialistas consultados pela agência de notícias Reuters estimam que o julgamento do empresário só deve começar daqui a um ano pelo menos.

Quais acusações pesam contra Trump?
A ação contra Trump está longe de ser típica, e um dos motivos é que nem o ex-presidente sabe quais infrações pesam contra ele —a notícia de seu indiciamento foi adiantada pela imprensa, mas o caso, que trata da compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels na campanha de 2016, segue sob sigilo.

As acusações só serão reveladas na semana que vem, quando Trump será convocado ao escritório da Promotoria de Nova York para ter sua fotografia tirada e sua impressão digital colhida, e comparecerá pela primeira vez diante da corte.

Ele provavelmente será liberado para voltar para a casa, em Mar-a-Lago, na Flórida. Uma de suas advogadas, Susan Necheles, afirmou que a expectativa é que todas essas etapas ocorram na próxima terça-feira (4).

Embora as acusações contra Trump sejam desconhecidas, sabe-se que o caso montado pelo promotor Alvin L. Bragg envolve a suspeita de um gasto de campanha não declarado pelo então candidato em 2016 pelo silêncio de Stormy Daniels, que teria tentado revelar publicamente que teve um caso extraconjugal com o republicano anos antes.

O montante, de US$ 130 mil (R$ 662,2 mil), teria sido pago pelo então advogado de Trump, Michael Cohen, e reembolsado no ano seguinte pelo republicano que, já na Casa Branca, registrou a despesa como gasto jurídico. Cohen é uma das testemunhas-chave da acusação.

Um "grande júri especial" —espécie de júri popular— considerou que o material apresentado pela Promotoria é robusto o suficiente para levar Trump à Justiça.

O que ocorre se Trump não colaborar com a Justiça?
Se o republicano por acaso decidir não comparecer voluntariamente à audiência, promotores podem pedir à Flórida que o extradite — possibilidade que o governador Ron DeSantis, principal adversário de Trump dentro do Partido Republicano, já disse que não acataria.

Segundo sua defesa, porém, Trump deve seguir os procedimentos de rotina. Seu advogado acrescentou que o combinado com a Promotoria do condado de Nova York é que Trump não será algemado —o que talvez tenha frustrado o político que ele representa, que na semana passada anunciou que seria preso em rede social e teria dito a aliados que queria transformar o indiciamento em um "espetáculo".

Quais são as alternativas postas na mesa?
O ex-presidente, a princípio, poderia negociar um acordo em vez de ir a tribunal. Caso seus advogados optem pelo julgamento, porém, eles têm algumas alternativas.

Eles podem, por exemplo, tentar desmontar o caso alegando que Bragg —à frente do processo que levou à condenação das Organizações Trump por um esquema de fraudes fiscais e falsificação de registros— tem objetivos políticos ao perseguir o republicano.

Como andam os outros casos envolvendo Trump?
O indiciamento desta quinta-feira chamou a atenção por ter ocorrido justamente no âmbito do caso mais frágil contra o ex-presidente de todas as quatro investigações contra ele em curso.

Diferentes instâncias no país investigam a tentativa de fraude no resultado das eleições de 2020, quando o republicano perdeu para Joe Biden; sua responsabilidade no ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021; e o fato de ter levado para casa documentos secretos do governo após deixar a Presidência. Trump alega que todas as investigações têm motivação política.

Trump pode se tornar inelegível?
Mesmo condenado, Trump não seria impedido de concorrer. Isso porque os EUA não têm uma lei equivalente à Ficha Limpa, por exemplo, que impede no Brasil a candidatura de pessoas condenadas por órgão colegiado (mais de um juiz), que tiveram o mandato cassado ou renunciaram para evitar a cassação.

A única maneira de tirá-lo da corrida seria caso ele seja condenado por insurreição nas investigações envolvendo o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro. A 14ª Emenda da Constituição proíbe de ocupar qualquer cargo civil ou militar em governos federal ou estadual quem "tiver se envolvido em uma insurreição ou rebelião" contra o governo.

Com The New York Times e Reuters

Washington desiste de míssil hipersônico após falha em teste

Igor Gielow

SÃO PAULO Após quase cinco anos de testes, a Força Aérea dos EUA cancelou seu principal programa de míssil hipersônico, em mais um revés numa corrida em que está atrás da Rússia e da China, seus principais rivais militares.

O motivo foi um novo fracasso em teste do AGM-183A ARRW (sigla em inglês para Arma de Reação Rápida Lançada do Ar, mas que soa como "flecha"), no último dia 13.

O modelo era a aposta central do governo americano nessa tecnologia que leva mísseis de 5 a 20 vezes a velocidade do som, que havia concedido um contrato de US$ 480 milhões (equivalentes a US$ 574 milhões hoje, ou R$ 2,9 bilhões) à Lockheed Martin em 2018 para seu desenvolvimento.

O cancelamento foi informado em um documento enviado ao Congresso americano pelo secretário assistente de Aquisições da Força, Andrew Hunter, que não detalha a natureza dos problemas. Os EUA vêm testando a tecnologia, sem muitos avanços, desde 2010.

O desenvolvimento do ARRW foi problemático, com uma série de fracassos, mas em dezembro do ano passado um teste completo deu certo. É uma arma do tipo planador hipersônico, que a Rússia já opera e que a China alegadamente testou no ano passado.

No sistema, um míssil balístico de combustível sólido é lançado de um bombardeiro, no caso dos testes um gigante B-52H, vai a velocidades até 20 vezes acima da do som (24 mil km/h) e solta um planador, que pode manobrar até chegar a seu alvo com uma carga bélica —no caso do mesmo modelo russo, o Avangard, ela pode ser nuclear.

Agora, sobrou aos EUA apenas um programa de hipersônico, o de um modelo menor e teoricamente mais simples, o HACM (Míssil de Ataque de Cruzeiro Hipersônico) da Raytheon. Ele já passou por quatro testes bem-sucedidos, tendo voado pela primeira vez em setembro de 2021.

No ano passado, a fabricante foi contratada para continuar o desenvolvimento. É um míssil menor, que pode ser lançado de caças F-15, e atinge uma velocidade cinco vezes acima da do som (6.100 km/h), com capacidade de manobra.

Seu motor é um scramjet, que injeta combustível líquido em um fluxo supersônico de oxigênio, fabricado pela Northrop Grumman. Ele não carrega explosivos: sua ogiva é cinética, isto é, destrói o alvo com a energia liberada pelo impacto em altíssima velocidade.

O ARRW já havia desaparecido, como programa independente, da programação orçamentária do Departamento de Defesa, que enviou pedido do inédito de US$ 842 bilhões (R$ 4,3 trilhões hoje) para gastar no ano fiscal de 2024 (que começa em 1º de outubro).

Em apresentação ao Congresso, o chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA, general Mark Milley, disse que pela primeira vez o país corria o risco de enfrentar um conflito simultâneo contra duas potências nucleares, a Rússia ora envolvida na invasão da Ucrânia, e sua aliada China, rival principal dos americanos na Guerra Fria 2.0.

As armas hipersônicas vêm sendo vendidas como instrumento de guerra do futuro por sua capacidade de manobra a altíssimas velocidades, escapando de defesas antimísseis.

A Rússia está na frente na corrida, já tendo colocado em operação o Avangard, o Tsirkon (modelo naval com motor scramjet) e o Kinjal (modelo balístico lançado de caças, que já é empregado na Ucrânia). Eles fazem parte do pacote de "armas invencíveis" lançado por Vladimir Putin em 2018.

A China não ficou atrás, e em 2019 anunciou ter operacional o planador hipersônico lançado do míssil DF-17, além de outros modelos. Outros países menores na liga dos rivais dos EUA, como Coreia do Norte e Irã, também afirmam ter testado mísseis hipersônicos. Há programas de nações aliadas dos americanos em estágios diversos, mas nenhum deles próximo de ser introduzido em ação.

+

Biden pede libertação de jornalista acusado pela Rússia de espionagem

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pediu nesta sexta-feira (31) a libertação do repórter do Wall Street Journal, Evan Gerchkovitch, preso sob a acusação de Moscou de espionar segredos militares para Washington. "Deixe-o ir", disse Biden a repórteres ao deixar a Casa Branca para uma viagem ao Mississippi. Questionado se iria expulsar diplomatas russos após a detenção de Gerchkovitch, o presidente disse que esse não era o seu plano por enquanto. Já o WSJ pede uma "escalada diplomática e política", com a expulsão do embaixador russo nos EUA, assim como de todos os jornalistas russos. Mais tarde, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia afirmou que dará acesso consular ao jornalista. Em entrevista à imprensa russa, a porta-voz do ministério, Maria Zakharova, disse que os EUA não fizeram nenhuma tentativa de entender o que aconteceu com Gerchkovitch.

Diplomacia russa vê Ocidente como 'ameaça existencial'

Nova doutrina de política externa de Moscou retoma linguagem da Guerra Fria

GUERRA DA UCRÂNIA

SÃO PAULO Fruto do desenrolar da Guerra da Ucrânia, a Rússia lançou nesta sexta-feira (31) sua nova doutrina de política externa, um documento de mais de 40 páginas que desenha um inimigo bem delimitado: os Estados Unidos.

No manual que agora dita a postura e influencia os discursos da diplomacia russa ao redor do mundo, o governo de Vladimir Putin aponta Washington como a principal ameaça à estabilidade internacional e condutora de uma "linha anti-Rússia" no Ocidente.

Em um passo além, o material, capitaneado pelo decano chanceler Serguei Lavrov, diz que o Ocidente configura uma espécie de ameaça existencial cuja dominação deve ser combatida.

Em reunião do Conselho de Segurança russo, Lavrov disse que a nova doutrina estabelece o direito russo de tomar "medidas simétricas, ou mesmo assimétricas, em resposta a ações hostis" e que "inimigos ocidentais estão tentando enfraquecer Moscou de todas as maneiras".

Na prática, o documento formaliza a postura que vem sendo adotada pela diplomacia de Putin ao longo dos últimos anos, em especial desde a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022 —justificada por Moscou como, entre outras coisas, uma resposta ao avanço da Otan, a aliança militar liderada pelos EUA, na antiga órbita soviética.

"O documento designa os EUA como o principal motor da política antirrussa", disse Lavrov, segundo transcrição da reunião disponibilizada no site do Kremlin. "A política do Ocidente que visa à degradação total da Rússia é descrita como um novo tipo de guerra híbrida."

O termo, agora apropriado pelo russo, é adotado pelo Ocidente para descrever a estratégia russa contra Kiev: operar uma disputa física, em campo, e também virtual, por meio de ataques hackers e ondas de desinformação disparadas contra adversários nas plataformas sociais.

Ainda assim, Lavrov disse que Moscou busca uma coexistência pacífica e um equilíbrio de interesses com Washington. Depois, pediu que o país mantenha a chamada estabilidade estratégica — em outras palavras, o equilíbrio das capacidades nucleares dos dois países.

A fala, no entanto, vem pouco mais de um mês após Moscou abandonar o último acordo de controle de mísseis estratégicos vigente, o Novo Start, que já cambaleava desde que a guerra começou.

No mesmo material, para fazer oposição à hegemonia americana, Moscou propõe o alargamento da cooperação militar com a África (continente que volta a ser disputado pelas principais potências mundiais), a China (que firmou sua "amizade sem limites" com os russos)— e a América Latina. Nesse último bloco, há menções específicas ao Brasil e às ditaduras de Nicarágua, Cuba e Venezuela.

Na quinta (30), o governo Lula deixou de assinar a declaração final da Cúpula da Democracia do governo de Joe Biden pelo fato de o documento conter críticas a Moscou.

Aos acenos nucleares russos se somam falas semelhantes de um dos principais aliados de Putin no xadrez global, o ditador da Belarus, Aleksandr Lukachenko. Em discurso ao Parlamento, o líder do regime de Minsk levantou a bandeira de uma possível guerra nuclear. "Uma terceira guerra mundial surgiu no horizonte com perspectivas nucleares."

> Uma terceira guerra mundial surgiu no horizonte com perspectivas nucleares
>
> **Aleksandr Lukachenko**
> ditador da Belarus

Lukachenko disse que seu país está aberto a guardar em seu território mísseis nucleares intercontinentais russos —um aceno feito poucos dias após Putin anunciar um acordo para estacionar armas nucleares táticas no país vizinho já a partir de julho.

"Não estou tentando intimidar ou chantagear ninguém. Quero apenas proteger o Estado belarusso e garantir a paz", disse o ditador. Ele também pediu uma espécie de cessar-fogo na Guerra da Ucrânia que, no entanto, envolveria apenas o recuo de Kiev, não o fim da invasão capitaneada por seus aliados russos.

Lukachenko, no poder desde 1994, disse que a Belarus tem armas convencionais suficientes para combater o que chamou de ameaças evidentes, mas que, se observarem o aumento do risco, usarão tudo o que for possível —um aceno ao material nuclear russo.

O ditador subiu o tom e afirmou, sem apresentar provas, que há um plano do Ocidente para invadir seu país, provavelmente por meio da vizinha Polônia, que é membro da Otan. "Eles estão se preparando para invadir a Belarus, para destruir nosso país."

BUTCHA É CENTRO DA INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DE GUERRA UM ANO APÓS MASSACRE

Presidência da Ucrânia/AFP

"Nunca perdoaremos" as mortes em Butcha, disse o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, por ocasião do primeiro aniversário da retirada russa da cidade. Ele visitou o local nesta sexta-feira (31) com os líderes de Eslováquia, Moldova, Croácia e Eslovênia. Quando as forças russas recuaram de Butcha, em 31 de março de 2022, um mês após o lançamento da invasão do país por ordem do presidente Vladimir Putin, as tropas deixaram muitos cadáveres para trás. No total, segundo estimativas ucranianas, cerca de 400 corpos de civis foram encontrados em Butcha.

Lula remarca viagem à China para os dias 11 a 15 de abril

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) remarcou sua viagem para a China para os dias de 11 a 15 de abril. Inicialmente, ele deveria ter embarcado no último sábado (25), mas acabou cancelando a comitiva depois de receber diagnóstico de pneumonia.

Já havia expectativa de que a viagem fosse no próximo dia 11, como mostrou a **Folha**. Em encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta semana, Lula voltou a convidá-lo para a comitiva.

Eles estiveram reunidos por mais de duas horas e meia na noite de terça (28), quando trataram também de temas econômicos e da crise do rito de análise de MPs (medidas provisórias).

O governo brasileiro aguardava o aval dos chineses para a nova data, o que ocorreu nesta sexta-feira (31). Todas as agendas com autoridades estão mantidas, e o encontro bilateral com o líder chinês, Xi Jinping, deve ocorrer entre os dias 13 e 14 de abril.

Além disso, Lula deve ir a Xangai para a posse da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), indicada por ele para comandar o NDB, banco do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O evento ainda não tem data marcada.

Na reunião, estará em jogo a principal ambição do petista no cenário internacional: apresentar-se como facilitador de um diálogo pela paz na Guerra da Ucrânia, que já dura mais de um ano e tem impacto direto sobre a economia global.

O governo brasileiro já recebeu a sinalização positiva dos chineses de que Xi está disposto a tratar da situação na Ucrânia com Lula, e o brasileiro deve se reunir ainda com o premiê Li Qiang e com o chefe do Parlamento, Zhao Leji.

No final de abril, Lula tem outra agenda internacional: Portugal e Espanha. No mês seguinte, deve participar da reunião do G7 no Japão.

A posição chinesa é considerada fundamental por Lula. O petista já conversou sobre o assunto com líderes ocidentais, como os governantes da Alemanha, Olaf Scholz; dos EUA, Joe Biden; e da França, Emmanuel Macron. A receptividade desses líderes tem sido fria. Foram visíveis, por exemplo, as divergências entre Lula e Scholz sobre o tema durante visita do alemão a Brasília.

Macron, por sua vez, respondeu a uma publicação de Lula no Twitter convidando o brasileiro a discutir a crise internacional com base na proposta de dez pontos do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski —uma lista de exigência considerada inaceitável por Moscou, por envolver a devolução de território já anexado.

O presidente francês deve ir à China na próxima semana, em uma rara visita do país europeu ao gigante asiático. Macron, que foi recebido no Kremlin por Vladimir Putin neste mês, quer passar a mensagem de que a Europa não aceitará o fornecimento de armas da China para a Rússia.

Em missão semelhante está o premiê espanhol, Pedro Sánchez, nesta sexta. Em visita à China, o socialista encorajou Xi a conversar com Zelenski e a conhecer a proposta de Kiev para pôr fim ao conflito.

Dilma no banco do Brics

Mandato da ex-presidente à frente do NDB no pode trazer prestígio ao Brasil

Igor Patrick
Jornalista, mestre em Estudos da China pela Academia Yenching (Universidade de Pequim) e em Assuntos Globais pela Universidade Tsinghua

Dilma Rousseff chegou sorridente à sede do Novo Banco do Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) em Xangai, pronta para liderar uma das poucas materializações concretas da parceria iniciada pelo Brics. Cercada de sorrisos e pompa, a ex-presidente desembarca na China cumprindo um desejo antigo de Lula: requalificar sua imagem em um posto internacional à altura de um dos principais quadros do PT.

O perfil burocrata e técnico de Dilma é de conhecimento geral para qualquer pessoa que tenha acompanhado de perto sua carreira em Brasília. Pouco afeita à articulação política, a ex-presidente era conhecida pela diligência que lhe será muito bem-vinda no NDB. Economista de carreira, ela também traz no currículo o fato de ter sido uma das principais articuladoras da criação do banco —a fundação, inclusive, foi anunciada em Fortaleza, durante a cúpula do Brics de 2014.

As ambições do NDB sempre foram muitas. Nunca foi pretensão substituir alternativas consolidadas como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas o objetivo era claro: financiar economias em desenvolvimento, sobretudo em infraestrutura e transição energética sustentável.

Críticas pipocaram tão logo começou a operar —economistas consideraram obscuros seus critérios para financiamento de projetos, enquanto salvaguardas sociais e ambientais não pareciam bem delimitadas—, mas o NDB caminhou. Regras de governança estão muito mais maduras hoje e, se Brasil e Índia ainda resistem à expansão do Brics, ao menos no banco a chegada de novos membros foi bem-vinda: Egito, Bangladesh, Emirados Árabes e Uruguai se juntaram à instituição, e a expectativa é atrair em breve outras economias em desenvolvimento de relevância como Argentina, Tailândia, Nigéria e Turquia.

Os desafios de Dilma à frente do NDB, porém, não serão pequenos. Em agosto do ano passado, a Fitch, uma das principais agências de classificação de risco no mundo, rebaixou o grau de investimento do banco de AA+ para AA com perspectiva negativa. O movimento, bastante raro em instituições multilaterais, foi causado sobretudo pela Guerra da Ucrânia e as subsequentes sanções à Rússia.

No comunicado em que justifica a decisão, a Fitch diz que o NDB permanece dependente da emissão de títulos de longo prazo a taxas baixas nos EUA, repassando o custo de captação aos tomadores de empréstimos. Com as sanções, há dúvidas quanto à continuidade de acesso ao mercado de capitais americano, sobretudo porque a Rússia ainda mantém cerca de 20% do banco. Um potencial bloqueio comprometeria a liquidez dos ativos e colocaria em xeque a estrutura fiscal, o que fez a Fitch reclassificar o risco estratégico de investimento no NDB de "moderado" para "alto".

No lado geopolítico, China e Rússia podem até ter se reaproximado a níveis históricos nos últimos anos, mas na outra ponta as relações entre Pequim e os indianos esfriou consideravelmente.

A imprensa brasileira pode até ter dado desnecessário destaque ao salário de Dilma à frente da instituição, mas será na delicada gestão destas barreiras até o fim do mandato em 2025 que precisaremos estar de olho. A tarefa de qualificar o banco do Brics em um cenário tão complicado será hercúlea, mas se tiver sucesso, Dilma certamente trará lastro de prestígio ao Brasil como um todo.

DOM. Sylvia Colombo | **SEG.** David Wiswell | **QUI.** Lúcia Guimarães | **SÁB.** Igor Patrick

Ex-presidente da Caixa vira réu por casos de assédio sexual

Defesa de Pedro Guimarães, que dirigiu o banco no governo Bolsonaro, 'nega taxativamente' a prática de crimes

Pedro Guimarães, que foi demitido da Caixa em junho de 2022 Ueslei Marcelino - 27.mar.20/Reuters

> A defesa de Pedro Guimarães nega taxativamente a prática de qualquer crime e tem certeza que durante a instrução a verdade virá à tona, com a sua absolvição. Ele confia na Justiça
>
> **José Luis de Oliveira Lima**
> advogado

Marcelo Rocha e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães se tornou réu pelos casos de assédio sexual contra funcionários do banco. Indicado por Jair Bolsonaro (PL), Guimarães foi demitido em junho de 2022 depois que as denúncias vieram à tona.

A defesa nega as acusações. "A defesa de Pedro Guimarães nega taxativamente a prática de qualquer crime e tem certeza que durante a instrução a verdade virá à tona, com a sua absolvição. Ele confia na Justiça", disse o advogado José Luis de Oliveira Lima.

A denúncia, ajuizada pela Procuradoria da República no Distrito Federal no fim de 2022, foi aceita pela Justiça. O caso está sob sigilo. O relato das vítimas inclui toques indesejados e convites inapropriados, além de assédio moral.

No âmbito trabalhista, a Caixa aceitou fechar acordo com o MPT (Ministério Público do Trabalho) para encerrar o processo sobre os casos de assédio sexual e moral ocorridos durante a gestão do ex-presidente. O documento ainda não foi homologado pela Justiça. O caso também está sob sigilo.

A **Folha** apurou que o acordo prevê o pagamento de R$ 10 milhões por danos morais coletivos. Inicialmente, o procurador do Trabalho Paulo Neto pedia à Justiça R$ 305 milhões "pela omissão na investigação de tais atos" e por responsabilização solidária.

Audiência entre MPT, Caixa e Guimarães está marcada para o dia 11. A Justiça negou o pedido para que os ex-integrantes do conselho também fossem condenados —o que incluía a atual presidente, Maria Rita Serrano, que à época era representante dos funcionários.

O MPT também tenta um acordo com Guimarães para que ele seja obrigado a pagar algum valor a título de indenização por danos morais. Em setembro, Paulo Neto pediu à Justiça R$ 30,5 milhões pelas práticas de assédio sexual, moral e discriminação.

Em outubro, a Justiça determinou que o banco adotasse oito medidas para combater páticas de assédio sexual, moral e discriminação —ficando proibida, por exemplo, de pesquisar o posicionamento político de funcionários que tentam cargos de gestão.

Nova regra exige que empresas tenham canal de denúncias

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Já está em vigor a obrigatoriedade para que as comissões de prevenção de acidentes das empresas, as Cipas, passem a prever também o combate ao assédio em suas ações.

A mudança não atinge apenas o nome desses comitês. As empresas obrigadas a ter Cipa também têm de adotar pelo menos três medidas para garantir um ambiente de trabalho livre de assédio sexual e de outras formas de violência.

Continua na pág. A17

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Apetite

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deve almoçar com um grupo de megaempresários na próxima quarta-feira (5), em São Paulo. O evento, organizado pelo Esfera Brasil, do empresário João Camargo, que costuma reunir nomes como Abilio Diniz (Carrefour), André Esteves (BTG) e Rubens Ometto (Cosan), será o primeiro encontro de Campos Neto com a elite do empresariado depois da apresentação do arcabouço fiscal pelo governo Lula nesta quinta (30).

CARDÁPIO Será também a primeira ocasião em que se encontram depois da reunião do Copom que manteve a Selic em 13,75% na semana anterior.

ELEVADOR O Sesc São Paulo está na fase final de negociações para assumir o gerenciamento do edifício João Brícola, espaço que fica no centro de São Paulo e que abrigou as tradicionais lojas do Mappin e da Casas Bahia. Segundo apurou o Painel S.A., o Sesc deve fazer o anúncio nos próximos dias e aguarda os detalhes finais da documentação.

PORTEIRO O prédio pertence ao grupo São Carlos, companhia controlada pelas famílias de Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles, acionistas de referência da Americanas. O edifício está fechado desde o início do mês, quando a Casas Bahia saiu do local.

PASSADO Construído em 1939, o prédio foi projetado pelo arquiteto Elisário Bahiana, o mesmo que desenhou o viaduto do Chá. O espaço sediou o Mappin por 60 anos e a Casas Bahia nos últimos 19 anos.

DESPEDIDA Na carta interna de despedida deixada por Roberto Fulcherberguer nesta sexta (31), o agora ex-presidente da Via relembrou a reestruturação realizada na empresa sob o seu comando. Para o executivo, o processo, liderado por ele em 2019, quando assumiu a Via, foi um dos maiores do varejo brasileiro.

DANÇA DA CADEIRA Fulcherberguer será substituído por Renato Horta Franklin, executivo com passagem pela Vale e a Movida. Ele assume o novo posto em 1º de maio.

QUARESMA O consumo de bacalhau na Páscoa, que vem caindo desde 2017, deve encolher mais um pouco neste ano. Segundo estudo do Ibevar, as vendas de bacalhau serão quase 40% menores do que o registrado há cinco anos.

BATATA Entre os motivos para a queda, a pesquisa aponta o preço do produto e o aperto na renda do brasileiro. Claudio Felisoni, do Ibevar, diz que o bombom de bacalhau subiu 150%, enquanto o rendimento real do pessoal ocupado caiu 3% no mesmo período.

BOLSO O debate das redes sociais fechou o mês de março com atenção para a questão inflacionária no país, que ocupou quase 40% das manifestações sobre os temas econômicos no período, segundo o monitoramento da agência de análise de dados e mídia .Map. Entre todos os assuntos dos temas gerais mais debatidos, a inflação entrou no top 10.

CURTIDA Ainda segundo o monitoramento, as finanças tiveram presença em torno de 12% das postagens sobre economia. A insatisfação com os juros parece ter sido um consenso nos debates sobre o tema, mas aproximadamente 28% aprovam a atuação do Banco Central em manter o patamar mais alto. Segundo a .Map, o resultado de março mostra que o assunto migrou da imprensa para as redes.

CONTRACHEQUE O mercado de trabalho foi outro tema que recebeu a atenção dos internautas, com 8% das menções nas postagens de economia, estimulado pelas recentes denúncias de exploração de mão de obra nos casos de trabalho análogo à escravidão.

CHAPA O Burger King vai fazer uma campanha publicitária para desmentir fake news que atingem seus concorrentes. A iniciativa será lançada neste sábado, 1º de abril, no Dia da Mentira. A empresa afirma que o mote da campanha é "a verdade acima da rivalidade". Uma das peças vai desmentir um boato espalhado há décadas que acusava o McDonald's de fazer hambúrguer com carne de minhoca.

CUPOM Segundo a empresa, os nomes dos restaurantes não serão citados. Esta não é a primeira vez que a marca aborda o Dia da Mentira. No ano passado, o Burger King deu sanduíches para clientes que identificassem notícias falsas na internet.

CRACHÁ A ACSP (Associação Comercial de São Paulo) empossou nesta sexta (31) o advogado Roberto Mateus Ordine como novo presidente da entidade. Ele ficará no cargo até 2026. Ordine foi juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de SP entre 1991 e 2011. Nos últimos anos, foi conselheiro de entidades como o Sebrae.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona

CIFRAS & LETRAS

Escultura de colher com heroína instalada na frente da sede da Purdue Pharma, em Stamford, Connecticut (EUA), em protesto contra a crise dos opioides Gregg Vigliotti - 22.jun.18/The New York Times

Livro retrata ascensão e queda de família ligada à epidemia de opioides

Purdue Pharma é objeto de processos movidos nos EUA por governos estaduais e municipais e se declarou culpada de várias acusações

CRÍTICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Estratégias agressivas de marketing farmacêutico, prescrição excessiva pelos médicos, falhas de regulação por parte das agências governamentais e pressões sociais para o uso generalizado de analgésicos alimentaram a epidemia de opioides que já matou mais de 500 mil pessoas nos Estados Unidos.

No livro "Império da Dor", o jornalista Patrick Radden Keefe escarafuncha as raízes dessa grave crise de saúde pública ao investigar a ascensão e a queda da poderosa família Sackler, proprietária da Purdue Pharma, fabricante do analgésico com ação semelhante à da morfina, o OxyContin, apontado como um dos responsáveis pela epidemia.

Embora vários livros e artigos já tenham sido escritos sobre o tema, a força da obra de Keefe está na revelação de vários documentos, como emails e memorandos internos da empresa, que eram mantidos sob sigilo e só recentemente se tornaram públicos. Ele entrevistou mais de 200 pessoas durante cinco anos de investigação.

A primeira parte do livro se dedica a Arthur Sackler, o primogênito de três irmãos nascidos no início dos anos 1900 de pais imigrantes judeus. Psiquiatra, ele fez a primeira fortuna da família com o marketing dos sedativos Librium e Valium para os médicos, omitindo o risco de dependência dos medicamentos. Lançado em 1960, o Valium se tornaria uma substância controlada só em 1973.

Arthur, que era proprietário de um terço da farmacêutica até sua morte, em 1987, teve pouca ou nenhuma conexão com a moderna Purdue Pharma, mas Keefe justifica o espaço dado a ele (um terço da obra) com o argumento de que o médico foi o "inventor" do manual de promoção usado no marketing do OxyContin.

Entre as táticas usadas, estavam pagamentos a médicos e profissionais da saúde para promover o medicamento, relações conflituosas com órgãos públicos reguladores e menosprezo do risco de dependência da droga.

Benemérito de museus e institutos americanos de prestígio, Artur pode ter ultrapassado bem os limites entre a medicina e o comércio, mas seus pecados parecem menores em comparação aos do seu sobrinho Richard Sackler, presidente da Purdue Pharma entre 1999 e 2003 e que continuou por anos a exercer forte influência nos negócios.

Foi Richard, por exemplo, quem pressionou para o desenvolvimento do OxyContin na década de 1990 e quem liderou a iniciativa de comercializá-lo para dores de rotina quando o FDA (órgão regulador americano) o aprovou, em 1995. Em um evento da empresa, ele chegou a conclamar os representantes de vendas da Purdue a desencadear uma "nevasca de prescrições".

Naquela época, já era sabido que analgésicos mais eficazes tendiam a causar dependência. Mas o discurso adotado pelos vendedores era o de que o OxyContin, uma pílula de casca dura, liberava sua medicação de forma lenta e constante, evitando assim os altos e baixos do alívio da dor que podem levar ao vício.

Muitos usuários, porém, descobriram rapidamente como extrair a substância opioide, esmagando a casca da pílula. Em seguida, eles a ingeriam ou cheiravam-na, ficando chapados rapidamente.

Um dos episódios mais reveladores do livro ocorreu em 1999, quando as primeiras histórias de dependência de OxyContin estavam se espalhando. Keefe relata que um executivo da Purdue pediu a um assistente jurídico que entrasse em salas de bate-papo online sob um pseudônimo e descobrisse como as pessoas podiam estar abusando da droga.

Ela soube, então, das histórias de esmagamento da pílula e das fungadas. Colocou tudo em um memorando que a Purdue, mais tarde, negou ter. Mas uma investigação do Departamento de Justiça americano acabou confirmando a existência do documento.

Na época, a empresa seguiu com a propaganda enganosa. Afirmava que menos de 1% dos pacientes se tornavam viciados. O OxyContin gerou uma receita de cerca de US$ 35 bilhões e colocou a Purdue Pharma entre as empresas farmacêuticas mais lucrativas do mundo.

Keefe mostra que a família Sackler e a Purdue Pharma estavam cientes do potencial de escrutínio regulatório e das ações legais. Mas, em vez de ajustar condutas corporativas, adotou uma série de táticas, como lobby para enfraquecer normas, acordos judiciais fora dos tribunais e até mesmo atividades ilegais como suborno e fraude.

Império da Dor
★★★★★
Patrick Radden Keefe, editora Intrínseca (544 págs.), R$ 99,90

Isso permitiu que a Purdue Pharma continuasse vendendo OxyContin por anos, apesar das crescentes evidências de seus efeitos nocivos. A empresa criou teorias de "pseudodependência" (para a qual a cura seria mais opioides) e alegava que os médicos que apontavam o risco da substância sofriam de "opiofobia".

Reguladores também endossaram as alegações da farmacêutica sobre a segurança da droga. Por trás disso, havia o empenho de advogados e de lobistas bancados pela empresa. Ações judiciais foram arquivadas.

Quando o OxyContin foi reformulado, em 2010, para dificultar o abuso, muitos americanos que já estavam viciados recorreram a outras alternativas, como a heroína e o fentanil, opioide sintético cerca de cem vezes mais potente do que a morfina.

A Purdue é agora objeto de muitos processos movidos por governos estaduais e municipais. A empresa acabou se declarando culpada de várias acusações federais em novembro de 2020, mas nenhum Sackler ou executivo foi obrigado a reconhecer a culpa.

"É como se a corporação tivesse agido de forma autônoma, como um carro sem motorista", observa Keefe em um trecho do livro.

Hoje, o nome Sackler caiu em desgraça. Museus e universidades que, no passado, recebiam vultosas doações da família agora recusam o dinheiro. A Purdue está falida. Há esforços legais para recuperar parte da fortuna tirada da empresa pelos proprietários, mas, na opinião de Keefe, parece improvável que sejam bem-sucedidos.

A dependência é um fenômeno complexo, multifatorial. O OxyContin, que ainda é prescrito e considerado eficaz quando indicado corretamente, não foi o único medicamento a se tornar o responsável pela epidemia. Mas, de acordo com as inúmeras investigações e depoimentos trazidos na obra, ocupou um papel único na praga que ainda está em curso.

Nova regra exige que empresas tenham canal de denúncias

Continuação da pág. A15

As companhias têm de definir regras de conduta para coibir assédio e violência na empresa e fazer ampla divulgação delas, precisam criar um canal de recebimento e acompanhamento denúncias e a definição de sanções aos responsáveis.

Por último, uma vez a cada 12 meses, funcionários de todos os níveis hierárquicos terão de passar por treinamentos.

A lei 14.457/22, que criou a obrigação, e a portaria 4.219 de 2022, que a detalhou, define esses treinamentos como "ações de capacitação, de orientação e de sensibilização" para temas "relacionados à violência, ao assédio, à igualdade e à diversidade no âmbito do trabalho".

A portaria entrou em vigor em 20 de março, mas, na avaliação de advogados, empresas que ainda não estiverem com todas as medidas implantadas não deverão sofrer punições de imediato, especialmente se demonstrarem que as novas regras estão em implantação.

A maior preocupação deve ser, na avaliação da advogada Gabriela Lima, sócia do escritório TozziniFreire, reputacional —é cada vez mais relevante para a opinião pública que uma empresa demonstre preocupação com o assunto— e o eventual efeito dessa omissão no caso de uma ação judicial.

"Muitas empresas já vinham prestando atenção nisso, nessa necessidade. Um ponto negativo da lei é que ele não estabeleceu uma multa", diz a advogada. Nesses casos, vale a punição prevista para o descumprimento de normas regulamentadoras, as NRs, que variam de acordo com o tipo de infração e do número de funcionários.

O Ministério do Trabalho e Emprego diz que as empresas fiscalizadas a partir da validade da nova regra estão sujeitas ao "critério de dupla visita".

Se em uma primeira auditoria as mudanças não estiverem implementadas, a empresa será instruída pela inspeção do trabalho e passará por nova vistoria 90 dias depois.

O advogado Cristian Baldani, sócio da área trabalhista do escritório Veirano, destaca que as obrigações valem para todos empregados.

Ainda que muitas companhias já viessem implantando programação de conscientização em casos de assédio e de promoção de um ambiente de trabalho seguro, a regra em vigora agora prevê a obrigação a "todos, desde o chão de fábrica ao presidente da empresa".

A lei 14.457/22, que estabeleceu essas medidas de prevenção e combate ao assédio, é a mesma que criou o programa Emprega Mais Mulheres, com políticas de estímulo à empregabilidade feminina.

A maior parte das previsões dessa legislação é opcional —as companhias ficam autorizadas a adotar certos benefícios ou políticas de reequilíbrio da parentalidade. A mudança na Cipa é uma das poucas obrigações, ainda que restrita às empresas que têm essas comissões internas.

Essa restrição, porém, não deve limitar as empresas. Para o advogado do escritório Cascione, Rodrigo Nunes, as companhias não podem deixar o controle do assédio sexual no ambiente de trabalho somente a cargo da Cipa. "É preciso desenvolver um programa dentro da empresa."

Governo estuda limitar investimento extra, afirma secretário do Tesouro

Proposta divulgada prevê bônus para obras se resultado fiscal for melhor que o esperado

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou nesta sexta-feira (31) que o governo estuda limitar o tamanho do bônus para investimentos extras no novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A trava evitaria que um ingresso massivo de receitas acabe gerando um bônus exagerado para ser usado em gastos com investimentos públicos.

Em live promovida pela corretora Warren Rena, Ceron também negou que o novo arcabouço exija um aumento da carga tributária para que o governo consiga entregar a prometida melhora nas contas.

A elevada dependência do modelo em relação ao aumento de receitas tem sido um dos principais pontos de críticas de economistas à proposta do governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu para os próximos dias o anúncio de um novo pacote de medidas para ampliar a arrecadação em até R$ 150 bilhões.

"Não concordo que a carga tributária subirá muito", disse Ceron. O secretário voltou a criticar a decisão da gestão de Jair Bolsonaro (PL) de conceder uma série de renúncias fiscais no apagar das luzes do governo.

"Parte expressiva do problema que temos é decorrente de uma renúncia expressiva que tivemos, 1,5% do PIB", disse.

"Não tem um aumento de base tributária significativa como alguns possam imaginar. Acreditamos que, com algum ajuste do ponto de vista de receitas em relação ao que tínhamos em 2022, temos condições de equilibrar o país e colocá-lo numa trajetória sustentável", afirmou.

O novo arcabouço fiscal foi apresentado pela equipe econômica na quinta-feira (30) e prevê uma que o crescimento real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos 12 meses até junho do ano anterior, como antecipou a **Folha**.

O princípio central da regra é permitir o aumento das despesas, mas em ritmo menor que a alta da arrecadação. Essa combinação é considerada crucial para zerar o déficit, melhorar a situação das contas e estabilizar a trajetória da dívida pública nos próximos anos.

Além disso, o arcabouço estipula uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo —a exemplo do sistema de metas para inflação. O resultado primário é obtido a partir das receitas menos as despesas.

No desenho proposto, se o resultado das contas for melhor que o cenário mais favorável (ou seja, o teto da banda), o governo teria um bônus para aplicar em investimentos públicos. Eles seriam temporários, financiados pelo excesso de arrecadação e ficariam fora do limite de despesas.

O ponto ressaltado por Ceron é que, se houver um ingresso massivo de receitas nos cofres do governo, o bônus poderá acabar ficando muito grande. Por isso, os técnicos discutem algum limite.

"Na discussão do bônus, há discussão se colocamos um limite para ele", disse. "Uma receita muito extraordinária gera um bônus muito grande."

Segundo o secretário, a intenção do governo é dar um incentivo para a melhora das contas públicas —uma vez que ela impulsionaria investimentos—, mas há a preocupação de que o mecanismo "não tenha um efeito ruim no final do dia".

Na quinta-feira, ao explicar o mecanismo, Ceron havia citado um exemplo em que 100% do excedente seria destinado aos investimentos.

"Se o superávit passar [da banda superior] de R$ 25 bilhões e for de R$ 50 bilhões, em tese você teria R$ 25 bilhões para impulsionar investimento", disse.

O secretário, porém, deixou em aberto a possibilidade de discutir um limitador para esse bônus. Ele também ressaltou que a regra não poderá ser usada para financiar despesas obrigatórias, que continuariam pesando no Orçamento mesmo com o fim do recurso extra.

Em defesa do arcabouço proposto, Ceron disse que ele vai corrigir o que é considerado um erro do atual teto de gastos: o foco exclusivo nas despesas. Dessa forma, segundo ele, as renúncias tributárias acabaram virando válvula de escape para atenuar pressões políticas.

Já a proposta do governo, segundo ele, combina um limite de despesas com a necessidade de perseguir um resultado primário —ou seja, a equipe econômica não pode descuidar da arrecadação.

"Quando você amarra as três peças, você não deixa a despesa crescer de forma descontrolada, tira o incentivo para renúncia de receitas e olha para o resultado num horizonte de médio prazo, cria um ambiente saudável de condução da política fiscal."

O secretário também se mostrou aberto a discussões e ponderações feitas pelo mercado financeiro, que viu com certo ceticismo algumas das projeções do governo. A entrega de um superávit de 1% do PIB já em 2026, por exemplo, foi considerada otimista por alguns agentes.

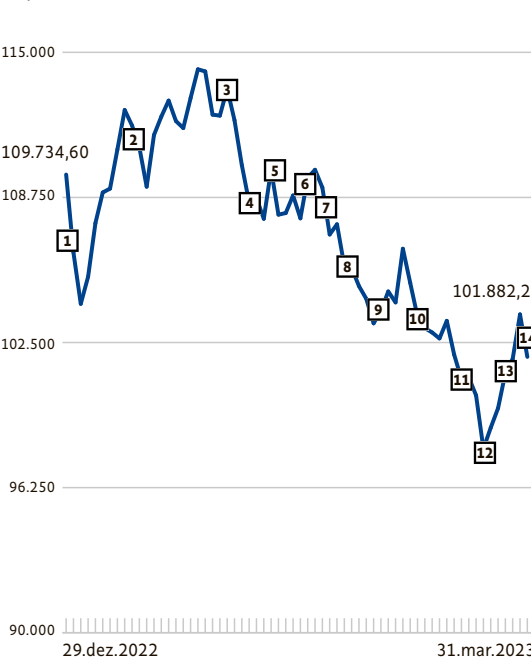
Ceron ainda deixou a porta aberta para discutir a calibragem de alguns parâmetros da regra, como o percentual de 70% que vincula o crescimento das despesas à alta das receitas.

"Essa é uma discussão de intensidade do ajuste. Lembrando que 70% é um limite, é no máximo. Quando coloca 60%, estou fazendo escolhas de movimento, intensificando o processo de ajuste e por outro lado estimulando o crescimento da receita", disse. "O desenho em si está fazendo sentido para todos, todos entendem a direção do movimento. A discussão é se a intensidade está adequada."

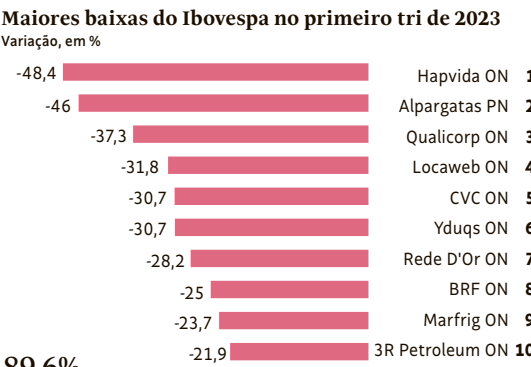
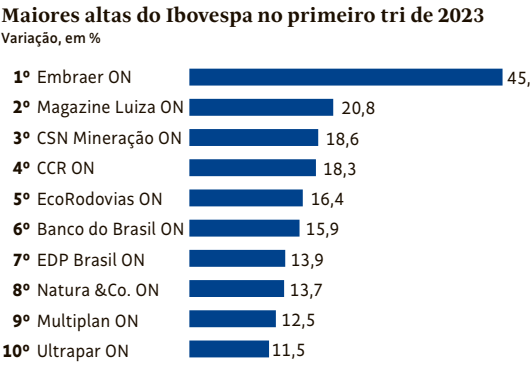
+

Campos Neto reagiu ao arcabouço fiscal com 'pouquíssimas ressalvas', diz Haddad

O ministro Fernando Haddad disse nesta sexta (31) em SP que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, fez poucas críticas às novas regras fiscais e que o andamento da proposta no Congresso vai "dissipar os ruídos". À jornalistas ele disse que o governo planeja de 12 medidas para destravar o crédito e a criação de plano para apoiar a reindustrialização, nos moldes do Plano Safra. "Ele [Campos Neto] foi apresentado ao arcabouço, reagiu com pouquíssimas ressalvas, muito próximo daquilo que conversamos. Quando o texto for entregue no Congresso, também esse tipo de ruído vai desaparecer."

Fechamento diário do Ibovespa no primeiro trimestre
Em pontos

1. 2.jan.2023 - 106.376,02 - Primeiro pregão do ano com reação a primeiras medidas do governo Lula
2. 12.jan.2023 - 111.850,22 - Dia seguinte ao anúncio das inconsistências contábeis da Americanas
3. 2.fev.2023 - 110.140,64 - Fed promove aumento de 0,25 ponto nos juros dos Estados Unidos
4. 3.fev.2023 - 108.523,47 - Lula questiona independência do Banco Central
5. 8.fev.2023 - 109.951,49 - Ações de bancos sobem após resultados do Itaú Unibanco
6. 15.fev.2023 - 109.600,14 - Haddad afirma que revisão de meta para inflação não está na pauta do CMN
7. 22.fev.2023 - 107.152,05 - Volta do Carnaval, com alinhamento a desempenho de bolsas no exterior
8. 24.fev.2023 - 105.798,43 - Inflação nos Estados Unidos acelera em janeiro
9. 2.mar.2023 - 103.325,61 - Notícias sobre mudança na política de dividendos da Petrobras
10. 10.mar.2023 - 103.618,20 - Fechamento do Silicon Valley Bank
11. 20.mar.2023 - 100.922,89 - Bolsa bate a casa dos 100 mil pontos mesmo após resgate do Credit Suisse
12. 23.mar.2023 - 97.926,34 - Mercado reage a tom duro de comunicado do BC após juros, e críticas de Lula
13. 28.mar.2023 - 101.185,09 - Ata do Copom e aumento da expectativa por novas regras fiscais
14. 30.mar.2023 - 103.713,45 - Anúncio das novas regras fiscais pelo governo Lula

Maiores altas do Ibovespa no primeiro tri de 2023
Variação, em %

Maiores baixas do Ibovespa no primeiro tri de 2023
Variação, em %

89,6%
foi quanto Americanas ON caiu no trimestre

Fontes: CMA e TradeMap

Bolsa cai 1,8% após cinco altas seguidas; dólar fecha a R$ 5,07

Renato Carvalho

SÃO PAULO A Bolsa de Valores de São Paulo fechou em baixa nesta sexta-feira (31), no último pregão do primeiro trimestre. No final, o Ibovespa praticamente zerou os ganhos registrados na quinta-feira (30), impulsionados pela divulgação das novas regras fiscais pelo governo.

A piora na percepção sobre a atividade econômica brasileira acentuou o movimento de realização de lucros, que seria natural após cinco altas seguidas, segundo analistas.

O dólar caiu também por questões técnicas, já que o final do mês marca o fechamento da taxa Ptax, cotação calculada pelo Banco Central que serve de referência para a liquidação de contratos futuros. No fim de cada mês, agentes financeiros costumam tentar direcioná-la para níveis mais convenientes às suas posições, sejam elas compradas ou vendidas em dólar.

O Ibovespa fechou em baixa de 1,77%, a 101.882 pontos. Assim, o índice encerrou o mês de março com queda acumulada de 2,9%. O dólar comercial à vista encerrou o dia com queda de 0,54%, a R$ 5,069. No mês, a moeda perdeu também quase 3% do seu valor em relação ao real.

No mercado de juros, as taxas voltaram a subir, após as quedas desta quinta. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2024, os juros avançaram de 13,15% para 13,20%. Para janeiro de 2025, passou de 11,95% para 12,02%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa ficou mais perto da estabilidade, passando de 12,08% para 12,10%.

O Morgan Stanley revisou para baixo todas as suas projeções de indicadores econômicos do Brasil em 2023. O banco americano espera um crescimento de 1% do PIB (Produto Interno Bruto), ante previsão anterior de 1,4%.

Entre os dados acompanhados pelo banco, somente o consumo do governo foi revisado para cima, de um aumento de 1,1% para 1,4%. No consumo das famílias, o avanço projetado passou de 1,4% para 1%, e para os investimentos, o Morgan Stanley passou a projetar queda de 5%, ante previsão anterior de 2,7% de baixa.

"A desaceleração na oferta de crédito e a piora na confiança das empresas nos levaram a projetar um crescimento mais fraco para o Brasil em 2023", dizem os analistas.

O índices de ações nos EUA fecharam em alta, depois da desaceleração da inflação ao consumidor em fevereiro.

O PCE, medida de preços preferida pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano), subiu 0,3% no mês passado, ante estimativa de 0,4% feita por economistas ouvidos pela agência Bloomberg. Os gastos dos consumidores caíram 0,1%, após a alta de 1,5% em janeiro. Em 12 meses, o PCE desacelerou de 5,4% para 5%.

O índice Dow Jones fechou esta sexta-feira em alta de 1,26%. S&P 500 e Nasdaq avançaram 1,44% e 1,74%, respectivamente. As ações das empresas de tecnologia se beneficiam mais deste cenário de desaceleração da inflação, com perspectiva de que o ciclo de alta dos juros pode estar perto do fim.

Fiat Mobi, Renault Kwid e Volkswagen Up!, que fizeram parte de uma das últimas gerações de carros populares disponíveis no país Rubens Cavallari - 16.ago.2016/Folhapress

Novo carro popular vai custar até R$ 60 mil e será a etanol

Proposta interessa a montadoras e revendas, mas depende de mudar tributação

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A volta do carro popular é o principal tema da indústria automotiva neste momento. A ideia agrada tanto a revendedores —ansiosos pela retomada do movimento nas lojas— como a montadoras. O assunto está sendo analisado pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

O plano é lançar modelos movidos apenas a etanol, que custarão entre R$ 50 mil e R$ 60 mil. Os motores deverão ser os mesmos 1.0 utilizados atualmente, mas com ganhos em desempenho e consumo.

A escolha do combustível está relacionada a metas de descarbonização. Se os carros forem flex, o mais provável é que os consumidores priorizem a gasolina na maior parte do país, devido à relação entre a autonomia e o preço praticado nas bombas.

A proposta é oferecer um produto com maior apelo ambiental e, dessa forma, costurar uma categoria de tributação exclusiva, adequada ao novo arcabouço fiscal.

Uma das possibilidades é substituir a nomenclatura "carro popular" por "carro verde". Será necessário fazer um trabalho junto ao público-alvo para mostrar as vantagens do etanol e exorcizar antigos fantasmas, como o medo do desabastecimento e a disparada repentina dos preços.

O grupo Stellantis, que reúne as marcas Citroën, Fiat, Jeep, Peugeot e RAM, é o mais animado com o tema. A empresa trabalha há tempos com a possibilidade de relançar carros movidos somente a álcool, além de oferecer opções híbridas.

A companhia anunciou nesta sexta (31) o projeto Bio-Electro, que estabelece parcerias para acelerar o desenvolvimento de veículos que combinam eletricidade e etanol.

Antonio Filosa, presidente do grupo na América Latina, tem insistido no combustível de origem renovável. Caso o projeto seja posto em prática, é provável que a companhia corra para repetir o êxito obtido em 1990 com o Uno Mille.

O carro chegou às lojas dois meses após o governo Collor reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para modelos com motores de 800 cm³ a 1.000 cm³. A alíquota caiu de 37% para 20%.

A Fiat aproveitou o que tinha na prateleira e lançou um modelo que não trazia encostos de cabeça entre os itens de série. O sistema de ventilação tinha saídas de ar apenas na parte central do painel, e o retrovisor do lado direito não estava disponível.

É importante lembrar que o mercado brasileiro começava a se abrir naquele momento. Os carros disponíveis eram ultrapassados e rentáveis, muito distantes de importados que começavam a chegar. Produzi-los aqui também era inviável: a importação dos equipamentos robotizados necessários havia sido proibida por anos, a indústria estava obsoleta.

Os populares dominaram o mercado por quase 40 anos, mas a busca por rentabilidade em meio à queda nas vendas foi minando a proposta.

As montadoras tiveram que aperfeiçoar seus veículos para atender a normas ambientais e de segurança, e a margem de lucro mais apertada dos carros "mil" tornava esses produtos desinteressantes para as marcas.

Em um cenário de juros baixos e inadimplência sob controle, a indústria começou a apostar em modelos de maior valor agregado. Veio então a onda dos utilitários compactos, que hoje são os modelos de maior sucesso.

A crise no setor, contudo, se avolumou ao longo da década passada. Quando parecia que as coisas iriam melhorar, veio a pandemia de Covid-19.

A ociosidade nas linhas de montagem e as paradas de produção registradas por queda na demanda são sinais de que o modelo atual não se sustenta.

Montadoras são multinacionais e hoje investem na transformação de fábricas de carros a combustão em unidades dedicadas a baterias e carros elétricos.

Esse movimento consome bilhões de dólares na Europa, na China e, mais lentamente, nos EUA. Sobra pouco para investir em emergentes.

Ao ficar de fora dos planos globais, o risco da desindustrialização aumenta no Brasil. O cenário ideal seria o país virar a chave e também receber aportes para montagem local de carros elétricos, mas é um passo ainda distante, que só vai ocorrer quando esses veículos ganharem escala mundial e, com os custos amortizados, se igualarem em preço às opções a combustão.

A chegada de fábricas de modelos eletrificados —como as instalações das chinesas GWM e BYD— é importante e indica o futuro, mas o momento atual também exige volume de produção para justificar tantas unidades em operação Brasil afora.

Por isso, a proposta da volta dos carros populares está em alta. Quando os preços dos automóveis 1.0 mais simples ultrapassaram os R$ 65 mil, esse conceito perdeu o sentido.

O problema não está no valor em si, mas na rápida elevação que ocorreu ao longo da pandemia. O Fiat Mobi Like, por exemplo, custava R$ 43,7 mil em janeiro de 2020. Em março, o mesmo carro é anunciado por R$ 69 mil (+57,9%).

Os aumentos foram acompanhados das seguidas altas nos juros, que se somam à inflação geral e à perda de renda da população. Comprar um zero-quilômetro tornou-se, novamente, um sonho distante.

Os planos de agora, entretanto, não são originais. Muda-se a receita, mas os ingredientes básicos são os mesmos. Os modelos populares são filhos das crises econômicas desde os anos 1960.

Os primeiros surgiram no fim de 1964 para atender a um programa de incentivos criado pelo governo militar. Os carros eram oferecidos em lotes liberados pela Caixa Econômica Federal. Para custar menos, eram simplórios.

O Willys Teimoso, por exemplo, tinha bancos dianteiros que se resumiam a uma forração levemente acolchoada fixada diretamente na estrutura de metal, que ficava aparente. Grosso modo, lembrava uma maca antiga.

O carro era a versão depenada do Gordini, que perdeu 65 quilos em equipamentos. Não havia setas: o motorista precisava sinalizar com a mão antes de fazer as conversões.

Os carros de agora, contudo, não seriam tão empobrecidos como no passado. A legislação relativa à segurança será mantida, o que garante, ao menos, a presença de airbags frontais e freios com ABS (sistema que evita o travamento das rodas em paradas de emergência).

Estados reduzem ICMS, mas mudança ainda pressiona gasolina

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Os estados decidiram reduzir em R$ 0,23 o valor da nova alíquota única para o ICMS da gasolina, que passará a ser de R$ 1,22. O corte foi feito após acordo com o STF (Supremo Tribunal Federal) que estabelece também novos prazos para a mudança na cobrança do imposto.

Mesmo com a redução, a nova alíquota deve pressionar o preço do combustível nas bombas, já que é ainda bem superior à praticada atualmente na maior parte do país —apenas o Piauí cobra hoje um valor maior, R$ 1,24 por litro.

Em São Paulo, a alíquota atual é de R$ 0,90 por litro. Se entrasse em vigor hoje, o novo ICMS representaria aumento de R$ 0,31 por litro no preço da gasolina nos postos paulistas.

Mas a nova alíquota só valerá a partir de 1º de junho. Até lá, os governos continuarão cobrando o ICMS com base em um percentual sobre preço estimado de venda do produto, que é recalculado a cada 15 dias.

O novo modelo do ICMS prevê a cobrança de um valor único nacional em reais por litro e apenas dos produtores e importadores dos combustíveis.

Abastecimento em posto em SP; preço médio do diesel é de R$ 5,86 Nelson Almeida - 19.jul.22/AFP

No dia 1º de maio, estados passarão a utilizar esse modelo para diesel e gás de cozinha, também em alíquotas maiores do que aquelas cobradas atualmente.

No caso do diesel, a nova alíquota única de R$ 0,95 por litro levaria a uma alta média de 2,1% no preço do produto caso fosse implantada a partir deste sábado (1º), como previsto anteriormente, segundo estimativa do consultor Dietmar Schupp.

Mas nem todos os estados teriam alta: Sergipe, Amapá, Roraima, Pará, Bahia, Piauí, Maranhão e Rondônia cobram hoje valor mais elevado e experimentariam queda no preço final.

O modelo atual de cobrança do ICMS era criticado pelo setor por retroalimentar os aumentos de preço nas refinarias: após a alta nas bombas, os estados elevam o preço de referência para cobrança do imposto, gerando novo repasse ao consumidor final.

Além disso, dizem, incentiva fraudes tributárias com a compra de combustíveis em estados onde o ICMS é mais barato para a venda clandestina naqueles com maior tributação.

A mudança foi aprovada pelo Congresso com apoio do governo Bolsonaro em maio de 2022, mas os estados recorreram ao STF.

Diesel cai R$ 0,08 com repasse de corte nas refinarias

Com repasses do corte promovido nas refinarias da Petrobras, o preço do diesel caiu 1,3%, ou R$ 0,08 nos postos brasileiros esta semana. Segundo a pesquisa de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o diesel S-10 foi vendido, em média, a R$ 5,86 por litro.

É a oitava semana consecutiva de queda, reflexo de dois cortes feitos desde o início da gestão do presidente Jean Paul Prates. O preço médio desta semana é o menor desde janeiro de 2022, em valores corrigidos pelo IPCA.

Mas o preço do diesel nas bombas sofre dois focos de pressão nas próximas semanas: no início deste mês começa a vigorar nova mistura de biodiesel e, em maio, deve mudar a cobrança do ICMS.

No primeiro caso, o governo projeta um impacto de R$ 0,02 por litro. No segundo, o efeito é maior, já que a nova alíquota, de R$ 0,95 por litro, é superior à média praticada atualmente.

A ANP encontrou o diesel-S10 mais barato do Brasil em Leme (SP), a R$ 5,09 por litro. O mais caro foi encontrado na capital paulista, a R$ 8,49 por litro.

As mudanças ainda não abrangem o etanol hidratado, que, segundo a ANP, foi vendido esta semana a R$ 3,89 por litro. O valor representa queda de 0,7% (ou R$ 0,03) em relação ao verificado na semana passada.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 10.678.505/0001-63

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial

Ativo	2022	2021
Circulante	**123.672**	**81.819**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	83.945	48.540
Contas a receber (Nota 6)	28.713	26.098
Despesas antecipadas	1.611	1.134
Impostos a recuperar (Nota 7)	2.483	707
Outros ativos	6.920	5.340
Não circulante	**2.060.829**	**1.916.855**
Ativos financ. ao valor justo por meio do result. (Nota 5)	61.449	57.382
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 8)	539.037	454.739
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	55.101	40.220
Outros ativos	4.859	7.669
	660.446	**560.010**
Imobilizado (Nota 9)	8.914	7.099
Intangível (Nota 10)	1.391.469	1.349.746
Total do ativo	**2.184.501**	**1.998.674**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2022	2021
Circulante	**2.446.882**	**2.127.275**
Fornecedores (Nota 11)	28.997	22.980
Debêntures (Nota 14)	2.244.691	1.952.298
Credor pela concessão	465	399
Obrigações tributárias	3.961	3.390
Obrigações trabalhistas	4.012	3.658
Provisões (Nota 13)	162.711	142.718
Outros passivos	2.045	1.832
Não circulante	**498.375**	**467.395**
Provisões (Nota 13)	312.403	310.314
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	185.326	156.206
Outros passivos	646	875
Total do passivo	**2.945.257**	**2.594.670**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 15)	**(760.756)**	**(595.996)**
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(1.064.334)	(899.574)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**2.184.501**	**1.998.674**

Demonstração do resultado

	2022	2021
Receita operacional líquida (Nota 16)	403.721	337.538
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(319.578)	(306.988)
Lucro bruto	**84.143**	**30.550**
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(16.691)	(16.926)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17)	(17.631)	(67.725)
Prejuízo operacional	**49.821**	**(54.101)**
Despesas financeiras (Nota 18)	(322.131)	(350.759)
Receitas financeiras (Nota 18)	23.250	17.944
Despesas financeiras, líquidas	**(298.881)**	**(332.815)**
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(249.060)**	**(386.916)**
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 8)	84.298	131.442
Prejuízo do exercício	**(164.762)**	**(255.474)**
Prejuízo básico e diluído por ação - em R$ (Nota 20)	**(0,00543)**	**(0,00686)**

Demonstração do resultado abrangente

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(164.762)	(255.474)
Total do resultado abrangente do exercício	(164.762)	(255.474)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldo em 1º/01/2021	**303.578**	**(644.100)**	**(340.522)**
Prejuízo do exercício		(255.474)	(255.474)
Saldo em 31/12/2021	303.578	(899.574)	(595.996)
Saldo em 1º/01/2022	**303.578**	**(899.574)**	**(595.996)**
Prejuízo do exercício		(164.762)	(164.762)
Outros ajustes		2	2
Saldo em 31/12/2022	**303.578**	**(1.064.344)**	**(760.756)**

Demonstração dos fluxos de caixa

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(164.762)	(255.474)
IRPJ e CSLL diferidos	(84.298)	(131.442)
Depreciação e amortização	64.129	50.224
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.956)	(2.585)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	43	41
Juros e variações monetárias sobre debêntures	274.049	310.485
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	29.119	14.915
Provisões para demandas judiciais	14.916	79.064
Provisões para manutenção em rodovias	61.247	87.452
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.041	(9.416)
Atualização monetária sobre provisão para investimentos em rodovias	484	766
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	51	14
	189.063	**144.044**
Variação no capital circulante		
Contas a receber	(2.665)	(4.986)
Despesas antecipadas	(477)	(146)
Tributos a recuperar	(1.776)	(361)
Depósitos judiciais	(14.881)	(1.510)
Outros ativos	1.231	(8.989)
Fornecedores e prestadores de serviços	6.017	6.578
Credor pela concessão - ônus variável	66	56
Obrigações tributárias	571	538
Obrigações trabalhistas	354	309
Provisão para manutenção – pagamento	(55.607)	(74.687)
Outros passivos	(13)	(55)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**121.883**	**60.791**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Resgate de aplicações financeiras	2.889	6.927
Investimentos no ativo imobilizado	(3.147)	(652)
Investimentos no ativo intangível	(86.220)	(69.162)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(86.478)**	**(62.887)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.405	(2.096)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**48.540**	**50.636**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**83.945**	**48.540**

Demonstração do valor adicionado

	2022	2021
Receitas (Nota 16)		
Receitas de pedágio	319.321	263.449
Receita dos serviços de construção	98.090	83.864
Receitas acessórias	15.092	14.582
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	(51)	(14)
Outras receitas	18.578	21.466
	451.030	383.347
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção	(96.362)	(82.298)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(169.815)	(254.050)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(7.466)	(2.645)
Custo da concessão - ônus variável	(5.021)	(4.223)
Valor adicionado bruto	172.366	40.131
Depreciação e amortização	(64.129)	(50.224)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	108.237	(10.093)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	23.250	17.944
Valor adicionado total a distribuir	131.487	7.851
Pessoal (Nota 19)		
Salários e remunerações	20.790	19.062
FGTS	1.182	1.103
Benefícios	6.640	5.950
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(71.861)	(120.714)
Municipais	16.407	13.655
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	29.119	14.915
Juros e variações monetárias sobre debêntures	292.393	327.757
Aluguéis	1.579	1.597
Remuneração de capital próprio		
Prejuízo do exercício	(164.762)	(255.474)
Distribuição do valor adicionado	131.487	7.851

Notas explicativas da administração às demonstrações

1 Contexto operacional: A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23/04/2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente"). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B desde 06/09/2011. A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23/04/2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão. Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são: • Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e • Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km. Em 31/12/2022, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, em face do contrato de concessão, era de R$ 3.309 milhões (R$ 4.288 milhões a valor nominal) e em 31/12/2021 era de R$ 2.583 milhões (R$ 3.332 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conserva de sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPCA ocorrida até 31 de maio do mesmo ano. Em 31/12/2022, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R$ 164.762 (2021 - R$ 255.474), um capital circulante líquido negativo de R$ 2.323.210 (2021 - R$ 2.045.454) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 760.756 (2021 - R$ 595.996) com R$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas. O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08/11/2019. **1.1. Recuperação judicial:** Em 11/11/2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 ("Lei de Recuperação e Falências"), cujo processamento foi deferido em 13/12/2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo ("Recuperação Judicial"). Na visão da Companhia, a Recuperação Judicial ("RJ") foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger a Companhia. A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação do plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, tendo que o prazo para apresentação da primeira versão do plano estendido para o dia 18/03/2020, devido ao recesso judiciário de 2019 e 2020; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na "Conta de Pagamentos do Projeto" durante o *stay period*. Em 19/12/2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos. O administrador judicial realizou a revisão da lista de credores apresentada pela Companhia levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentando e publicando uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores seria de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências ("Segunda Lista de Credores"). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, teve o início de dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial. No dia 18/03/2020, o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido à COVID-19 a referida lista só foi publicada no dia 17/06/2020, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir de sua publicação. Na mesma data, a Companhia protocolou a primeira versão do plano de Recuperação Judicial. O plano de Recuperação Judicial deveria ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deveria ser homologado pelo Juiz. Neste contexto, em 27/08/2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14/09/2020, e em segunda convocação, no dia 01/10/2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado no dia 18 de março pela Companhia. Em 01/10/2020, a Assembleia Geral de Credores ("AGC") foi realizada, tendo sido suspensa até o dia 27/11/2020. Em 10/11/2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC que seria realizada no dia 27 de novembro para o dia 16/12/2020. Em 16/11/2020, a Companhia protocolou uma nova versão do Plano de Recuperação Judicial a ser apreciada na AGC. Em 15/12/2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de postergação da AGC para o dia 21/01/2021. Em 21/01/2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, tendo sua reabertura sido programada para o dia 10/03/2021. Em 09/03/2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21/01/2021, para o dia 08/06/2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior. Em 02/06/2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08/06/2021 para o dia 08/07/2021. Em 05/07/2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08/07/2021, para o dia 23/09/2021. Em 09/08/2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial um novo Plano de Recuperação Judicial, para votação na Assembleia do dia 23/09/2021. Em 23/09/2021, em Assembleia Geral de Credores ("AGC") foi aprovado o novo Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") divulgado no dia 09/08/2021. Em 30/09/2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores ("Plano"), essa decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 06/10/2021. O Plano de Recuperação apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores demonstra os principais pontos para a reestruturação financeira: • Compra e venda de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia: acordo de compra e venda das ações ("SPA") detidas pelos atuais acionistas para o Fundo de Investimento gerido pela empresa Genial. • Créditos quirografários detidos por Debenturista: o Debenturista poderá escolher entre duas opções de pagamento, caso escolha a "Opção A" as debêntures atuais serão trocadas por "Debêntures de Resultado" e caso seja realizada a escolha da "Opção B" as debêntures darão lugar para cotas do Fundo de Investimento. • Credores Trabalhistas: serão pagos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). • Créditos quirografários detidos por não Debenturista: serão pagos, até o limite de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), cada um, pagos em 12 (doze) parcelas mensais, caso o saldo deste valor ultrapasse este limite e não seja superior a R$ 3.000.000,00 será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a partir do final do pagamento (três milhões de reais) do parcelamento do primeiro montante e caso os créditos sejam superiores a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será dividido em 50% (cinquenta por cento) pagos em 150 (cento e cinquenta) parcelas e os outros 50% (cinquenta por cento) serão pagos em 210 (duzentos e dez) meses com bônus de adimplência. • Créditos detidos pelo ARTESP: serão pagos até o limite de R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do fim do 60º (sexagésimo) mês da aprovação deste Plano pelo ARTESP. O saldo superior a R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da aprovação da ARTESP ou da liquidação do Crédito ARTESP, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência. • Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em 12 (doze) parcelas mensais sucessivas. O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo de recuperação judicial somente poderá entrar em vigência após a aprovação do ARTESP acerca da alteração de controle da Companhia, o que não possui prazo definido para sua decisão. Para evitar indefinições, foi previsto no Plano de Recuperação que essa aprovação deveria ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias da Homologação Judicial do Plano de Recuperação, entendida a data inicial como 06/10/2021, portanto até 05/03/2022. Posteriormente, essa data foi sucessivamente prorrogada, [illegible] na RJ através de adesões ao Plano e aditamentos ao SPA, tendo a última data fixada para o dia 01/03/2023, podendo seu prazo vir a ser novamente prorrogado por meio de aditamento do SPA e do PRJ, com a devida comunicação ao juízo do processo. Entretanto, alguns atos já estão sendo praticados no âmbito da reestruturação, tal como conforme estabelecido no plano de recuperação judicial, a emissão de debêntures na modalidade "financiamento DIP", visando a captação de recursos na ordem de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) [illegible] Além da definição da concursalidade dos créditos da ARTESP, pende a aprovação da transferência de controle e essa autorização é fundamental para que o Plano tenha plena eficácia e a dívida da Companhia seja efetivamente reestruturada, ocorrendo a novação, a quitação, a extinção de ações judiciais em curso e a extinção da alienação fiduciária das ações da Companhia. Nesse contexto, os presentes [illegible] não foram afetadas por quaisquer efeitos decorrentes da aprovação/homologação do plano de Recuperação Judicial, tendo sido mantidas, portanto, as condições originais de pagamento dos saldos dos credores referente às classes de crédito tratados no plano de Recuperação Judicial. Caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente declarar a caducidade do contrato de concessão, ou mesmo o risco de o Poder Concedente entender pela ocorrência de inadimplência, que poderá ensejar a caducidade do contrato de concessão por inexecução de algumas obrigações contratuais, tais como: (i) o não cumprimento de obrigações de investimentos; (ii) o não pagamento das penalidades impostas por infrações nos prazos estabelecidos em contrato; (iii) a deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária; ou (iv) a incapacidade de renovação do seguro-garantia. A Companhia aguarda a aprovação da ARTESP, no entanto este processo não afeta o atendimento dos seus compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste de Marechal Rondon. **1.2. Impactos do COVID-19:** Conforme orientação da CVM de 10/03/2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia informa que pode ser visualizado uma redução no tráfego pedagiado devido aos impactos da COVID-19 nos períodos de 2020 e 2021 devido a implantação do sistema de quarentena emitida pelo Governo do Estado de São Paulo para reduzir a propagação da COVID-19. Em 2022 ocorreu um aumento de 9,74% no tráfego de veículos equivalentes em comparação ao mesmo período de 2021. Desde 17/03/2020, a Companhia adotou medidas preventivas visando resguardar a saúde de seus colaboradores com a adoção do trabalho *home office* para os colaboradores das áreas administrativas e para os que se enquadram, segundo o Ministério da Saúde, como grupo de risco. Para as funções operacionais, por se tratar de serviço essencial à população, foram adotadas medidas protetivas, como o uso de máscaras, instalação de álcool em gel nas viaturas e praças de pedágio e demais medidas que atendam as orientações da OMS. Em relação ao processo de recuperação judicial, a Companhia possuía a expectativa que o processo se encerrasse dentro do exercício de 2020, mas devido aos impactos da COVID-19, houve recesso do setor judiciário durante a fase mais crítica, mudança para o formato de audiências virtual, o que resultou em todas as assembleias postergadas, e atrasos na conclusão do processo. As estimativas e premissas críticas são baseadas em projeções futuras que dependem de definição do Plano de Recuperação Judicial, portanto, não há como avaliar possíveis impactos causados pela pandemia até que haja uma definição do plano de recuperação judicial. A Administração revisou os impactos da COVID-19 sobre os riscos inerentes sobre os seus instrumentos financeiros e não visualizou nenhum impacto. A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 30/03/2023. **1.3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2 e nas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por serviços de cobrança de pedágios no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.4 Instrumentos financeiros: 2.4.1 Classificação e mensuração: (a) Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais são classificados e mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem. **(b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, credor pela concessão, mútuos a pagar e debêntures. Esses passivos classificados são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31/12/2022 e 31/12/2021, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, sendo que as principais premissas utilizadas pela administração para mensurar o ajuste a valor presente são como segue: • Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e • Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. Em 31/12/2022 e 31/12/2021, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

Passivo	2022	2021
Provisão para manutenção a valor nominal	214.999	209.359
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(202.718)	(196.037)
Ajuste a valor presente	12.281	13.322

(i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31/12/2022 e 31/12/2021, que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. [illegible] **2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. [illegible] **2.7 Segmento de negócios:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio [illegible] **2.8 Ativos intangíveis: (a) Direitos de uso dos serviços públicos:** [illegible] **(b) Direito de outorga ou de concessão:** [illegible] **(c) Softwares:** As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos, limitados ao prazo da concessão. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.9 Imobilizado:** O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas ao prazo da concessão. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cadaexercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.11 Fornecedores e prestadores de serviços:** As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido noperíodo de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo nãocirculante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12 Empréstimos e debêntures:** Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.13 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14 IRPJ e CSLL corrente e diferido:** As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o IRPJ e a CSLL diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IRPJ e a CSLL diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O IRPJ diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.15 Benefícios a empregados: Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contructive obligation). **2.16 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço. **(a) Serviços de construção ou de melhoria:** A receita da prestação de serviços de construção ou de melhoria, segundo o ICPC 01 (R1), é reconhecida ao valor justo no período contábil durante o qual os serviços são prestados. A remuneração desses serviços corresponde ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos e são ativados no ativo intangível e amortizadas conforme o prazo de concessão. As receitas e os custos relacionados a esses serviços são registrados no resultado do exercício. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As estimativas de receitas, custos ou progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. **(b) Serviços de operação - Receitas de pedágios:** As receitas de pedágios são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. O pagamento do preço da transação se torna devido e a obrigação de desempenho é cumprida assim que o cliente passa pelas praças de pedágio. **2.18 Arrendamentos operacionais:** A Companhia arrenda para clientes direito de uso de faixas de domínio. Os recebimentos de arrendamentos são reconhecidos como receita pelo método linear, conforme Nota 16. Os custos, quando incorridos, são reconhecidos como despesa. **2.19 Normas novas em vigor e que ainda não estão em vigor:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a)** Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b)** Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c)** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d)** Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e)** Alteração na norma IAS 1/CPC 26: **a.** Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 01/01/2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 01/01/2024. **b.** Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir: **a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) da concessão foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base nas estimativas abaixo. A Companhia possuí somente uma UGC. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do IRPJ e da CSLL, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão. O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em sua demonstração financeira. A Companhia neste momento, no âmbito de sua recuperação judicial, encontra-se em fase final do Plano de Recuperação Judicial e espera a aceitação deste plano pela ARTESP. Após a aprovação do referido plano, a Companhia realizará o teste de *impaiment* sobre o imobilizado e intangível. **b) Impostos diferidos ativos:** Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis. **c) Provisão para demandas judiciais:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **d) Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. **e) Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional: (a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura. (b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são gastos relacionados com manutenção e outros que não geram receitas futuras. **f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. **g) Determinação das receitas de construção:** Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. **h) Provisão para manutenção em rodovias:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2022	2021
Disponibilidades	2.175	458
Aplicação financeira (i)	81.770	48.082
	83.945	48.540

(i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 99% do CDI em 2022 e 2021. **5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:**

	2022	2021
Aplicações financeiras	61.449	57.382
	61.449	57.382

A Companhia mantém aplicações financeiras em Fundos de Investimentos vinculados, registradas no ativo não circulante, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 101% do CDI em 2022 e em 2021. **6. Contas a receber:** As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	2022	2021
Pedágio eletrônico a receber	20.100	18.219
Cartões de pedágio a receber	469	583
Receitas acessórias	7.626	7.213
Valores em trânsito	734	247
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(216)	(164)
	28.713	26.098

7. Impostos a recuperar	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras	2.479	704
Outros impostos a recuperar	4	3
Circulante	2.483	707

8. IRPJ e CSLL	2022	2021
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	387.931	317.466
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	88.456	82.429
Outras provisões	308	340
Provisão para manutenção de rodovias	82.080	75.848
Provisão para investimentos em rodovias	3.475	3.414
AVP Outorga	1.407	1.470
CPC 47 – Ajustes de Receita Bruta	609	546
	564.266	481.513
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(25.229)	(26.774)
Líquido	539.037	454.739

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal. Lei nº*12.973/14.* A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31/12/2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos. Em 31/12/2022, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL a compensar é de R$ 1.140.972 (2021 - R$ 933.725). O prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Até que as incertezas presentes sejam resolvidas, principalmente quanto à efetivação e início de implementação do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais, nem divulgar o ano de recuperação de tais créditos (2022 – R$ 539.037; 2021 – R$ 454.739). O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	2022	2021
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(249.060)	(386.916)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (34%)	84.680	131.551
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(382)	(109)
IRPJ e CSLL diferido do exercício	84.298	131.442
Alíquota efetiva	34%	34%

continuação ☛

continuação

9. Imobilizado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31/12/2021							
Saldo inicial	436	901	458	678	377	4.628	7.478
Aquisições	6	-	286	360	-	-	652
Baixas	-	-	-	(45)	-	-	(45)
Transferência	-	(10)	10	-	-	-	-
Depreciação	(107)	(234)	(182)	(203)	-	(305)	(1.031)
Baixa de depreciação	-	-	-	45	-	-	45
Saldo contábil, líquido	335	657	572	835	377	4.323	7.099
Em 31/12/2021							
Custo	1.258	2.475	5.536	2.274	377	7.404	19.324
Depreciação acumulada	(923)	(1.818)	(4.964)	(1.439)	-	(3.081)	(12.225)
Saldo contábil, líquido	335	657	572	835	377	4.323	7.099
Em 31/12/2022							
Saldo inicial	335	657	572	835	377	4.323	7.099
Aquisições	90	758	323	1.661	-	315	3.147
Baixas	(1)	-	(47)	-	-	-	(48)
Depreciação	(90)	(241)	(212)	(441)	-	(321)	(1.305)
Baixa de depreciação	-	-	21	-	-	-	21
Saldo contábil, líquido	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Em 31/12/2022							
Custo	1.347	3.233	5.813	3.935	377	7.719	22.424
Depreciação acumulada	(1.013)	(2.059)	(5.156)	(1.880)	-	(3.402)	(13.510)
Saldo contábil, líquido	334	1.174	657	2.055	377	4.317	8.914
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Em 31/12/2022, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R$ 6.974 (2021 - R$ 6.539). **10. Intangível:**

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31/12/2021						
Saldo inicial	431.717	720.882	42.287	114.380	3.280	1.312.546
Aquisições (vii)	-	22.058	1.214	61.807	1.355	86.434
Alienações	-	-	(130)	-	-	(130)
Transferências	-	27.675	-	(27.675)	-	-
Amortização (vi)	(16.682)	(29.175)	(1.655)	-	(1.681)	(49.193)
Baixa de Amortização	-	-	89	-	-	89
Saldo contábil, líquido	415.035	741.440	41.805	148.512	2.954	1.349.746
Em 31/12/2021						
Custo	542.244	921.431	65.289	148.512	13.251	1.690.727
Amortização acumulada	(127.209)	(179.991)	(23.484)	-	(10.297)	(340.981)
Saldo contábil, líquido	415.035	741.440	41.805	148.512	2.954	1.349.746
Em 31/12/2022						
Saldo inicial	415.035	741.440	41.805	148.512	2.954	1.349.746
Aquisições (vii)	-	30.608	4.876	67.482	1.597	104.563
Alienações	-	-	(77)	-	-	(77)
Amortização (vi)	(20.656)	(38.125)	(2.213)	-	(1.830)	(62.824)
Baixa de Amortização	-	-	61	-	-	61
Saldo contábil, líquido	394.379	733.923	44.452	215.994	2.721	1.391.469
Em 31/12/2022						
Custo	542.244	952.039	70.088	215.994	14.848	1.795.213
Amortização acumulada	(147.865)	(218.116)	(25.636)	-	(12.127)	(403.744)
Saldo contábil, líquido	394.379	733.923	44.452	215.994	2.721	1.391.469

(i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente. (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias". (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias". (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano. (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 5,09% em 31/12/2022 (2021 - 3,93%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos. (vii) No período findo em 31/12/2022, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R$ 18.344 (2021 - R$ 17.272). A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da implementação do Plano de Recuperação Judicial, que ocorrerá apenas quando a ARTESP aprovar a transferência de controle, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos no presente momento até que haja sua aprovação final. O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em suas informações contábeis. **11. Fornecedores e prestadores de serviços:** No período findo em 31/12/2022 e no exercício findo em 31/12/2021, o total de fornecedores foi como segue:

	2022	2021
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	10.182	6.180
Cauções e retenções contratuais (i)	18.815	16.800
	28.997	22.980

(i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado. **12. Partes relacionadas: a) Remuneração da Administração:** Nos períodos findos em 31/12/2022 e 2021, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	2022	2021
Remuneração fixa	2.150	1.981
	2.150	1.981

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29/04/2022, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R$ 2.251. **b) Mútuos a pagar:**

	Taxa de juros	Vencimento	2022	2021
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	167.993	141.592
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	17.333	14.614
			185.326	156.206

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures. Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R$ 29.119 (Nota 18) (2021 - R$ 14.915).

13. Provisões:	2022	2021
Provisão para demandas judiciais cíveis	4.557	7.631
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	12.102	12.241
Provisão para processos administrativos	246.863	228.734
Provisão para investimentos em rodovias	8.874	8.389
Provisão para manutenção em rodovias	202.718	196.037
	475.114	453.032
Circulante	162.711	142.718
Não circulante	312.403	310.314

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas:

	2021	Adição	Reversão	2022
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	7.631	944	(4.018)	4.557
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	12.241	13	(152)	12.102
Provisão para processos administrativos (iii)	228.734	39.214	(21.085)	246.863
	248.606	40.171	(25.255)	263.522

	2020	Adição	Reversão	2021
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	2.556	5.286	(211)	7.631
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	10.171	2.304	(234)	12.241
Provisão para processos administrativos (iii)	156.815	92.921	(21.002)	228.734
	169.542	100.511	(21.447)	248.606

(i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis no desfecho das ações em curso. (ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais. (iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.

	2022	2021
Processos Administrativos	209.413	197.087
Processos Judicializados	35.997	30.194
Estimativa de notificações	1.453	1.453
	246.863	228.734

Adicionalmente, em 31/12/2022, a Companhia possui o equivalente a R$ 9.699 (2021 - R$ 18.100) de causas trabalhistas, R$ 54.270 (2021 - R$ 50.922) de causas cíveis, e R$ 45.627 (2021 - R$ 23.206) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras. Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	2021	Adição	Reversão	2022
Cíveis (i)	19.736	19.826	(6.048)	33.514
Trabalhistas (ii)	14.579	116	(390)	14.305
Tributário	5.905	1.377	-	7.282
	40.220	21.319	(6.438)	55.101

(i) Os depósitos cíveis são segregados em R$ 212 (2021 – R$ 398) relacionados a processos cíveis e R$ 28.753 (2021 – R$ 19.338), relacionados a processos com a ARTESP; (ii) Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R$ 13.920 (2021 – R$ 14.183) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque – Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e recentemente obteve êxito na liberação dos valores bloqueados em 1 processo, sendo que tal valor será devolvido ao caixa da Companhia posteriormente. O valor de R$ 385 (2021 – R$ 396) estão relacionados a outros processos trabalhistas. **b) Provisão para investimentos em rodovias:** Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível. A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	2021	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	2022
Provisão para Investimentos	8.389	602	(117)	8.874
	8.389	602	(117)	8.874

	2020	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	2021
Provisão para Investimentos	7.622	767	-	8.389
	7.622	767	-	8.389

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	2022	2021
2024	8.874	8.389
	8.874	8.389

c) Provisão para manutenção em rodovias:

	2021	Adição	Transferência	Realização	Reversão	2022
Provisão para manutenção	209.359	61.247	-	(55.607)	-	214.999
Ajuste a valor presente (AVP)	(13.322)	(5.823)	-	-	6.864	(12.281)
	196.037	55.424	-	(55.607)	6.864	202.718
Circulante	142.718	-	75.600	(55.607)	-	162.711
Não circulante	53.319	55.424	(75.600)		6.864	40.007

	2020	Adição	Transferência	Realização	Reversão	2021
Provisão para manutenção	196.594	87.452	-	(74.687)	-	209.359
Ajuste a valor presente (AVP)	(3.905)	(11.295)	-	-	1.878	(13.322)
	192.689	76.157	-	(74.687)	1.878	196.037
Circulante	162.509	-	(19.791)	-	-	142.718
Não circulante	30.180	76.157	19.791	(74.687)	1.878	53.319

Em dezembro de 2022, a Companhia reavaliou os estudos paramétricos e projetos utilizados na elaboração dos orçamentos, baseando-se nas obras realizadas, obras postergadas que em sua maioria foram afetadas devido ao alto volume de chuvas do início do ano que deterioraram os pavimentos além de curso normal. Com essa revisão e os efeitos da COVID-19, agravaram em aumento nos preços dos materiais, principalmente os insumos baseados em petróleo. A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31/12/2022 e 31/12/2021 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção. (i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para o exercício de 2022 foram transferidos para curto prazo. Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	2022	2021
2023	46.779	123.469
2024	7.271	19.894
2025	34.995	19.774
2026	18.729	13.114
2027	94.944	19.786
	202.718	196.037

14. Debêntures: a) Descrição da operação:

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vcto. final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação:

	2022	2021
Principal corrigido pelo IPCA	1.729.705	1.634.018
Remuneração (juros)	541.632	352.729
Custos com emissão	(26.646)	(34.449)
	2.244.691	1.952.298
Circulante	(2.244.691)	(1.952.298)

c) Movimentação das debêntures:

2021	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	2022
1.952.298	292.393	-	-	-	2.244.691

2020	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	2021
1.624.541	327.757	-	-	-	1.952.298

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14/12/2017, mas em 08/11/2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1. **d) Cláusulas restritivas e garantias:** As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão. As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração. Em 08/11/2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*). Os valores apresentados não incluem multa e juros, em decorrência da aprovação do pedido de recuperação judicial. **15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto): a) Capital social:** Em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		30.357.847.596

Em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o capital autorizado da Companhia era de R$303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão. **b) Distribuição de lucros:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil. A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida:	2022	2021
Receita com arrecadação de pedágio	319.321	263.449
Receita de serviços de construção	98.090	83.864
Receitas acessórias	15.092	14.582
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(28.782)	(24.357)
	403.721	337.538

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo. **17. Custos e despesas por natureza:** A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2022	2021
Com pessoal	(26.463)	(24.134)
Honorários da administração	(2.150)	(1.981)
Manutenção e conservação	(61.249)	(55.851)
Serviços de terceiros	(9.311)	(6.743)
Ônus variável da concessão	(5.021)	(4.223)
Seguros e garantias	(2.380)	(1.855)
Custo dos serviços de construção	(96.362)	(82.298)
Provisão para demandas judiciais (i)	(17.725)	(74.696)
Provisão para manutenção em rodovias	(61.247)	(87.452)
Depreciação e amortização	(64.129)	(50.224)
Outras receitas e despesas	(7.863)	(2.182)
	(353.900)	(391.639)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(319.578)	(306.988)
Despesas gerais e administrativas	(16.691)	(16.926)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(17.631)	(67.725)
	(353.900)	(391.639)

(i) Em 31/12/2022, a Companhia apresentou no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", adição no período de R$ 15.055 (2021 – R$ 71.919) referente a provisão de contingências de processos administrativos e cíveis informado na Nota 13.a que impactaram o resultado. **18. Despesas e receitas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(274.049)	(310.485)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(29.119)	(14.915)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(7.466)	(2.645)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(51)	(11)
Outras despesas financeiras	(11.446)	(22.703)
	(322.131)	(350.759)
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	15.007	4.487
Atualização de impostos a recuperar	79	14
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	5.941	11.295
Outras receitas financeiras	2.223	2.148
	23.250	17.944
Resultado financeiro	(298.881)	(332.815)

19. Benefícios a empregados: As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Salários e encargos sociais	(21.972)	(20.165)
Benefícios previstos em lei	(3.562)	(3.136)
Benefícios adicionais	(3.078)	(2.815)
	(28.612)	(26.116)

20. Resultado por ação: A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	2022	2021
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(164.762)	(255.474)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R$	(0,005427)	(0,008415)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. **21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro:** A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo: **a) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros. *Risco de taxa de juros:* A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31/12/2022, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas: • CDI - taxa de 13,65% ao ano, observada no fechamento de 31/12/2022, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras. • IPCA - variação de 5,79% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31/12/2022, divulgada pelo IBGE e projeções futuras

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Debêntures	Aumento do IPCA	309.543	342.035	374.527

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Debêntures	Aumento do IPCA	204.298	225.743	247.188

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	36.417	42.741	49.065

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	24.035	28.209	32.383

		Efeito no result. antes dos impostos (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	8.388	6.291	4.194

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Queda do CDI	5.536	4.152	2.768

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. *Contas a receber:* O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31/12/2022 e 31/12/2021 está registrado na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial. *Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e revisto pela Diretoria Financeira, visando investir os recursos excedentes apenas em instituições financeiras de primeira linha, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31/12/2022 e 31/12/2021 está registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e de "Aplicações financeiras", no balanço patrimonial. **c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31/12/2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	28.997	-	28.997
Debêntures	2.271.337	-	2.271.337
Credor pela concessão	465	-	465
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	185.326	185.326
Total	2.300.799	185.326	2.486.125

Continuidade Operacional: A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial. O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores. **d) Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

Ativos financeiros	2022	2021
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	61.449	57.382
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	83.945	48.540
Contas a receber de clientes	28.713	26.098
Depósitos judiciais	55.101	40.220
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	2.244.691	1.952.298
Contas a pagar a fornecedores	28.997	22.980
Outras contas a pagar	2.691	2.707
Partes relacionadas - mútuo a pagar	185.326	156.206
Obrigações com o poder concedente	465	399

e) Gestão do capital social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. O capital social em 31/12/2022 representa 15% (2021 - 15%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	2022	2021
Mútuos a pagar a partes relacionadas	185.326	156.206
Debêntures	2.244.691	1.952.298
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(83.945)	(48.540)
(-) Aplicações financeiras	(61.449)	(57.382)
Dívida líquida	2.284.623	2.002.582
Total do patrimônio líquido	(760.756)	(595.996)

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	83.945	83.945	48.540	48.540
Aplicações financeiras	61.449	61.449	57.382	57.382
Contas a receber de clientes	28.713	28.713	26.098	26.098
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	2.271.337		1.986.747	
Fornecedores	28.997	28.997	22.980	22.980
Outras contas a pagar	2.691	2.691	2.707	2.707
Partes relacionadas – mútuo a pagar	185.326	185.326	156.206	156.206
Obrigações com o poder concedente	465	465	399	399

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão. As debêntures atualmente possuem valor justo zero conforme avaliado pela ANBIMA (nível 1). O valor justo não foi divulgado, pois a administração não valoriza internamente o passivo financeiro utilizando técnicas de nível 3 dada a incerteza envolvida no processo de reestruturação. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1. Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor. **23. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	59.622
	Riscos de engenharia	44.164
	Responsabilidade civil geral	48.580
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	15.000

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação da Seguradora no dia 25/06/2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 01/10/2019. Em 02/10/2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 01/10/2019, sendo que nos termos da Ação Judicial acima mencionada, por meio de Sentença teve os pedidos da inicial improcedentes, a qual revogou a liminar anteriormente concedida. Após os recursos cabíveis a Companhia não obteve a reversão da decisão em comento, a qual transitou em julgado e se encontra em fase de cumprimento de sentença. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão, mas tal contratação está sendo discutida no bojo do processo de transferência acionária, prevista na recuperação judicial já aprovada, uma vez que a situação econômico-financeira da Companhia e sua capacidade de crédito se modificará após implementação do plano.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa:	2022	2021
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	18.344	17.272

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. **25. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2022. **Fato Relevante:** Em 28/02/2023, foi assinado o sétimo aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06/08/2021, entre os acionistas controladores Companhia, AB Concessões S.A. e Lineas International Holding B.V. e o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, sendo a Companhia como interveniente-anuente, para alienação da totalidade das ações e dos créditos decorrentes de empréstimos intercompany detidos pelos Acionistas Controladores. O Aditivo tem como objetivo alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da operação, conforme para o dia 01/05/2023, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das Partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindir o Contrato de Compra e Venda.

Diretoria
Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho - Diretor
Filipe Monteiro Ribeiro - Contador - CRC 1SP292829-O/3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial,** São Paulo - SP. **Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. **Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis: (a) Incerteza significativa sobre continuidade operacional – implementação do plano de recuperação judicial:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 (d) às demonstrações contábeis, em 08/11/2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), foi declarado o vencimento antecipado das debêntures que, em 31/12/2022, totalizam R$ 2.244.691 mil (2021 - R$ 1.952.298 mil), sem inclusão de multa e juros moratórios. Conforme também descrito na Nota Explicativa no 1.1 às demonstrações contábeis, com o vencimento antecipado dessas debêntures, em 11/11/2019, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto a Comarca de Salto – SP. Referido pedido de recuperação judicial foi homologado em 30/09/2021, após aprovação do correspondente plano de recuperação pelos credores. No entanto, até a data atual, não houve aprovação pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") da alteração de controle acionário, conforme Notas Explicativas no 1.1 e 10, fato este necessário para a entrada em vigor do plano de recuperação judicial e início de sua efetiva implementação. O plano de recuperação judicial inclui, entre outros, a implementação do plano de negócio que contempla as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa previstos para os próximos anos. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 23 às demonstrações contábeis, a Companhia ainda não teve a renovação de seu seguro garantia aceita pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes e, conforme Nota 1.1 e Nota 13, vem recebendo notificações e penalidades sobre a possibilidade de não cumprimento de algumas obrigações contratuais, estando as notificações ainda sendo discutidas no âmbito administrativo e parte das penalidades no âmbito judicial. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, e conforme descrito na Nota 1.1, caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente poder iniciar um processo de apuramento de inadimplência que, se comprovado o processo administrativo, poderá ensejar a caducidade do contrato em decorrência da inexecução de obrigações contratuais, da deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária, ou da incapacidade de renovação do seguro-garantia. **(b) Redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível:** Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a Administração da Companhia identificou evidências de perda por desvalorização de ativos, que deveriam ter sido reduzidos ao valor recuperável no ativo imobilizado e intangível, que em 31/12/2022 apresentam saldo de R$ 8.914 mil e R$ 1.391.469 mil (2021 – R$ 7.099 mil e R$ 1.349.746 mil), respectivamente. Tais perdas por desvalorização estão baseadas em estudos preliminares e fundamentados por projeções futuras que dependem da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, que, por sua vez, depende de aprovação pela ARTESP, anteriormente mencionada e conforme descrito nas Notas Explicativas no 9 e 10 às demonstrações contábeis. Devido às incertezas presentes, principalmente quanto ao início da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável desses ativos até o presente momento. **(c) Tributos diferidos no ativo, sem expectativa de realização:** Conforme apresentado na Nota Explicativa no 8 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para tentar se tornar viável, dentro outros aspectos, precisa da implementação do plano de recuperação judicial, que depende da prévia aprovação da ARTESP, razão pela qual, e considerando as incertezas quanto à efetivação e início de implementação do plano, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais até que essas incertezas sejam superadas, com a efetivação e início de implementação do plano. As normas requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a Companhia. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos registrados como ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa no 8 às demonstrações contábeis no montante de R$ 539.037 mil, em 31/12/2022 (2021 - R$ 454.739 mil), deveria ser reavaliado com possível ajuste de redução. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo pode encontrar-se registrado a maior, o patrimônio líquido, que está descoberto, a menor no montante de R$ 539.037 mil (2021 – R$ 454.739 mil), e o prejuízo do período encontrar-se a menor em R$ 84.298 mil (2021- R$ 131.442 mil). Considerando a magnitude e a extensão dos possíveis efeitos dos assuntos no contexto das demonstrações contábeis, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem, neste momento, concluir sobre o valor dos ajustes de perda por desvalorização do imobilizado e intangível (*impairment*), demais estimativas de ativos e passivos e modificações de seus passivos financeiros, incluindo eventuais efeitos de multas e juros moratórios não registrados considerando o estágio de implementação do Plano de Recuperação Judicial, conforme mencionado acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações contábeis de 31/12/2022 e seus impactos em anos anteriores são apropriados. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre essa demonstração em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 14/04/2022, com abstenção de opinião, apresentando como base para abstenção os mesmos assuntos descritos acima contendo "Situação financeira - recuperação judicial" e "Redução ao valor recuperável de ativos" e sobre saldo não baixado de créditos de tributos diferidos registrados no ativo não circulante. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 30/03/2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA-026357/O-2 – S - SP

Trava para PPPs de saneamento deve cair

Parcerias poderão ter mais de 25% dos contratos; decreto também prorrogará para o fim de 2025 prazo para regionalização

Thiago Resende, Lucas Marchesini e João Pedro Pitombo

BRASÍLIA E SALVADOR O governo federal deve retirar o limite de 25% dos contratos no setor de saneamento para PPPs (Pareceria Público-Privada). A mudança está prevista na minuta de decreto que deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), alterando o marco que regula o setor.

A trava foi criada durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), em 2021, e deixará de existir a partir da publicação do novo texto, até segunda-feira (3).

As alterações foram negociadas pelos Ministérios das Cidades e da Casa Civil com representantes de empresas privadas, municipais e estaduais.

O novo decreto também beneficiará empresas que mantêm contrato com mais de 1.100 cidades.

Essas empresas ainda não conseguiram comprovar capacidade técnica e financeira para realizar investimentos ou são empresas municipais de saneamento que não se regionalizaram —a regionalização permite que elas recebam financiamento público.

O prazo para a regionalização se encerraria nesta sexta-feira (31) e deverá ser prorrogado para o fim de 2025.

A regionalização é a junção de diversas cidades em um contrato só, o que aumenta a escala do serviço e permite uma espécie de subsídio cruzado, com contratos mais lucrativos compensando as perdas em cidades onde não é tão viável economicamente investir em saneamento básico.

As mudanças serão todas feitas por decreto, e o governo prevê que não serão necessárias outras mudanças via projeto de lei.

No caso da falta de plano técnico e financeiro, as empresas deverão ter até 2024 para apresentar as comprovações necessárias e, assim, manter seus contratos de prestação de serviço.

A exigência de comprovação de capacidade técnica e financeira visa garantir que as companhias públicas tenham condições de investir na expansão do saneamento básico. O governo federal tem a meta de universalizar o acesso até 2033.

A universalização consiste em fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%. A meta foi definida na aprovação do novo marco do saneamento, em 2020.

O governo ainda avalia uma mudança nas regras de saneamento que poderá beneficiar empresas estaduais na prestação direta de serviços no setor.

Uma ala dos técnicos da equipe de Lula defende que, no caso de uma microrregião, o estado e o município podem ser considerados titulares do serviço. Por isso, poderia haver brecha para que empresas estaduais prestem serviços sem licitação —como prestador direto.

A mudança nas regras dar novo fôlego à Embasa, estatal de água e saneamento da Bahia, estado governador por Jerônimo Rodrigues (PT), aliado do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Estação de tratamento de esgoto na Barra na Tijuca, no Rio Eduardo Anizelli - 20.dez.23/Folhapress

A estatal baiana está com o contrato programa com o município de Salvador vencido, criando uma relação precária entre as partes. Sem contrapartidas, a prefeitura suspendeu o pagamento das contas de água dos órgãos municipais.

A Embasa busca uma solução institucional para se manter como a responsável pelo fornecimento de água e pelo saneamento na capital baiana, sem ter que enfrentar uma licitação com a concorrência de empresas privadas.

Salvador representa cerca de 35% da receita bruta da empresa, e a avaliação é que, sem sua principal cliente, a estatal perderia valor.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e o prefeito de Salvador Bruno Reis (União Brasil) devem se reunir nas próximas semanas para buscar uma solução de consenso.

A **Folha** apurou que o governo da Bahia ofereceu R$ 300 milhões para a prefeitura pela renovação do contrato, mais investimentos diretos na infraestrutura de água e saneamento.

A prefeitura, contudo, tem defendido a criação de uma subsidiária para gerir a concessão dos serviços de água e saneamento de Salvador, na qual ocuparia diretorias e teria uma participação de ao menos 15%.

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, defende que a situação seja resolvida com celeridade e se diz aberto a uma parceria com a Embasa. Por outro lado, diz que também estuda a possibilidade de licitar a concessão do sistema junto com as cidades vizinhas de Camaçari e Simões Filho.

Em nota, a Embasa afirmou que a prestação dos serviços em Salvador é legitimada por contrato preexistente e que negociações foram iniciadas no sentido de pactuar novos termos com o município, que garantirá novos investimentos, ampliação e melhoria dos serviços.

A estatal ainda destacou que, de acordo com o Marco Legal do Saneamento, "a licitação não é compulsória nos casos em que a prestação dos serviços é feita de forma regular, como ocorre em Salvador". E destacou que busca uma solução consensual de longo prazo com o município.

Governo publica edital para licitação de trem SP-Campinas

O governo de São Paulo publicou nesta sexta-feira (31) o edital com as regras para o leilão de concessão do Eixo Norte do Trem Intercidades (TIC), projeto ferroviário que vai ligar a capital paulista à Campinas em 60 minutos. Prometido há décadas por diferentes gestões estaduais, o projeto é estimado em R$ 12,8 bilhões. O leilão está marcado para o dia 28 de novembro deste ano. Após o edital haverá, as empresas terão um prazo de 240 dias para fazer as propostas. Segundo a Secretaria de Parcerias em Investimentos de São Paulo, o projeto é de concorrência internacional e já atraiu interesse de companhias espanholas. Nesta quinta-feira (29), o secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, se reuniu com um grupo de investidores numa reunião em Madri, na Espanha. "A modelagem dos projetos das PPPs [parceria público-privada] chamou muita atenção por conta da mitigação de riscos, especialmente risco de demanda e risco cambial. São aspectos novos e que estão sendo valorizados por investidores e operadores das PPPs", disse Ferraz. A ligação entre SP e Campinas por trem é anunciada como um dos maiores projetos de mobilidade do governo do estado de São Paulo.

Ambiente não é desculpa para protecionismo, diz vice-ministra espanhola

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA A secretária de Comércio da Espanha, Xiana Méndez, defendeu à **Folha** que eventuais preocupações sobre sustentabilidade, no âmbito do acordo comercial da União Europeia com o Mercosul, não podem "servir como desculpa para uma atitude protecionista".

Também disse que o protocolo adicional sobre sustentabilidade em negociação entre as duas partes "não tem uma base protecionista".

Méndez, que tem cargo equivalente ao de vice-ministra, veio a trabalho ao Brasil nesta semana e participou de encontros empresariais e reuniões com autoridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Na União Europeia temos muito claro que o objetivo [do acordo] é cooperar para mitigar os efeitos adversos sobre meio ambiente; que as mudanças climáticas são um desafio global que necessita soluções globais baseadas na cooperação; e também está claro para nós que essa proteção [ambiental] não pode servir como desculpa para uma atitude protecionista, no sentido de evitar o desenvolvimento econômico da nossa contraparte. O objetivo fundamental de qualquer acordo comercial é compartilhar a prosperidade", disse.

O acordo comercial entre a UE e o Mercosul foi fechado em junho de 2019, no início do governo Jair Bolsonaro (PL). À época, foi estimado pela equipe econômica que representaria aumento de US$ 87,5 bilhões em 15 anos para o PIB brasileiro, podendo chegar a US$ 125 bilhões.

Apesar do entendimento político, o acordo pouco avançou desde 2019. A principal razão foi a retórica antiambiental de Bolsonaro e os índices de desmatamento na Amazônia, que levaram governos europeus a considerarem politicamente inviável prosseguir com o tratado naquele momento.

Agora, Méndez vê as objeções relacionadas ao meio ambiente como tema superado.

"Não temos nenhuma dúvida do compromisso do atual governo [com meio ambiente], assim como não temos nenhuma dúvida de que a legislação ambiental brasileira é rigorosa", afirmou.

Ela vê uma "janela de oportunidade" para fazer o acordo avançar com a presidência rotativa da Espanha no Conselho da UE no segundo semestre. E acredita ser possível concluir as negociações sobre o protocolo adicional de sustentabilidade em julho, para ser assinado na cúpula da UE e da Celac (Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe) em Bruxelas (Bélgica).

Caso isso aconteça, ela prevê que os Executivos da UE e dos quatro países do Mercosul podem assinar o acordo no fim deste ano —enviando o texto aos Parlamentos.

Sobre o protocolo adicional hoje em negociação, diz que o objetivo é garantir cumprimento de compromissos internacionais como o Acordo de Paris e normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Rechaça que o protocolo adicional reabra temas já negociados no capítulo de sustentabilidade do próprio acordo UE-Mercosul.

"Tendo em conta que o acordo tem como consequência um crescimento da atividade industrial e agrícola, é legítimo que o texto tenha todos os mecanismos de cooperação e de informação cruzada para poder mitigar qualquer potencial efeito adverso que possa ocorrer. E, mesmo no caso de que algum efeito adverso ocorra relacionado à essa expansão econômica, é importante que tenhamos os mecanismos para poder cooperar e mitigar os efeitos sobre o meio ambiente e sobre os padrões trabalhistas."

A secretária de Comércio da Espanha, Xiana Méndez Gabriela Biló/Folhapress

A Espanha sempre foi um dos países que defenderam o acordo. As resistências são encabeçadas pela França, segunda maior economia do bloco.

"A Espanha é uma forte defensora desse acordo, e nós nunca consideramos que ele possa não ser assinado. Sempre pensamos no quando e como, mas com a certeza de que esse acordo em algum momento será uma realidade. É certo que uma janela de oportunidade foi aberta. Primeiro, pelo compromisso do atual presidente do Brasil com a proteção do meio ambiente. E, em segundo lugar, porque a presidência espanhola no Conselho da União Europeia pode ajudar a colocar a América Latina na agenda da UE no segundo semestre, com o objetivo de avançar de forma definitiva todos os acordos comerciais que estão pendentes com a região: além do Mercosul, o do Chile e também o do México", complementou.

A autoridade do governo da Espanha também avaliou que é muito difícil reabrir pontos já negociados do acordo, uma vez que ele é fruto de conversas que envolvem e afetam 31 países.

"É complicado porque [o acordo] é um produto fruto da concertação de muitas vontades e portanto precisamos ter em conta que a intenção de um estado de modificar algo pode reabrir completamente o debate."

O documento firmado em 2019 prevê que mais de 90% das exportações do Mercosul terão tarifas zeradas em até dez anos. O restante das exportações terá reduções parciais das tarifas atualmente impostas pela União Europeia, com cotas de importação.

Reajuste de 5,6% no preço dos remédios entra em vigor

Aumento anual autorizado não será necessariamente imediato, pois depende de cada farmácia e da indústria

Fernando Narazaki

SÃO PAULO Os remédios terão aumento de 5,6% a partir desta sexta-feira (31). A definição foi feita pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) e publicada em edição extra do DOU (Diário Oficial da União).

O reajuste é feito uma vez por ano e, embora as farmácias e drogarias já possam aplicá-lo, a alta não será necessariamente imediata, pois depende de cada farmácia e da indústria farmacêutica.

"Normalmente a farmacêutica demora dez dias. Já as farmácias dependem do estoque e da estratégia comercial que elas têm. Aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", diz o presidente-executivo do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Nelson Mussolini.

No ano passado, o aumento autorizado foi de 10,89%, o segundo maior desde 2012. O reajuste é estabelecido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que ficou em 5,6% entre março de 2022 e fevereiro de 2023. Além do índice, a Cmed leva em consideração fatores como concorrência, produtividade e aumento de produtos, que não entram no cálculo do IPCA.

Em sete estados do país, essa será a segunda vez que os medicamentos sobem de preço neste ano. Em março, houve reajuste nos estados de Bahia, Piauí, Paraná, Pará, Sergipe, Amazonas e Roraima em virtude da elevação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para compensar corte de imposto na gasolina e na luz, feitos pelo governo Bolsonaro.

O reajuste anual foi o mesmo para os três níveis de preço de remédios, já que o fator de produtividade ficou zerado. É o segundo ano consecutivo que ocorre um aumento dessa forma, o que prejudica o consumidor, uma vez que os diferentes níveis eram uma forma de segurar a aumento elevado dos remédios de alto custo.

A recomendação é que o consumidor pesquise em diferentes estabelecimentos para aproveitar o melhor preço. "É preciso comparar os preços, pois há uma variação grande de acordo com o número de concorrentes. A dica é sempre pesquisar", afirma Mussolini.

Apesar da recomendação, uma pesquisa feita pelo Ifepec (Instituto Febrafar de Pesquisa e Educação Corporativa) em parceria com o Neit (Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia, do Instituto de Economia da Unicamp) mostra que a maioria dos clientes de farmácias não tem o hábito de pesquisar.

O levantamento aponta que 68,9% dos consumidores não costumam pesquisar em mais de uma farmácia. O número é menor do que o registrado em 2022, quando foi de 84,7%, mas ainda segue sendo maioria. Dos 4.000 brasileiros que responderam, 17,8% não pesquisaram no dia que efetuaram a compra e apenas 13,3% fizeram um comparativo, seja presencialmente ou pela internet.

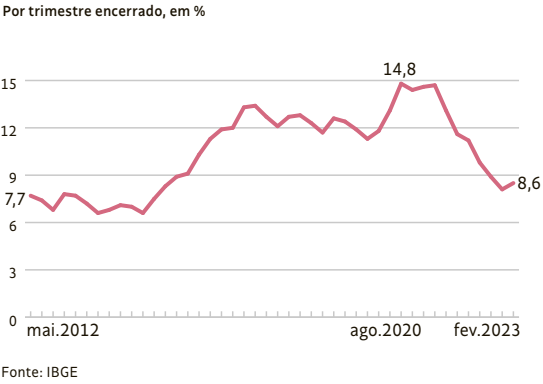
Na mesma pesquisa, 82,13% dos entrevistados apontam que o preço foi o fator que pesou para definir a compra, seguido por localização (10,25%), estoque (3,40%) e Farmácia Popular (2,15%).

Produtos de Páscoa sobem mais que o dobro da inflação

Dar presentes na Páscoa e reunir familiares e amigos para celebrar a data vão exigir muita pesquisa do brasileiro para não comprometer o orçamento em abril, indica um levantamento divulgado nesta sexta-feira (31) pela FGV Ibre (Instituto Brasileiro da Economia da Fundação Getúlio Vargas). Os produtos mais tradicionais da data registraram uma alta média de 12% em comparação ao ano passado. O índice é mais que o dobro da inflação, que está acumulada em 4,81% entre abril de 2022 e março de 2023 de acordo com o IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor).

O ovo (aumento de 27,31%) e a cebola (22,67%) são os grandes vilões do período. Os peixes, usualmente consumidos na Sexta-feira Santa e no domingo de Páscoa, também superam a casa dos 10%: atum (12,97%), sardinha em conserva (11,46%) e bacalhau (10,91%). Nem o chocolate escapou de um aumento bem superior à inflação. Os bombons e as barras subiram 9,65%, mais do que o dobro da inflação no período.

Evolução da taxa de desemprego
Por trimestre encerrado, em %

Fonte: IBGE

Taxa de desemprego cresce após 6 trimestres e fica em 8,6% em fevereiro

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Depois de seis trimestres de queda, a taxa de desemprego voltou a crescer e fechou o trimestre encerrado em fevereiro em 8,6%. São 483 mil desempregados a mais do que no trimestre encerrado em novembro de 2022.

Embora o IBGE considere que ainda não é possível identificar os efeitos da desaceleração econômica no indicador, o mercado espera que o desemprego continue em alta nos próximos trimestres, com a piora da conjuntura.

Apesar do aumento na comparação trimestral, a taxa de fevereiro é a mais baixa para o período desde 2015. Em relação ao mesmo período de 2022, quando a taxa estava em 11,2%, houve queda de 2,8 milhões de pessoas no contingente de desempregados.

A coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, destacou que o crescimento do desemprego é normal no início do ano, com o fim de contratos temporários no fim do ano. Em 2022, houve crescimento, mas considerado um ponto fora da curva.

"Todos os trimestres móveis encerrados em fevereiro são marcados pela expansão da desocupação, com exceção de 2022", diz.

"Voltar a ter crescimento da desocupação nesse período pode sinalizar o retorno à sazonalidade característica do mercado de trabalho."

Segundo o IBGE, o Brasil teve 9,2 milhões de desocupados no trimestre encerrado em fevereiro. O dado representa crescimento de 5,5%, ou 483 mil pessoas, em relação ao trimestre anterior. O número de ocupados caiu em 1,6 milhão de pessoas, para 98,1 milhões.

Entre as categorias que mais perderam postos de trabalho, estão o empregado sem carteira no setor público (-14,6%), o empregado sem carteira assinada no setor privado (-2,6%) e o trabalhador por conta própria com CNPJ (-4,8%).

Beringuy diz que a perda de postos de trabalho na administração pública também é natural nesta época do ano, com o fim de contratos temporários para a contratação de profissionais de saúde e educação por prefeituras.

"É possível observar, ao longo da série histórica, que no início de cada ano há dispensa especialmente dos trabalhadores sem carteira contratados pela administração pública de forma temporária." Foram 471 mil postos fechados nessa categoria durante o trimestre.

O número de empregados com carteira assinada no setor privado ficou estável após seis trimestres consecutivos de crescimento significativo. Restrito às movimentações do mês de fevereiro, o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) viu a criação de 241 mil vagas formais.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S/A

CNPJ nº 62.550.256/0001-20

ANS nº 34852-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo diante de um cenário global e doméstico ainda desafiador e em meio a mais um período marcado pela pandemia, o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica foi capaz de demonstrar seu compromisso com um modelo de negócio sustentável e resiliente em 2022. O esforço e dedicação de nossos colaboradores e prestadores de serviços levaram a uma melhora de todos os indicadores operacionais e financeiros da Empresa na comparação com o exercício anterior. A Administração da **NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE S/A,** nome fantasia **GNDI MINAS,** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do relatório de opinião dos Auditores Independentes. **Cenário macroeconômico e setorial:** A inflação ao consumidor medida pelo IPCA/IBGE fechou em 2022 em 5,79% a.a., inferior a taxa alcançada em 2021 de 10,06% a.a. As principais despesas que contribuíram para o acúmulo da inflação foram o com vestuários, 18,02%, os alimentos e bebidas, que tiveram alta de preços de 11,64% no ano. Outro impacto importante foram os gastos com saúde e cuidados pessoais, que ficaram 11,43% mais caros. Dentro das medidas adoptadas pelo Governo, se destaca o aumento da taxa SELIC, que em 2022 fechou em 13,75% seguindo alta já registrada no ano anterior, comparado com 9,25% de 2021. Para 2023 existe um ambiente de incerteza com temas relacionados ao controle de inflação não somente para o Brasil, mas também para mercados nos EUA e Europa, com a crescente probabilidade de recessão para os dois mercados. Também entram no foco dos mercados a guerra contra a Ucrânia e os próximos passos da China na retomada da economia pós pandemia. O setor de saúde suplementar teve um comportamento positivo, apresentou um aumento de usuários, fechando o ano com 50,5 milhões de beneficiários em planos de assistência médica, maior número desde dezembro de 2014. Em relação aos dados por estado, no comparativo com dezembro de 2021, o setor registrou aumento de beneficiários em planos de assistência médica em 25 unidades federativas, sendo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro os que tiveram o maior ganho de beneficiários em números absolutos, estados onde temos grande atuação. **A Companhia:** A NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE S/A, nome fantasia GNDI Minas, passou a fazer parte da Notre Dame Intermédica em abril de 2021. Em janeiro de 2022 em Fato Relevante foi divulgada a aprovação da Combinação de Negócios com a Hapvida tornando o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, a maior operadora de Saúde do Brasil. O posicionamento em Minas Gerais como GNDI Minas está alinhado à continuidade da estratégia de expansão do Grupo, permanecemos comprometidos com a otimização da rede assistencial própria através da contínua verticalização de nossas operações e com a qualificação e modernização das estruturas assistenciais próprias. Ao longo do ano, inauguramos nossa primeira Unidade Avançada em Betim/MG que atende beneficiários de ambas as operadoras, Hapvida e Notre Dame Intermédica. **Perspectivas futuras e Informações sobre o andamento e desempenho do negócio (expectativas para curto, médio e longo prazo):** Mudanças disruptivas em nosso setor estão acontecendo e estamos conscientes de que para uma história corporativa de sucesso, a inovação é um fator chave. Sendo líderes em saúde, acreditamos que o uso e aprimoramento de novas tecnologias no Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica podem promover mais saúde às pessoas, melhorar a qualidade assistencial, promover a eficiência em custos, e, consequentemente, aumentar a acessibilidade e a experiência dos clientes e beneficiários. **Metas e ações projetadas para as garantias financeiras (Provisões Técnicas, ativos garantidores e Recursos Próprios Mínimos):** Ao final de 2022, possuímos reservas garantidoras na ordem de R$ 182,7 milhões (2021 R$121,6 Milhões), a qual é superior as provisões técnicas R$ 32,3 milhões (2021 R$102,2 Milhões) atualmente exigidas pelas normas regulamentares da ANS. Com base nas nossas projeções de curto, médio e longo prazo, estimamos com um crescimento constante de lastro financeiro. Nossos recursos próprios mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado) de R$ 161,5 milhões (2021 R$ 181,7 milhões), para operar como operadoras de Medicina de Grupo no mercado de planos de saúde, estando ao final deste exercício, acima do mínimo exigido pela regulamentação em vigor (Margem de Solvência Exigida) de R$ 147,1 milhões (2021 R$ 120,6 milhões). Visto que o Patrimônio Líquido Ajustado é superior à Margem de Solvência Congelada calculada, não há necessidade de aumentar o Patrimônio. **Relacionamento com Auditor Independente:** Ao longo do exercício de 2022, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Grunitzky Auditores Independentes S/S. para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil. **Considerações finais:** A Empresa e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A Administração da Empresa reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2022 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas, a administração agradece!.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores em Reais - R$)

ATIVO	Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		**288.412.074**	**238.299.788**
Disponível	8	6.333.865	18.468.350
Realizável		**282.078.209**	**219.831.438**
Aplicações Financeiras	9	182.777.636	172.504.268
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		182.731.024	121.604.078
Aplicações Livres		46.612	50.900.190
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	10	**55.688.986**	**18.884.576**
Contraprestações Pecuniárias a Receber		54.914.412	18.884.576
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinisttros indenizáveis		731.334	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		34.413	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		8.827	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora		2.436.749	-
Despesas Diferidas	11	13.501.125	-
Créditos Tributários e Previdenciários	12	16.920.084	12.628.909
Bens e Títulos a Receber	13	10.682.713	8.444.629
Despesas Antecipadas		70.916	7.369.056
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**376.729.546**	**116.809.708**
Realizável a longo prazo		**212.771.378**	**70.676.527**
Créditos Tributários e Previdenciários	12	-	3.618.958
Títulos e Créditos a Receber		193.933	-
Ativo Fiscal Diferido	14	56.013.154	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	15	63.268.220	46.065.415
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	16	93.296.071	20.992.154
Investimentos	17	**64.839.130**	**3.042.232**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		61.965.962	-
Outros Investimentos		2.873.168	3.042.232
Imobilizado	18	**98.442.341**	**42.730.269**
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares		16.963.245	-
Imóveis - Não Hospitalares		16.590.514	-
Imóveis - Hospitalares		372.731	19.054.962
Imobilizado de Uso Próprio		17.343.836	7.595.042
Hospitalares / Odontológicos		13.552.404	6.342.586
Não Hospitalares / Odontológicos		3.791.432	1.252.456
Imobilizações em Curso		32.281.689	4.928.585
Outras Imobilizações		12.469.626	11.151.680
Direito de Uso de Arrendamentos	19	19.383.945	-
Intangível	20	**676.697**	**360.680**
TOTAL DO ATIVO		**665.141.620**	**355.109.496**

PASSIVO	Notas	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		**304.810.172**	**159.617.483**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência á Saúde	21	**232.207.045**	**132.294.299**
Provisões Contraprestações		13.065.799	9.437.669
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG		13.035.129	9.406.905
Provisão para Remissão		30.670	30.764
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		56.340.421	21.585.160
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prest. Serviços Assistenciais		47.613.020	33.543.134
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		115.187.805	67.728.336
Débitos de Operações de Assistência á Saúde		**4.804.992**	**4.581.632**
Contraprestações a Restituir		8.832	-
Receitas Antecipadas de Contraprestações		2.080.365	1.901.195
Comercialização sobre Operações		2.715.795	2.680.437
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Oper.		34.377	-
Provisões	22	**5.147.168**	**-**
Provisão para IR e CSLL		5.147.168	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	22	10.798.884	13.732.666
Débitos Diversos	23	51.817.706	9.008.886
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**142.595.778**	**101.965.447**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	21	**19.816.792**	**12.865.307**
Provisão para Remissão		477.163	493.850
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		19.339.629	12.371.457
Provisões		**97.481.704**	**80.360.898**
Provisões para Ações Judiciais	24	97.481.704	80.360.898
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		**5.009.885**	**6.412.598**
Parcelamento de Tributos e Contribuições	22	5.009.885	6.412.598
Débitos Diversos - LP		20.287.397	2.326.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**217.735.670**	**93.526.566**
Capital Social	25.1	430.348.766	263.700.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		16.500.000	-
Reservas	25.2	**2.919.863**	**2.919.863**
Reservas de Capital		2.919.863	2.919.863
Prejuízos - Acumulados		(232.032.959)	(173.093.297)
TOTAL DO PASSIVO		**665.141.620**	**355.109.496**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021 (Valores em Reais - R$)

Discriminação	Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido da Controladora
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**223.700.000**	**-**	**2.919.863**	**(82.804.337)**	**143.815.526**
Capital Integralizado - Ações Ordinárias	40.000.000	-	-	-	40.000.000
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-		-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	5.221.894	5.221.894
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	(95.510.853)	(95.510.853)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**263.700.000**	**-**	**2.919.863**	**(173.093.296)**	**93.526.566**
Capital Integralizado - Ações Ordinárias	130.045.854	-	-	-	130.045.854
Incorporação	36.602.912	-	-	-	36.602.912
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-	16.500.000	-	-	16.500.000
Resultado do Exercício	-	-	-	(38.689.327)	(38.689.327)
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	(20.250.336)	(20.250.336)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**430.348.766**	**16.500.000**	**2.919.863**	**(232.032.959)**	**217.735.670**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores em Reais - R$)

	Notas	2022	2021
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		**943.003.656**	**652.705.368**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	26	963.613.278	664.792.018
Contraprestações Líquidas		963.596.497	664.977.873
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		16.781	(185.855)
(-) Trib. Diretos de Op. Planos de Assist. à Saúde da Operadora		(20.609.622)	(12.086.650)
Eventos Indenizáveis Líquidos		**(779.634.398)**	**(523.620.734)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	27	(743.133.836)	(515.512.957)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(36.500.562)	(8.107.777)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**163.369.258**	**129.084.634**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		878.623	1.164.487
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora		11.230.197	784.287
Outras Receitas Operacionais		-	-
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(742.935)	-
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde		**(92.624.412)**	**(21.691.321)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(80.851.004)	(8.637.392)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-	(800.914)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde			
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(11.773.408)	(12.253.015)
Outras Despesas Operacionais		(8.092.008)	(241)
RESULTADO BRUTO		**74.018.723**	**109.341.846**
Despesas de Comercialização		(60.287.557)	(28.890.803)
Despesas Administrativas	28	(103.487.870)	(68.698.275)
Resultado Financeiro Líquido		**22.022.450**	**8.057.563**
Receitas Financeiras		30.724.963	14.168.745
Despesas Financeiras		(8.702.503)	(6.111.182)
Resultado Patrimonial		**(22.047.189)**	**(10.480.367)**
Receitas Patrimoniais		1.654.842	218.163
Despesas Patrimoniais		(23.702.031)	(10.698.530)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(89.781.443)**	**9.329.964**
Imposto de Renda		-	(3.014.287)
Contribuição Social		(109.401)	(1.093.783)
Imposto Diferido		51.201.517	-
RESULTADO LÍQUIDO		**(38.689.327)**	**5.221.894**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores em Reais - R$)

	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício	(38.689.327)	5.221.894
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(38.689.327)**	**5.221.894**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em unidades de Reais - R$)

		2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos de Saúde		1.033.168.150	724.029.622
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		196.206.276	113.112.218
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		455.534	397.193
(+) Outros Recebimentos Operacionais		19.369.309	42.365.360
(-) Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde		(924.182.270)	(593.206.336)
(-) Pagamento de Comissões		(57.675.079)	(33.404.206)
(-) Pagamento de Pessoal		(39.443.971)	(38.543.110)
(-) Pagamento de Pró-Labore		-	-
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros		(1.131.669)	(6.539.654)
(-) Pagamento de Tributos		(71.928.404)	(60.205.488)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(22.577.798)	(3.565.755)
(-) Pagamento de Aluguel		-	(2.641.679)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade		-	(505.054)
(-) Aplicações Financeiras		(51.293.392)	(137.566.152)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(135.495.782)	(50.409.405)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	30	**(54.529.098)**	**(26.682.443)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		-	2.158.687
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros		-	-
(-) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		5.168.018	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros		(10.142.080)	(1.107)
(-) Pagamento Relativo ao Ativo Intangível		-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas		-	(23.497.650)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(28.022.939)	(1.935.763)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		**(32.997.001)**	**(23.275.832)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		73.000.000	40.000.000
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento		1.350.000	11.337.000
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(1.000.058)	(11.337.000)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		**73.349.942**	**40.000.000**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(14.176.158)**	**(9.958.275)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(14.176.158)**	**(9.958.275)**
CAIXA - Saldo Inicial		20.510.023	30.468.298
CAIXA - Saldo Final		6.333.865	20.510.023
Ativos Livres no Início do Período		18.468.350	30.468.298
Ativos Livres no Final do Período		6.380.477	18.468.350
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES		**(12.087.873)**	**(11.999.948)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2022 (Valores em Reais - R$)

1. Contexto Operacional: A Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde SA é uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 6º andar, conjunto 61, sala 2, CEP: 01311-100, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A companhia tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência à saúde, coletivos e individuais familiares, e a prestação de serviços médicos, ambulatoriais, clínicos, hospitalares e terapêuticos e a prestação de serviços de diagnóstico aos beneficiários dos referidos planos de saúde. A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º/10/2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Notre Dame Minas Gerais Investimentos Ltda. pela Controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda., que passou a deter 100% das ações da empresa Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. **2. Alteração dos Controladores:** Em 4/12/2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo MediSanitas Brasil, conforme protocolo Ofício nº 137/2020/ASSNTDIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE. Em 13/04/2021, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição da Medisanitas Brasil Assistencial Integral à Saúde S/A, e assumiu o controle da empresa. Em 18/03/2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil. Em acordo dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados do pagamento final dos vendedores. **3. Reorganização Societária:** A Operadora realizou os seguintes eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31/12/2022 com o intuito de simplificar a estrutura societária e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas: *(i) Incorporação Climepe Total Ltda.:* Em 1º/04/2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/acionistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da Climepe Total Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A., nos termos.do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada. *(ii) Incorporação Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.:* Em 2/05/2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., pela Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada. *(iii) Participação societária - Hospital Varginha S.A.:* Em 2/05/2022, em decorrência da operação de incorporação da Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., a operadora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A assumiu a participação societária de 25,26% das ações do Hospital Varginha S.A, nos termos do protocolo e justificação da incorporação. *(iv) Distrato Social - NDIS Drogaria Ltda.:* Em 15/06/2022, a Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda., quotista da NDIS Drogaria Ltda, por não mais interessar a continuidade da empresa, decidiu dissolver e extinguir a sociedade, promovendo o distrato social da sociedade, encerrando suas atividades nesta data. *(v) Transferência de ações - Lifecenter Sistema de Saúde S/A:* Em 06/12/2022, foi realizado o aumento de capital da companhia, a título de aporte de capital, mediante transferência da totalidade das ações pertencentes a Lifecenter Sistema de Saúde S/A. nos termos da ata de assembleis geral extraordinária ocorrida nesta data. A Companhia encerrou o 31/12/2022 com a seguinte estrutura societária:

[illegible]

4. Impacto COVID-19: 4.1. Efeitos do coronavírus (COVID-19): Com o avanço dos programas de [illegible] ram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social. A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus. Desde o início da pandemia, a operadora tem se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A operadora permanece vigilante, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes do COVID-19 em seu negócio e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade. Não foram identificados no período atual, idem a períodos anteriores, desde o início da Pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Operadora. **4.2. Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia:** A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. A administração está acompanhando potenciais impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados ajustes materiais a serem divulgados. **4.3. Riscos atrelados as mudanças climáticas:** A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas. Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico. A Operadora trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo. Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Operadora incluem cobertura para eventos extremos. Adicionalmente, foi realizado um estudo piloto para avaliação da relação entre aquecimento global e as demandas por serviços de saúde. A iniciativa envolveu a análise das admissões hospitalares por doenças cardiovasculares (DCV) no Hospital Bosque da Saúde, localizado na cidade de São Paulo (SP). O objetivo foi investigar o aumento da demanda por internações em relação ao risco de ondas de calor no futuro. Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Operadora. Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação. **5. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 5.1. Base de preparação: 5.1.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) [illegible]

[illegible] emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Operadora classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **6.4. Disponível:** Inclui caixa, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e depósitos bancários. **6.5. Aplicações Financeiras:** Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Operadora mantém aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação seguem regras estabelecidas pela ANS. **6.6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde:** As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de Receita Antecipada de Contraprestações. **6.7. Créditos de Operações de Saúde Não Relacionadas a Planos de Saúde:** Créditos relacionados com a prestação de serviços médico-hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias. **6.8. Estoques:** Os estoques são registrados pelo método do custo de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização. Os estoques representam materiais médico-hospitalares e medicamentos utilizados pela rede própria na prestação de serviços de assistência médica. **6.9. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Operadora revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **6.10. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que [illegible] O período e o método de amortização par[illegible] mínimo no fim de cada exercício social. M[illegible] benefícios econômicos futuros desses ativ[illegible] método de amortização, conforme o caso [illegible] A amortização de ativos intangíveis com vi[illegible] categoria de despesa consistente com a u[illegible] indefinida não são amortizados, mas são [illegible] valor recuperável, individualmente ou no [illegible] indefinida é revisada anualmente para [illegible] Caso contrário, a mudança na vida útil de [illegible]

Grupo do Intangível	Vida útil (anos)
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 10 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua [illegible] le do ativo relacionado) ou quando não s[illegible] utilização ou venda. Eventual ganho ou p[illegible] entre o valor líquido da venda e o valor co[illegible] do exercício. **6.11. Provisões:** Provisões [illegible]

[illegible] tidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.13. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (*Impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Operadora baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa, às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo á reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda. Em cada data de reporte, é realizada uma avaliação para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Operadora estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de amortização, caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução [illegible]

continua...

CONTINUAÇÃO - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2022 (Valores em Reais - R$)

tes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia e suas controladas aplicam as alterações prospectivamente, ou seja, para combinação de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a Companhia deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º/01/2022. **6.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Operadora pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *(i) IFRS 17 - Contratos de seguro:* O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17/CPC 50, recepcionado pela CVM, por meio da Resolução CVM 42/2021, é aplicável para exercícios anuais com início em 1º/01/2023. A Operadora está avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde. A Operadora vende (a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada. Nessas operações, a operadora de saúde administra "riscos de saúde", no qual há a combinação da prestação de serviços de assistência à saúde e um método de precificação da contraprestação a ser recebida a partir de uma mensalidade por taxa mensal fixa e que considera a premissa de se tratar de um contrato de longo prazo e com capacidade de tornar os clientes cativos; dentre outros aspectos relevantes. *Impacto estimado da adoção da IFRS 17:* O IFRS 17/CPC 50 busca uniformizar a ampla variedade de práticas contábeis até então aplicadas no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras em diferentes jurisdições. A norma, com efeitos partir de 1º/01/2023, tem como data de transição 1º/01/2022, e os impactos de transição devem afetar diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido. A eventual adoção do IFRS 17/CPC 50 não resultará em impactos regulatórios, uma vez que tais limites são calculados segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às operadoras de saúde autorizadas a funcionar pela ANS que não aprovou o IFRS 17/CPC 50. O IFRS 17/CPC 50 exige que todas as seguradoras reflitam os efeitos das mudanças em suas demonstrações financeiras de maneira transparente, fornecendo informações sobre a lucratividade atual e futura dos seus contratos de seguro. Além dessa comparabilidade, a norma instituiu os níveis de agrupamento dos contratos de seguro (nível de safiramento, portfólio e grupos) e a aplicação dos modelos contábeis que devem ser definidos de acordo com as características dos contratos de seguros. Esses modelos são divididos em: • BBA - Building Block Approach (Modelo Geral de Mensuração): modelo padrão para todos os contratos de seguros. • PAA - Premium Allocation Approach (Abordagem de Alocação de Prêmio): modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA. • VFA - Variable Fee Approach (Abordagem de Taxa Variável): modelo aplicável a contratos com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes. No reconhecimento inicial do modelo BBA, deve-se considerar as estimativas do fluxo de caixa futuro, os ajustes do valor do dinheiro no tempo (ajustes a valor presente) e os ajustes dos riscos não financeiros para avaliar se o contrato é superavitário ou deficitário. Com isso, surge o conceito da margem de serviço contratual (CSM - *Contractual Service Margin*), que deverá ser contabilizada no passivo, sendo convertida para receita ao longo da vigência do contrato. Nos casos de contratos onerosos (quando essa margem de serviço contratual é deficitária), esses valores deverão ser contabilizados imediatamente no resultado. No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos. *(ii) Alterações ao IAS 1: Apresentação das Demonstrações Financeiras:* De acordo com o IAS 1 - *Presentation of financial statements*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração do IAS 1 *Classification of liabilities as current or non-current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2022, que determinada que a entidade não tenha o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dozes meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: convenants), mesmo que a mensuração contratual do convenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2024. *(iii) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarecem que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. *(iv) Alterações ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:* A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que as mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. *(v) Alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro:* A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, deem origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Operadora. **7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. *(i) Julgamentos:* As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. • Nota Explicativa nº 14 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa nº 19 - Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar - determinação se um contrato contém um arrendamento, seu prazo, renovações e classificação; • Nota explicativa nº 21 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; • Nota explicativa nº 24 - Provisão para ações judiciais. Principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. *(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:* As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2022 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes; • Nota explicativa nº 11 - Despesas de comercialização diferidas: identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, consequentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício; • Nota explicativa nº 14 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa nº 18 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado: determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período; • Nota explicativa nº 20 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, consequentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício: teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • Nota explicativa nº 19 - Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar - determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento; • Nota explicativa nº 21 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e • Nota explicativa nº 24 - Provisões para ações judiciais. reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. *(iii) Mensuração a valor justo:* A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • no mercado principal para ativo ou passivo; e • na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • nível I - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • nível II - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • nível III - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente, como ativos mantidos para venda em operações descontinuadas. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo departamento de avaliação de riscos, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6.19 - Instrumentos financeiros. **8. Disponível:**

Modalidades	Tipo de operação	2022	2021
Numerários em Caixa	Caixa	4.975	16.161
Numerários a vista em Instituições Financeiras	Conta-Corrente	6.205.562	7.745.433
Numerários Aplicados com Liquidez Imediata	Conta-Corrente	123.328	10.706.756
Saldo		**6.333.865**	**18.468.350**

Representam numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curtíssimo prazo. **9. Aplicações Financeiras:**

Modalidades	2022	2021
Aplicações Garantidoras de provisões Técnicas (i)	182.731.024	121.604.078
Aplicações Livres (ii)	46.612	50.900.190
Saldo	**182.777.636**	**172.504.268**

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. A Resolução Normativa RN nº 392/15, revogada pela RN 521/22, menciona as aplicações financeiras vinculadas à ANS cuja movimentação é bloqueada bem como outros ativos garantidores que têm como objetivo o lastro do total das provisões técnicas e os eventos a liquidar. A partir da publicação da RN 392/2015, revogada pela RN 521/22, com efeitos em 2016 a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS determinou que as Operadoras de Planos de Saúde segregassem em linhas específicas das aplicações livres em suas demonstrações as aplicações destinadas a garantir o pagamento aos Eventos a Liquidar com vencimentos inferiores em até 30 (trinta) dias assim como o Ressarcimento ao SUS, estes sem bloqueio de movimentação, denominadas "Aplicações Garantidoras"; (ii) As aplicações financeiras livres devem obedecer ao prazo de liquidação até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação; sendo os saldos de aplicações ajustados a valor de mercado, quando aplicável, de acordo com a legislação em vigor. **10. Contraprestações Pecuniárias a Receber:**

Descrição	2022	2021
Créditos a receber de contratos individuais	36.930.195	5.008.630
(-) Provisões para perdas sobre créditos de contratos individuais (i)	(10.690.202)	(2.725.254)
	26.239.993	2.283.376
Créditos a receber de contratos coletivos	38.518.402	16.225.499
(-) Provisões para perdas sobre créditos de contratos coletivos (i)	(9.843.984)	(1.273.242)
	28.674.418	14.952.257
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados	731.334	1.648.943
Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida	34.413	-
Outros Créditos de Operações com Planos Assistência à Saúde (ii)	8.827	-
	774.574	1.648.943
Valor Líquido a Receber	**55.688.986**	**18.884.576**

(i) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC). A provisão é constituída pelo montante devido por beneficiários em atraso há mais de 60 dias (planos individuais) e 90 dias (planos coletivos), e o cálculo engloba não só as parcelas em atraso, mas também, todas as parcelas efetivamente ganhas de um beneficiário que tenha pelo menos uma parcela atrasada. **11. Despesas de Comercialização Diferida:** As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante. Em 31/12/2022, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Despesas Diferidas	13.501.125	7.111.610
Saldo	**13.501.125**	**7.111.610**

12. Créditos Tributários e Previdenciários: Estão assim detalhados nas demonstrações:

Descrição	2022	2021
No curto Prazo	16.920.084	12.628.909
No longo Prazo	-	3.618.958
Saldo	**16.920.084**	**16.247.867**

Sendo:

Descrição	2022	2021
IRRF - Aplicações Financeiras (i)	6.522.536	5.443.094
IRPJ (ii)	6.852.450	2.306.019
Outros créditos Tributários e Previdenciários (iii)	3.545.098	8.498.753
Saldo	**16.920.084**	**16.247.867**

(i) Trata-se de IRRF sobre aplicações financeiras dos anos de 2014 a 2022 disponíveis para utilização mediante compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo todo o recurso no curto prazo. (ii) Trata-se de IRPJ pagos por estimativas durante o ano de 2021 e 2022. (iii) Inclui créditos de INSS referente a ação judicial contra a Previdência Social solicitando inexigibilidade da contribuição social prevista pelos incisos III e IV, do art. 22, da Lei nº 8.212/91, em função da prestação de serviços exercida por profissionais autônomos e cooperados da área de saúde a favor dos usuários dos planos de saúde da empresa. Por se tratar de tema pacificado no STF (Supremo Tribunal Federal) o montante integral da ação foi contabilizado. Em 2020 houve habilitação de parte dos créditos em questão em despacho decisório da RFB, já sendo utilizado na compensação de contribuições previdenciárias. Em 2022 a companhia procedeu com o desreconhecimento de créditos tributários constituídos em períodos anteriores. **13. Bens e Títulos a Receber:**

Descrição	2022	2021
Estoque de Materiais e Medicamentos (i)	4.014.330	2.329.529
Adiantamento para Fornecedores (ii)	5.923.974	6.028.881
Títulos a Receber	744.409	86.219
Saldo	**10.682.713**	**8.444.629**

(i) Os estoques compreendem a materiais e medicamentos adquiridos e destinados à utilização da Rede Credenciada Hospitalar e própria ambulatorial. (ii) Referem-se aos adiantamentos aos fornecedores de mercadorias e prestadores de serviço, que mediante a efetiva entrega do produto ou prestação do serviço, os valores são alocados as respectivas contas de Resultado ou Patrimoniais. **14. Ativos Diferidos:**

Descrição	2022	2021
Imposto de Renda	41.150.290	-
Contribuição Social	14.862.864	-
Saldo	**56.013.154**	**-**

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. A Operadora possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável que representam um direito sem prazo para prescrição, nos termos da legislação vigente. **15. Depósitos Judiciais e fiscais:** Destacamos a seguir a origem dos depósitos judiciais:

Descrição	2022	2021
Eventos/Sinistros	1.419.879	1.419.879
Tributários	2.878.265	2.604.954
Cíveis	19.782.449	11.112.069
Trabalhistas	1.797.678	1.538.226
Ressarcimento ao SUS	10.032.622	5.255.208
TSS e Multas ANS	27.357.327	24.135.079
Saldo	**63.268.220**	**46.065.415**

Tributários - conforme apresentado na nota explicativa 24, a Operadora possui discussões processuais que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas Controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide. **Trabalhistas** - depósitos efetuados pela Operadora para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 24, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública. **Regulatórios/Cíveis** - correspondem a depósitos judiciais que têm como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 24 está relacionado a esses depósitos. **Depósitos judiciais - SUS** - a Operadora questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. Não há atribuição de prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional. **16. Outros Créditos a Receber:**

Descrição	2022	2021
Cont Receb Vendedor (i)	40.330.833	10.271.676
Crédito Parc Retida I (i)	44.290.177	6.367.350
Outros Créditos a Receber (ii)	8.675.061	7.428.702
(-) Provisão Perdas s/ Crédito	-	(3.075.574)
Saldo	**93.296.071**	**20.992.154**

(i) Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a receber. (ii) Provisão de valores a receber correspondentes à: 1. Processos transitado em julgado com êxito no recebimento relativos à Taxa de saúde Suplementar e Ressarcimento ao SUS; 2. Contraprestações a receber em fase de execução judicial. **17. Investimentos:**

Descrição	2022	2021
a) Participações em Equivalência Patrimonial	61.965.962	-
b) Imóveis destinados a Renda	2.873.168	2.873.168
Outros	-	169.064
Saldo	**64.839.130**	**3.042.232**

a) Participação em Instituições não Reguladas: Em 2022, a Operadora passou a ter participação societária: • Em 02/05/2022, mediante processo de incorporação da operadora Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., a operadora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A assumiu a participação societária de 25,26% das ações do Hospital Varginha S.A, nos termos do protocolo e justificação da incorporação. • Em 06 de dezembro, mediante registro de ata de assembleia geral extraordinária, foi realizado o aumento de capital da operadora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A companhia, a título de aporte de capital, mediante transferência da totalidade das ações pertencentes da Sistema Lifecenter de Saúde AS. **b) Imóveis destinados a Renda:**

Descrição	2022	2021
Terrenos	2.209.158	2.209.158
Edificações	664.010	664.010
Saldo	**2.873.168**	**2.873.168**

18. Imobilizado:

	Saldo Dezembro /2021	Incorporação	Ajuste Adquiridas /2021	Aquisição	Baixa	Baixa Inventário	Transferência	Depreciação	Saldo Dezembro /2022
Terrenos e imóveis	19.054.962	581.840	(1.837.861)	-	-	-	(215.111)	(620.585)	16.963.245
Veículos	83.247	25.028	(83.247)	67.000	(67.000)	-	569.000	(569.228)	24.800
Instalações	244.053	-	(102.507)	-	-	-	2.119.547	(91.151)	2.169.941
Máquinas e equipamentos	24.619.262	2.885.646	(2.240.129)	8.294.907	(1.013.022)	(348.921)	(6.639.788)	(2.671.001)	22.886.955
Móveis e utensílios	1.506.780	724.630	(330.550)	1.074.145	(85.573)	(24.346)	146.645	(321.572)	2.690.159
Equipamentos de computação	609.117	921.420	(219.572)	6.285	(7.481)	(37.163)	(124.234)	(898.446)	249.927
Imobilizações em curso	(5.507.264)	-	(741)	6.859.181	-	-	(369.220)	-	981.956
Benfeitorias imóveis de terceiros	2.120.114	-	2.248.832	24.563.362	-	-	4.509.550	(350.444)	33.091.414
	42.730.270	**5.138.564**	**(2.565.775)**	**40.864.880**	**(1.173.076)**	**(410.430)**	**(3.611)**	**(5.522.427)**	**79.058.396**

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (*impairment*). Em 31/12/2022, não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado. O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas administrativas", conforme notas explicativas 28 e 29.a, respectivamente. A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do Grupo. **19. Arrendamento Mercantil:** A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor. A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os spreads foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pela Companhia:

Prazos	Taxa % a.a.
Até 2 anos	7,05%
De 2 a 4 anos	7,92%
De 4 a 6 anos	7,76%
De 6 a 8 anos	9,19%
De 8 a 10 anos	9,41%
Acima de 10 anos	9,40%

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

a) Direito de uso:

	Aluguéis (modelo)	Máquinas e Equipamentos	Outros (modelos)	Total
Saldo em 31/12/2021	**17.360.661**	-	-	**17.360.661**
Incorporação	654.393	29.053	-	**683.446**
Saldo adquirido	-	-	-	-
Atualizações contratuais	1.191.150	-	-	**1.191.150**
Adições Novos Contratos	5.688.141	-	-	**5.688.141**
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(5.522.987)	(16.467)	-	**(5.539.454)**
Saldo em 30/12/2022	**19.371.358**	**12.586**	-	**19.383.945**

b) Arrendamento a pagar: (i) Movimentação dos arrendamentos:

	31/12/2022
Saldo em 31/12/2021	**19.110.334**
Incorporação	**864.219**
Saldo adquirido	**-**
Atualizações contratuais	1.191.150
Adições Novos Contratos	5.688.141
Baixas	-
(-) Pagamento de juros	1.591.515
Contraprestação Paga	(6.605.213)
Saldo em 31/12/2022	**21.840.146**
Circulante	**4.696.298**
Não Circulante	**17.143.848**

(ii) Maturidade dos contratos:	31/12/2022
2023	5.982.895
2024	6.022.140
2025	4.578.604
2026	2.375.619
2027	1.004.357
Mais de 5 anos	3.557.591
Valores não descontados	**23.521.206**
Juros Embutidos	(1.681.060)
Passivo de Arrendamento	**21.840.146**

c) Informações adicionais: Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados nas Informações Financeiras Intermediárias da Companhia. A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM. Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cuja maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, obtida pela divulgação das projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2025, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

Fluxo nominal	**31/12/2022**
Passivos de arrendamento	23.521.206
Juros embutidos	(1.681.060)
	21.840.146
Fluxo real efetivo inflacionado	
Passivos de arrendamento	24.588.776
Juros embutidos	(1.757.359)
	22.831.417

d) Deliberação CVM 41/2021: Em 22/06/2021, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a Resolução nº 41, que estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) e que está em consonância com a aprovação do IASB. Em decorrência da pandemia de COVID-19, nos contratos de arrendamentos em que ocorreram impactos em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto deverão ser tratados como pagamento variável. Em atenção à Resolução da CVM e ao estabelecido no CPC 06(R2), a Companhia analisou e identificou os contratos que se enquadram ao pronunciamento, tendo estes sido afetados diretamente pela COVID-19 e, consequentemente, sofrido efeitos de redução e/ou suspensão de pagamentos, e os tratou como pagamentos variáveis e seus benefícios foram contabilizados no resultado do exercício, para todas os contratos onde as condições da revisão do pronunciamento foram atendidas: • o valor revisado do aluguel fosse igual ou menor que o valor antes da alteração; • os descontos nos aluguéis não excediam a 31/12/2022; e • não houvesse alterações substanciais nos termos e condições do contrato de arrendamento. **20. Intangível: a) Composição do Intangível:**

	Saldo em 31/12 /2021	Ajuste Adquiridas 2020	Incorporação	Transferência	Amortização	Saldo Dezembro /2022
Aquisição carteira plano saúde	-	-	-	-	-	-
Sistema de computadores	360.680	(3.782)	496.152	3.611	(179.964)	676.697
Ágio adquirido de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	360.680	**(3.782)**	**496.152**	**3.611**	**(179.964)**	**676.697**

21. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde:

Descrição	2022	2021
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG (i)	13.035.129	9.406.905
Provisão para Remissão	30.670	30.764
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS (ii)	56.340.421	21.585.160
Provisão para Eventos a Liquidar (iii)	47.613.020	33.543.134
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) (iv)	93.767.470	57.482.437
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA-SUS) (v)	21.420.335	10.245.899
Total - Circulante	**232.207.046**	**132.294.299**

Descrição	2022	2021
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS - LP (ii)	19.339.629	12.371.457
Provisão para Remissão - LP	477.163	493.850
Total - Não Circulante	**19.816.792**	**12.865.307**

(i) Provisão de Prêmio Contraprestação Não Ganha (PPCNG): classificada no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores. **(ii) Provisão de Eventos Sinistros a Liquidar para o SUS** - o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. **(iii) Provisão para Eventos a Liquidar** - Representa eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestação de serviços apresentados à Empresa. **(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA,** classificada no passivo circulante, é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados às Operadoras. Destacamos a seguir a movimentação da respectiva provisão em 2022 e 2021:

Movimentação Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	**Saldo**
Saldo em 31/12/2020	**44.396.014**
+ Adições	15.763.912
(-) Baixas	(2.677.488)
Saldo em 31/12/2021	**57.482.438**
+ Adições (a)	36.655.951
(-) Baixas	(370.919)
Saldo em 31/12/2022	**93.767.470**

(a) Adição de R$ 7.295.677, relativos à incorporação das operadoras Climepe e Serpram, ocorridas em abril de 2022 e maio de 2022, respectivamente. Conforme citado na Nota 3. • **Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados para o SUS (PEONA-SUS)** - Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela Rede do Sistema Único de Saúde, constituída com base no cálculo divulgado pela ANS. Apesar da provisão ser constituída gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020 conforme RN 442/2018, houve uma alteração conforme comunicado nº 88/ANS. Destacamos a seguir a movimentação da respectiva provisão em 2021 e 2022:

Movimentação Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados para o SUS (PEONA-SUS)	**Saldo**
Saldo em 31/12/2020	**3.176.389**
+ Adições	21.965.145
(-) Baixas	(14.895.635)
Saldo em 31/12/2021	**10.245.899**
+ Adições (a)	17.635.698
(-) Baixas	(6.461.262)
Saldo em 31/12/2022	**21.420.335**

(a) Adição de R$ 3.663.229, relativos à incorporação das operadoras Climepe e Serpram, ocorridas em abril de 2022 e maio de 2022, respectivamente. Conforme citado na Nota 3. **22. Tributos, Encargos Sociais e Provisões para IR e CSLL:** Estão assim apresentados:

Descrição	2022	2021
Provisão para IR e CSLL	5.147.168	7.738.304
Tributos Enc. Sociais a Recolher - Circulante	10.798.884	5.994.362
Tributos Enc. Sociais a Recolher - Não Circulante	5.009.885	6.412.598
Total	**20.955.937**	**20.145.264**

Conforme detalhamos:

Descrição	2022	2021
ISS - Impostos sobre Serviços	3.049.176	1.180.808
INSS - Instituto Nacional Seguridade Social	2.166.831	1.033.310
FGTS - Fundo de Garantia de tempo de Serviço	456.825	291.822
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.153.571	746.955
Provisão Para Imposto De Renda - IRPJ	-	5.582.535
Demais Impostos e Contribuições (iii)	2.906.687	3.969.792
Parcelamento - Impostos sobre Serviços (i)	72.968	53.495
Parcelamento - Tributos Federais (ii)	-	773.642
Parcelamento - Outros	992.827	100.307
Total - Circulante	**10.798.884**	**13.732.666**
Impostos sobre Serviços (i)	126.541	187.234
Tributos Federais (ii)	11.882	5.599.660
Demais Parcelamentos	4.871.462	625.704
Total - Não Circulante	**5.009.885**	**6.412.598**

Referem-se a Impostos e Contribuições de ordem Municipal e Federal, retidos de terceiros ou sobre apuração de Receitas. **(i) Parcelamento de Impostos sobre Serviços:** A Lei nº 16.097/14, alterada pelo art. 4° da Lei nº 16.272/15 instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo. O PPI-2015 é um programa de parcelamento para os contribuintes que desejem regularizar os débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em relação a fatos geradores ocorridos até 31.12.2014; A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 18/06/2015 no qual o parcelamento foi firmado em 120 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC. **(ii) Parcelamento de Tributos Federais:** Refere-se a tributos federais constituídos junto à Receita Federal do Brasil, parcelados conforme lei n° 12.996 de 18/06/2014 e consolidados conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.064, que trata dos procedimentos para consolidação de débitos pagos com prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL. A consolidação do parcelamento envolveu os débitos administrados pela RFB e pela PGFN concedendo o abatimento de montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL os quais puderam ser utilizados para liquidação de multas e juros moratórios. A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 25/08/2014 no qual o parcelamento foi firmado em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC. **(iii) Demais Impostos e Contribuições:** Refere-se a tributos federais, municipais e encargos constituídos no mês. Considera-se basicamente nesta variação de um período para o outro o recálculo dos tributos a pagar em especial do PIS e da COFINS. **23. Débitos Diversos:**

Descrição	2022	2021
Obrigações com Pessoal	8.617.156	5.013.782
Fornecedores (i)	8.599.896	1.089.364
Depósitos de Beneficiários Terceiros	1.602.620	38.286
Passivo de Arrendamento valor presente	4.696.298	-
Outros Débitos (ii)	28.301.737	2.865.382
Saldo	**51.817.706**	**9.008.886**

(i) Representado principalmente por fornecimentos de serviços de manutenção, limpeza e materiais administrativos, bens, alimentação, utensílios. (ii) Representado por aluguéis, seguros, água, luz, telefone, dentre outros. Sendo o montante de 25.262.879, correspondente a provisão para compensação futura de títulos emitidos durante a integração de sistemas ERP não passiveis de realização. **24. Depósitos Judiciais e Provisões Contingenciais:** A entidade é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS). A entidade provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil. São descritos abaixo os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Companhia e suas controladas:

Descrição	2022	2021
Cíveis (i)	20.250.296	11.494.406
Tributárias (ii)	15.431.216	10.285.189
Trabalhistas (Iii)	14.247.137	12.445.372
Multas ANS (iv)	47.553.055	46.135.931
Saldo	**97.481.704**	**80.360.898**

(i) Referem-se a questões contratuais, tais como: carência, cancelamentos, exclusão de cobertura e doenças preexistentes; (ii) Refere-se a questões tributárias, tais como: contribuições previdenciárias, taxa de saúde suplementar, multa ANS. (iii) Referem-se a questões trabalhista, tais como: horas extras e vínculo empregatício. (iv) A Referem-se a multas junto ao órgão regulador Agência Nacional de Saúde Suplementar que estão sendo discutidas judicialmente. Parte das provisões para contingências estão garantidas por depósitos judiciais contabilizados no ativo realizável a longo prazo em 31/12/2022 e 2021 como podem ser observadas abaixo:

Descrição	2022	2021
Cíveis	19.782.449	11.112.069
Tributárias	2.878.265	2.604.954
Trabalhistas	1.797.678	1.538.226
Eventos/Sinistros	1.419.879	1.419.879
Ressarcimento ao Sus	10.032.622	5.255.208
Taxas e Multas ANS	27.357.327	24.135.079
Saldo	**63.268.220**	**46.065.415**

24.1 Provisões contingenciais - Risco de perda Possível: As contingências, em 31/12/2022 e 2021, classificadas como perda Possível no qual (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota) e, portanto, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas como se segue:

Descrição	2022	2021
Cíveis	51.859.894	68.920.412
Tributárias	110.301.762	75.198.131
Trabalhistas	6.118.830	3.074.050
Multas ANS	17.283.762	8.082.482
Saldo	**185.564.249**	**155.275.075**

25. Patrimônio Líquido: 25.1 Capital Social: O Capital Social da entidade é composto de 400.668.533 ações sem valor nominal totalizando R$ 400.688.533. **25.2 Reserva de Capital:** Os valores de reserva de capital referem-se a reservas de ágio na subscrição de ações e variação no câmbio, oriundos de aporte de capital estrangeiro. **25.3 Capital Regulatório:** Em 31 de dezembro a suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação à ao capital regulatório da Operadora, fechou em R$ 8.788.506. **25.4 Patrimônio Líquido Ajustado x Margem de Solvência x Capital Regulatório:** Em 31 de dezembro a insuficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação à margem de solvência da Operadora fechou em R$ 34.626.242. **25.5 Ajuste Balanço de Partida:** Após eventos de incorporação das operadoras Climepe Total e Serpram, ocorridas em abril e maio de 2022, respectivamente, e combinação de negócios entre grupos Hapvida e Notre Dame, foram necessários ajustes contábeis, visando adequação de saldos, sendo a contrapartida de tais lançamentos foram ajustados na rubrica de Prejuízos acumulados" no Patrimônio Líquido. O montante dos ajustes somou R$ 20.250.336. **26. Contraprestações líquidas:** As Contraprestações líquidas são reconhecidas de forma pró-rata dia e foram assim registradas:

Tipo de Contratação do Plano	2022	2021
Ambulatorial	3.061.884	2.904.361
Hospitalar Com Obstetrícia	3.297.325	544.408
Hospitalar Sem Obstetrícia	19.132	19.551
Ambulatorial Mais Hospitalar Com Obstetrícia	940.487.871	654.994.611
Ambulatorial Mais Hospitalar Sem Obstetrícia	21.482.644	10.041.710
Odontológico	292.549	1.279.605
Contraprestação Emitida	3.909.354	5.314.255
Provisão para remissão - Resultado	(16.781)	(185.855)
Corresponsabilidade Assumida	37.852	41.998
Contraprestações de Corresponsabilidade Transferida	(8.958.552)	(10.162.626)
Saldo	**963.613.278**	**664.792.018**

27. Eventos Conhecidos ou Avisados: Estão assim detalhados:

Tipo de Atendimento Rede Credenciada	2022	2021
Consultas	128.352.526	142.154.781
Exames	165.087.861	86.043.522
Terapias	41.410.613	36.687.118
Internações	316.558.151	210.473.538
Outros Atendimentos	50.712.640	28.809.175
Atendimentos no SUS	10.687.481	5.141.042
Demais Despesas Médicos Hospitalares	30.324.564	6.203.783
Saldo	**743.133.836**	**515.512.959**

28. Despesas Administrativas:

Tipo de Despesa	2022	2021
Pessoal	42.609.469	35.618.403
Serviços de Terceiros (i)	19.297.273	6.448.566
Localização e Funcionamento (ii)	20.447.695	12.120.215
Depreciação e Amortização	5.832.048	3.240.781
Publicidade e Propaganda (iii)	7.470.095	936.970
Tributos	251.677	1.283.866
Contingências	2.106.450	795.232
Despesas Judiciais	333.139	3.502.668
Multas ANS	1.633.790	3.039.620
Cessão de Uso de Marca	-	1.311.724
Outras	3.506.233	400.230
Saldo	**103.487.870**	**68.698.275**

(i) Serviços advocatícios, auditoria e de consultoria, entre outros; (ii) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.; (iii) Serviços de publicações e divulgação da marca. **29. Seguros:** A Empresa adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Empresa tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. **30. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:** Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de planos de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais. **31. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais operações e saldos sumariados conforme segue:

Empresas	2022 Receitas	2022 Despesas	2021 Receitas	2021 Despesas
NDI Drogaria Ltda	-	-	2.667	-
Bioimagem Santa Monica Ltda	321.943	10.083.519	87.431	3.489.214
Climepe Total Ltda.	75.017	5.326.987	-	1.956.650
Clínica São Lucas	3.354	433	-	-
Clinipam Ltda	162.650	53.999	20.779	42.666
Dr. Ghelfond Diagnostico Médico Ltda	-	-	-	78.513
Hospital e Maternidade Santa Monica Ltda	1.439.761	42.771.327	416.717	5.369.787
Hospital São Bernardo S/A	-	165.051	-	1.696
Hospital Varginha Ltda	238.709	1.926.913	-	-
IMESA	427.939	8.772.756	-	-
INCORD-Inst. Neuro. Coração Divinop.Ltda	18.846	1.144.892	6.002	389.417
Instituto Tomográfico de Guarulhos	-	-	-	10.169
Intermédica Sistema de Saúde S/A - SP	49.589.818	36.524.577	1.946.474	2.023.361
Lifecenter Sistema de Saúde SA	1.965.452	107.295.289	245.314	42.877.433
Notre Dame Intermédica Saúde S/A	-	-	15.160	952.643
Serpram	177.204,43	677.323	-	-
SMV - Serviços Médicos Ltda	1.000.649	-	7.687	3.188
Ultra Diagnóstico Ltda	-	-	-	1.220
Saldo	**55.421.343**	**214.743.066**	**2.748.231**	**57.195.957**

As transações são basicamente relacionadas a atendimentos médicos dos beneficiários de planos de saúde em várias localidades no País entre as empresas do grupo, quanto a instruções de atendimento, emissão de guias entre outros. **32. Dispensa de apresentação das demonstrações consolidadas:** A entidade, como destacado na nota explicativa 1, é controlada diretamente pela Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda. E essa, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36. Com isso, a entidade fica dispensada de apresentar as suas demonstrações consolidadas. **33. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos - RN 443/19:** A entidade vem trabalhando em estudos e projetos focados, na adequação de sua estrutura organizacional e em seus processos de controle interno, para garantir a aderência da sua operação de planos de saúde às determinações da RN 443/19, controlando riscos presentes no contexto operacional, da gestão do plano de saúde. **34. Teste de Adequação de Passivo (TAP):** O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste. Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício. O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais. O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas. O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO - TAP

Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste na tábua biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos* (Valor em percentual)	Inflação Médica estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em precentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data base (valor em R$)
Carteira individual	não	1,49%	11,82%	5,68%	0%	não	Anbima-pré-fixada	**164.408.124,82**
Coletivo por adesão	não	0%	11,82%	0%	0%	não	Anbima-pré-fixada	**1.366.126,77**
Coletivo empresarial	não	0%	11,82%	0%	0%	não	Anbima-pré-fixada	**83.545.932,71**

35. Provisão de Insuficiência de Contraprestação (PIC): Estabelecido pela ANS na RN nº 435/2018 revogada pela RN nº 528/2022, foi calculada com base na formulação definida pela ANS no anexo VII da RN nº 393/15 e suas alterações. na competência de dezembro de 2022 o FIC - Fator de Insuficiência de Contraprestação foi de -2,39%, desta forma foi apurado não haver insuficiência não sendo necessário constituir nenhuma provisão. **36. Margem de Solvência:** Em 31 de dezembro a Margem de Solvência em relação ao Capital Baseado em Risco se apresentou suficiente em R$ 54.282.018. **37. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD:** Foi constatado que a adequação da NDIMG Saúde, no cumprimento da Lei, em vigor desde maio 2021 conforme medida provisória n° 959 de 29/04/2020, não afeta o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas. A adequação trata-se de uma reorganização e da reclassificação, principalmente, dos esquemas e metadados sensíveis (em relação aos dados pessoais) constantes das bases de dados. Dessa forma, entende-se que não há impactos na contabilidade, nem em provisões e tampouco impactos em ativos ou passivos contingentes. **38. Eventos Subsequentes:** *(ii) Ofício circular nº 01/2023/CVM/SNC/SEP:* No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada). A Companhia analisou toda base de processos e não há nenhuma demanda que se enquadre na referida decisão do Supremo Tribunal Federal.

DIRETORIA

Notre Dame Intermédica Saúde Minas Gerais - 62.550.256/0001-20 - Resp. Legal: **Luiz Celso Dias Lopes**

CONTADOR

Alexandre Fernando Pereira de Souza - Contador - CRC MG 110832

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da entidade
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. - São Paulo - SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de março de 2023.

Grunitzky - Auditores Independentes S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/SP - CVM 7862
Charles André Rovigo
CRC PR-042.964/O-6 S/SP - CNAI: 2908

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preços nº. 06/2023

A Presidente da Comissão de Licitações do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade **Tomada de Preços**, registrada sob nº. **06/2023**, permitindo a *escolha da proposta global mais vantajosa* para a **Contratação de empreiteira visando a construção de ponte mista sobre o Córrego Ribeirão Anhumas na Estrada Rural AHM-161, por força do convenio celebrado entre o Município de Anhumas a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Governo do Estado de São Paulo – Registrado Sob o nº CMIL – 015/630/2023 – Processo nº CMIL 163.433/2023. O Edital da Tomada de Preços nº. 06/2023** deste Edital encerrar-se-á no dia **18 de abril de 2023, às 08h30min**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes documentos e propostas, regido pelas Leis 8.666/93 e 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1140 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 30 de março de 2023. Roseli Aparecida Evangelista da Silva – Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 016/2.022 - PROCESSO Nº 457/2022

COMUNICADO

Em virtude do ponto facultativo decretado pelo Prefeito Municipal, no dia 06 (seis) de abril; fica designada para o dia 05 (cinco) de abril de 2023, às 14h00, na sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Rua Porto Alegre, nº 350, Jardim Santa Rita, sessão para abertura dos envelopes propostas do referido processo licitatório.

Fernandópolis-SP., 31 de março de 2.023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL Nº 008/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia/arquitetura para serviços de reforma e ampliação da EM Ana Maria Campos de Oliveira – Localizada na Rua Joaquim Soares Rodrigues nº 150 - Bairro Portão Vermelho - Vargem Grande Paulista, em conformidade com a planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro e demais condições deste Edital. A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista por meio da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações convoca o (s) licitante (s) Habilitado (s) para a sessão de abertura do (s) envelope (s) 02 (dois) proposta financeira (s), no dia 04 de abril de 2023, às 09H00MIN, na sala de licitações, sito Praça da Matriz, 75 – Centro – Vargem Grande Paulista-SP. Em 31 de março de 2023. Leandro Nunes – Presidente da CPJL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VEM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 98/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 255/2022. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27 DE ABRIL DE 2023. CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizado das **9:00 às 9:15 horas, a partir desse horário inicia-se abertura das propostas e lances. LOCAL:** www.portaldecompraspublicas.com.br tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, CONTRATO ADMINISTRATIVO**, e atenderá os anseios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA DAR CONTINUIDADE AOS ATENDIMENTOS NAS UNIDADES DO ESF I, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I). Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

ERRATA

Termo de Alteração Contratual nº01/23 - Processo nº 414/22 – Contrato nº 81/22

Conforme publicação feita no dia 23 de fevereiro de 2023, informamos que:

Onde se lê: (...) "Vigência: 25/02/2023 à 25/04/2023."

Leia-se: (...) "Vigência: 06/03/2023 à 05/05/2023."

As demais informações permanecem inalteradas.

Outras informações pelo e-mail: licitacao@jumirim.sp.gov.br, ou pelo telefone (15) 3199-9800.Na certeza de termos prestado os esclarecimentos solicitados, cujo teor também se deu conhecimento aos demais interessados conhecidos, subscrevemo-nos.

Jumirim, 31 de março de 2023. Daniel Vieira - Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores das empresas prestadoras de serviços representados pelo **SINDINSTALAÇÃO**, lotados na base territorial deste Sindicato, a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no próximo dia **03 de Abril de 2023,** na sede deste Sindicato, na Rua Thomaz Gonzaga, 50 - bairro Liberdade, São Paulo, Capital, às **18h30,** com qualquer número de trabalhadores, para tratar da seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, Discussão e Votação da Proposta Final apresentada pelo Sindinstalação para Renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2023; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **São Paulo, 30 de Março de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2023 - Processo nº 4.770/23

Objeto: implantação de ata de registro de preços para futura aquisição de concreto betuminoso usinado a quente, em atendimento à Secretaria de Obras, desta prefeitura. O Pregoeiro e Equipe de apoio fazem saber que, acha-se aberta nesta Prefeitura a licitação retro citada, sendo a data de entrega e abertura dos envelopes às **10h00** do dia **14/04/2023**, sito a Rua Elton Silva, nº 1.000 - Parque JMC - Jandira - SP. O edital encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço (setor de licitações) no quadro de Editais e também para aquisição na íntegra, mediante o pagamento da taxa de R$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) ou ainda, gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br, aba licitações. Informações e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br.

Valter Pucharelli - Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CP 005/2023 – PA 54.808/2022 – RECURSO FEDERAL - Contratação de empresa especializada para reforma e revitalização do Campo dos Legionários – Cotia – SP. Abertura dia **04/05/2023 às 14:00 horas**, no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, sito à Rodovia Raposo Tavares, no Km 36, Estrada Boa Vista nº 575 – Condomínio Boa Vista – Cotia/SP. O edital estará à disposição a partir de **04/04/2023** através do site da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br, quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

Processo Administrativo 025/2023 - Pregão Presencial 05/2023 - Edital Licitatório 011/2023.

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, fornecimento e manutenção de cartões-alimentação, através de cartões magnéticos, destinados aos servidores da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul, que se enquadrem na previsão contida na Lei Municipal nº 1.382 de 30 de Junho de 2009, para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais do ramo pertinente (supermercado, armazém, açougue, peixaria, hortimercado, produtores de hortifrutigranjeiros, comércio de laticínios e/ou frios, padaria e similares). Decisão do Prefeito. Considerando que a empresa BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 16.814.330/0001-50, impetrou pedido de impugnação ao ato convocatório, por bem e por não vislumbrar qualquer óbice legal, adiar "sine die" a data prevista para realização do certame supra. Murutinga do Sul - SP, 30 de março de 2.023. Cristiano Eleutério Soares da Silva – Prefeito.

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 04/2023 – P. E. 01A/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 01A/2023. OBJETO: **Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, objetivando eventuais aquisições de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso e reposição nos veículos da frota.** TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 1.713/2021 e de acordo com a classificação efetuada pela Pregoeira Eraida Ferreira Gonçalves, homologa e adjudica nesta data, os objetos licitados: **LOTES: 01 e 08** Empresa **MGB Pneus Importação e Distribuição Eireli**, localizada na Rua Guabiruba, nº 280, Bairro Água Verde, CEP: 89.042-200, em Blumenau – SC; **LOTES: 02** ,à Empresa Aurora e Comercio LTDA, localizada na Rua João Planincheck n.º229 – Bairro Nova Brasília, CEP: 89.252-220, em Jaraguá do Sul – SC; **LOTES: 03,05,06,07 Empresa D.P Quartarolo Gerenciamento de Frotas Eireli** localizada na Rua **Nossa Senhora Aparecida** nº 750 – Bairro Pauliceia, CEP: 13.424-270 em Piracicaba-SP. Marília, 31 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 71/23 Contrato: 46/23 – Tomada de Preços nº 01/23

Contratado: MSV CONSTRUTORA LTDA. **Data da assinatura:** 21 de março de 2023. **Valor do Contrato:** R$ 518.282,94 (quinhentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos). **Objeto:** "Contratação de empresa especializada para reforma e adequação das praças Nossa Senhora Aparecida e Francisco Dordeti", **Prazo:** de 22/03/2023 À 20/07/2023

Processo nº 253/23 Ata de Registro de Preços: 05/23 – Pregão Presencial nº 01/23

Contratado: L.A. ZAMPOLO CONEHIDRO COMÉRCIO DE TUBOS E CONEXÕES LTDA. **Data da assinatura:** 16 de março de 2023. **Valor do Contrato:** R$ R$55.738,97 (CINQUENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS). **Objeto:** "Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de material hidráulico". **Prazo:** de 16/03/2023 À 16/09/2023

Processo nº 757/23 Contrato: 78/22 – Convite nº 16/22 - Termo Aditivo nº: 3

Contratado: B 3 - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ da Contratada: 08.075.660/0001-43. **Data da Assinatura do Termo Aditivo:** 16/03/23. **Valor:** R$ 25.828,07 (vinte e cinco mil oitocentos e vinte e oito reais e sete centavos). **Objeto:** REFORMA DO CRAS DE JUMIRIM/SP. **Prazo:** de 05/01/2023 A 05/05/2023

Jumirim, 31 de março de 2023. Daniel Vieira - Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2023

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA POR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ÁGUA E ESGOTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ-SP, decorrente da Solicitações de Compra (S.C) nº 00707 e 00708 de 2023.

Valor estimado: R$ 4.553.513,93.

Recebimento dos Lances: às 09h00min do dia 18/04/2023

Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620/ 1630/ 1655 e 1670.

Edital: www.gov.br/compras (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.

Jacareí, 29 de março de 2023

EVANDO FARIA LINS – Presidente Interino do SAAE-Jacareí

SINDICATO DOS TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS TERRESTRES DE SÃO PAULO E ITAPECERICA DA SERRA - Edital - Contribuição Sindical - Exercício de 2023 - Em atendimento ao disposto no artigo 605 do Decreto Lei nº 452 de 1º de Maio de 1943, e demais dispositivos legais em vigor, vem como nos exatos termos do artigo 578 e seguintes da CLT, com a redação da lei nº 13.467/2017 e face ao definido pelo enunciado nº 38 da Anamatra. Sindicato dos Empregados Administrativo e Trabalhadores nos Escritórios de Empresas de Transporte Rodoviários Terrestres de São Paulo e Itapecerica da Serra, com CNPJ 62.640.131/0001-90 com sede a Avenida Rangel Pestana 1292 - sala 10 - Brás - SP, representado por seu presidente Luis Gonzaga Barbosa Firmino RG 36233800-0 e CPF 504.949.291-20, notifica as empresas da categoria profissional dos trabalhadores (as) do setor administrativo das Empresas de Transporte de Passageiros Rodoviários Intermunicipais, Interestaduais, Suburbanos, Fretamento e Turismo, Urbano Capital e funcionários da Área Administrativa da SPTRANS, que deverão descontar a contribuição sindical de todos empregados no mês de Março (artigo 582/CLT), sendo 1 (um) dia de trabalho a título de Contribuição Sindical e recolhem em qualquer agência da Caixa Econômica Federal ou em qualquer agência bancária integrante do sistema de arrecadação de tributos federais até o dia 30 de Abril de 2023 (artigo 583/CLT). As empresas poderão solicitá-las através do telefone: (11) 3443-9206/ 3443-9209, email: satetrisp@gmail.com ou no endereço: Avenida Rangel Pestana 1292 - sala 10 - Brás - SP. As empresas inadimplentes ficarão sujeitas às multas, juros e correção monetária estabelecidas no artigo 600 da CLT, além de outras penalidades previstas em nosso ordenamento jurídico. São Paulo, 31 de Março de 2023. - Francisco Barbosa Firmino - Presidente em Exercício.

REAL TIME FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

CNPJ/ME nº 29.492.579/0001-39

FATO RELEVANTE

A **FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1842, 1º andar, Cj. 17, inscrita no CNPJ sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 6.547, de 18 de outubro de 2001, na qualidade de administradora ("Administradora") do **REAL TIME FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** ("Fundo"), nos termos do ANEXO I - DEFINIÇÕES, do Regulamento do Fundo e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 ("Instrução CVM 356"), vem, pelo presente Fato Relevante, informar que conforme Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas celebrada em 30 de março de 2023, foi aprovada a substituição da FLM COBRANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 29.482.782/0001-24, como consultora do Fundo, de modo que a prestação de serviços de consultoria e cobrança do Fundo passará a ser exercida única e exclusivamente pela **RM COBRANÇAS LTDA.,** inscrita no CNPJ nº 48.808.492/0001-72, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Paraíso, nº 595, sala 32, 3º andar, CEP: 04103-001, a partir da **abertura do dia 03 de abril de 2023.**

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos nos contatos admregulatorio@finaxis.com.br; e (11) 3526-9001.

São Paulo, 03 de abril de 2023

FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 006/2023.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 006/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia e arquitetura, devidamente inscrita no CREA/CAU, dotada de responsável técnico habilitado na mesma condição, para fornecimento de mão de obra e material, visando o recapeamento, pavimentação asfáltica e sinalização na Rua das Hortências, Rua das Petúnias, Rua dos Girassóis, Rua José Costa, Rua Manoel H Florindo e Rua das Primaveras – Jardim dos Eucaliptos, Rua Renato Biachini, Rua Luiz Remédio, Rua Ernesto Palante, Rua João Rosolem, Rua José Berti, Rua Luis Cavaleri e Rua Amábile Della Torre – Vila Rosina, Rua Marlene, Avenida Aparecida e Avenida Leila – Sítio Aparecida, Avenida Presidente Kennedy – Centro - Caieiras, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** às 16h00min do dia 04/05/2023. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO:** dia 04/05/2023 as 16h05min. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 31 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL BADY BASSITT

Edital do Pregão Presencial nº 005/2023 – Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 005/2023, referente ao registro de preços para aquisição de materiais odontológicos. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 24 de abril de 2023 às 09:00 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 30 de março de 2023. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

Edital do Pregão Presencial nº 006/2023 – Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 006/2023, referente ao registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 26 de abril de 2023 às 09:00 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 30 de março de 2023. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

Edital do Pregão Presencial nº 007/2023 – Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 007/2023, referente ao registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 19 de abril de 2023 às 10:30 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 30 de março de 2023. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

Edital do Pregão Presencial nº 008/2023 – Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 008/2023, referente ao registro de preços para aquisição de medicamentos. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 17 de abril de 2023 às 09:00 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 30 de março de 2023. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

Edital do Pregão Presencial nº 009/2023 – Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 009/2023, referente ao registro de preços para aquisição de kits de robótica para a rede municipal de ensino. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 19 de abril de 2023 às 09:00 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do *site* www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo *e-mail* licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 30 de março de 2023. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTA-ÇÃO, INTERMEDIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, VIA WEB ON-LINE REAL TIME, COM UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DE VEÍCULOS EM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DA EQUIPE ESPECIALIZADA, OBJETIVANDO SUBSIDIAR O USO DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAR O DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES QUANTO AOS INDICADORES DE GESTÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE BOITUVA; MODALIDADE: Pregão Presencial: ENCERRAMENTO: 20.04.2023 as 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 31 de março de 2023.**Rafael Alves Correa – Secretário Municipal de Esportes**.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2023

Acha-se aberta na Prefeitura de Boituva, Concorrência Pública 03/2023 referente a **MODERNIZAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ORNAMENTAL**. Os envelopes "Documentação", "Proposta" serão recebidos no setor de licitações até as 09:00 h do dia 04.05.2023, com abertura prevista para as 09h05 min do dia 04.05.2023. Maiores informações estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura sito a Av. Tancredo Neves 01 Centro – Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas, pelo telefone (015) 3363-8812 ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 31 de março de 2023. **Rafael Góes Biscaro – Secretário Municipal de Obras**.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2023

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de serralheria, confecção e montagem de peças, pintura eletrostática, substituição e instalação de alambrados, solda em componentes e estrutura para a Secretaria de Esportes; MODALIDADE: CONCORRÊNCIA; ENCERRAMENTO: 03.05.2023 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação, na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 31 de março de 2023. **Rafael Alves Correa – Secretário Municipal de Esportes**.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas físicas e jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento,

I – DECLARAM sua intenção de participar do controle societário da Âncora Administradora de Consórcios S.A., CNPJ 60.375.243/0001-36, que passará a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação do Banco Central do Brasil, conforme previsto no Acordo de Acionistas firmado entre as partes;

Denominação social: Âncora Administradora de Consórcios S.A.

Local da sede: Av. Dr. Antônio Barbosa Filho, 1260, Jardim Francano, CEP 14.400-005, Franca/SP.

Composição societária (Acionistas controladores):

Agenor Roveda Júnior, CPF 827.602.768-72;

Rodrigo Martins de Souza, CPF 219.719.848-33.

II – ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de trinta dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)

Preencher o campo "Número do Processo Administrativo Eletrônico – PE" com o número do processo mencionado abaixo

Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB

Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF
Gerência Técnica em Curitiba - Gtcur
Processo nº 226804

Franca, 29 de março de 2023.

Agenor Roveda Júnior **Rodrigo Martins de Souza**

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIÓPOLIS

Aviso de licitação. Pregão Presencial n.º 17/2.023. Processo n.º 311/2.023. Tipo: Menor Preço por Lote - Critério de julgamento: Unitário. Objeto: Registro de preço para possível aquisição de leites especiais, dietas enterais e espessantes, destinados à Diretoria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I do presente edital. Data e hora da realização: Dia 14/04/2.023 às 09:30h. Credenciamento: Dia 14/04/2.023 das 08:30hs às 09:00h. Local: Prefeitura Municipal de Areiópolis, localizada na Rua Dr. Pereira de Rezende, 230, bairro Centro, CEP 18.670-000, telefone (14) 3846.9800. Edital completo: www.areiopolis.sp.gov.br, no endereço acima mencionado e através do e-mail: areiopolis.licitacoes@bol.com.br. Publique-se. Areiópolis, 31/03/2.023. **Pregão Presencial nº 18/2.023. Processo nº 312/2.023. Tipo: Menor Preço Unitário por lote - Critério de julgamento: Unitário.** Objeto resumido: Registro de preços para possível aquisição de material odontológico destinado à Diretoria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do anexo I (Exclusivo para ME E EPP). Data e hora da realização: Dia: 14/04/2023 às 14:30h. Credenciamento: Dia: 14/04/2023: a) Das 13:30h às 14:00h apenas para ME, EPP ou equiparadas; b) Das 14:05h às 14:15 para as demais empresas (ampla participação, caso não existam pelo menos 03 (três) empresas aptas na forma descrita no item a acima). Local: Prefeitura Municipal de Areiópolis, Rua Dr. Pereira de Rezende, 230, bairro Centro, CEP 18670-000, telefone (14) 3846.9800. Edital completo: www.areiopolis.sp.gov.br, no endereço acima mencionado e através do e-mail: areiopolis.licitacoes@bol.com.br. Publique-se. Areiópolis, 31/03/2023. **Pregão Presencial nº 19/2.023. Processo nº 319/2.023. Tipo: Menor Preço Lote - Critério de julgamento: Unitário.** Objeto: Registro de preços para possível aquisição de fraldas descartáveis destinadas à Diretoria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do anexo I deste edital (com cota reservada de 25% para ME/EPP). Data e hora da realização: Dia: 17/04/2023 às 09:30h. Credenciamento: Dia: 17/04/2023: a) Das 08:30h às 09:00h apenas para ME, EPP ou equiparadas; b) Das 09:05h às 09:15 para as demais empresas – cota principal e (ampla participação, caso não existam pelo menos 03 (três) empresas aptas na forma descrita no item a acima (cota reservada de 25% para ME/EPP). Local: Prefeitura Municipal de Areiópolis, Rua Dr. Pereira de Rezende, 230, bairro Centro, CEP 18670-000, telefone (14) 3846.9800. Edital completo: www.areiopolis.sp.gov.br, no endereço acima mencionado e através do e-mail: areiopolis.licitacoes@bol.com.br. Publique-se. Areiópolis, 31/03/2023. **Pregão Presencial n.º 20/2.023. Processo n.º 320/2.023. Tipo: Menor Preço Unitário do Item. Critério de julgamento: Unitário.** Objeto: Registro de preços para possível aquisição de refeições prontas acondicionadas em marmitex (exclusivo para ME / EPP). Data e hora da realização: Dia: 17/04/2023 às 14:30h. Credenciamento: Dia 17/04/2023: a) Das 13:30h às 14:00h apenas para ME, EPP ou equiparadas; b) Das 14:05h às 14:15 para as demais empresas (ampla participação, caso não existam pelo menos 03 (três) empresas aptas na forma descrita no item a acima). O Pregão será realizado na sede da Prefeitura Municipal de Areiópolis, localizada na Rua Dr. Pereira de Rezende, 230, bairro Centro, CEP 18.670-000, telefone (14) 3846.9800. Edital: os documentos integrantes do edital, encontra-se disponíveis aos interessados no endereço eletrônico: www.areiopolis.sp.gov.br, no endereço acima mencionado e através do e-mail: areiopolis.licitacoes@bol.com.br. Publique-se. Areiópolis, 31/03/2023. Antonio Marcos dos Santos, Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

Audiência Pública

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da audiência pública semipresencial para debater a seguinte matéria:

2ª Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico

PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Tema: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Social

Data 04/04/2023 (terça-feira)

Horário: 17h00

Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo

Endereço: Viaduto Jacarei, 100 – Bela Vista – SP

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]

Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participacao-por-videoconferencia ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**.

Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

SINDESPI - SINDICATO DOS EMPREGADOS DESENHISTAS DE PIRACICABA - Edital de Convocação - "Assembleia Geral" - SINDESPI - **Sindicato dos Empregados Desenhistas de Piracicaba e Região,** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 54.009.345/0001-35, com base Territorial nas cidades de: Americana, Piracicaba, Capivari, Iracemápolis, Limeira, Mombuca, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste, Águas de São Pedro, Agudos, Alambari, Alumínio, Américo Brasiliense, Analândia, Anhembi, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Arealva, Areiópolis, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bofete, Boituva, Boracéia, Borebi, Botucatu, Brotas, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Charqueada, Conchal, Conchas, Cordeirópolis, Corumbataí, Descalvado, Dobrada, Dois Córregos, Dourado, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Gavião Peixoto, Guarei, Ibaté, Igaraçú do Tietê, Iperó, Ipeúna, Itaju, Itapetininga, Itapuí, Itirapina, Itu, Jaú, Jumirim, Laranjal Paulista, Leme, Lençóis Paulista, Macatuba, Mairinque, Matão, Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Mineiros do Tietê, Nova Europa, Nova Odessa, Pardinho, Pederneiras, Pereira, Pirassununga, Porangaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Pratânia, Quadra, Ribeirão Bonito, Saltinho, Salto de Pirapora, Salto, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Lucia, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Manuel, São Pedro, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tiete, Torre de Pedra, Torrinha, Trabiju, e, Votorantin, Código da Entidade 010.433.01950-3, com sede à Rua Alfredo Guedes, 1949, Ed. Rac'z Center, 4º andar - sala 403, Higienópolis, CEP: 13419-080, Piracicaba-SP. Pelo presente **Edital,** ficam **CONVOCADOS** todos os Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetista Técnicos e Auxiliares na base territorial do Sindicato, inseridos no âmbito desta representação sindical, **associado ou não associado**, a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 19 de abril de 2023, quarta-feira, às 18h (dezoito horas), em primeira convocação, ou, em segunda, às 19h (dezenove horas), na forma da legislação vigente, no endereço supra-citado, para deliberarem, após discussão, a seguinte **Ordem do Dia: 1.** Discussão e deliberação sobre a venda e/ou permuta do bem imóvel: "Uma sala comercial sob nº 403, situada no 4º andar do Edifício Rac´z Center, com frente para a rua Alfredo Guedes nº 1.949, imóvel matriculado junto ao 2º (Segundo) Oficial de Registro de Imóveis de Piracicaba (SP), sob Matricula nº 884/R13, de 17/08/1993, e na Prefeitura do Município de Piracicaba identificado: 01.03.0091.1200.0032, CPD 79.856", tudo, em conformidade com o Parecer do Conselho Fiscal; **2.** Análise e Deliberação sobre o valor a ser atribuído ao imóvel, mediante avaliações, bem como se houver propostas para a aquisição do bem; e, **3.** Outorga de poderes ao Presidente, se for o caso de necessidade de nomear membros da Diretoria para firmar compromisso particular de venda e compra e/ou de permuta, tudo para o fiel cumprimento das deliberações anteriores. Piracicaba (SP), 29 de março de 2023. (a) **Ângelo Antônio Stella -** Presidente.

SIMTETAXI-SP- SINDICATO DOS MOTORISTAS E TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TÁXI NO ESTADO DE SÃO PAULO, SP - CNPJ 00.323.500/0001-64 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária da Campanha Salarial 2023/2024 -** O Presidente do **SIMTETAXI-SP- Sindicato dos motoristas e Trabalhadores nas empresas de táxi no Estado de São Paulo, SP,** inscrito no CNPJ: 00.323.500/0001-64,no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem através deste **CONVOCAR** todos os Motoristas, Oficiais de Manutenção, Ajudantes de Manutenção de Veículos, e Todos os Trabalhadores, Exceto Telefonista e Radio Operador de Mesa, nas empresas de Taxi no estado de São Paulo, dos Motoristas Locatários de Veículos Taxi nas Empresas de Taxi, Locação de Taxi, Empresas de transporte individual de passageiros (taxi), Empresas de locação de veículos para transporte individual de passageiros (taxi), Empresas de taxi executivo, Empresa de taxi turismo, Empresas de radio taxi, Empresas de radio taxi digital, Empresas de taxi acessível, Empresas de radio taxi acessível, Empresas de taxi luxo, Empresas de taxi especial, Empresas de taxi lotação, Empresas de taxi vans, Empresas de taxi Dog, Empresas de taxi Pet, Empresas de taxi digital, compreendidas nos limites do 2º Grupo das Empresas de Transportes Rodoviários no plano da Confederação Nacional do Transporte, e os empregados e cooperados que prestam serviços nas Cooperativas de Rádio Táxi comum, Cooperativas de Táxi Especial, Cooperativas de Táxi Luxo, Cooperativas de táxi Comum, Cooperativas de Táxi Executivo, Cooperativas de Transporte Executivo, Cooperativas de van táxi,Cooperativas de Transportes Executivos de Turismo até 18 lugares, Cooperativas de Radio Taxi, Digital, cooperativas de transporte de passageiros, associação de van táxi, associação de ponto de táxi, associação de transporte de passageiros por taxi e vans e associação de taxistas, motoristas profissionais liberais autônomos taxistas locatários e motoristas profissionais liberais autônomos taxistas e 2º motoristas profissionais liberais autônomos taxistas e motoristas profissionais liberais autônomos taxistas- coproprietário, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária **QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2023 ÀS 16:00 HORAS EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E ÀS 17:00 HORAS EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO COM QUALQUER NÚMERO DE PRESENTES**, na Rua Major Freire, nº 473, Vila Monte Alegre, SÃO PAULO/SP, e também on-line, **para tratar das seguintes Ordens do Dia**: **1º -** Leitura e aprovação da assembleia anterior; **2º -** Discussão, elaboração e aprovação da Pauta de Reivindicações 2023/2024 a ser encaminhada aos sindicatos Patronais: **SINETÁXI - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TÁXI E LOCAÇÃO TÁXI DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ:64.183.841/0001-64, OU A FETRASUL- FEDERAÇÃO EMPRESAS TRANSPORTE RODOVIARIO DO SUL CENTRO OESTE BRASIL, CNPJ:62.655.048/0001-95** e ao **SINDICOOP - SINDICATO DAS COOPERATIVAS DE TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ:15.392.757/0001-45**; **3º -** Discussão e Aprovação da contribuição a favor da entidade, para fins de custeio sindical, Assistencial, ou Custeio sindical a ser definida pela assembleia geral da categoria; **4º -** Valor da mensalidade associativa; **5º -** Deliberação sobre o direito à oposição as contribuições aprovadas em favor da entidade, inclusive o prazo e forma para tal; **6º -** Discussão e Aprovação de reajuste salarial para os trabalhadores celetistas; **7º -** Discussão e Aprovação de reajuste de tarifa para o setor de taxi; **8º -** Discussão e Aprovação dos valores das diárias dos motoristas profissionais liberais autônomos taxistas locatários **9º -** Concessão de poderes a diretoria do sindicato negociar acordo, convenção coletiva ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como para deliberar sobre a aprovação final das condições negociadas com os respectivos sindicatos patronais e/ou empresas. **10º -** Declaração da assembleia em caráter permanente até o final das negociações, conforme artigo 30, e parágrafos do estatuto social). **11º -** Outros assuntos de interesse da categoria. São Paulo, 31 de março de 2023. **Antônio Raimundo Matias dos Santos -** CPF: 382.327.403-10 - Presidente do SIMTETAXI-SP. Entrar na reunião virtual https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_NmI4ZDQ2ZDctZTRkMi00ZjI5LTg1MGItZjgxNzU1YzQ0MWMz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22cfb24d8d-b42b-4cb9-9fc1-3281a816071c%22%2c%22Oid%22%3a%22843de72b-7fc8-4d6d-9cb4-bf0c6a25a493%22%7d

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

Audiência Pública

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da audiência pública semipresencial para debater a seguinte matéria:

3ª Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico

PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Tema: Eixo de Transformação da Estruturação Urbana

Data 06/04/2023 (quinta-feira)

Horário: 17h00

Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo

Endereço: Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista – SP

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]

Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participacao-por-videoconferencia** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**.

Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10170995402, firmado em 30/12/2021, no qual figura como **Fiduciante WALACE MOREIRA FERNANDES,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 41.364.766-3SSP/SP, CPF/MF nº 340.750.648-16, residente e domiciliado em Limeira/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 14 de abril de 2.023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.491.425,32** (Um milhão quatrocentos e noventa e um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos)**, o imóvel objeto da matrícula nº 85.900 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Limeira/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: Prédio Residencial, sob nº 182, com frente para a Alameda Aldo Jose Kuhl (Av.02), com área total construída de 211,41m², sendo 181,81m² de área construída e piscina com 29,60m² (Av.05); E seu respectivo terreno sob o nº 02, da quadra 05, do loteamento denominado "Jardim Colinas de São João", medindo 14,71m de frente para a Alameda Aldo Jose Kuhl (Av.02), divididos em dois lances, sendo um com 9,02m e outro com 5,69m; 10,95m do fundo, divididos em dois lances, endo um com 5,31m e outro com 5,64mm confrontando dom o sistema de lazer, junto ao muto ou cerca de proteção; 35,00m de cada lado, da frente ao fundo, confrontando de um lado com o lote 01 e de outro lado com o lote 03; perfazendo assim, uma área total de 450,01m². Cadastro Municipal nº 1938.013.000. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 24 de abril de 2.023, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.136.817,47** (Um milhão cento e trinta e seis mil oitocentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP 2170-02)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 29/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2023. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11 de maio de 2023. CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizados até as **8:30; a partir desse horário, inicia-se a sessão. LOCAL**: Sala de reuniões da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA – SP** Rua Julio Cantadori, n.º 405, tipo **MENOR PREÇO**, **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, **CUJO OBJETO É** a **Reforma /adequações solicitadas pela CETESB no Centro de Reciclagem de Resíduos Sólidos**, tudo conforme discriminação contida neste Edital e seus Anexos. Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023. PROCESSO Nº 019/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUIMICA DESTINADO AO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO CENTRO DE SAÚDE DR. RENATO DE CARVALHO RIBEIRO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECERETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Menor preço do item. Sessão de disputa de preços: 14 de abril de 2023, às 09:00 horas. LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bllcompras.com. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br. Angatuba, 31 de março de 2023. NICOLAS BASILE ROCHEL. PREFEITO MUNICIPAL.

Autos de Licitação Pública – Pregão Eletrônico n.º 76/2022 – Homologação e Adjudicação Parcial Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que hei por bem efetuar a **Homologação e Adjudicação Parcial** do procedimento licitatório na modalidade **SRP - Pregão Eletrônico nº 76/2022** cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o preparo da merenda escolar (PNAE) para 2023, a empresa classificada em primeiro lugar, respectivamente ao item no qual sagrou-se vencedora; **FMB DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELLI EPP** Item: 44. Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra. Publique-se e comunique-se. Santa Cruz do Rio Pardo, 29 de março de 2023. Diego Henrique Singolani Costa - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, nº 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

AVISO DE ABERTURA DE LICITACÃO

Comunicamos aos interessados que se encontra aberto nesta municipalidade Processo de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP Sob nº 06/2023, cujo objeto é a Aquisição De Combustível Óleo Diesel S-10 (Tanque Aéreo em Comodato).O Critério de julgamento das propostas será o menor preço por item. A apresentação dos envelopes e a abertura do Pregão será às 14h00min. do dia 17/04/2023, na Prefeitura Municipal de Juquitiba. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Jorge Victor Vieira, nº 63, Centro, Juquitiba, ou solicitar via email: licitacao@juquitiba.sp.gov.br.

Juquitiba, 31 de março de 2023. Ayres Scorsatto - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

Estado de São Paulo
Rua Jorge Victor Vieira, nº 63 – CEP: 06950-000 – Tel./fax: (11) 46814311
Site: www.juquitiba.sp.gov.br

AVISO DE ABERTURA DE LICITACÃO

Comunicamos aos interessados que se encontra aberto nesta municipalidade Processo de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Sob nº 04/2023, cujo objeto é a Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Licenciamento, Instalação e Manutenção de Softwares Administrativos e Financeiros para a Prefeitura e Câmara Municipal, nos termos do Decreto Federal nº 10.540/2020. O Critério de julgamento das propostas será o menor preço Global. A apresentação dos envelopes e a abertura do Pregão será às 10h00min. do dia 17/04/2023, na Prefeitura Municipal de Juquitiba. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Jorge Victor Vieira, nº 63, Centro, Juquitiba, ou solicitar via email: licitacao@juquitiba.sp.gov.br.

Juquitiba, 31 de março de 2023. Ayres Scorsatto - Prefeito Municipal

Autos de Licitação Pública – Pregão Eletrônico n.º 77/2022 - Homologação e Adjudicação Parcial – Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que hei por bem efetuar a **Homologação e Adjudicação Parcial** do procedimento licitatório na modalidade **SRP - Pregão Eletrônico nº 77/2022** cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para o preparo da merenda escolar (PNAE) para 2023, as empresas classificadas em primeiro lugar, respectivamente aos itens nos quais sagraram-se vencedoras: **CAMILA FORGGIA PITO ME Item 34; MARIA INÊS CIMO FORTUNA ME Item 29**. Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra. Publique-se e comunique-se. Santa Cruz do Rio Pardo, 29 de março de 2023. Diego Henrique Singolani Costa - Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) – PREGÃO Nº 12/2023 – PROCESSO Nº 49/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de recarga de oxigênio medicinal e os cilindros em regime de comodato, sem cobrança de aluguel dos mesmos, para fornecimento de acordo com pedido e a necessidade desta Secretaria, para o período de 10 (dez) meses, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 20/4/2023 (quinta-feira)**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 31 de março de 2023. ALCEMIR CÁSSIO GREGGIO** ***- Prefeito -***

MUNICIPIO DE NARANDIBA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, 540, Vila Rica, o **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2023**, o qual será regido pela Lei Federal 10.520/02, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, destinada ao **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME MÓDULOS ABAIXO, EM AMBIENTE NUVEM, POR PRAZO DETERMINADO (LOCAÇÃO), COM ATUALIZAÇÃO MENSAL, QUE GARANTA AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS, INCLUINDO, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE, ATENDIMENTO TÉCNICO E SIAFIC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, VISANDO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NARANDIBA – SP E CÂMARA MUNICIPAL DE NARANDIBA - SP**. Fica estabelecido a abertura dos envelopes para dia, 13/04/2023, às 09:00 horas, e o Edital completo será fornecido na Prefeitura Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br, www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3992-9082.

Narandiba, 31 de março de 2023. Itamar dos Santos Silva - Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 09/2023 – P. P. 07/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 07/2023. OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços de operação, manutenção geral, manutenção preventiva do Sistema de Tratamento de Esgotos, incluindo as três Estações de Tratamento de Esgoto Pombo, Barbosa e Palmital; área interna, estruturas civis, estradas de acesso a ETE's, Estações Elevatórias, caixas de transição e caixas de areia nos Emissários conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento convocatório, pelo período de 12 meses**. TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 1.713/2021 e de acordo com a classificação efetuada pela Pregoeira Lílian Maria Forin, homologa e adjudica nesta data, os objetos licitados: Lotes: 01 à empresa REPLAN SANEAMENTO E OBRAS LTDA, localizada na Rua Irmã Serafina, 863, Sala 43, Centro – CEP: 13.015-201, em Campinas - SP. Marília, 31 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE CONTRARRAZÕES
CONCORRÊNCIA Nº 01/23 - PROCESSO: 258/23

Objeto: Prestação de serviços especializados de manejo arbóreo, em atendimento à Secretaria de Meio Ambiente, desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que a empresa **MATEC Multi Serviços Eireli** apresentou **Contrarrazões** ao recurso interposto pela empresa **Soluções Serviços Terceirizados Ltda.** está franqueado para vistas dos interessados às contrarrazões. O procedimento licitatório encontra-se disponível no setor de licitações para vistas aos interessados, mediante agendamento prévio através do e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Valter Pucharelli - Presidente da Copel.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.441/2023 – CP.10.012/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CAPS AD INFANTO JUVENIL - BAIRRO ALVES DIAS, NESTE MUNICÍPIO - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E ORDENAMENTO SÓCIO AMBIENTAL NOS BAIRROS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – PROSABs/CAF. – O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/05/2023 às 10h00.** – S. B. Campo, 31 de março de 2023.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

ERRATA NO AVISO DE AUDIÊNCIA
E CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2023

Tendo em vista a ocorrência de equívoco formal na elaboração do **AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA** exarado por esta Prefeitura Municipal de Jaboticabal, no dia 17 de março de 2023, publicado no Diário Oficial da União – Seção 3, no dia 20/03/2023, página 255; no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Poder Executivo – Seção I, no dia 18/03/2023, página 488; no jornal de grande circulação "Folha de S.Paulo", edição do dia 18/03/2023, página A21 e no Diário Oficial do Município, edição do dia 17/03/2023, página 5/6, especificamente quanto ao descrito nos itens 3.3 e 3.5, informamos que deverá ser **considerada a seguinte redação:..."3.3. As contribuições à Consulta Pública deverão ser apresentadas ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público - Privadas - CGPPP, por escrito, em língua portuguesa do Brasil, por meio do endereço eletrônico: cgppp@jaboticabal.sp.gov.br e item "3.5. As contribuições à Consulta Pública deverão ser apresentadas até o dia 19 de abril de 2023…."**.As demais informações permanecem inalteradas.

Jaboticabal, 31 de março de 2023.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2023

CONTRATANTE (UASG) PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411) OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA CÂMBIO DE CARRO, QUE SERÃO UTILIZADOS NA AÇÃO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS REALIZADO PELO CADIP. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 704,50 (quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 03/04/2023 às 8h - Até 05/04/2023 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 10/04/2023 às 8h - Até 10/04/2023 às 14h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

"AVISO DE LICITAÇÃO"
PREGÃO ELETRÔNICO Nº E 005/2023 - EDITAL Nº 027/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição de **grade de isolamento - Separador de Público/gradil. Encerramento:** 17 (dezessete) de abril de 2.023 às 14h00. **Informações:** A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais do interessado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referente ao certame. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 31 de março de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Cesário Lange torna público as seguintes licitações na Modalidade de **Tomada de Preços: Rerratificação da TP nº 02/2023**. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de Recapeamento asfáltico de ruas no Jardim Alvorada neste Município de Cesário Lange, com recursos do Governo do Estado. Encerramento: 20/04/2023.Protocolo dos envelopes de Habilitação e Propostas: às 09:30 hs. **Rerratificação TP nº 03/2023**. Objeto: Contratação de empresa para a execução das obras de recuperação asfáltica da Rua Jurandyr Ricci, com recursos do Governo do Estado. Encerramento: 20/04/2023. Protocolo dos envelopes: 14:30 hs. **Rerratificação da TP nº 04/2023**. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de revitalização da Praça Papa João XXIII, com recursos do Governo do Estado. Encerramento:25/04/2023. Protocolo dos envelopes de Habilitação e Propostas às 09:30 hs; **Rerratificação da TP nº 05/2023**. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação asfáltica da Avenida São Paulo (2ª Etapa). Encerramento: 26/04/2023. Protocolo dos envelopes de habilitação e Propostas às 09:30 hs. **Rerratificação da TP nº 06/2023**. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de revitalização da área de lazer do Bairro Jardim Europa, com recursos do Governo do Estado. Encerramento: 26/04/2023. Protocolo dos envelopes de Habilitação de Propostas às 14:30hs. Os editais estarão disponíveis no sitio oficial do Município no Portal da Transparência+transparência. Informações: Prefeitura Municipal de Cesário Lange. Tel 15-32464800.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023, objetivando Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de ensino de música e dança para a continuidade das atividades da "BANDA MUNICIPAL DAYARA PEREIRA DOS SANTOS" (Lei Municipal N°646/2021), com fornecimento de profissionais qualificados para a realização de oficinas e ensaios gerais, pelo período de 12 meses, conforme Termo de Referência em Anexo I. Será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06 e alterações. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Pe. Cornélio Knubler, 255 – Centro – Emilianópolis – CEP 19350-000, de 2ª a 6ª feira , no horário das 8:30 as 11:00 e das 13:30 as 16:00 horas, jurídico@emilianópolis.sp.gov.br ou pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190. A sessão de abertura das propostas será realizada na Prefeitura Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia 14 de abril de 2023, as 09:00 horas. Emilianópolis, 31 de março de 2023. João Batista Amaral - Prefeito

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.3265/2022 – CP.10.011/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO BAL-12, PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO ENTORNO DA AÇÃO DA CANALIZAÇÃO E OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA SABESP DE LIGAÇÕES DE RAMAIS E INTERLIGAÇÕES DE EEE - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E ORDENAMENTO SÓCIO AMBIENTAL NOS BAIRROS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – PROSABs/CAF. – O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/05/2023 às 10h00.** – S. B. Campo, 31 de março de 2023.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 11/2023 – P. P. 08/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 08/2023. Objeto: **Aquisição de 3 Bombas centrífugas novas e sem uso, sem base, sem motor e sem luva de acoplamento para reserva substituição de equipamentos existentes no 1º Recalque do Rio do Peixe e Represa Cascata (portanto bombeamento de água bruta de manancial superficial não isenta de matéria abrasiva)a ser instalada em bases, tubulações e motores existentes e sem necessidade de mudanças e(ou) adaptações, Almoxarifado São Miguel.** TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 1.713/2021 e de acordo com a classificação efetuada pela Pregoeira Eradia Ferreira Gonçalves, homologa e adjudica nesta data, os objetos licitados: **LOTES: 01** Empresa **KSB Brasil LTDA**, localizada na Rua **Jose Rabello Portella**, n.º 638, Jardim Maria de Fatima, CEP: 13.220-540, em Várzea Paulista – SP; **LOTES: 02** ,à Empresa IMBIL- Industria e Manutenção de Bombas Ita- LTDA, localizada na Rua Jacob Audi n.º690 – Vila Izaura, CEP: 13.971-045, em Itapira – SP. Marília, 31 de março de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 017/2023-CO

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** – tipo: Menor Preço – para Prestação de serviço de tráfego rodoviário, englobando as atividades e controles operacionais, a ser desenvolvido nas rodovias sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, divididos em 14 lotes. - orçado num valor de R$ 357.047.698,48 – prazo 12 meses.
O edital poderá ser consultado e baixado no site: **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do edital também poderá ser retirada das 9 às 17 horas na Avenida do Estado 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R ou DVR-R novo para aquisição da versão em mídia eletrônica.
Os envelopes contendo a proposta de preço (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos até **as 10 horas do dia 03/05/2023 na Sede do DER/SP**, na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório , com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local na presença de interessados.
As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar , na cidade de São Paulo, ou através do telefone: 0XX(11) 3311-1583, 3311-1580 ou (11) 3311-1579 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site: **www.der.sp.gov.br**.
As informações estarão disponíveis no site **www.e-negociospublicos.gov.br**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ADIMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL 228/2022-CO – 2ª. REPUBLICAÇÃO

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** – tipo: Técnica e Preço – para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos na supervisão e acompanhamento das obras do novo Programa de Vicinais, divididos em 14 lotes - Fase 9, valor do orçamento de R$ 97.200.198,72.
O edital republicado poderá ser consultado e baixado no site: **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do edital também poderá ser retirada das 9 às 17 horas na Avenida do Estado 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R ou DVR-R novo para aquisição da versão em mídia eletrônica.
Os envelopes contendo a proposta técnica (envelope 1), proposta de preços (envelope 2) e documentação (envelope 3) serão recebidos até **as 10:00 horas do dia 18/05/2023 na Sede do DER/SP**, na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório – Ala B.
As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar, na cidade de São Paulo, ou através do telefone 0XX(11) 3311-1583, 3311-1580 ou (11) 3311-1579 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site: **www.der.sp.gov.br**.
As informações estarão disponíveis no site **www.e-negociospublicos.gov.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

O MUNICÍPIO DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, as seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023.
Processo de licitação nº: 159/2023.
Objeto: Registrar os menores preços de materiais elétricos para a manutenção em diversos locais, próprios públicos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Recebimento das propostas: até às 14h do dia 13 de abril de 2023.
Abertura das propostas: após às 14h do dia 13 de abril de 2023.
Início da sessão de disputa de preços: às 14h e 30 min do dia 13 de abril de 2023.
Tempo de disputa: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
Local endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023.
Processo de licitação nº: 097/2023.
Objeto: Registrar os menores preços de equipamentos switch 24 e 48 portas, para diversos setores da Prefeitura, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Recebimento das propostas: até às 08h do dia 19 de abril de 2023.
Abertura das propostas: após às 08h do dia 19 de abril de 2023.
Início da sessão de disputa de preços: às 08h e 30 min do dia 19 de abril de 2023.
Tempo de disputa: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
Local endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral n° 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 31 de março de 2023.
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Piracaia, considerando o pedido da Unidade Requisitante torna público que a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS, sob Nº 007/2023**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PARQUE CECAP E IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO PET NO MUNICÍPIO DE PIRACAIA- CONFORME Termo de Referência que integra o edital como ANEXO 1**, com abertura prevista para o dia 06 de abril de 2023, às 10:00 horas, **fica adiado "SINE DIE", por motivo de alteração do Projeto inicial.** Informações poderão ser obtidas no Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, n°120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2094.

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

O Município de Piracaia torna público que no dia **20 de abril de 2023**, às **10:00** horas, fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS, sob N° 10/2023** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA RODOVIÁRIA NO MUNICÍPIO DE PIRACAIA, CONFORME ANEXOS.** As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "Tomada de Preços" do site www.piracaia.sp.gov.br, ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, n°120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2094. As propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser entregues até o dia e horário acima descritos, na sala de Licitações da Prefeitura.

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

O Município de Piracaia torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N° 09/2023**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS, POR UM PERIODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXO I - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03/04/2023 10:00 hs até 19/04/2023 09:00 hs - INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 19/04/2023 às 10:00 horas -** As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "Pregão Eletrônico" do site www.piracaia.sp.gov.br ou no site www.bll.org.br ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, n°120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2094.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão nº 057/2023 – Processo nº 108/2023

Registro de preços para aquisição de mudas, pelo período de 12 (doze) meses. Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 19 de Abril de 2023 às 08:30 horas – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 31 de Março de 2023.

LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Aviso de Licitação – Pregão nº 055/2023 – Processo nº 106/2023

Registro de preços para contratação de serviços de transportes diversos, pelo período de 12 (doze) meses. Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 18 de Abril de 2023 às 08:30 horas – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088. Lençóis Paulista, 31 de Março de 2023.

LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de abertura de Licitação

Processo: Pregão Presencial nº 066/23.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de zeladoria urbana no muicípio de Guaratinguetá. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 20/04/2023, às 16:30 horas.

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

O Município de Piracaia torna público que no dia **24 de abril de 2023**, às **10:00** horas, fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS, sob N° 11/2023** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO VIVEIRO, PISTA DE CAMINHADA E ESPAÇO PET, NO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL, CONFORME ANEXOS.** As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "Tomada de Preços" do site www.piracaia.sp.gov.br, ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, n°120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2062/2094. As propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser entregues até o dia e horário acima descritos, na sala de Licitações da Prefeitura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

CONCORRENCIA Nº 002/2023 – Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na **modalidade Concorrência, sob o nº 002/2023**, do tipo maior oferta, para **Contratação de empresa para explorar a titulo precário e oneroso, área interna do Recinto de Exposição para a comemoração de 2º Juninão**, na forma do Edital. Fica determinado o dia **11 de Maio de 2023, até às 08h30min**, para recebimento dos envelopes documentação e proposta comercial, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217. Monções (SP), 31 de Março de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 009/2023

Objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA VAN DEN BROEK - CONVÊNIO ESTADUAL SPDOC Nº SH - 888481/2021

Correção de publicação - 31/03/2023 - Onde se lê "AAviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 005/2023 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE NA RUA SCHOENMAKER - CONVÊNIO DEMANDA - 047553 SH-PRC-2022-00023-DM", Considera-se: "Aviso de Ata de Sessão Habilitação - Extrato - Tomada de Preços nº 009/2023 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA VAN DEN BROEK - CONVÊNIO ESTADUAL SPDOC Nº SH - 888481/2021. Holambra, 31 de março de 2023 - Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberto no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM RP Nº 12/2023, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES FRACIONADAS DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO PARA DIVERSOS SETORES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I. Será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06 e alterações. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Pe. Cornélio Knubler, 255 – Centro – Emilianópolis – CEP 19350-000, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:30 as 11:00 e das 13:30 as 16:00 horas, jurídico@emilianópolis.sp.gov.br ou pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190. A sessão de abertura das propostas será realizada na Prefeitura Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia 17 de abril de 2023, as 09:00 horas. Emilianópolis, 31 de março de 2023. João Batista Amaral - Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2.023.

PROCESSO Nº. 014/2.023.

POR MOTIVOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com base nos princípios que regem a administração pública, e em conformidade com a Lei de Licitações 8.666/93 e CONSIDERANDO o art. 49 da Lei 8.666/93. A sumula 473 do STF, que assim dispõe. CONSIDERANDO. A necessidade de adequações e reformas no Bosque Municipal Felipe Pechin. RESOLVE CANCELAR o Processo nº. 014/23, cancelando todos os efeitos anteriores. Cumpra-se.

Lavínia/SP, 31 de março de 2.023.

Salvador Cazuo Matsunaka - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 018/2023 - Processo nº 018/2023

Objeto:**- FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICIONAL COM LOCAÇÃO DE CILINDROS, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.** Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 18 de abril de 2023, horário: 09:00 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº 018/2023, tipo "menor preço por item", objetivando o **FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICIONAL COM LOCAÇÃO DE CILINDROS, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**, procedimento de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal n.º 613 de 29 de novembro de 2006, demais normas legais pertinentes e as condições do presente Edital. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE N. 27/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: FORTPAV PAVIMENTACAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 00.637.923/0001-59 Inscrição Estadual n.º 515.021.290.119, estabelecida a ROD: PEDRO LOPES TORRES, nº S/N , cidade de Pederneiras, SP, neste ato representada pelo Sr. Natanael Silvestre. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE 1.597,60 M² DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, CONFORME CONVÊNIO 103062/2022 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE ÓLEO. **FUNDAMENTO LEGAL:** Tomada de Preço n°02/2023 - Proc. 03/2023. **VALOR:** R$ 111.578,69 (Cento e onze mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 27 de março de 2023.

Óleo 31 de março de 2023

Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N. 32/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: SHM CONSULTORIA, GESTÃO E SEVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, sediada na cidade de São José dos Campos à Av: Cassiano Ricardo n° 601 sala 161 e 163, Parque Residencial Aquarius, inscrita no CNPJ/MF sob n° 37.041.841/0001-57. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos especializados de: Médico Pediatra, Médico Ginecologista/Obstetra, MédicoUltrassonografista; Médico Psiquiatra; Médico Cardiologista e Médico Ortopedista nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Óleo/SP, pelo período de 12 (doze) meses prorrogável em conformidade com o art. 57, da Lei 8.666 e alterações posteriores. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão eletrônico n°06/2023- Proc. 24/2023. **VALOR:** R$ R$ 60.480,00 (Sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 30 de março de 2023.

ÓLEO 31 DE MARÇO DE 2023

JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

Termo de ciência de desclassificação e designação de data para retomada da Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 76/2022. Pelo presente termo, ficam os licitantes cientes da desclassificação das empresas abaixo, em virtude da reprovação das amostras referente ao pregão supra:; **CCF Nutri Eireli ME** para os **itens 06 e 24** – fornecedor não apresentou amostra;. Em virtude disso, ficam todos os licitantes classificados em quinto lugar cientes e convocados para a retomada da sessão pública do Pregão Eletrônico 76/2022 para os itens em questão, onde os mesmos deverão apresentar amostras dos seus produtos conforme os moldes previstos em edital. Fica designada para o dia 03/04/2023, às 09h30, momento em que ocorrerá a verificação das condições previstas em edital para prosseguimento dos procedimentos licitatórios. Santa Cruz do Rio Pardo - SP, 29 de março de 2023. Andreia de Cassia Mafra Dias - Pregoeira

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

Procedimento Licitatório nº 066/2023

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que a Sessão Pública para abertura e análise de envelopes habilitação referente ao procedimento acima mencionado, cujo objeto é a "Permissão de uso de espaço público para estabelecimento de produção, venda e consumo de produtos alimentícios – Espaço Quiosque – Lanchonete / Bar – área 57,61m² - Rua Tiradentes, s/nº" foi declarada deserta pela ausência de licitantes.

Jaguariúna, 31 de março de 2023

Ariana Aparecida de Almeida

Presidente Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023 - Processo nº 4829/2023

Objeto: implantação de registro de preços para aquisição e recarga de extintores de incêndio, em atendimento à Secretaria da Administração desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **27/04/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Hamilton César de Paula Roza. Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de São Carlos

PREGÃO PRESENCIAL 04/2023
PROCESSO 21986/2022
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ARBITRAGEM DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTEBOL DE CAMPO E FUTSAL NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido no site http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. Os envelopes contendo a documentação e a proposta serão recebidos e protocolados no Departamento de Procedimento Licitatórios impreterivelmente até às 09h00 do dia 17/04/2023 quando serão abertos em sessão pública às 09h30 do mesmo dia. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 31 de março de 2023. **Hicaro Alonso** - *Pregoeiro*

CONVITE DE PREÇOS N° 05/2023 PROCESSO Nº 16054/2022
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO "VERA LUCIA PILLA", NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, pelo presente, a ABERTURA do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **09h00** do dia **05/04/2023**. São Carlos, 31 de março de 2023. **Hicaro Alonso** - *Presidente*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023
PROCESSO Nº 1456/2022 ID 995134
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS DESCARTÁVEIS EM TNT GRAMATURA 30 COM MANGA LONGA E SEM MANGA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 17/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 17/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às **09h30** do dia **17/04/2023**. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 31 de março de 2023. **Leonardo Luz** - *Pregoeiro*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023
PROCESSO Nº 1725/2022 ID 995264
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA FORMA FARMACÊUTICA SÓLIDA I PADRONIZADOS PELA REMUME PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 18/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 18/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 18/04/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 31 de março de 2023. **Leonardo Luz** - *Pregoeiro*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023
PROCESSO Nº 917/2022 ID 995302
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS (I) REMUME E DOSE CERTA PARA USO AMBULATORIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 17/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 17/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às **09h30** do dia **17/04/2023**. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 31 de março de 2023. **Leonardo Luz** *Pregoeiro*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023
PROCESSO Nº 2022/2022 ID 995309
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NAS DIVERSAS FORMAS FARMACÊUTICAS (I) DA REMUME E PROGRAMA DOSE CERTA PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS FARMÁCIAS DA REDE PÚBLICA DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 18/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 18/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 18/04/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 31 de março de 2023. **Mariana Biando** - *Pregoeira*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pelo presente termo o Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do julgamento das propostas de que trata o Processo Licitatório nº. 15/2023, Pregão Eletrônico - SRP 04/2023, que tem como objetivo **"Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizado de mão de obra, para realização de manutenção preventiva e pequenas construções nos prédios e logradouros públicos"**; faz saber a quem possa interessar que HOMOLOGO o Processo Licitatório 15/2023 - Pregão Eletrônico nº 04/2023 ao proponente: **1. VICTORINO FIGUEIREDO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI -** CNPJ: 27.750.463/0001-27, com valor global de R$ 191.983,00, referente aos itens 1, 2, 3, 4. Estando tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, Decreto Municipal 007/2018 de 22 de janeiro de 2018, disposição da Lei 10.520/2002, e com a Ata da Sessão de Julgamento. Coronel Macedo, 31 de março de 2023. José Roberto Santinoni Veiga. Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023 - Processo nº 3582/2023

Objeto: aquisição e instalação de aparelho de ar-condicionado, em atendimento à Secretaria de Saúde desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **03/05/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Hamilton César de Paula Roza. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 - Processo nº 4678/2023

Objeto: Aquisição de garrafões novos e retornáveis para envase de água mineral, em atendimento à Secretaria da Administração desta Prefeitura. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET" - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **28/04/2023** às **09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Hamilton César de Paula Roza. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 006/2023

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa Eletrônica n.º 006/2023, realizada no Comprasnet para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ADESIVOS EM 67M2 DE JANELAS, COM FORNECIMENTO DE ADESIVOS, PARA A PRACINHA DA CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP" no valor de R$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais), para FRANCILANDIO THIERES DE CARVALHO SILVA, de acordo com o art. 75, inciso II, nos termos da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Fernandópolis/SP, 31 de março de 2023.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos os trabalhadores da **IBITU ENERGIA S.A. (CNPJ 31.908.280/0001-64)**, a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no dia **04 de Abril de 2023, às 14h** em convocação única, a Assembleia ocorrerá preferencialmente por transmissão videoconferência pela plataforma Zoom, para deliberar sobre a seguinte **"ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, Discussão e Votação da Proposta Final apresentada pela empresa para Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, com a deliberação de forma virtual, através de e-mail corporativo; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. Em função da realização da Assembleia, ser feita por videoconferência através da plataforma Zoom, a deliberação e a votação (aprovação ou rejeição) da pauta, se dará, excepcionalmente, também através de ferramenta eletrônica que será encaminhada para todos trabalhadores da empresa através do seu e-mail corporativo, este valerá como assinatura de presença na Assembleia e deliberação da pauta. O encerramento da Assembleia se dará juntamente com a divulgação do resultado da apuração dos votos eletrônicos, que ocorrerá durante a transmissão. **São Paulo, 31 de Março de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Presencial e Online

1º Leilão: 18/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 25/04/2023 às 11h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ***ITAÚ UNIBANCO S/A***, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n°100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular com Força de Escritura Pública, n° 10123032204, firmado em 17/04/2012, no qual figura como Fiduciante ***RENATA ARRUDA DOS REIS,*** brasileira, empresária, portadora do RG nº 10.410.373-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 052.684.118-45, e seu marido ***EDUARDO DOS REIS,*** brasileiro, empresário, portador do RG n° 11.327.637-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF n° 042.852.138-00, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 18/04/2023, às 11:00 horas,** à Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.767.952,69 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **Um prédio e seu terreno,** situados à Rua Mariano de Souza, nº.288, Vila Califórnia, Tatuapé, medindo 5,10ms.de frente; por 22,00ms. da frente aos fundos, em ambos os lados; confrontando pelo lado direito, de quem da rua olha, com o prédio nº.284, pelo lado esquerdo com o prédio nº.294, ambos da Rua Mariano de Souza e pelos fundos com Miguel Emilio Jurado Lara. **Imóvel objeto da matrícula nº 86.420 do 9° Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25/04/2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.452.087,82 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro www.portalzuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Presencial e Online

1º Leilão: 13/04/2023 às 10h30 | 2º Leilão: 25/04/2023 às 10h30

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ***ITAÚ UNIBANCO S/A***, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n°100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, n° 10154407804, firmado em 20/01/2021, no qual figura como Fiduciante ***CASSIA ROBERTA COELHO DE OLIVEIRA,*** brasileira, solteira, maior, comerciante compra e venda e veículos, portadora do RG nº 308605172-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 360.435.228-29, residente em Carapicuíba/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13/04/2023, às 10:30 horas,** à Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 360.735,81 (trezentos e sessenta mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **Apartamento n° 223,** localizado no 22° pavimento, da Torre 1 (Uno) - Bloco Acqua, integrante do "Condomínio Vitalle Home Club", situado na Rua Luis Scott, n° 111, Aldeia de Barueri, do desmembramento denominado "Vila das Flores", no Distrito de Aldeia, Município e Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, que assim se descreve: possui a área privativa de 57,000m2; a área comum de 40,067m2; área total de 97,067m2; correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2266% no terreno e nas coisas comuns do condomínio; cabendo-lhe o direito de uso de 01 vaga de garagem, indeterminada, sujeita ao uso de manobrista. **Imóvel objeto da matrícula nº 171.417 do Oficial de Registro de Imóveis de Barueri/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25/04/2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 228.042,52 (duzentos e vinte e oito mil, quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro www.portalzuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

COMUNICADO DE GREVE

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, DE SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO, DE INFORMÁTICA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO, INFORMÁTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDPD/SP, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o número 55.537.666/0001-75, com sede na Avenida Angélica, nº 35, CEP 01227-000, São Paulo, Capital, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antonio Fernandes dos Santos Neto, vem, respeitosamente, comunicar à população e as tomadoras de serviços que os trabalhadores de qualquer das empresas que compõem o **GRUPO QINTESS, QINTESS HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA, RESOURCE AMERICANA LTDA, RESOURCE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, DAMOVO BRASIL S.A., CSC BRASIL SISTEMAS LTDA,** na base territorial do estado de São Paulo, não lograram solucionar as divergências acerca dos reiterados atrasos no pagamento de Vale Alimentação, salario, FGTS, Banco de Horas, desconto e não repasse de IR e INSS, não cumprimento de CCT, assédio de trabalhadores por parte de gestores, pagamento de férias, reembolso de quilometragem, não pagamento de demitidos na base territorial do estado de São Paulo. Comunica, portanto, que na assembleia geral extraordinária, realizada no dia 31 de março de 2023, a categoria decidiu pela instalação de greve por tempo indeterminado a partir do próximo dia 10 de abril de 2023 a partir das 0h00. O Sindicato de classe pretende que seus trabalhadores não sofram a supressão de direitos conquistados com muita luta e que não sofram retaliações como assédio e demissão. Assim cumprindo fielmente a Lei de Greve, os trabalhadores e a entidade sindical envolvida, garantirão o efetivo mínimo para o atendimento com previsto na legislação. São Paulo, 31 de março de 2023.

Antonio Fernandes dos Santos Neto - Presidente

O primeiro trimestre

Ainda não sabemos qual o principal eixo de políticas deste governo

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shangai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

Por um lado, preocupação com o bem-estar social que traz esperança para o país. Por outro, sinais trocados de política econômica, que ora indicam novo-desenvolvimentismo como em um terceiro mandato de Dilma Rousseff, ora acenam para reformas modernizantes.

No tênis, um erro não forçado pode custar uma partida ou um campeonato. Em economia, não é muito diferente. Como sistemas econômicos são sistemas complexos adaptativos, erros não forçados, do tipo atacar arranjo institucional, podem trazer efeitos em cadeia perversos que adiam o crescimento do país.

Qual o saldo desses três meses de governo? A reinstitucionalização do sistema de bem-estar social é de longe a melhor coisa que a administração petista fez. Temos um governo normal, com empatia, que busca o melhor para as diferentes comunidades que compõem o multifacetado Brasil.

Alguns exemplos são o combate ao trabalho análogo à escravidão, a luta contra a fome na floresta amazônica, a retomada da agenda ambiental e a recriação do Conselho LGBTQIA+.

Em vez de vermos ministros pressionando famílias pobres e tramando planos para deixar passar a boiada, temos a normalidade de um governo equipado com gente técnica que busca amparar todos os brasileiros, mas que tem enorme trabalho pela frente depois da destruição institucional provocada pela extrema direita.

Os problemas na economia eram previsíveis, pois o governo não apresentou nenhum plano concreto sobre o que seria o cerne do terceiro mandato de Lula.

Os ataques à independência do Banco Central são erros bobos, de repúblicas de bananas. "Não gosto do que faz um órgão independente com milhares de funcionários, então vou atacá-lo como se o presidente mandasse em tudo sozinho."

Pior é a proposta de isentar do IOF os empréstimos do BNDES. Parece que a equipe econômica não se conforma com o fato de que não pode subsidiar as empresas ricas como já fez no passado. Coça o dedo para transferir dinheiro dos brasileiros para os acionistas de grandes empresas. Essa proposta, como muitas outras da agenda econômica da década de 1970 que perpassa o ideário petista, é péssima.

Reconstruir o Bolsa Família, o melhor programa social da história do Brasil, é obviamente um acerto. O Minha Casa, Minha Vida, se bem redesenhado, também poderá contribuir para uma retomada econômica. O Mais Médicos é muito necessário. Mas faltam ideias novas.

O novo arcabouço fiscal é algo que pode destravar investimentos, trazendo confiança para a economia. Mas o governo provavelmente não vai entregar algo transformador, para o bem e para o mal.

Resta a pergunta: qual o principal eixo de políticas deste governo? Ainda não sabemos a resposta. Esse é o problema de viver em um país onde candidatos à Presidência não lançam programas robustos, mas sim plataformas ideológicas.

Detalhes importam e, para variar, vamos ver um governo com políticas construídas atabalhoadamente. Se a conjuntura permitir e houver criatividade, sairão políticas decentes. Mas ser governado ao sabor dos ventos macroeconômicos só traz uma certeza: os passageiros saem enjoados.

Se em vez de caçar bodes expiatórios o governo buscar reformar o governo brasileiro para o século 21, Lula poderá sair de novo com o pai dos pobres. O presidente já deveria ter resolvido a tensão entre populismo econômico e as reformas necessárias à sociedade. O primeiro trimestre já passou. Quando saberemos a resposta?

| **DOM.** Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Itália bloqueia ChatGPT por infringir lei de dados pessoais

Órgão de vigilância também questiona falta de sistema para verificação de idade

TEC

ROMA | AFP As autoridades da Itália anunciaram nesta sexta-feira (31) a decisão de bloquear o ChatGPT, acusado de não respeitar a legislação sobre dados pessoais e de não dispor de um sistema de verificação da idade dos usuários menores de idade.

Com efeito imediatos, a decisão tem como consequência a limitação provisória do tratamento dos dados dos usuários italianos em relação à OpenAI, criadora do chatbot, informou a autoridade nacional para a proteção de dados pessoais, em um comunicado.

Um porta-voz da OpenAI disse que efetuou o bloqueio e que a empresa está comprometida com o respeito aos dados pessoais dos usuários.

O ChatGPT apareceu em novembro e foi rapidamente adotado por usuários impressionados com sua capacidade de responder claramente a perguntas difíceis, escrever sonetos e até passar em exames.

Em seu comunicado, a autoridade italiana ressalta que o sistema "sofreu, em 20 de março, uma perda de dados ("data breach") sobre as conversas dos usuários e as informações relativas ao pagamento dos clientes do serviço de assinatura".

O órgão de vigilância também o critica pela falta de uma nota informativa para os usuários, cujos dados são coletados pela OpenAI, mas, sobretudo, pela ausência de uma base jurídica que justifique a coleta e a conservação em massa dos dados pessoais, com o objetivo de "treinar" os algoritmos que fazem a plataforma funcionar.

Além disso, embora o robô seja destinado a maiores de 13 anos, a autoridade destaca que a ausência de filtros para verificar a idade dos usuários expõe os menores a respostas que não estão, em absoluto, em conformidade com seu nível de desenvolvimento.

A entidade pede à OpenAI que comunique, em um prazo de 20 dias, as medidas adotadas para remediar esta situação, sob pena de multa até € 20 milhões (US$ 21,75 milhões), ou até 4% do volume de negócios mundial anual.

Na quarta-feira (29), Elon Musk, dono do Twitter e fundador da SpaceX e da Tesla, o historiador Yuval Noah Harari e centenas de especialistas mundiais assinaram um apelo para uma pausa de seis meses na pesquisa sobre IAs (inteligências artificiais) mais potentes do que o ChatGPT 4, o modelo da OpenAI lançado neste mês. Eles dizem que podem ser "grandes riscos para a humanidade".

Home page do ChatGPT em computador em Manta (Itália); OpenAI diz proteger dados pessoais dos usuários Marco Bertorello/AFP

Fintech de brasileiros ganhou 5.000 clientes após quebra do SVB

Thiago Amâncio

CAMBRIDGE (EUA) Enquanto o mundo das startups e o sistema bancário se desesperavam com a falência do Silicon Valley Bank (SVB), uma fintech de dois brasileiros viu uma oportunidade: lançou uma linha de crédito para companhias afetadas e, em dois dias, ganhou 5.000 clientes e recebeu US$ 2,3 bilhões (R$ 11,7 bilhões) em depósitos.

"Em retrospectiva, parece que foi uma oportunidade ótima. Mas, no calor do momento, foi arriscado", diz Pedro Franceschi, que é um dos cofundadores Brex, fintech de cartões corporativos no Vale do Silício avaliada no ano passado em US$ 12,3 bilhões.

Um dos bilionários mais jovens do planeta na lista da Forbes, Franceschi, 26, contou a história em palestra nesta sexta (31) na Brazil Conference, evento organizado por alunos das universidades Harvard e MIT (Massachusetts Institute of Technology), em Cambridge, na região de Boston, nos EUA. "Eu não dormi muito na época e provavelmente não dormi até agora também", brincou.

Maior banco em depósitos do Vale do Silício e 16º maior dos EUA, com US$ 209 bilhões em ativos, o SVB entrou em colapso em 10 de março. Dois dias depois, o Fed (banco central americano) e o FDIC (fundo garantidor de créditos) anunciaram que honrariam os depósitos do banco, de US$ 175,4 bilhões, para evitar uma corrida bancária no país.

"Um dos nossos maiores competidores estava nessa área havia 40 anos e estavam saindo do negócio", disse Franceschi, que afirmou que 40% dos clientes da Brex também usavam serviços do SVB. Segundo ele, quatro horas após o anúncio da falência a Brex lançou a linha de crédito emergencial para todos os clientes do SVB.

Para o empresário, o resgate do Fed foi importante, caso contrário a falência do banco seria um "evento de extinção" para muitas startups.

Nascido no Rio, Franceschi fundou a Brex em 2017 enquanto estudava ciência da computação em Stanford (faculdade que abandonou um semestre depois) com Henrique Dubugras, após venderem a startup de pagamentos online Pagar.me para a Stone.

Apesar do sucesso, o empresário afirmou que a dupla cometeu alguns erros com a ascensão meteórica da empresa, um unicórnio, que, contou ele, chegou a receitas de US$ 10 milhões apenas seis meses após o lançamento no Vale do Silício, em 2018, e a US$ 100 milhões no ano seguinte. "Internamente, sua cultura muda. 'Nós somos invencíveis, podemos fazer tudo ao mesmo tempo e sermos bem-sucedidos.'"

"No fim de 2019, vimos que tudo estava funcionando e resolvemos dobrar tudo. Vamos focar em coisas diferentes. Startups eram nossa estratégia, mas comecemos a fornecer serviços para pequenos e médios negócios. De pequenos clientes como cafés até a DoorDash (plataforma de entregas), AirBnB e Google. Essa era a escala que estávamos operando e não funcionou", recordou.

O empresário afirma que não foi possível manter o foco no serviço aos clientes quando tinham uma carteira tão diversa e foi preciso escolher que caminho seguir. No ano passado, afirma, teve que abrir mão de 40 mil clientes de negócios menores, uma "decisão muito dolorosa, com muito resultado ruim em termos de relações públicas", descreveu ele.

A Brex está contratando no Brasil, disse Franceschi, em um movimento de descentralização da sede da empresa após a pandemia, quando abriram escritórios em Nova York, Salt Lake City e Vancouver (Canadá).

Yahoo encerra nesta sexta (31) site de notícias no Brasil

SÃO PAULO O Yahoo encerrou nesta sexta-feira (31) seu site de notícias no Brasil. A Redação no país foi fechada, e cerca de 20 jornalistas foram dispensados.

O site tinha notícias de política, economia, esportes, celebridades e outros temas. Também produzia materiais em vídeo e conteúdo patrocinado.

"Por uma decisão global do grupo Yahoo, o Yahoo Brasil encerrará suas atividades", escreveu Alessandra Blanco, que era diretora da empresa no país, em uma rede social. "Agradeço demais ao time incrível do Yahoo Brasil, valente e criativo até o fim."

O fechamento foi comunicado aos funcionários brasileiros no começo de fevereiro.

A reportagem apurou que foram 80 demissões na operação do Yahoo no país. Os cortes afetam, além da área editorial, profissionais de negócios, tecnologia e publicidade.

Criado em 1994 nos Estados Unidos, o Yahoo foi um dos primeiros gigantes de tecnologia que ganharam milhões de dólares com serviços prestados na internet. O site começou com um diretório de páginas online e depois se tornou referência em buscas, antes de o Google dominar o serviço.

Com o fim do site de notícias, o endereço yahoo.com.br passou a exibir só uma barra para fazer buscas, no centro, e um aviso de que a publicação de conteúdos foi encerrada. O serviço de email segue operante.

A reportagem entrou em contato com o Yahoo Brasil, mas não havia obtido resposta até a publicação deste texto.

Twitter isentará 10 mil empresas de taxa por selo de verificação

SÃO PAULO O Twitter vai remover neste sábado (1º) o selo de verificação, antes concedido de forma gratuita a contas da rede. As empresas e organizações, atualmente marcadas com o símbolo dourado, terão de pagar US$ 1.000 (cerca de R$ 5.080) para manter o diferencial.

Documento interno da rede social, obtido pelo jornal The New York Times, mostrou que as 10 mil organizações com mais seguidores e as 500 com maiores gastos em publicidade manterão o selo dourado sem custo.

Outros negócios de menor projeção que quiserem ganhar o selo de verificação terão de pagar US$ 1.000.

Autor de ataque a escola de SP está assustado, diz advogada da família

Defensora diz que adolescente de 13 anos não tem consciência dos efeitos jurídicos de seus atos

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Assustado. É assim que a advogada Rafaela Dantas classifica o estado do adolescente de 13 anos que atacou uma escola de São Paulo e está internado em uma unidade da Fundação Casa no Complexo Brás, no centro da capital.

"Ele é uma criança e não entende exatamente os efeitos jurídicos de sua conduta. Ele não queria estar na Fundação Casa", afirma Dantas.

Na segunda-feira (27), o garoto matou a facadas a professora Elisabeth Tenreiro, 71, e feriu outras cinco pessoas na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia (zona oeste), onde cursava o 8º ano do ensino fundamental.

A advogada representa o adolescente junto à Vara da Infância e da Juventude e também os pais do menor dele —um homem que trabalha como segurança e uma secretária. Em entrevista à **Folha**, ela defende uma investigação profunda a fim de identificar eventuais aliciadores que podem tê-lo incentivado e ajudado a planejar o ataque.

Dantas conta que o jovem sempre se refere ao bullying que vinha sofrendo.

O adolescente relata ser alvo frequente de deboches nas escolas por onde passa. É ridicularizado por ser reservado e também pelo porte físico, sendo chamado por colegas de "feio" e de "rato de esgoto", por exemplo.

O adolescente conviveu com esse tipo de ofensa, diz a advogada, tanto no colégio onde o ataque foi concretizado, para onde havia sido transferido poucos dias antes do crime, como na escola estadual José Roberto Pacheco, em Taboão da Serra (Grande SP), onde estudou até o início de março.

Antes do ataque, o garoto deixou uma carta para a família na qual conta que passou dois anos planejando o ataque.

Homenagem para a professora Elisabeth Tenreiro, 71, morta por um estudante de 13 anos na escola Thomazia Montoro, na zona oeste de São Paulo Ronaldo Silva - 29.mar.23/Photopress/Folhapress

Na avaliação da advogada da família, falta treinamento aos professores para lidar com episódios que envolvam questões emocionais da criança e do adolescente. "O tema bullying tem que ser abordado nas escolas. Os professores também precisam ser abraçados nesta causa", afirma.

A profissional preferiu não dar detalhes sobre a relação do adolescente com a família. Também não quis dizer se o estudante passava por algum tratamento psicológico ou psiquiátrico.

Sabe-se que o jovem faltou a duas consultas psiquiátricas agendadas a pedido da escola de Taboão. O Conselho Tutelar afirmou à **Folha** ter sido acionado pela unidade em 28 de fevereiro deste ano.

No mesmo dia, uma funcionária da escola registrou um boletim de ocorrência contra o aluno. No documento, ele é descrito como alguém que vinha apresentando comportamento suspeito nas redes sociais, "postando vídeos comprometedores, por exemplo, portando uma arma de fogo e simulando ataques violentos".

O boletim registrou, ainda, ameaças que o jovem fez contra outros estudantes. "O aluno encaminhou mensagens e fotos de armas aos demais alunos por WhatsApp, e alguns pais estão se sentindo acuados e amedrontados", diz outro trecho do registro policial.

Um aluno de 12 anos da escola José Roberto Pacheco relatou à **Folha** que era amigo do adolescente agressor. Contou que eles costumavam jogar games online juntos, até que o jovem de 13 anos começou a fazer ameaças e a dizer que mataria o amigo e a mãe dele. A partir daí, a amizade foi cortada.

Na semana anterior ao ataque, no dia 23, o adolescente agressor deu um soco no rosto de um garoto mais novo, de 11 anos, na escola. De acordo com a mãe do aluno agredido, o agressor afirmou que estava "com raiva e precisava desestressar". Esse episódio somou-se a outro, também na semana passada, em que o adolescente fez ofensas racistas a um colega da mesma turma, dando início a uma briga que precisou ser apartada pela professora Elisabeth, que morreu no ataque. "Vai ter volta", teria dito o estudante a ela, segundo relatos.

Para a professora Ana Célia Rosa, 58, gravemente ferida pelo adolescente, qualquer um que estivesse ali em seu lugar seria atacado. "Ele estava com raiva do mundo", disse à **Folha** a docente de história, que leciona para o 9º ano.

Atingida no braço, a professora Rita de Cássia Reis, 67, disse que o autor do ataque era muito quieto e sempre usava fone de ouvido na sala de aula. Ela disse que não sabia do histórico de ameaças do jovem, que era seu aluno, mas declarou à polícia que o aluno arranjava muita briga com colegas.

> "Ele [aluno agressor] é uma criança e não entende exatamente os efeitos jurídicos de sua conduta. Ele não queria estar na Fundação Casa
>
> **Rafaela Dantas**
> advogada do aluno agressor

O delegado Marcus Vinicius Reis, titular do 34º DP (Vila Sônia), onde o caso é investigado, disse que o adolescente afirmou em depoimento que tentou comprar uma arma de fogo pela internet, mas não conseguiu. O crime foi cometido com uma faca, e ele contou que treinava um ataque do tipo com uma tesoura e um travesseiro, em casa.

O jovem usava uma máscara de caveira no momento do crime. A balaclava da caveira é símbolo de grupos supremacistas americanos, que a exibem na internet, e o mesmo tipo de máscara foi usado tanto pelos atiradores do massacre de Suzano (SP), em 2019, quanto pelo adolescente que atacou duas escolas em Aracruz (ES), em novembro de 2022 —nesse último caso o agressor tinha também uma suástica nazista no braço.

Além disso, o autor do ataque na escola Thomazia Montoro usava nas redes sociais o sobrenome de um dos atiradores de Suzano.

A internação provisória na Fundação Casa foi determinada pela Justiça na terça (28). Ele responde pelas acusações de homicídio qualificado consumado, três tentativas de homicídio, agressão e injúria racial— praticada dias antes contra um colega. O Ministério Público também pede a punição do jovem por atos infracionais supostamente cometidos enquanto ele estudava em outra unidade escolar. O caso está em segredo de Justiça.

Para a advogada Rafaela Dantas, a polícia precisa investigar outras possíveis responsabilidades por trás desse tipo de crime.

"A gente está vendo uma questão midiática, no sentido de que em outros locais acontece o mesmo modus operandi. É isso que tem que ser investigado, e é para isso que eu vou querer respostas, de quem poderia estar por trás de tudo isso", disse.

Colaboraram Isabela Palhares, Isabela Menon, Tulio Kruse e Mariana Zylberkan

Regulando a mídia

Mente menos quem mente melhor

Luís Francisco Carvalho Filho

Advogado criminal, é autor de "Newton" e "Nada mais foi dito nem perguntado"

O Supremo parece propenso a revogar ou reescrever dispositivo supostamente inconstitucional do Marco Civil da Internet para responsabilizar as plataformas pelo pensamento tóxico externado por terceiros.

O impacto das redes na vida cotidiana é desmesurado. Milícias digitais devem ser reprimidas em nome da segurança das escolas, da integridade das instituições democráticas e do combate ao discurso de ódio.

Os valores eram outros, mas a controvérsia é antiga. Desde que a imprensa se instala no Brasil, é desafio permanente regular o alcance e a pureza da informação.

Antes da Independência, já se proibia o anonimato e se alertava para o perigo das "doutrinas incendiárias". Em 1830, vigora o regime da responsabilidade sucessiva: respondem pelos abusos escritos, que se espalham como rastilho de pólvora, o impressor, o editor, o autor e o vendedor ou distribuidor da notícia.

Na época, o que se protegia, com prisão ou degredo, eram "as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma", os bons costumes, o "sistema monárquico" e a honra do imperador e de sua "augusta esposa".

Em 1923, muda a ordem da responsabilidade sucessiva: autor, editor, impressor e vendedor. Na República, bancas de jornal entrariam para a linha sucessória (responsabilidade por atos de terceiro) no caso de desaparecer o ofensor verdadeiro.

Getúlio Vargas, em 1934, persegue "notícias falsas" capazes de "provocar alarma social". A Constituição de 1946 não admite propaganda de processos violentos para subversão da ordem pública e social nem de preconceito de raça ou de classe.

Além de proibirem publicações de caráter obsceno, as leis de imprensa de 1953 e de 1967 (esta, editada na ditadura militar, sobrevive até 2009, quando o STF percebe sua incompatibilidade com a Constituição de 1988) punem a divulgação de "notícias falsas" ou de "fatos verdadeiros truncados" que causam perturbação da ordem ou desconfiança no sistema bancário.

Em 1969, auge do autoritarismo, a Junta Militar que governa o país estabelece pena de dois a cinco anos de prisão para a publicação de "notícia falsa" ou "tendenciosa", ou de "fato verdadeiro truncado ou deturpado", de modo a indispor "o povo com as autoridades".

O ambiente atual é propício à tentação autoritária: a desinformação na pandemia, o ataque às urnas eletrônicas, a reputação do Supremo em xeque, seus ministros ameaçados e esculachados nas redes e nos restaurantes, os palácios destruídos. O império incontrolável das fake news causa indignação de todos, ainda que poucos sejam capazes de explicar o significado preciso de fake news.

Se, para o repugnante ex-presidente Jair Bolsonaro, o chamado Foro de São Paulo, organização que reúne o PT e outros partidos de esquerda da América Latina, é financiado pelo tráfico de drogas, para o presidente Lula a Lava Jato é fruto do conluio entre Ministério Público e Departamento de Estado dos EUA para destruir as empreiteiras do Brasil.

Redes sociais viabilizam a mobilização de golpistas, racistas e assassinos e a difusão infinita de mentiras e de notícias falsas, em meio ao vendaval saudável das notícias verdadeiras e da crítica política.

Algo precisa ser feito, mas não parece fácil arquitetar a responsabilização por conteúdo gerado por terceiros sem corroer alicerces do "Estado Democrático". No território da política e da mentira, mente menos quem mente melhor.

DOM. Antonio Prata | **SEG.** Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER.** Vera Iaconelli | **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI.** Sérgio Rodrigues | **SEX.** Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Trem ligará estação a aeroporto de Guarulhos

Batizado de Aeromóvel, transporte vai rodar em vigas de até 11 metros de altura e levará 200 passageiros por viagem

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O "people mover" Aeromóvel, como foi batizado o trem que levará passageiros da estação Aeroporto-Guarulhos da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) ao aeroporto internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, deverá começar a operar no primeiro trimestre do ano que vem.

O cronograma de entrega foi confirmado nesta sexta-feira (31) por Eduardo Chrysostomo, diretor de operações da Aerom, empresa integrante do consórcio AeroGRU, contratado para realizar a obra pela concessionária GRU Airport, responsável pela administração do aeroporto.

Atualmente há duas opções para se chegar pelo sistema ferroviário ao aeroporto de Cumbica. Uma delas é a linha 13-jade, com saída da estação Engenheiro Goulart, na zona leste de São Paulo, com primeira partida às 4h, em dias úteis, aos domingos e feriados, e às 4h40, aos sábados.

A outra alternativa é o Expresso Aeroporto, a partir da estação da Luz, na região central de São Paulo, com primeiro embarque às 5h. Nos dois casos, a tarifa custa R$ 4,40.

Porém, os terminais do aeroporto ficam a cerca de 2,5 km da estação da CPTM, o que obriga os usuários a pegarem um dos ônibus gratuitos cedidos pela GRU Airport para completar o deslocamento.

Chrysostomo não soube dizer o quanto da obra está concluído, mas a instalação de vigas, cuja altura varia de 4 metros a 11 metros, ocorre desde o ano passado, após autorização do TCU (Tribunal de Contas da União). Cada uma pesa 136 toneladas e tem 30 metros de comprimento.

Pilastras que vão sustentar vigas do Aeromóvel, previsto para o primeiro trimestre de 2024 Danilo Verpa/Folhapress

Segundo o executivo, o custo total está estimado em R$ 301 milhões. No anúncio do início das obras pelo então governador João Doria (sem partido e na época no PSDB), em fevereiro de 2022, o investimento estava orçado em R$ 272 milhões. O valor será custeado com recursos da outorga da concessionária.

O Aeromóvel, trem que roda sobre trilhos, construído em parceria com a empresa Marcopolo Rail, em Caixas do Sul (RS), é composto por dois carros articulados que pesam 16 toneladas e deverá levar até 200 passageiros por viagem. Mas, segundo Petras Amaral Santos, diretor da empresa gaúcha, é possível fazer outras configurações.

Com partida a cada quatro minutos, a estimativa é que transporte até 2.000 pessoas por hora em cada sentido. Não haverá custo a mais para o usuário, que pagará apenas a passagem do trem que o levará até Guarulhos.

Os trens do Aeromóvel, com oito portas e ar-condicionado, deverão ter painéis com as informações disponibilizadas nos saguões do aeroporto.

O sistema terá quatro pontos de parada, um na estação da CPTM e os demais dentro dos três terminais de Cumbica. Segundo Pedro Moro, presidente da estatal de trens, todo o percurso será feito em seis minutos —ele estima um ganho de até 20 minutos na comparação com as baldeações feitas em ônibus atualmente.

O modelo já é usado para ligar o transporte ferroviário ao aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Com 14 anos de atraso, a estação Aeroporto-Guarulhos chegou a ser prometida para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, e foi entregue a 75 dias da competição, só que a da Rússia, em 2018.

Com três estações —Engenheiro Goulart, Guarulhos-Cecap e Aeroporto-Guarulhos—, a linha 13-jade tem 12,2 km de extensão e transporta, em média, 16 mil pessoas por dia.

O presidente da CPTM afirma acreditar que o número de passageiros vai aumentar com a instalação do "people mover" Aeromóvel, mas ele não soube dizer quanto.

Ministério Público vê irregularidades em reparos da linha 15

Parecer técnico produzido pelo Núcleo de Engenharia do CAEx (Centro de Apoio Operacional à Execução), do Ministério Público, apontou irregularidades em reparos feitos em vigas da linha 15-prata, do monotrilho.

O documento, de 41 páginas, divulgado na quinta-feira (30), foi elaborado a pedido do Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital para investigar a queda de um bloco de concreto, da altura de 15 metros, em um trecho da ciclovia da avenida Professor Luiz Ignacio Anhaia Mello, entre as estações Oratório e Parque São Lucas.

No episódio, em setembro do ano passado, pedaços de concreto caíram na via de ciclistas e no gramado ao lado. Ninguém se feriu.

O Metrô diz em nota que não teve acesso ao documento e que prestará todos os esclarecimentos à Promotoria.

O relatório cita que na manhã de 11 de janeiro deste ano um pedaço de concreto em uma das vigas se destacou, entre as estações Vila Prudente e Oratório, causando a interrupção do trecho entre as estações Vila Prudente e Vila União.

A vistoria, em três pontos da viga, ocorreu na madrugada do dia 18 de janeiro, quando os trens não estavam em operação, e foi realizada por dois engenheiros do CAEx, acompanhados pelo Metrô.

O órgão diz no documento que teve uma reunião com o Metrô, nesse mesmo dia, para conversar sobre as falhas.

No relatório, o CAEx diz que há necessidade de se revisar os métodos empregados nos reparos e reconstituições nas estruturas de concreto realizados pelo CEML (Consórcio Expresso Monotrilho Leste), responsável pela construção da linha, bem como a elaboração de projetos específicos para a realização desses serviços.

O CEML não respondeu até a conclusão desta edição. Na época da queda do concreto, em setembro, o consórcio disse que o evento era pontual e isolado, sem dano material ou pessoal, e que o o reparo foi integralmente realizado.

O consórcio também disse em setembro de 2022 que realizou vistoria na junção das vigas e constituiu um grupo de trabalho técnico para apurar as causas da queda do concreto.

Pessoas em situação de rua reclamam de sede à noite na praça da Sé, no centro de São Paulo

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Pessoas em situação de rua na praça da Sé, no centro de São Paulo, têm reclamado da dificuldade para beber água durante a noite. Muitas delas optam por fontes que foram instaladas durante a fase mais restritiva da pandemia de Covid para higienização e cuja água não é própria para consumo.

Parte se recusa a sair do local para ir a albergues no período noturno, com medo de deixar os pertences ou de se afastar de amigos e parentes.

Durante o dia, a região central conta com nove núcleos de convivência, segundo a Prefeitura de São Paulo, com capacidade total para 2.700 pessoas, acompanhadas ou não pelos filhos. Na Sé, estão os núcleos Dom Orione, Prates, Boracéa, Núcleo Sé, Casa Franciscana, Rodrigo Silva e Chá do Padre.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) diz que, além dos núcleos de convivência, mantém 47 serviços de acolhimento no centro, com 6.150 vagas e serviços de água potável, alimentação e higienização.

Segundo integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, que fazem distribuição de marmitas na praça, os pedidos por água ficaram mais frequentes com o calor no início deste ano. A reportagem acompanhou uma ação do movimento a cerca de dez metros de uma base da Guarda Civil Metropolitana.

Na ocasião, além de pessoas que ficam na Sé, transeuntes também bebiam a água do equipamento instalado na pandemia. Há outra fonte de frente para o Pateo do Collegio, a cinco minutos dali.

"A população que se alimenta das marmitas da Cozinha Solidária sempre pede água. Infelizmente não conseguimos entregar na maior parte dos dias, dependemos de doação, assim como eles", afirma Ana Paula Perles, coordenadora do projeto.

Um homem, que não quis se identificar, tomava banho e lavava uma camiseta usando a água da fonte. Para ele, é complicado beber água à noite na região da Sé.

A observação é a mesma de Nany, 43, que afirma que as fontes na região da Sé costumam secar à noite e que, se não encher uma garrafa até as seis da tarde, só no dia seguinte.

Ela prefere não ir para albergues porque as vans passam para mapear o público local e oferecem a ida, mas a volta precisa ser percorrida a pé. Por isso, prefere ficar na praça. "Às vezes, falam que tem água no Parque Dom Pedro, mas muita gente não tem condição de ir até lá procurar."

"No Chá do Padre é cheio, você tem que chegar até umas 17h30, ou não consegue tomar banho, lavar roupa e jantar", diz Nany. No local, que atende cerca de 700 pessoas por dia, os pedidos por água potável ou garrafas para armazenamento são frequentes.

Em outra visita ao local, após as 18h, a reportagem constatou que a fonte da Sé funcionava, mas pessoas que bebiam a água afirmavam que o serviço é intermitente e que levam garrafas para garantir a água para a noite.

De acordo com a Sabesp, os pontos de água potável são recomendados para higienização das mãos, e as condições dos bebedouros podem influenciar na qualidade da água. Sobre a intermitência, a companhia diz que adota, desde os anos 1990, um controle no fornecimento de acordo com a demanda.

"Quando há menos consumo, reduz-se a pressão nas redes a fim de evitar perdas por vazamentos e rompimentos. Quando o uso é retomado, a pressão é reajustada."

Centro de comércio popular, no Pátio do Pari, região central de São Paulo, tem pouco movimento Fotos Danilo Verpa/Folhapress

Feira da Madrugada enfrenta crise e acumula dívidas em SP

Shopping convive com estandes vagos, investigação policial e temor de calote

Carlos Petrocilo e Clayton Castelani

SÃO PAULO Inaugurada em novembro de 2021, a nova Feira da Madrugada, na região central de São Paulo, convive com corredores vazios e portas fechadas. Apenas 40% dos quase 5.000 boxes e lojas funcionam hoje.

A calmaria no empreendimento de 182 mil m^2, no Pátio do Pari, contrasta com o movimento acelerado das ruas vizinhas, famosas pelo comércio popular no Brás, também no centro de São Paulo.

Sublinhado como o maior centro de compras popular da América Latina, a nova Feira da Madrugada tornou-se uma dor de cabeça tanto para a Prefeitura de São Paulo quanto para os seus investidores, enquanto comerciantes estão insatisfeitos com o que pagam de aluguel.

O consórcio Circuito de Compras, que venceu a licitação para administrar o espaço por 35 anos, deve quase R$ 50 milhões à prefeitura, segundo a Secretaria Municipal das Subprefeituras.

"A administração pública, na forma do poder concedente, está adotando todas as medidas possíveis amparada na legislação pátria e no que dispõe o contrato de concessão", afirma a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

O Circuito disse, em nota, que a nova feira foi inaugurada em meio à pandemia da Covid e enfrenta desde então os reflexos da crise econômica que impactou o varejo.

Comerciantes tentam atrair consumidores na Feira da Madrugada ao longo do dia

"Esse cenário, em conjunto com a expansão do comércio irregular nas ruas do Brás, comprometeu o fluxo de caixa do empreendimento, resultando em pendências financeiras que já estão sendo negociadas com a Prefeitura de São Paulo assim como outros credores", afirma a concessionária.

O contrato entre o Circuito e a prefeitura, assinado em 2015, é de R$ 1,5 bilhão. Neste cálculo estão incluídas as estimativas de receitas como a exploração econômica do espaço (aluguel de boxe, lojas e guarda-volumes) e estacionamento e terminal dos ônibus que vêm de vários lugares do país com sacoleiros.

Em contrapartida, o consórcio pagaria outorga de R$ 50 milhões, sendo cinco parcelas anuais de 2019 a 2023, e faria o repasse de anual de 5% do seu faturamento à prefeitura, além de construir o empreendimento de três andares.

Das cinco parcelas, a empresa pagou pelo menos duas —o débito de R$ 50 milhões com a prefeitura inclui as demais parcelas da outorga, multas e juros.

Apesar do montante em aberto com a prefeitura, o Circuito de Compras ressaltou, em nota, que boa parte "das obrigações da concessionária, que incluem o investimento de mais de R$ 700 milhões para construção do shopping, já foram cumpridas".

Como forma de atrair interessados, o Circuito diz que tem oferecido descontos, com locações de estandes entre R$ 200 e R$ 1.500 por mês.

Conforme prevê o contrato, a concessionária pode cobrar, no máximo, R$ 2.600 de aluguel mensal pelo boxe, sob a premissa de atrair vendedores ambulantes. Para as lojas, não há nenhuma imposição contratual, e o valor do metro quadrado varia de R$ 308 a R$ 521.

Inquilino de um boxe com 5 m^2, Nilton Barbosa Guimarães, 51, reclama dos valores de locação e também da concorrência com vendedores ambulantes, que insistem ocupar calçadas da própria nova Feira da Madrugada.

"É preciso baixar os aluguéis para atrair mais lojas, só assim que o consumidor vai vir para cá. Muitos entram, andam e gastam lá fora, nas lojas ou com camelôs", afirma Guimarães, que vende chinelos e diz pagar R$ 2.000 por mês.

A Feira da Madrugada funciona no Pátio do Pari desde 2005, quando passou a receber até 6.000 ambulantes por dia. Desde então, o endereço virou alvo de investigações policiais que apontaram esquemas de vendas de boxes e disputa entre comerciantes para dominar a feira.

A União, dona do terreno, cedeu o espaço para o município, que ficou responsável por fomentar o comércio na região. Em 2015, o então prefeito paulistano Fernando Haddad (PT) concluiu o processo de licitação.

Preocupações com a saúde financeira do Circuito de Compras romperam os limites dos quarteirões do centro de comércio popular e chegaram a uma dezena de quilômetros dali, na região da Faria Lima, avenida da zona oeste paulistana considerada o coração do mercado financeiro do país.

Para viabilizar o negócio, o Circuito de Compras emitiu títulos de dívidas. É um tipo de operação comum entre empresas que buscam dinheiro no mercado de capitais. Esses títulos são do tipo CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), cujo lastro são créditos imobiliários, entre os quais podem estar contratos de aluguéis.

Quem investe em um CRI empresta dinheiro para um um negócio ligado ao setor imobiliário, como o aluguel de lojas de shopping, por exemplo, e espera receber em troca uma taxa de remuneração, que pode estar atrelada a juros pré-fixados ou variar conforme índices de preços gerais e setoriais.

No caso do CRI da Feira da Madrugada, o pagamento da remuneração a investidores estaria ameaçado pela série de problemas relacionados ao Circuito de Compras, segundo denúncia feita à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) à qual a **Folha** teve acesso.

Sinais desse risco se tornaram públicos no início deste mês, quando a distribuidora de títulos Vórtx, administradora do fundo imobiliário Hectare, comunicou ao mercado que a securitizadora Fortesec, responsável pela emissão dos certificados do Circuito de Compras, estava devendo o pagamento da remuneração de fevereiro.

É o fundo Hectare o alvo da denúncia à CVM, pois é por meio dele que investidores aplicam indiretamente nos títulos de dívida do Circuito de Compras.

O Hectare tem 7% do seu patrimônio aplicado em CRIs do shopping, de acordo com a denúncia. Mas não é só isso.

Ainda segundo a queixa à CVM, o Hectare também possui 8,6% do seu patrimônio composto por um fundo imobiliário chamado XBXO11, cujo único investimento é a Feira da Madrugada. Isso significa que quase 16% do valor do Hectare está atrelado ao Circuito de Compras. Esses ativos ligados ao shopping equivalem a mais de R$ 400 milhões.

O denunciante diz que é irregular o negócio com o XBXO11, pois a Hectare estaria emprestando dinheiro para si mesmo, pois é sócio do empreendimento.

Na denúncia à CVM, o Hectare também é acusado de falta de transparência por não mencionar em comunicados a investidores investigações policiais que podem, no limite, resultar na perda da concessão feita pela prefeitura.

No segundo semestre do ano passado, a Polícia Civil realizou operação contra a suposta venda de espaços a comerciantes por organizações criminosas na região do Brás que, segundo o denunciante, também operavam dentro do shopping.

Já o contrato de concessão firmado entre o Circuito de Compras e a Prefeitura de São Paulo passa por uma auditoria do Tribunal de Contas do Município.

Em nota, a Hectare informa que já respondeu a denúncia feita na CVM e que, em momento algum, deixou de divulgar qualquer ato ou fato relevante que fosse a respeito do fundo, "estando as informações referentes a seus investimentos disponíveis em seus relatórios gerenciais ou, conforme o caso, de veículos investidos", diz a empresa.

Segundo a Hectare, a distribuição de resultados do fundo aos cotistas advém preponderantemente dos resultados oriundos de suas aplicações. "Eventuais variações na cotação do Fundo decorreram, especificamente da permanência de condições macroeconômicas desfavoráveis para o segmento de renda variável."

O consórcio Circuito de Compras respondeu que os CRIs foram responsáveis por quase 60% do investimento shopping popular e enaltece "a convicção no sucesso do empreendimento a longo prazo".

Sul e Sudeste têm previsão de ciclone e queda na temperatura

SÃO PAULO Depois de dias de calorão, estados do Sul e do Sudeste do país devem se preparar para uma mudança radical na previsão do tempo no fim de semana, com queda na temperatura, chuva, ventos, ressaca no mar.

A instabilidade provocada pela passagem de uma frente fria entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir desta sexta-feira (31), reforçada pela formação de um ciclone extratropical, devem provocar chuvas volumosas, de 80 mm a 100 mm no Sul do país e deverá ter reflexos no fim de semana em estados de outras regiões, como São Paulo, segundo Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

No Sul, uma massa de ar frio e seco afasta a instabilidade, e as temperaturas ficam mais amenas durante as madrugadas, com chance de geada fraca nas serras gaúcha e catarinense, principalmente no domingo (2).

"A previsão indica temperaturas mínimas no sábado [1º], entre 5°C e 10°C, nas áreas mais frias do sudoeste gaúcho e áreas de serra, enquanto, no domingo, as mínimas ficam entre 2°C e 5°C nas regiões serranas", diz nota do Inmet.

De acordo com a agência Climatempo, a formação do ciclone extratropical coloca em alerta as regiões costeiras do Sul e do Sudeste para ressacas.

Na quarta-feira (29), a agência chegou a alertar para formação de um ciclone bomba. Porém, à **Folha**, Josélia Pegorim, meteorologista da Climatempo, foi mais cautelosa.

"Um ciclone extratropical está se organizando nesta sexta-feira sobre o oceano, próximo do litoral do Rio Grande do Sul e do Uruguai. O que está chamando atenção neste sistema é que ele deve ter uma queda de pressão atmosférica muito acentuada em 24 horas, porém, não se pode afirmar que será um ciclone bomba", disse.

Segundo ela, a designação ciclone bomba é dada a um ciclone que tem queda de pressão atmosférica no seu centro de 24 hectopascais em 24 horas ou um hectopascal por hora. "A queda de pressão muito acentuada em pouco tempo é um indício de tempestade", explica.

Nos litorais de São Paulo e do Rio de Janeiro, de acordo com a agência, podem ocorrer ressacas com ondas de 2,5 metros a 3,5 metros, sendo que podem ser mais intensas de domingo a terça-feira (4).

O maior risco para ondas vai desde a Costa Verde, no sul fluminense, até a região dos Lagos no Rio de Janeiro, de acordo com o Inmet, que colocou toda a costa gaúcha em alerta para ventos fortes neste sábado.

O mesmo foi feito para tempestades do litoral norte paulista a também até a região dos Lagos. No interior paulista, a instabilidade poderá chegar às regiões de Campinas e do Vale do Paraíba.

Na capital paulista, a temperatura máxima, que chegou a 30°C nesta sexta, cai para 22°C no domingo. Na terça, a mínima prevista é de 12°C, diz previsão do Inmet.

Neste sábado, devem ocorrer pancadas de chuva à tarde e à noite, mas que diminuem no domingo.

A chuva desta sexta à tarde colocou toda a capital paulista em estado de atenção para alagamentos, diz boletim do CGE (Centro de Gerenciamento de Emergência), da Prefeitura de São Paulo.

A zona sul teve os maiores índices de chuva, com 27,4 mm no M' Boi Mirim e 27,2 mm na Capela do Socorro. Houve iminência de transbordamento no córrego Morro do S, no Capão Redondo e alagamento em Santo Amaro.

Na zona leste foram registrados alagamentos em Itaquera e na Mooca, segundo apontou o CGE.

Na quinta-feira (30), a Defesa Civil estadual prorrogou até 15 de abril a Operação Chuvas de Verão, que terminaria nesta sexta, em 177 municípios paulistas por causa da previsão de uma frente fria na primeira quinzena do mês.

Durante a operação, iniciada em 1º de dezembro de 2022, foram registrados 400 ocorrências, que resultaram em 98 mortes, cinco pessoas desaparecidas, 58 feridas, 20025 desalojados e 3410 desabrigados.

Ativistas protestam contra projetos de carvão usando um 'X' amarelo, símbolo desse movimento, em Luetzerath, na Alemanha Ina Fassbender - 12.nov.22/AFP

ENTENDA A SÉRIE Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanhou também as respostas à crise do clima nas eleições e na COP27. O projeto tem o apoio da Open Society Foundations. Veja versão mais longa da conversa com Lucie Pinson em vídeo em folha.com/planetaem transe

Lucie Pinson

Instituições financeiras descumprem promessas na crise do clima

Diretora da ONG Reclaim Finance usa dados e risco reputacional para convencer bancos a levar descarbonização mais a sério

ENTREVISTA

Cristiane Fontes e Marcelo Leite

OXFORD E SÃO PAULO Lucie Pinson é diretora-executiva da Reclaim Finance, ONG com sede na França afiliada à Friends of the Earth (Amigos da Terra). Na Friends of the Earth, ela começou a se concentrar na responsabilização de instituições financeiras, em particular bancos, pelas mudanças climáticas e pela injustiça social.

Ela busca fazer essa vigilância, no entanto, de maneira colaborativa, apontando com dados técnicos como o objetivo declarado de descarbonização dos investimentos termina descumprido, na prática, e como isso pode afetar a reputação dos bancos —para melhor, se atuarem de maneira consequente.

"Nossa atitude é muito prescritiva. Nós sabemos exatamente que tipo de medidas queremos que os bancos adotem para gerar um impacto real nas principais cadeias de valor do mundo real, de forma a realmente deixar de apoiar a expansão do setor [de combustíveis fósseis] e impulsionar sua eliminação gradual."

Um dos problemas, segundo Pinson, são os financiamentos de curto prazo para projetos energéticos baseados em combustíveis fósseis que permanecerão em atividade por duas, três ou até quatro décadas. No entanto, como são quitados no prazo de três ou cinco anos, passam como um cometa pelo portfólio do banco, sem deixar rastro em relatórios de sustentabilidade.

Os bancos centrais, na sua opinião, têm um papel a cumprir. Mais dia, menos dia, eles terão de assimilar em suas normas preventivas a realidade de que a inflação também tem raízes na dependência das economias nacionais em relação aos poluentes do clima, como petróleo, carvão mineral e gás natural.

Joel Saget - 26.out.22/AFP

Lucie Pinson, 37
Nascida em Nantes, na França, fundou e dirige a ONG Reclaim Finance. Antes trabalhou na ONG Friends of the Earth. É formada em ciências políticas pela Universidade Sorbonne. Foi vencedora do Prêmio Goldman, dedicado a ativistas ambientais, em 2020.

Para isso, entretanto, as autoridades monetárias precisariam abandonar o modelo americano de regulação, que só toma em conta os riscos financeiros de investimentos em setores mais e mais insustentáveis em face da emergência climática.

"Os bancos centrais consideram que seu papel é manter uma abordagem neutra em relação à economia, de modo a apoiar todos os setores da mesma forma", afirma. "No entanto, sabemos que uma abordagem neutra, por definição, apoia o status quo, ou seja, beneficia as grandes empresas de combustíveis fósseis e, assim, piora a situação."

*

Em 2020, a senhora recebeu o Prêmio Goldman por esforços para interromper o fluxo de financiamento à indústria do carvão. Como descreveria a situação da indústria no momento, considerando o aumento do consumo na Europa em decorrência da Guerra da Ucrânia? Ainda é difícil tirar grandes conclusões, pois se passaram poucos meses. Não é possível dizer se esse aumento veio para ficar.

Não acreditamos que as instituições financeiras decidam retroceder e reverter seus compromissos anteriores, ou seja, uma quantidade significativa delas ainda está comprometida em não apoiar a construção de novos projetos de carvão.

O que realmente importa é até que ponto a infraestrutura de carvão atual continuará a ser usada. Ela será usada em grande escala, como vimos no ano passado, ou vamos organizar fechamentos nos próximos anos para buscar alinhamento à meta de 1,5°C [de aquecimento do planeta, objetivo do Acordo de Paris]?

Como funciona a abordagem da Reclaim Finance, que permite construir relacionamentos com instituições-chave e, ao mesmo tempo, responsabilizá-las publicamente, conforme descreveu a equipe do Prêmio Goldman? Ao contrário do que fazem algumas ONGs, a Reclaim Finance parabeniza as instituições financeiras que estão fazendo a coisa certa. Nós também buscamos trabalhar com elas porque não queremos apenas que adotem uma política sobre o carvão. Queremos políticas com critérios específicos.

Atuamos em conjunto com alguns parceiros, em particular uma ONG alemã que construiu um banco de dados de empresas mundiais que atuam no setor de carvão. A partir desse banco de dados, que inclui pouco mais de mil empresas, podemos identificar quais são os critérios-chave.

Não se trata apenas de saber se as empresas operam no setor de carvão. O fundamental é saber se a empresa está construindo ou planejando construir novas usinas de carvão. Esse tipo de critério não é usado por instituições financeiras, porque elas têm obtido seus dados de provedores privados que não consideram critérios futuros. Logo, conversar com as instituições financeiras, explicar a realidade do setor e divulgar os dados é importante.

Em segundo lugar, antes de punir, podemos considerar uma abordagem de recompensas, tentando mostrar que suas ações podem beneficiar sua imagem e reputação.

Um relatório da Reclaim Finance revela que, apesar das promessas na Aliança Financeira de Glasgow para o Zero Líquido, que nasceu na COP26, os bancos ainda estão investindo pesadamente em combustíveis fósseis. Quais os principais achados do estudo? As instituições financeiras que fazem parte da aliança comprometeram-se a alinhar suas carteiras de financiamento à meta de 1,5°C e a zerar suas emissões líquidas (net zero) até 2050.

Procuramos identificar até que ponto os compromissos estão sendo cumpridos com ações concretas, em particular ações voltadas a eliminar serviços financeiros que viabilizem a expansão dos combustíveis fósseis.

Analisamos as transações do setor de energia para descobrir se, após se unir à GFANZ [sigla da aliança, em inglês], determinada instituição ainda estava realizando negócios com alguns dos maiores responsáveis pela expansão do setor de petróleo, carvão e gás em todo o mundo.

Infelizmente, descobrimos que 56 dos principais membros da aliança forneceram US$ 270 bilhões à expansão de combustíveis fósseis, com nada menos que 134 empréstimos e mais de 200 transações. Parece que, com muita regularidade, as instituições financeiras estão quebrando suas próprias promessas relativas ao clima.

Outro problema com as metas de descarbonização, como as adotadas por bancos como o BNP, é que, muitas vezes, elas são definidas para 2030. Quando um empréstimo é fornecido a uma empresa, é de curto prazo, algo que será pago no período de três a cinco anos. Portanto, o banco ainda pode permanecer no caminho certo para atingir suas metas. O empréstimo desaparecerá de sua carteira quando a meta for atingida em 2030.

Setenta e cinco por cento dos investimentos ainda são direcionados ao setor de petróleo e gás. Considerando a meta de 1,5°C, há tempo suficiente para o setor financeiro e a sociedade reverterem o curso e se ajustarem a uma transição rumo a energias limpas? Primeiro de tudo, a meta de 1,5°C representa um grande desafio, mas não está fora de nosso alcance. No entanto, estaremos fadados ao fracasso se os bancos e instituições financeiras não revisarem muito rapidamente suas políticas de empréstimos, subscrições e investimentos.

Precisamos ampliar consideravelmente os investimentos em energias renováveis e, de forma mais ampla, em soluções. As energias renováveis e a eficiência energética da rede exigem muito investimento: precisamos multiplicar por mais de três vezes esse investimento até 2030.

Contudo, o dinheiro simplesmente não está sendo direcionado ao lugar certo. Ele está indo principalmente para combustíveis fósseis e para os bolsos dos acionistas.

A senhora disse recentemente que as políticas de desinvestimento dos bancos centrais são ineficientes. Por quê? Os bancos centrais se concentram principalmente em seu mandato primário, que é o de monitorar a inflação. Todavia, eles não têm considerado quais são as causas profundas da inflação.

Talvez isso esteja mudando, principalmente na Europa. O BCE fez recentemente uma declaração muito importante, na qual reconhecia que a inflação tem suas raízes nas mudanças climáticas e em nossa dependência dos combustíveis fósseis, especialmente o gás.

Portanto, se compreendermos isso, sabendo que o principal mandato dos bancos centrais é responder à inflação e monitorá-la, eles devem se concentrar nas mudanças climáticas e na dependência de combustíveis fósseis. A grande questão é como farão isso.

Algumas pessoas dizem que faltam competências no setor financeiro para lidar com o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono e que ainda não há produtos financeiros disponíveis para uma agenda positiva. O que pensa sobre isso? Depende muito das jurisdições e dos diversos produtos financeiros e de poupança que estão sendo colocados no mercado. No entanto, na maioria dos países, temos uma situação em que produtos verdes são comercializados e rotulados erroneamente, sem dizer metade da verdade sobre aonde vai nosso investimento.

Na França, 17% de todos os investimentos sustentáveis integram a [petroleira] TotalEnergies, e 94% dos fundos rotulados como sustentáveis investem em combustíveis fósseis, empresas de armamentos, ou associadas a violações de direitos humanos.

Como reformar o setor financeiro em países em desenvolvimento, como o Brasil, para lidar com a emergência climática? Não conheço bem as instituições brasileiras. Diria que, antes mesmo de abordar bancos e investidores privados, que em certos casos são subsidiárias de grupos maiores sediados na Europa como algumas instituições financeiras espanholas que operam no Brasil, uma coisa muito importante seria analisar o marco regulatório e entender o que faz o Banco Central. Acredito que essas instituições têm mais capacidade de gerar impacto mais amplo.

Eu diria também que estudar o que está sendo feito na Europa seria a decisão certa, evitando normas e padrões que sejam influenciados pelos EUA. Na União Europeia, consideramos cada vez mais a abordagem de dupla materialidade e tentamos introduzi-la na regulamentação, garantindo, assim, que as instituições financeiras não apenas tentem se proteger dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas, mas também mitiguem seus próprios impactos no clima e nas comunidades.

Enquanto operarmos por meio de uma única abordagem de materialidade, como os EUA estão fazendo, considerando apenas os riscos financeiros, estamos fadados ao fracasso na transição.

saúde

O fotógrafo e videomaker Pedro Jorge Afrop, 25, aguarda para realizar a mastectomia Karime Xavier/Folhapress

Homens trans relatam dificuldades no acesso à saúde

Grupo vê seus problemas menosprezados e barreiras adicionais na busca por bem-estar e tratamentos

SAÚDE PÚBLICA

Bruno Lucca e Havolene Valinhos

SÃO PAULO No país que mais mata transexuais, o enfrentamento diário de todo tipo de dificuldade é inerente à existência dessas pessoas. Para homens trans, o caminho pode ser ainda mais tortuoso. O grupo afirma que o debate público no Brasil despreza suas necessidades, entre elas o direito de acesso à saúde.

Gab Van, presidente da Liga Transmasculina João W. Nery, uma das organizações de homens transexuais mais importantes do país, diz que, a princípio, o grupo é mais aceito socialmente, em relação às mulheres trans, mas que os corpos transmasculinos são "apagados" e seus problemas, menos divulgados.

"Homens trans também estão na prostituição, são expulsos de casa por transfobia, sofrem violência policial, têm dificuldade de acessar direitos como atenção básica à saúde e sofrem com altas taxas de evasão escolar. Mas isso ninguém enxerga. Essa violação simbólica nos leva até ao suicídio", afirma Van.

De acordo com levantamento publicado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) no ano passado, entre 2019 e 2021 foram registrados 50 casos confirmados de suicídio de pessoas transgênero (18 deles de homens trans).

Motivos diversos são elencados como causadores de sofrimento a essa população, mas se destaca o dificultoso acesso a tratamentos urgentes, como injeção de hormônios e retirada dos seios (mastectomia).

O primeiro demanda muito dinheiro, e atualmente há poucas opções em circulação no mercado. Além disso, o acesso pelo SUS (Sistema Único de Saúde) é desigual — nem todas as cidades possuem algum hormônio disponível.

Reportagem da **Folha** já mostrou que uma das poucas opções em circulação no mercado, o Deposteron (cipionato de testosterona), teve seu valor reajustado em 380% em 2022, passando de R$ 52,55 para R$ 252,49 em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, considerando o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) de 18%.

Previamente à mudança, o Deposteron era um dos dois medicamentos à base de testosterona mais acessíveis no país. Outro que se encaixa nesse cenário é o Durateston, com preço máximo de R$ 15,04 para estados com ICMS de 18%, mas não há estoque do produto, o que também impulsionou a inflação de seu concorrente.

Alternativas como o Nebido (undecilato de testosterona) custam entre R$ 277 e R$ 630.

A falta de acesso a hormônios deixa marcas. Sem o tratamento, homens trans relatam retrocessos no processo de adequação, como a volta do ciclo menstrual, causando danos psicológicos e ao organismo.

Segundo o ginecologista Sérgio Okano, professor na Universidade de Ribeirão Preto e médico-assistente do Ambulatório de Incongruência de Gênero da USP, a situação acarreta piora nos sintomas de disforia de gênero, o sofrimento provocado pela discordância entre o sexo biológico de nascimento e a identidade de gênero.

O fotógrafo e videomaker Pedro Jorge Afrop tem 25 anos e fez sua transição de gênero há cinco anos. Ele recorria a hormônios, mas interrompeu o tratamento no final de 2022.

Agora, gradualmente, Afrop está retomando o acompanhamento na UBS (Unidade Básica de Saúde) perto de sua casa, na Vila Nivi (zona norte).

Procurada, a Secretaria Municipal da Saúde afirmou que o paciente tem uma consulta agendada na próxima semana na UBS Wamberto Dias Costa, unidade especializada na saúde da população LGBTQIAP+, no Tremembé (zona norte).

Desde junho de 2022 o fotógrafo aguarda para realizar outro procedimento no sistema público de saúde: a mastectomia. Ele afirma ser esta sua questão mais delicada e urgente, pois usar o binder (colete para minimizar o volume dos seios) atrapalha sua respiração e machuca costela e costas.

Em 2021, Afrop tentou angariar fundos para a cirurgia particular por meio de uma vaquinha online, mas não atingiu os R$ 18 mil necessários à época para fazer o procedimento.

"Me sinto muito desmotivado, porque atrapalha no meu dia a dia. O binder faz pressão devido ao volume [dos seios], porém não posso ficar sem usá-lo durante o trabalho ou na academia, uma vez que as pessoas acabam olhando para os meus peitos em vez do rosto."

Para o bartender Pedro Eduardo Vieira dos Passos, 28, que transicionou há seis anos e meio, e há três anos fez a mastectomia pelo SUS, o acompanhamento para transmasculinos é extremamente burocrático na rede pública de saúde.

"Fiquei mais de três anos na fila para a cirurgia, pois, além do acompanhamento de dois anos, sempre faltavam médicos ou datas. Às vezes a pessoa inicia o acompanhamento com uma equipe multidisciplinar e, de repente, muda o profissional que a atendia. Isso dificulta a criação de um vínculo", diz Passos.

O fotógrafo e modelo Jenyssis Chaves, 27, conta que, há um ano, quando iniciou seu processo transexualizador, fez um cadastro para iniciar o tratamento de hormonização na rede pública. Atualmente ele está fazendo os exames para aguardar encaminhamento, ainda sem previsão.

Nesse intervalo, porém, ele optou pela autoaplicação, comprando testosterona sem receita médica. Teve uma trombose e quase perdeu o movimento das pernas. "É importante alertar para o risco que corremos, pois os hormônios são vendidos como um padrão, porém o organismo de cada pessoa é diferente."

Ele destaca ser muito comum a autoaplicação porque, para começar a receber os hormônios, é necessário que o indivíduo seja acompanhado previamente por um psicólogo da rede pública. "Muitas vezes, como foi meu caso, é algo muito difícil, temos crises. Cheguei a tentar suicídio. Então, acabamos optando por essas alternativas."

Há um ano o jovem está na fila para realizar uma mastectomia no Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais do Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS, em São Paulo.

De acordo com o Ministério da Saúde, até o momento foram incorporados ao SUS, por meio da portaria nº 11/2014, os seguintes procedimentos relativos ao processo transexualizador masculino: mastectomia; histerectomia (retirada do útero); administração hormonal de testosterona; e acompanhamento integral de pacientes.

Na cidade de São Paulo, o tempo de espera para a realização dos dois primeiros procedimentos é de cerca de dois anos. A capital é um dos poucos municípios do país a possuir uma rede de atenção à saúde integral de pessoas travestis e transexuais, a Sampa Trans. Com 44 unidades, o sistema oferece acompanhamento do processo de transformação corporal do indivíduo.

Sobre a oferta de hormônios, a Secretaria Municipal da Saúde diz que distribui undecilato de testosterona às pessoas transmasculinas e que não falta produto em suas unidades. "O que pode ocorrer é o usuário ir buscar e a unidade em questão não estar abastecida no momento do pedido", diz a gestão, em nota.

Prevenção do Suicídio: onde buscar ajuda

CVV (Centro de Valorização da Vida)
Voluntários atendem ligações gratuitas 24 horas por dia, no número 188
cvv.org.br

Mapa Saúde Mental
Site lista diversos tipos de atendimento
mapasaudemental.com.br

> "Homens trans também estão na prostituição, são expulsos de casa por transfobia, sofrem violência policial, têm dificuldade de acessar direitos como atenção básica à saúde e sofrem com altas taxas de evasão escolar. Mas isso ninguém enxerga. Essa violação simbólica nos leva até ao suicídio
>
> **Gab Van**
> presidente da Liga Transmasculina João W. Nery

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Foi da medicina acolhedora à inovação tecnológica

ZOÉ SILVEIRA D'ÁVILA (1921 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Zoé Silveira d'Ávila destacou-se na medicina e na indústria de alimentos, principalmente nas áreas de produção e inovação tecnológica, mas deixou marcas pelas características humanas.

Doutor Zoé, como o chamavam, foi um homem generoso, agregador e acolhedor.

Zoé formou-se em medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e se especializou em clínica e cirurgia.

Mudou-se para Concórdia, no interior de Santa Catarina, em 1951, onde atuou no posto de saúde local e em hospitais. Conheceu o então prefeito, Attilio Fontana, fundador da Sadia, e tornou-se seu genro.

"Meu pai atuou como médico em Concórdia. Naquela época, a cidade tinha três médicos. Ele atendia todo mundo, quem tinha e quem não tinha condições de pagar. Foi muito bondoso e cuidadoso com as pessoas que o cercavam. Isso fez parte do sucesso dele", conta o engenheiro civil, Eduardo Fontana d'Ávila, 69.

"Depois da medicina, foi trabalhar na Sadia, seguindo orientação do sogro. Lá, conseguiu montar uma equipe muito boa na área de produção. Attilio achava que precisava ter alguém de saúde numa indústria de alimentos", relata Eduardo.

O ingresso na Sadia ocorreu em 1952. Criou a assistência médica aos funcionários e familiares. Foi o responsável pela área técnica industrial da empresa com destaque nos setores de controle de qualidade e inovação tecnológica.

Em 1964, integrou o Conselho de Administração da Sadia. Em 1973, levou sua expertise para São Paulo. Supervisionou e implementou inovações técnicas em todas as fábricas já presentes em vários estados. Da produção foi coordenador-geral e depois superintendente.

"Meu pai ajudou a indústria de alimentos do Brasil a progredir", diz o filho.

No Grupo Sadia (hoje BRF S.A.), Zoé foi vice-presidente (1980 a 1987) e chegou à presidência do Conselho de Administração (1987 a 1992). Voltou ao colegiado (1998 a 2001). Ele ainda foi vice-presidente da Abia (Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias) e teve cargos em outras entidades.

Doutor Zoé morreu dia 24 de março, aos 101 anos, de causas naturais. Deixou quatro filhos, nora, genros, netos e bisnetos.

7º DIA

ELIAS ARIS Sábado (1/4) às 11h, Igreja Sirian Ortodoxa Santa Maria, Vila Clementino, São Paulo (SP)

EM MEMÓRIA

LAÉRCIO BORBA Sábado (1/4) às 15h, Igreja Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Centro, Curitiba (PR)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Diagnóstico de transtorno bipolar pode levar anos

A doença é caracterizada por alternância em quadros de depressão profunda e exaltação excessiva

Rayane Moura

SÃO PAULO O pintor Vincent Van Gogh possivelmente sofria com a bipolaridade. Mais de 100 anos após a sua morte, cientistas afirmaram que a condição mental do autor, agravada com o alcoolismo, pode ter o levado a uma tentativa de suicídio. O holandês morreu em decorrências de complicações do tiro que deu em si mesmo com uma arma de fogo.

A doença do artista fez com que a data de seu nascimento, 30 de março, se transformasse no Dia Mundial do Transtorno Bipolar, cujo objetivo é chamar atenção para a condição e eliminar o estigma social.

A doença se caracteriza pela alternância de períodos em que a pessoa fica entre a exaltação excessiva e a depressão, chamados de mania e hipomania. As crises podem variar em intensidade, frequência e duração e o diagnóstico pode levar anos, segundo especialistas.

A psiquiatra Danielle H. Admoni, preceptora na residência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e especialista pela ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria), afirma que nos momentos depressivos, o paciente perde a satisfação e o interesse de realizar atividade, além de sentir "tristeza, alteração de sono, de apetite, baixa autoestima e pensamentos suicidas".

Por outro lado, o polo de exaltação é caracterizado por "alegria extrema". "[Há] uma necessidade reduzida de sono. Às vezes tem a libido aumentada, pensamentos acelerados. Então é como se fosse o contrário da depressão", indica a psiquiatra.

Admoni pontua que o diagnóstico do transtorno é clínico, ou seja, pelo histórico do paciente, de acordo com os episódios vividos. Além disso, a condição também não tem uma causa definida. De acordo com a profissional, o que se sabe é a presença de influência genética, fazendo com que familiares sofram da mesmo condição ou, em alguns casos, outras doenças psiquiátricas, como a depressão.

"Muita gente sabe que, por exemplo, o uso de algumas substâncias como cocaína ou de cânabis, podem levar a quadro de mania e hipomania em pessoas que já têm uma predisposição prévia. Então, na verdade, não tem muito como prevenir, embora evitar o uso de substâncias se já tiver casos na família seja uma forma de prevenção."

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), o transtorno bipolar atinge cerca de 140 milhões de pessoas em todo o mundo e está entre as 10 principais doenças incapacitantes em adultos jovens.

Beatriz Lima, 23, de São Paulo, foi diagnosticada com o transtorno há pouco mais de seis meses. A jovem faz acompanhamento para depressão e ansiedade generalizada desde os 18 anos, mas convive com as condições desde a infância.

"Eu tenho picos exagerados de humor, existem dias que eu estou super bem, faço planos, organizo tudo em planilha no excel, mas outros dias entro em depressão profunda e mal consigo sair da cama", diz.

Segundo Lima, as consequências dessas crises são sentidas em seu corpo. "Tem dias que eu não consigo me alimentar, beber água, e tudo que eu como coloco para fora. Eu peso 50 kg, mas teve momentos que cheguei a pesar 37kg", conta.

Para controlar a doença, Lima tem acompanhamento psicológico, além de usar medicamentos como estabilizadores de humor e antipsicóticos. "O que me ajuda de fato é a terapia, mas sei que nem todos têm acesso", pontua, ressaltando a importância de não se isolar e procurar uma boa rede de apoio.

O paciente com transtorno bipolar deve evitar o uso de álcool e outras substâncias, indicam os médicos psiquiatras Alex Koral/Adobe Stock

Identificar o transtorno pode demorar, segundo Fernando Fernandes, médico psiquiatra do Programa de Transtornos do Humor do IPq (Instituto de Psiquiatria) da USP (Universidade de São Paulo). O desconhecimento de profissionais da saúde, que não fazem uma pesquisa adequada sobre o histórico do paciente, ou a busca por ajuda especializada somente nos momentos depressivos dificulta o diagnóstico.

"Às vezes o médico até faz essa pesquisa, mas o paciente não reconhece essas situações como períodos patológicos, e muitas vezes essas situações passam despercebidas. Conversando com a família ou pessoas íntimas, essas pessoas acabam percebendo melhor esses momentos de aceleração psíquica, mas nem sempre estão presentes na consulta para relatar", relata.

Fernandes, que também é pesquisador do Programa de Transtornos Afetivos do IPq, destaca que a condição não tem cura, uma vez que se trata de doença crônica e recorrente. O paciente tem que aprender a conviver e a lidar com o transtorno pelo resto da vida, pois mesmo com tratamento os episódios tendem a retornar.

Por isso, o médico destaca a importância de um diagnóstico preciso, acompanhado de terapia adequada. "Se o diagnóstico é de transtorno bipolar, a base do tratamento são os estabilizadores de humor, muitas vezes mais de uma medicação precisa ser usada e a psicoterapia é muito importante para manter o paciente estável", aponta.

O psiquiatra afirma também que evitar o uso de substâncias como álcool e drogas, respeitar o ciclo de sono e vigília, manejar o estresse, ter momentos de lazer, praticar exercícios físicos e investir no aperfeiçoamento pessoal são alguns cuidados recomendados.

"A reação diante do diagnóstico pode variar entre os pacientes. Alguns ficam impactados, outros se sentem compreendidos. O que eu digo sempre é que o diagnóstico não muda a pessoa, mas possibilita o tratamento adequado e vai melhorar o prognóstico daqui para a frente", indica o psiquiatra.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1012147-08.2021.8.26.0066**. Classe: Assunto: Usucapião - Usucapião Extraordinária. Requerente: Iamene Cristiane da Silva e outro. Requerido: Sandra Regina Barbosa Carbone e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1012147-08.2021.8.26.0066. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Barretos, Estado de São Paulo, Dr(a). Douglas Borges da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos e eventuais interessados, que Carlos Roberto da Silva e Iamene Cristiane da Silva ajuizaram ação de Usucapião, visando a declaração de posse sobre o imóvel localizado na Avenida 37, nº 757, Bairro Baroni, nesta cidade de Barretos-SP, objeto da Matrícula nº 23.976 e parte da Transcrição nº 27.596 do Cartório de Registro de Imóveis de Barretos-SP. Alegando os requerentes estarem na posse do imóvel por si e por seus antecessores, de forma mansa e pacífica, há mais de 35 anos, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias úteis, a fluir do prazo supra, ofereçam resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Será o presente afixado e publicado. NADA MAIS. Barretos, 23/03/2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA(S) EXECUTADA(S). QUANTO AO ARRESTO SOBRE VALORES – SISBAJUD. Processo Digital nº: **1001212-77.2019.8.26.0453**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Raimundo Nonato de Oliveira. EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Pirajuí, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Carla Crescione dos Santos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital de CITAÇÃO E INTIMAÇÃO de Raimundo Nonato de Oliveira, CPF: 336.450.193-91, que, por este Juízo e respectivo Cartório, processa-se a Execução de Título Extrajudicial, Processo Digital nº: 1001212-77.2019.8.26.0453, que lhe(s) move o Banco Daycoval S/A, ação distribuída em 07/06/2019, a cuja causa foi dado o valor de R$ 16.189,43 – valor atualizado até 11/02/2020. Encontrando-se a(s) executada(a) em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua CITAÇÃO, por edital, para que, em 03 (três) dias, pague o valor devido, com as devidas correções, sendo que, transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-á em penhora, independentemente de termo; Fica ainda o executado INTIMADO do ARRESTO E BLOQUEIO realizado sobre as quantias de R$ 58,13 em sua conta no Banco Santander e R$ 2.407,15 em sua conta na Caixa Econômica Federal, pelo Sistema SISBAJUD, para, se o caso, oferecer(em) EMBARGOS, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 30 dias deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Pirajuí, aos 17 de março de 2023.

PROCESSO PGE-PRC-2022/02439
OFERTA DE COMPRA Nº 400102000012023OC00023
Pregão Eletrônico nº 011/2023

Objeto: Contratação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial para os edifícios da sede da Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria de Procedimentos Disciplinares e Procuradoria Judicial.

EXTRATO DE EDITAL

Acha-se aberta no Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares da Procuradoria Geral do Estado, situado à Rua Pamplona, nº 227, 11º andar, bairro Jardim Paulista, nesta Capital, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2023 - Processo PGE-PRC-2022/02439, que visa a contratação de empresa prestadora de serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial para os edifícios da sede da Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria de Procedimentos Disciplinares e Procuradoria Judicial, conforme especificações constantes do Termo de Referência - ANEXO I do edital, cuja data do início do prazo para envio da proposta eletrônica será em 03/04/2023 e a realização de abertura da sessão pública dar-se-á no dia 18/04/2023 às 10:00 horas. O Edital poderá ser obtido pela Internet no sítio www.e-negociospublicos.com.br, www.pge.sp.gov.br, www.bec.sp.gov.br.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 078/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS"
Processo Administrativo: 11.483/2022
Data e Hora do Pregão: 20/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA RESERVADA DE 25% PARA ME EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00130
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 31 de março de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 077/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS PARA RESTRIÇÕES ALIMENTARES"
Processo Administrativo: 2.486/2023
Data e Hora do Pregão: 19/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00142
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 31 de março de 2023.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL – SEGURANÇA ORGÂNICA – CAMPANHA SALARIAL E SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA 2023-2024.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE OSASCO, REGIÃO E VALE DO RIBEIRA – "SINDVIGILÂNCIA OSASCO", com sede a Avenida Marechal Rondon, nº 519, Centro, Osasco/SP, inscrito no CNPJ - nº 60.550.068/0001-76, com base territorial nos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra, Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga, Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Ilha Comprida, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, São Miguel do Arcanjo, Sete Barras e Tapiraí, por seu Presidente, **Jueste Nunes da Silva**, no uso de suas atribuições, pelo presente edital, **CONVOCA** todos os empregados (as) que exercem atividades de vigilância e segurança em Condomínios de prédios e edifícios comerciais, residenciais, industriais e mistos, Associações Civis, Empresas e Instituições de natureza privada ou pública, que empregue serviços de segurança e vigilância em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 10 da Lei nº 7.102/1983, modificada pela Lei nº 8.863/94, **(Segurança Orgânica)**, **SINDICALIZADOS OU NÃO**, da base territorial desta entidade, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada nos seguintes locais, datas e horários: **a) SANTANA DE PARNAÍBA:** Rua XV de Novembro, nº 271, Centro, Santana de Parnaíba/SP, no dia **14/04/2023 (sexta-feira)**, às 8h em primeira convocação e às 9h em segunda convocação, reunindo-se os trabalhadores da base territorial; **b) OSASCO:** Avenida Marechal Rondon, nº 519, Centro, Osasco/SP, no dia **14/04/2023 (sexta-feira)**, às 17h em primeira convocação ou às 18h em segunda convocação, reunindo-se os trabalhadores os trabalhadores da base territorial; **c) REGISTRO:** Avenida Presidente Getúlio Vargas, 420 – 2ºandar - Sala 35 – Registro/SP, dia **15/04/2023 (sábado)**, às 09h em primeira convocação e às 10h em segunda convocação, reunindo-se os trabalhadores da base territorial, tudo em conformidade com o artigo 612 e seguintes da CLT, para apreciar, debater e votar a seguinte ordem do dia: **01)** leitura e aprovação da ata anterior; **02)** Deflagração da Campanha Salarial 2023-2024 da categoria profissional da SEGURANÇA ORGÂNICA, com a ratificação/manutenção da data-base em 1º de maio; **03)** aprovação da pauta de reivindicações econômicas e sociais para a próxima data base, com manutenção das conquistas existentes; **04)** autorização ao Sindicato, na pessoa de seu presidente, para a instauração de mesa negocial coletiva com o representante sindical dos condomínios **SINDICOND**, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 10, §4º da Lei nº 7.102/83, modificada pela Lei nº 8.863/94, exclusivamente para tratar da Campanha Salarial da Segurança Orgânica; **05)** autorizar a mediação, arbitragem ou instauração de dissídio coletivo, na forma da lei, no caso de malograrem as negociações com o Sindicato Econômico e/ou partes legitimamente interessadas; **06)** deflagração de greve geral ou parcial no âmbito da categoria profissional, caso malogrem as negociações para a obtenção do atendimento das reivindicações dos trabalhadores; **07)** manutenção da Assembleia Geral Extraordinária em caráter permanente, enquanto perdurar a campanha salarial 2023-2024; **08)** eleição de uma comissão de trabalhadores da base sindical para o acompanhamento das negociações e demais procedimentos da campanha salarial; **09)** aprovação da forma de sustentação financeira da Entidade Sindical a partir de 1º de Maio de 2023, cuja contribuição ASSISTENCIAL/NEGOCIAL a ser descontada de todos os trabalhadores beneficiários da norma coletiva, **SINDICALIZADOS OU NÃO**, em percentual pré-estabelecido de 1% (um por cento) do salário base, conforme **TAC 71/2016**, firmado com Ministério Público do Trabalho, incluindo a periodicidade, a forma de incidência e de recolhimento/repasse das contribuições pelas empresas, bem como a forma de oposição individual dos trabalhadores, que pode ser feita a qualquer tempo, mediante protocolo no sindicato, tudo em conformidade com o Termo de Ajustamento de Conduta – **TAC nº 71/2016**, firmado com o Ministério Público do Trabalho/Procuradoria de Osasco; **10)** autorização ao Sindicato a recolher a contribuição/mensalidade sindical dos empregados da categoria, **SINDICALIZADOS OU NÃO**, prevista nos artigos 545, 578 e 579 da CLT; **11)** autorização ao Sindicato para notificar as empresas do ramo de segurança orgânica, bem como os condomínios da base territorial, sobre a obrigatoriedade do desconto em folha salarial e recolhimento da contribuição ao Sindicato no prazo aprovado pela Assembleia Geral, bem como autorizar as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias ao seu efetivo recebimento; **12)** autorização ao Sindicato para emitir títulos de débito contra a empresa inadimplente, inclusive autorizando a cobrança judicial da contribuição vencida e a incidência das sanções legais por retenção de verbas salariais descontadas dos trabalhadores e não repassadas ao Sindicato, caracterizando usurpação de recursos financeiros por apropriação indébita; **13)** autorização ao Sindicato para inserção da contribuição de sustentação financeira na norma coletiva da categoria; **14)** autorização ao Sindicato, por seu presidente, firmar e assinar instrumento jurídico de convenção coletiva de trabalho da categoria com a entidade sindical patronal ou acordo coletivo de trabalho com as empresas do ramo de atividade de segurança orgânica, bem como com os representantes sindicais dos condomínios (**SINDICOND**). NOTA: Somente poderão adentrar no recinto da Assembleia para acompanhamento dos trabalhos, os trabalhadores da categoria profissional e pessoas constituídas de autoridade pública identificadas por documento. Osasco/SP, 30 de março de 2023. JUESTE NUNES DA SILVA - Presidente.

Companhia Lithographica Ypiranga
Em Liquidação
CNPJ/MF 60.829.157/0001-56 - NIRE 35.300.040.058
Convocação - Assembleia Geral - Artigo 213

Convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral, na forma do artigo 213 da Lei nº 6.404/76, a realizar-se na sede social na Rua Tagipuru, 235, 1º andar, sala 14, São Paulo/SP, em 28/04/2023, às 12hs, para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no período e apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da liquidação. São Paulo, 30/03/2023. **Walney de Araújo Moura - Liquidante.**

ASMUSP - ELEIÇÃO 2023
DIVULGAÇÃO DE CHAPAS CONCORRENTES

A Comissão Eleitoral da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo - Asmusp vem informar, conforme disposições do Estatuto Social e do Edital, publicado em 11/03/2023, o que segue:
(a) em 29/03/2023 encerrou-se o prazo regulamentar para inscrição das chapas (10 dias úteis antes do pleito, que ocorrerá no dia 13/04/2023),
(b) foi deferido o requerimento da chapa encabeçada pelo associado FELICIANO ALMEIDA DINIZ,
(c) foi indeferido o requerimento da chapa encabeçada pelo associado RAPHAEL PINTO DOS SANTOS, pelos seguintes motivos: o pedido de inscrição foi apresentado no dia 30/03/2023, após o encerramento do prazo e a composição indicada para a chapa está incompleta e em desacordo com as determinações estatutárias.
São Paulo, 31 de março de 2023.
Asmusp - Associação dos Servidores Municipais de São Paulo

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 076/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM – FAMÍLIA I – AGULHAS SERINGAS E EMERGÊNCIA"
Processo Administrativo: 4.989/2023
Data e Hora do Pregão: 19/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA RESERVADA DE 25% PARA ME EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00127
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 30 de março de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 14 de Abril de 2023, a partir das 10h50min *.
2º LEILÃO: 18 de Abril de 2023, a partir das 13h50min *.
***(horário de Brasília)**

Santander

Alexandre Travassos, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, Faz Saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiver, que levará a Público Leilão de modo Presencial E/Ou On-Line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário Banco Santander (Brasil) S/A - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra e Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia contrato n° 0010044915, datado de 30/09/2019, firmado com o Fiduciante Emilio Cristiano, RG n° 24.989.716-7-SSP/SP, CPF/MF n° 173.258.728-01, residente e domiciliado em, Catanduva/SP, em Primeiro Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 339.479,82 (Trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos – atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: Casa, situada na Rua Alfredo Ortega n° 130, no Residencial Comendador Pedro Monteleone, Catanduva/SP, com área construída de 108,06m² e área total de 137,50m², melhor descrito na matrícula nº 57.346 do 1º Oficial de Registro de Imóveis e anexos de Catanduva. Cadastrado na Prefeitura sob n° 71.41.18.0175.01.001. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o Segundo Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 196.804,94 (Cento e noventa e seis mil, oitocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e no Superbid Exchange (www.superbid.net), e se habilitar com antecedência de 24 horas úteis do início do leilão. Em virtude da pandemia da Covid-19 o evento será realizado exclusivamente on line através da Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) e do Superbid Exchange (www.superbid.net) Forma de pagamento e demais condições de venda, Veja A Integra Deste Edital Na Loja Sold Leilões (sold.superbid.net) E No Superbid Exchange (www.superbid.net). Informações:11-4950-9602 / imoveis.sac@superbid.net (19144 – Dossiê). K-30,31/03e01/04

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 080/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO - GRUPO A"
Processo Administrativo: 2.793/2023
Data e Hora do Pregão: 19/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00133 (GRUPO 85)
855800801002023OC00134 (GRUPO 65)
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 31 de março de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 079/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EPIS"
Processo Administrativo: 26.452/2022
Data e Hora do Pregão: 24/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: AMPLA CONCORRÊNCIA E COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00131 (GRUPO 37 – AMPLA CONCORRÊNCIA)
855800801002023OC00132 (GRUPO 84 – COTA RESERVADA PARA ME E EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA)
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Serviços Urbanos e Secretaria de Esporte e Lazer, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 31 de março de 2023.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

FRANCO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ONLINE

inter

1º LEILÃO: 13/04/2023 - 10:20h - 2º LEILÃO: 14/04/2023 - 10:20h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Casa nº 02, localizada no pavimento térreo do Conjunto Residencial denominado Condomínio Residencial Mariquinha Viana, com acesso pelo pavimento térreo, situado à Rua Mariquinha Viana, nº 301 e 305, no 8º subdistrito – Santana, contendo área privativa principal total de 38,790m², área de uso comum de 0,238m², área real total de 39,028m², área de terreno de uso exclusivo de 2,870m², área de terreno de uso comum de 34,261m² (incluindo a participação na área descoberta frontal do condomínio), área de terreno total de 37,131m². Imóvel objeto da Matrícula nº 155.417 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 13/04/2023, às 10:20 horas, e 2º Leilão dia 14/04/2023, às 10:20 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: HELDER LOPES FERREIRA, brasileiro, solteiro, contador, nascido em 04/06/1984, CPF: 314.803.888-66, RG: 32.464.798-0 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Domingos José Sapienza, nº 101, apto 128 B, bairro Vila Amélia, São Paulo/SP, CEP: 02.618-010. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES: 1º Leilão: R$ 303.016,34 (trezentos e três mil, dezesseis reais e trinta e quatro centavos) 2º leilão: R$ 208.884,96 (duzentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante**. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo email: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **16/03/2023.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: (31) 3360-4030

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 048/2023
Proc. Adm. nº. 230203011110900/2023

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de **UNIFORMES PARA O EFETIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL (dos seus segmentos: OPERACIONAL, ROMU, GTM, AMBIENTAL e CANIL)**, em atendimento a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 03/04/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site deste município no link https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 17/04/2023, às 09h00min.**
Santana de Parnaíba, 31 de março de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
Pregão Eletrônico nº 047/2023

Processo Administrativo nº 16.729/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, REMANEJAMENTO, REMOÇÃO E LIMPEZA DOS MOBILIÁRIOS URBANOS, ABRIGOS METÁLICOS DE CONCRETO, LIXEIRAS E MARCOS REPRESENTATIVOS EM DIVERSOS PONTOS DE PARADA E ESTAÇÕES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE ÔNIBUS DO MUNICÍPIO"
Sessão pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de licitação: Ampla não diferenciada
Critério de Julgamento: Menor valor por lote
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00143
Comunicado de Alterações no Edital e Nova Data para a Sessão Pública
Pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura efetuou alterações no Edital do Pregão supramencionado, portanto, houve também a necessidade cancelar a Oferta de Compra nº 855800801002023OC00085, com a consequente liberação da Oferta de Compra nº 855800801002023OC00143, devido à atualização dos valores e composição dos lotes.
Face ao exposto, informamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, inicialmente designada para o dia 23/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), foi transferida para o dia 25/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF).
Informamos ainda que o Edital ALTERADO poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download de todos os interessados de forma gratuita nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Este comunicado encontra-se disponível no site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 31 de março de 2023.
LEANDRO AVELINO RODRIGUES CRUZ - Secretário Municipal de Transportes

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 15/03/2023, às 14h30, no formato híbrido, presencial em sua sede, na Rua Olimpíadas, nº 205, Conj. 143, Vila Olímpia, São Paulo-SP e por videoconferência pela plataforma Teams. **2. Convocação e Presença:** Regularmente convocados, compareceram na reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Sr. João Garcia Villar, Presidente e André Galhardo de Camargo, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Formalização de contrato de Prestação de Fiança entre a empresa Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") e For You Sociedade de Crédito Direto S.A.; e (ii) Proposta de equadramento das ações da Companhia e eventual alteração e consolidação do Estatuto Social ("Proposta"). **5. Deliberações: 5.1.** Com relação ao item (i) da ordem do dia, após a apresentação do tema, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, aprovar a participação na Companhia na qualidade de garantidora no Contrato de Prestação de Fiança a ser firmado entre sua controlada Transbrasiliana e a empresa For You Sociedade de Crédito Direto S.A. no valor de R$ 84.694.220,79 em atendimento ao previsto no Contrato de Concessão. **5.2.** Com relação ao item (ii) da ordem do dia, o tema foi apresentado aos membros do Conselho de Administração, que após análise e discussão, decidiram, por unanimidade, aprovar o encaminhamento da Proposta de grupamento de ações na proporção de 4 ações para cada 1 ação, permanecendo o capital social da Companhia inalterado, anteriormente dividido em 176.000.000 ações ordinárias, que após o grupamento passará a ser dividido em 44.000.000 de ações ordinárias, resultando na consequente alteração do Estatuto Social, para apreciação e deliberação da Assembleia Geral da Companhia. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, foi lavrada a presente ata que, sendo por todos os presentes aprovada e assinada. (**Mesa:** João Villar Garcia – Presidente; André Galhardo de Camargo – Secretário. Conselheiros Presentes: João Villar Garcia, Amin Alves Murad, Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz, Gustavo de Pinho Gato, João Adalberto Elek Júnior, Leonardo Almeida Aguiar, Luiz Fernando Wolff de Carvalho e Ricardo Stabile Piovezan). São Paulo, 15/03/2023. André Galhardo de Camargo – *Secretário – OAB/SP 298.190*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 124.339/23-2 em 29/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Acha-se aberta a **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/DAEE/2023/DLC**, Processo DAEE-PRC-2022/01608, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE NA DOCUMENTAÇÃO, NOS REGISTROS E RELATÓRIOS DO PROGRAMA "SISTEMA DE MACRODRENAGEM DO RIO BAQUIRIVÚ GUAÇU E BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES – BG-PCJ.
Prazo de execução: O prazo de execução das obras será de 36 (trinta e seis) meses a partir da data da ordem de serviço.
Valor estimado: O valor total da referida obra foi estimado em R$ 254.199,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e nove reais), para o exercício de 2023 a 2025.
Encerramento: Os envelopes de nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação), deverão ser entregues no Protocolo Geral do DAEE, sito na rua Boa Vista, 175, Sobreloja, Bloco B, Edifício Cidade II, Centro, Capital, até as 17:00 horas do dia 27 de abril 2023. A abertura da sessão pública será realizada no dia 28 de abril de 2023 às 10:00 horas, à Rua Boa Vista, nº 175, 1º andar, Bloco B, Centro, São Paulo, Capital.
Consulta do Edital e Esclarecimentos: O Edital poderá ser retirado pelos interessados pessoalmente na rua Boa Vista, nº 170, 7º andar, Bloco 5, Centro, São Paulo, Capital, que deverão trazer um DVD em substituição ao DVD fornecido contendo o edital em sua versão completa.
O Edital em sua versão completa estará disponível, também, no site do DAEE em www.daee.sp.gov.br
O Edital completo encontrar-se-á, ainda, afixado no Quadro de Avisos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, na Rua Boa Vista nº 175 – 1º andar, Centro, São Paulo, Capital.

DAEE

FRANCO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ONLINE

inter

1º LEILÃO: 19/04/2023 - 10:30h - 2º LEILÃO: 20/04/2023 - 10:30h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Apartamento duplex, nº 1305, localizado no 13º e 14º andares do Edifício Duplex Oggi, situado na Rua Ministro Ferreira Alves, nº 330, no 19º subdistrito – Perdizes, com área privativa de 49,651m², área comum de 43,654m², perfazendo a área total de 93,305m², cabendo-lhe o direito ao uso de uma vaga indeterminada no 1º ou 2º subsolo, para estacionamento de automóvel, de pequeno ou médio porte, com auxílio de manobrista. Imóvel objeto da Matrícula nº 109.006 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 19/04/2023, às 10:30 horas, e 2º Leilão dia 20/04/2023, às 10:30 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: AILTON FERREIRA DA COSTA, brasileiro, solteiro, produtor rural e dj, nascido em 16/10/1990, CPF: 004.321.232-88, RG: 67.085.391-4 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Ministro Ferreira Alves, nº 330, apto 1512, bairro Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05009-060. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES: 1º Leilão: R$ 690.469,92 (seiscentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) 2º leilão: R$ 584.343,06 (quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e seis centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante**. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo email: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **27/03/2023.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: (31) 3360-4030

ESPORTE AO VIVO | **16h30** Caxias x Grêmio Gaúcho, SPORTV/PREMIERE/RBS TV | **16h30** América x Atlético Mineiro, SPORTV3/PREMIERE/GLOBO | **20h30** Flamengo x Fluminense Carioca, BAND/BANDSPORTS/DALE APP

SP quer que confederação de atletismo devolva dinheiro

Processo no TCE questiona gasto de R$ 770 mil; gestores trocam acusações

Alex Sabino

SÃO PAULO A Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo afirma ter iniciado "notificações necessárias" para a que a CBAt (Confederação Brasileira de Atletismo) devolva R$ 770.600 por mau uso de dinheiro em prova organizada pela entidade em 2014.

O caso está em análise no TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) e tem como pano de fundo briga entre o ex-presidente e a atual administração. Os gestores questionam se o valor deve ser ressarcido e quem seria o responsável por isso.

O processo 14594/989/18 é sobre a prestação de contas da CBAt e o uso de recursos para o Campeonato Brasileiro Caixa de Atletismo sub-23 de 2014. A prestação de contas refere-se a R$ 960.818, mas o TCE questiona o uso de R$ 770.600. A primeira decisão condenou o ex-presidente José Antonio Martins Fernandes, o Toninho Fernandes, a devolver a quantia. Ele comandou a entidade entre 2013 e 2018. Após recurso dos advogados do dirigente, a sessão realizada pelo TCE em 7 de fevereiro deste ano anulou a sentença e determinou que o processo retorne à fase inicial. A CBAt, atualmente comandada por Wlamir Motta Campos, apresentou embargos de declaração e pleiteia que a condenação original seja restabelecida.

Questionada pela **Folha**, a Secretaria de Esporte, que realizou convênio com a confederação para o evento, enviou nota dizendo ter sido notificada em março deste ano sobre o processo. "Tão logo tomou conhecimento do conteúdo avaliado pelo TCE, a pasta iniciou as notificações necessárias à confederação e seu presidente à época para a devolução dos valores."

"As prestações de contas foram aprovadas em assembleia por todos os membros da diretoria, atletas que faziam parte da gestão, [24] federações [estaduais] e a Secretaria de Esporte. Foram aprovadas por unanimidade. O relator do processo encaminhou tudo de volta para primeira instância para apresentar a documentação originária do convênio. A CBAt omitiu o documento quando foi questionada pelo TCE", afirma Fernandes.

A Secretaria de Esportes afirma que as contas foram aprovadas com base em relatório do gestor do convênio, que "identificou a realização do evento de acordo com o plano apresentado.".

> A CBAt segue defendendo os interesses do atletismo brasileiro e acreditando na Justiça e no bom senso dos conselheiros do TCE-SP. Não é possível que uma modalidade seja prejudicada por atos praticados por ex-gestores
>
> **Wlamir Motta Campos**
> presidente da CBAt

A averiguação no TCE é por não terem sido mostrados documentos para comprovar as despesas feitas e como o dinheiro foi aplicado. A CBAt alega que o ex-presidente causou um "débito por ato doloso e insanável".

"A CBAt segue defendendo os interesses do atletismo brasileiro e acreditando na Justiça e no bom senso dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Não é possível que uma modalidade seja prejudicada por atos praticados por ex-gestores", disse Wlamir Motta Campos, por meio da assessoria da entidade.

A defesa de Fernandes alega que, além de as contas terem sido aprovadas por unanimidade em assembleia da Confederação, há prescrição do caso e que o TCE não teria como julgar se o ex-presidente agiu ou não com excesso de poder. O conselheiro Robson Marinho acatou os argumentos e anulou a sentença inicial.

A defesa também afirma que pode-se admitir a condenação do cartola, mas em caráter solidário com a CBAt e desde que sejam respeitados todos os trâmites legais o que, segundo os advogados, não aconteceu.

Martins Fernandes declara que a administração atual da CBAt realizou um inquérito administrativo composto apenas por oposicionistas à sua gestão. "Foi em caráter político e nem me deu oportunidade de me defender. A [minha] defesa no TCE não foi apresentada pela diretoria, diz.

"Ele teve amplo direito de defesa, mas não respondeu a nenhuma convocação para se defender. Se omitiu. Toda a documentação foi encaminhada aos órgãos responsáveis pela investigação, como a Polícia Civil e o Ministério Público", diz a CBAt, pela sua assessoria de imprensa.

"Salvo melhor juízo, quando foi realizada a tal assembleia [que aprovou a prestação da administração de 2014], as contas do convênio não haviam sido rejeitadas e, portanto, a matéria não foi objeto de apreciação. A tentativa de transferir a responsabilidade para a assembleia visando se desonerar fala muito sobre a conduta do ex-dirigente", afirma Marcelo Franklin, advogado e assessor jurídico da confederação.

TAÇA DO PAULISTÃO É APRESENTADA EM ENTREVISTA COLETIVA; O PRIMEIRO JOGO DA FINAL ENTRE PALMEIRAS E ÁGUA SANTA SERÁ NESTE DOMINGO (2)
Da esq. para a dir.: Gustavo Gomes, Abel Ferreira (técnico do Palmeiras), os árbitros Raphael Claus e Edina Alves, Thiago Carpini (técnico do Água Santa) e Bruno Mazenga Rodrigo Corsi/Ag.Paulistão

Futebol europeu se abre para elas

Jogar no estádio principal de seus clubes não é mais um sonho distante

Marina Izidro

É jornalista e vive em Londres. Cobriu seis Olimpíadas, Copa e Champions. Mestre e professora de jornalismo esportivo na St Mary's University College

Liga dos Campeões em Londres, jogo de volta das quartas de final. Arsenal contra Bayern de Munique no Emirates. Com dois gols em sete minutos, o time da casa garantiu a classificação e enfrenta o Wolfsburg na semifinal. Em uma noite chuvosa, na última quarta-feira (29), o técnico Mikel Arteta estava entre os mais de 21 mil presentes, mas na arquibancada, torcendo. A partida era da Champions feminina.

Depois do jogo, o treinador do Arsenal feminino, o sueco Jonas Eidevall, disse que o clima no clube é tão positivo e há tanto apoio que ele acredita que mandar todos os jogos no Emirates no futuro pode virar realidade. Hoje, o estádio de 60 mil lugares é a casa do masculino, líder da Premier League. A equipe feminina normalmente joga em um estádio de 4.500 lugares que pertence a um clube da 5ª divisão.

Na noite de quinta-feira (30), em Stamford Bridge, Chelsea contra as supercampeãs do Lyon teve todos os elementos de um jogo dramático e emocionante. O gol do time da casa nos últimos segundos da prorrogação deixou o placar agregado empatado e levou para os pênaltis a decisão da vaga na outra semifinal. O Chelsea venceu e eliminou a equipe francesa, que tem oito títulos de Champions e dominou o futebol europeu feminino na última década. Agora as inglesas disputam um lugar na final contra o Barcelona.

Os confrontos foram uma amostra do alto nível da Liga dos Campeões feminina, com todos os jogos das quartas de final nos estádios principais de seus clubes: Allianz Arena, Camp Nou, Parc des Princes...

A possibilidade de uma final com times ingleses não é à toa: são anos de investimento no futebol feminino, que foi repaginado e ao longo dos anos ganhou patrocínio e exposição na TV. A Women's Super League (WSL) —primeira divisão— existe neste formato desde 2011. Tem 12 equipes totalmente profissionais e nesta temporada a disputa do título entre Manchester United e Manchester City está tão acirrada que ele pode ser decidido no critério de desempate de diferença de gols.

No ano passado, Arsenal e Tottenham pela WSL teve impressionantes 47.367 torcedores no Emirates. Há cada vez mais público assistindo ao futebol feminino e isso estimula o debate. Na semana passada, o United feminino venceu o West Ham em Old Trafford diante de quase 28 mil pessoas. Lucy Parker, jogadora do West Ham e da seleção inglesa, questionou por que o clube dela não deixa a equipe feminina jogar no mesmo estádio dos homens.

É até surreal pensar que durante 50 anos, até 1971, o futebol feminino foi banido em estádios na Inglaterra pela federação de futebol do país, por ser considerado "inadequado para mulheres."

Na semana que vem, a seleção brasileira feminina joga em Wembley contra a Inglaterra na Finalíssima, confronto entre as campeãs da Copa América e da Eurocopa. Em julho, disputa a Copa do Mundo na Austrália e Nova Zelândia.

A realidade do rico futebol inglês pode parecer distante para a maioria dos países, inclusive o Brasil, mas isso não significa que resta aos dirigentes brasileiros apenas admirar de longe.

Quais boas práticas podem servir de exemplo? O que pode ser adaptado do que se faz na Europa em termos de infraestrutura em relação ao que já existe para o time masculino? Se as portas se abrirem para o futebol feminino, torcedores e patrocinadores vão entrar.

O momento é positivo e oportuno. É preciso aproveitá-lo.

| **DOM.** Tostão e Juca Kfouri | SEG. Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho | SÁB. Marina Izidro

Fernando Diniz pode chegar ao 1º grande título

Cotado para a seleção brasileira, técnico do Fluminense já disse ter dupla personalidade e agora decide o Carioca

SÃO PAULO Foi de soslaio, mas chamou a atenção porque Fernando Diniz, 49, quase nunca sorri em público. A pergunta sobre "o que faltou" para o Fluminense divertiu até o treinador, às vezes elogiado, outras criticado pela excessiva seriedade.

O Fluminense havia acabado de vencer o Volta Redonda, pela semifinal do Campeonato Carioca, por 7 a 0.

A mesma pergunta "o que faltou" costumava tirar o técnico do sério. Único nome nacional cotado para dirigir a seleção brasileira, ele pode chegar neste ano ao seu primeiro título de expressão na carreira. Está na final do estadual. Neste sábado (1º), às 20h30, sua equipe começa a decidir o torneio contra o Flamengo, no Maracanã.

Este ano, ele já venceu a Taça Guanabara, o equivalente ao primeiro turno do estadual.

Em 14 anos como treinador, ele ganhou também a Copa Paulista e a Série A3 de 2009 (pelo Votoraty) e a mesma Copa Paulista de 2010 (Paulista de Jundiaí). Desde 2018 tem feito trabalhos em clubes da elite do país, como Athletico, São Paulo, Santos e Vasco, além do Fluminense.

Se o italiano Carlo Ancelotti, preferido pelo presidente da CBF (Confederação Brasileira de Fuebol), Ednaldo Rodrigues, não emplacar, Diniz pode ter chance.

Ele repetiria, caso aconteça, a trajetória de Sebastião Lazaroni, contratado para comandar a seleção por ter vencido o Carioca de 1988, pelo Vasco.

Lazaroni chamou a atenção pelas expressões incompreensíveis. Como "galgar parâmetros", por exemplo. Ao atender o telefonema de um jornalista, disse não poder conversar naquele momento porque estava em uma "situação de barzinho". Era o "lazaronês".

Tite, recém-saído da CBF após derrota nas quartas de final na Copa do Qatar, também tinha seu vocabulário próprio, como o "oportunizar": o "titês".

Fernando Diniz possui o "dinizismo". Mas não são palavras e sim, atos. É a sua maneira de ver o futebol e o seu trabalho, o que ele reconhece transformar em personagem singular.

"Eu aceito a minha singularidade e não teria como fazer diferente. Faço exatamente aquilo que sinto, mas para mim é uma coisa comum. Procurar melhorar, enxergar o time. Pode ser uma coisa diferente aos olhos dos outros, mas procuro fazer simplesmente aquilo que acredito", disse para a FluTV.

O dinizismo ficou mais conhecido pela resistência em sair da defesa com lançamentos longos. A ordem é troca de passes curtos, sem importar a circunstância da partida. Mas não é apenas isso. É a pressão constante, tentar se impor, a velocidade nos passes e movimentação. A crença no futebol ofensivo. São características que o fizeram ser louvado e criticado na mesma intensidade.

Elogiado pela filosofia, já foi ironizado pela falta de resultados. No Brasileiro de 2020, o São Paulo tinha sete pontos

Fernando Diniz em jogo entre Fluminense e Flamengo Mailson Santana - 8.mar.23/Fluminense FC

na liderança durante o segundo turno e a desperdiçou. Em clubes como Vasco, Santos e na sua primeira passagem pelo Fluminense, em 2019, acabou alvo de reclamações pela intransigência.

A questão da personalidade já lhe trouxe problemas. Um integrante da diretoria santista disse à **Folha** que a demissão de Diniz em 2021 não aconteceu apenas porque o time patinava em campo. Foi uma situação de escolha: a jovem revelação Ângelo ou o técnico. Não havia como os dois continuarem juntos e nem dispensar um atacante que poderia render milhões no futuro.

No São Paulo, seu conflito em campo, flagrado pelas câmeras de TV, com o volante Tchê Tchê, contribuiu para a derrota do time no Brasileiro. Em expressões que foram lembradas por meses, ele chamou o jogador de "perninha" e "mascaradinho", gírias para designar preguiça e arrogância.

"Não fez mal só para mim. Eu sei quem sou. Mas você ver a proporção que a coisa tomou, seu pai te ligar chorando, é totalmente na contramão do que fui criado. Não sou perna, não sou mala, não sou arrogante. Ele foi mal naquilo. Depois a gente conversou e não me senti à vontade. As coisas não ficaram legais", disse Tchê Tchê ao podcast Podpah.

> "Aceito a minha singularidade [...] Pode ser uma coisa diferente aos olhos dos outros, mas procuro fazer simplesmente aquilo que acredito
>
> **Fernando Diniz**
> técnico do Fluminense

Com a mesma fé, Diniz é capaz de se agarrar a jogadores quando acredita no potencial que têm. No seu período no Morumbi, via em Nestor um potencial enorme e fez de tudo para deixá-lo pronto para o time principal. Chamou Ganso, seu meia no Fluminense, de "gênio" e afirmou que ele já deveria ter disputado três Copas do Mundo.

O próprio técnico já brincou, nas poucas entrevistas que costuma dar, sobre ter uma dupla personalidade. O Fernando Diniz à beira do campo é diferente do dia a dia. Quando se destacou como técnico, na campanha do Audax, vice paulista de 2016, proibiu a entrada de jornalistas nos treinos. Não por desejar esconder escalação ou opções táticas. Mas para a imprensa não ouvir os palavrões que gritava para os atletas.

O caso do amor com o Fluminense, se acabar em título estadual, poderá reforçar a certeza do presidente do clube, Mario Bittencourt, de que não deve liberá-lo em caso de interesse da CBF.

Diniz passou a carreira ouvindo elogios ao futebol de seus times e críticas quanto aos resultados. A final do Carioca deste ano pode mudar isso. **AS**

Café da Manhã entrevista Paulo Vieira em estreia de episódio com vídeo

SÃO PAULO O Café da Manhã, podcast Original Spotify produzido pela **Folha**, publicou nesta sexta (31) seu primeiro episódio com vídeo. A estreia teve uma entrevista com o humorista, ator e apresentador Paulo Vieira, e o vídeo pode ser assistido pelo aplicativo do Spotify.

Na conversa, ele fala sobre o tipo de humor que faz e a liberdade que tem na TV Globo.

Paulo Vieira diz priorizar o que acha importante ser dito, mas não nega pensar nos riscos de ser "cancelado" por parte da opinião pública. "Eu me preocupo com o cancelamento, só não me deixo acovardar por ele. Me preocupo muito porque eu acho que o cancelamento para um homem preto é muito cruel. Eu sei que é um cancelamento sem volta", afirma.

"Eu tenho medo de perder o que eu tenho, de deixar de ser suporte para a minha família. E eu sei que com uma movimentação na internet isso pode acontecer. Mas o medo não pode ditar os caminhos do meu trabalho." O humorista também comentou o seu envolvimento na campanha que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022 e diz que a política teve um peso enorme para ele no ano passado.

Ele conta que teve contratos cancelados e que deixou de fazer campanhas por causa do posicionamento político. "Uma coisa é quando a pessoa tem toda a condição do mundo e abre mão de um dinheiro ou outro. Eu estou zero garantido, estou fazendo a minha vida." Segundo ele, essa aproximação com o presidente Lula durante a campanha não impede um posicionamento crítico depois da eleição. "Fica até mais fácil fazer determinadas cobranças porque você consegue se fazer ouvir, você é percebido naquele ambiente. O meu caminho é: jamais vou fazer coisas pagas para o governo federal. Eu não quero um centavo deste governo."

O Café da Manhã, que traz o fundamental sobre os temas mais importantes do Brasil e do mundo desde 2019, começará a publicar os episódios com vídeo uma vez por mês. Eles serão publicados no Spotify, dentro do mesmo feed, e no site da **Folha**.

O Spotify, que oferece vídeo desde julho de 2022, permite que os espectadores assistam gratuitamente o conteúdo em primeiro plano, com o vídeo em tela cheia, ou ao fundo, para escutar apenas o áudio.

As entrevistas produzidas pela equipe do Café são captadas e editadas pela TV Folha. O episódio desta sexta-feira é apresentado por Magê Flores e Gustavo Simon, tem produção de Daniel Castro, Carolina Moraes, Laila Mouallem e Raphael Concli. A fotografia é de Mariana Goulart, Ludmila Daher, Kyara Silva e Dirceu Neto. E a edição de vídeo é de Mariana Goulart.

O Café se tornou referência ao tratar de forma direta e descomplicada os temas mais quentes do noticiário —levando aos ouvintes análises, opiniões e grandes histórias por meio de entrevistas com repórteres e especialistas.

O ator e humorista Paulo Vieira (esq.) e os apresentadores Magê Flores e Gustavo Simon (dir.) em entrevista ao podcast Café da Manhã Mariana Goulart/Folhapress

ESCULTURA 'SILENT MUSIC IV' DO ARTISTA ESPANHOL JAUME PLENSA É EXIBIDA EM BARCELONA

A obra de arte de três metros de altura foi instalada no telhado do edifício Casa Mila, do arquiteto espanhol Antoni Gaudí Josep Lago/AFP

ACERVO FOLHA

Há 50 anos
1º.abr.1973

Na Argentina, Cámpora vence para presidente

A junta de comandantes militares que governa a Argentina, chefiada pelo general Alejandro Lanusse, confirmou a vitória do peronista Héctor Cámpora na eleição popular para presidente do país.

O anúncio foi feito depois de o candidato Ricardo Balbín, da União Cívica Radical, ter afirmado que se recusava a participar do segundo turno da eleição e que aceitava a vitória do adversário.

Lanusse assegurou que Cámpora assumirá o governo argentino em 25 de maio deste ano e que, se houver obstáculos, o Exército poderá fazer uso de todo o seu poderio para que o presidente eleito tome posse.

FOLHA DE S. PAULO

"Hora é de entendimento entre países"

Ilha Solteira fecha comportas

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

VOCÊ VIU?

Momento em que os raios vindos das nuvens estão quase tocando os que sobem dos para-raios Marcelo Saba/Inpe/NYT

Imagem rara mostra para-raios em ação em São José dos Campos (SP). A invenção do século 18 é de Benjamin Franklin. E desde então o dispositivo protege edifícios e pessoas das forças dos raios. Embora os sistemas modernos tenham equipamentos extras que os tornam mais eficientes, o para-raios em si é bastante simples: uma haste de cobre ou alumínio colocada acima do ponto mais alto de um edifício, com fios conectados ao solo. Quando um raio atinge um prédio, ele preferencialmente passa pela haste —o percurso de menor resistência— e depois segue pelos fios até o solo, protegendo o prédio das correntes extremamente altas. Mas a haste não espera que o raio caia. Menos de 1 milissegundo antes de a descarga tocá-la, a haste, provocada pela presença da descarga negativa do raio, envia uma descarga positiva para cima, para conectar-se a ela. Pesquisadores brasileiros tiveram a sorte de fotografar esse evento com câmeras de vídeo de alta velocidade. Os estudiosos captaram a ação elétrica em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Com sua localização, a cerca de 150 metros dos raios, e a câmera que registra 40 mil imagens por segundo, eles conseguiram tirar fotos nítidas. O estudo e as fotos foram publicados na Geophysical Research Letters. **Nicholas Bakalar**

COZINHA BRUTA

Marcos Nogueira
folha.com/cozinhabruta

Espaguete à carbonara, uma invenção americana

Alberto Grandi é um italiano um pouco diferente.

Os italianos, como se sabe, têm uma visão um tanto rígida da aplicação das próprias tradições gastronômicas. E manifestam tal visão de forma singularmente dramática. Se alguém quebra o espaguete ao meio antes de colocá-lo para cozinhar, um italiano é capaz de ameaçar cortar os pulsos.

Italianos agem como se a cozinha italiana fosse um compêndio de dogmas ancestrais e imutáveis, sendo qualquer transgressão um crime hediondo.

Daí o barulho causado pela entrevista que Alberto Grandi, um italiano, concedeu à repórter italiana Marianna Giusti, no jornal inglês Financial Times.

Grandi fez fama justamente por contestar a tradição gastronômica de seu país. Docente de história da alimentação na Universidade de Parma, ele sustenta que os pilares intocáveis da culinária italiana são, em muitos casos, invenções marqueteiras, oportunistas e relativamente recentes.

Dentre as teses abraçadas pelo "professore", uma provoca particular tensão com a comunidade foodie: a massa à carbonara teria sido criada no pós-guerra, com mantimentos das tropas americanas que ocupavam Roma.

Essa versão não é exatamente nova. Quando os militares gringos tomaram a Itália ao fim da Segunda Guerra, levaram com eles o rancho do café da manhã.

Sim, bacon e ovos. Não ovos frescos, mas ovos liofilizados, em pó. E isso, misturado ao espaguete, teria se transformado na carbonara.

A presumível origem americana para a carbonara é uma estocada lancinante no purismo gastronômico da Itália. Porque, dizem hoje em dia, a carbonara só é autêntica se for feita com o guanciale —carne salgada e curada da papada do porco, produto típico do Lácio e da Úmbria.

Como seguir vivendo com a descoberta de que a receita original levava bacon? Como andar de cabeça erguida ao saber que receitas italianas dos anos 1950 pediam presunto ou até cogumelos?

Segundo Grandi, o guanciale só entrou em cena na carbonara por volta de 1990 —assim como a receita dogmática preparada apenas com ele, ovos, queijo pecorino e pimenta-do-reino.

[...]

A massa à carbonara teria sido criada no pós-guerra, com mantimentos das tropas americanas que ocupavam Roma

A entrevista do acadêmico, mamma mia, repercutiu com força na Itália. Grandi, por mexer com o que não deve ser mexido, demonstra paranoia. "Eles me odeiam aqui", declarou à repórter do FT no restaurante em que ambos jantavam.

Talvez não seja só paranoia. A própria Marianna Giusti, autora da entrevista, sente-se usurpada da identidade que acalentou por toda a existência. Dá para sentir o baque no título do texto em inglês: "Tudo o que eu, uma italiana, pensava que sabia sobre cozinha italiana estava errado".

É certo e líquido que o macarrão à carbonara nasceu do bacon americano? De jeito nenhum. Rastrear a origem exata de uma receita esbarra no fato de que a vida cotidiana não é registrada em livros.

Na verdade, pouco importa se a carbonara é americana ou vem do tempo dos etruscos. Mas tente dizer algo assim para um italiano que não seja o professor Alberto Grandi.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SÁBADO, 1º DE ABRIL DE 2023
C1

ilustrada

Morte à morte

Romance best-seller 'Amanhã, Amanhã, e Ainda Outro Amanhã' reflete sobre como os games afetam a relação com a finitude

'O Fantasma de Kohada Koheiji', gravura de Katsushika Hokusai, datada de 1833 Reprodução

Walter Porto

SÃO PAULO "Eu revivo aquele dia sem parar", desabafa um designer de games a sua chefe sobre um episódio traumático. "Queria poder ter salvado ele. Se não tivesse descido as escadas. Se eu não tivesse deixado ele ir para o lobby."

"Isso é o jogador em você tentando descobrir como você poderia ter vencido essa fase", interrompe a mulher. "Mas não havia nada que você pudesse ter feito. Não era possível vencer o jogo."

A cena é o rescaldo de um momento fatal na história de "Amanhã, Amanhã, e Ainda Outro Amanhã", romance que vem colhendo repercussão sem precedentes ao abordar o universo dos videogames com requinte literário.

Uma chave para o sucesso da trama da americana Gabrielle Zevin, escritora de 45 anos que cresceu jogando desde a adolescência, é abordar este mundo de forma desarmada de preconceitos, procurando entender o que leva tanta gente a se enfurnar em realidades virtuais —só nos Estados Unidos, ela estima, são cerca de 50 milhões de gamers.

"Para mim, a questão era: como jogar videogames durante toda a vida afeta sua relação com o mundo, com a mortalidade, com as outras pessoas?", afirma uma autora, que viu sua obra virar best-seller trazendo a ascensão de dois amigos com uma habilidade excepcional para criar esse tipo de tecnologia —ou, melhor dizendo, de arte.

Eles são Sam, um garoto asiático-americano marcado por uma atrocidade que o deixou órfão e irreversivelmente ferido, e Sadie, sua melhor e mais brilhante amiga, que se vê obscurecida numa indústria machista que, por muito tempo, não soube como tratar as mulheres.

"Os dois personagens são atraídos pela ideia de escapar da morte", afirma Zevin nesta entrevista por Zoom. "Negar a inevitabilidade da morte é parte da vida. E isso é parte dos videogames também."

Os leitores são apresentados a Sam no hospital, quando o garoto diz que a única coisa que o impedia de desejar o suicídio era que conseguia deixar seu corpo e estar em outro por um breve período, com problemas que não eram os dele. "Eu podia salvar a princesa mesmo quando mal conseguia sair da cama."

Negar a inevitabilidade da morte é parte da vida. E dos videogames também. Para mim, a questão era: como jogar videogames durante toda a sua vida afeta a relação com o mundo, com a mortalidade, com as pessoas?

Gabrielle Zevin
escritora

O repórter comenta que o livro reforça uma impressão disseminada de que profissionais da área são misantropos, pessoas quebradas buscando se refugiar em mundos virtuais. "Ah, mas isso são artistas em geral", retruca Zevin, rindo.

Isso vem de uma escritora formada em literatura na Universidade Harvard, hábil em misturar temáticas pop com arte sofisticada em uma trama envolvente que se ancora em referências que vão de Homero a Emily Dickinson. O título, aliás, vem de Shakespeare.

"Amanhã, amanhã e ainda outro amanhã arrastam-se nessa passada trivial do dia para a noite, da noite para o dia até a última sílaba do registro dos tempos", recita o discurso famoso de "Macbeth", que termina dizendo que a vida "é uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria, significando nada".

Um personagem comenta, em seguida, que essa descrição serve para definir a "possibilidade de renascimento infinito" nos games. "Nenhuma perda é permanente, porque nada é permanente, nunca."

Essas reflexões de verniz filosófico, tiradas das páginas mais nobres da literatura, são citadas no mesmo fôlego de títulos como "Metal Gear Solid", "Super Mario Bros" e "Sim City".

São evidências de um movimento recente, reforçado pelo romance de Zevin, que tira o estigma dos games como um passatempo banal destituído de profundidade.

Continua na pág. C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

ATÉ QUE ENFIM

Depois de 36 anos juntos, José Celso Martinez Corrêa, 86, e Marcelo Drummond, 60, decidiram oficializar a união. Os dois vão se casar em maio, em cerimônia cujos detalhes vêm sendo definidos aos poucos e em data ainda não decidida —tudo depende da programação teatral do dia.

POSSIBILIDADES "Se tiver alguma peça para a gente, é prioridade. Então o casamento deve acontecer quando a agenda permitir, uma terça-feira, por exemplo", conta Marcelo, ator que conheceu Zé Celso no Teatro Oficina, em 1986. Um mês depois estavam dividindo apartamento, e assim continuam até hoje, numa relação de amor e companheirismo, em que o sexo está longe de ser uma das prioridades.

ABERTOS "Estamos casados pela vida que vivemos, compartilhamos tudo. Moramos juntos, mas não transamos há mais de 20 anos, cada um tem seus amantes", diz Drummond, deixando transparecer que a postura libertária e dionisíaca do companheiro —e dele também— não se restringe ao discurso e às suas produções teatrais.

PAPELADA A decisão de oficializar a união veio por questões práticas. Personagem fundamental na história do teatro brasileiro e um dos fundadores do Oficina, Zé Celso não tem herdeiros diretos e preocupa-se com a burocracia que seu companheiro irá enfrentar depois de sua morte (que, aliás, ele acredita estar próxima).

PAPELADA 2 Segundo Marcelo, "há anos ele tem medo de morrer todos os dias", e esse temor se intensificou nos últimos tempos. Daí a opção por deixar "tudo bem certinho" para que o parceiro tenha plenos poderes na gestão do teatro, de sua obra, de sua herança e de tudo o que lhe diz respeito. "Acho que faz sentido", diz o ator. "A gente se ama, fez tanta coisa juntos, eu cuido de tudo dele, tudo mesmo".

ESPETÁCULO A festa, no Teatro Oficina (onde mais?), vai ser das grandes. Marina Lima cantará na entrada dos noivos, que se conheceram ao som de "Fullgás", um de seus hits. Daniela Mercury também confirmou presença e vai participar mostrando aos convidados uma música composta em parceria com Zé Celso.

ESPETÁCULO 2 O culto artístico-ecumênico também terá Bete Coelho encenando um trecho do musical Cacilda, espetáculo do Oficina. Mais do que convidados, atores e atrizes estão sendo chamados para participar, de alguma forma ligada ao teatro, da festa pela união dos dois.

EU VOU Fernanda Montenegro ainda não confirmou que vai, e tenta uma brecha na agenda para ser uma das oradoras da noite. Maria Bethânia estará em turnê na Europa, mas já enviou uma gravação para ser transmitida durante o casório, que terá roteiro criado pelo ator e diretor (e um dos padrinhos) Ricardo Bittencourt.

VOU 2 A lista de padrinhos já confirmados inclui a ainda cineasta Monique Gardenberg e seu marido, o produtor Raymond Rebetz e o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT).

PÁGINAS

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

A chefe do escritório do Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) em São Paulo, Maria Beatriz Nogueira 1, compareceu ao lançamento do primeiro livro da coletânea "Estou Refugiado", intitulado "Histórias Reais de Mulheres em Situação de Refúgio no Brasil: Afeganistão, Moçambique, Venezuela e Ucrânia". O evento foi realizado na sede da Civi-co, em São Paulo, na quinta (30). A influenciadora Prudence Kalambay 2 compareceu. A fundadora da ONG Estou Refugiado e idealizadora do projeto, Luciana Capobianco 3, também esteve lá

MEMÓRIA Os 40 anos de morte de Clara Nunes serão lembrados com a maior exposição já realizada no país sobre a vida e a obra da intérprete mineira e ligada à Portela, que cantou a umbanda no Brasil. Idealizada por Vagner Fernandes, biógrafo da artista, a mostra será inaugurada no segundo semestre, no Museu Afro Brasil Emanoel Araújo, em São Paulo.

MEMÓRIA 2 Fernandes tentou levar a exposição para o Rio de Janeiro, sem sucesso. "Não conseguimos qualquer apoio por lá. Empresas e instâncias públicas nos viraram a cara, e São Paulo nos disse 'sim'". A direção executiva é de Robson Outeiro.

BOCA FECHADA Ex-diretor e consultor da Globo e responsável, junto com Walter Clark (1936-1997), pela criação do "padrão Globo de qualidade", José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, evita a todo custo falar sobre um dos carros-chefes de faturamento da emissora: o "Big Brother Brasil".

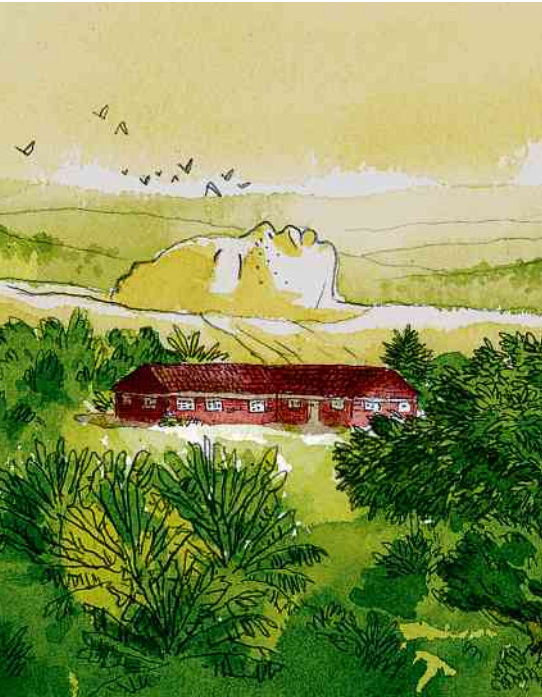
BOCA 2 O programa é dirigido por Boninho, seu filho, e já foi criticado por Boni anteriormente. Ele conta que nunca mais fará isso, já que suas declarações não foram bem recebidas por nenhuma das duas partes —tanto Boninho quanto a Globo ficaram magoados.

BOCA 2 "Prefiro não falar com a imprensa porque seria a minha visão subjetiva ou técnica sobre o programa, e as duas seriam inconvenientes", afirma. Sobre Boninho, o problema é outro: "Acaba que a gente não bebe mais mais vinho juntos, não sai para jantar."

BOAS-VINDAS A cantora Daniela Mercury é a mais nova integrante da Comissão Arns, organização que defende os direitos humanos.

com Cleo Guimarães (interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

PAINEL DAS LETRAS

Walter Porto
walter.porto@grupofolha.com.br

HÁ UM MENINO, HÁ UM MOLEQUE
Ilustração de Hippolyte para o infantil 'O Tédio das Tardes sem Fim', que o autor franco-ruandês Gaël Faye lança pela Veneta

Psicanalista pioneira, Lou Andreas-Salomé volta a ser editada no Brasil

A intelectual russa Lou Andreas-Salomé por muito tempo teve seu pioneirismo obscurecido por suas relações afetivas com alguns dos grandes pensadores de sua época —o filósofo Friedrich Nietzsche, o poeta Rainer Maria Rilke e o psicanalista Sigmund Freud.

Agora a editora Nós busca reintroduzir Andreas-Salomé ao mercado brasileiro com o devido destaque e sob lentes mais adequadas. "Ela ficou cristalizada como a musa de Nietzsche e Rilke, mas lá atrás ela já abria clareiras como filósofa, escritora e uma das primeiras psicanalistas da história", afirma a dona da editora, Simone Paulino.

Em julho sai "Retrospecções", um retrato autobiográfico da escritora nascida em São Petersburgo em 1861 e radicada na Alemanha. A obra foi editada pela Brasiliense nos anos 1980 como "Minha Vida".

O livro retraça em fragmentos a vida de uma mulher visionária e contestadora, segundo descreve Paulino, com reflexões sobre Deus, o amor e a escrita. "Precisou aparecer Annie Ernaux para olharmos para trás e identificarmos algumas de suas precursoras."

No ano que vem, sai também "Carta a Freud", um ensaio longo que a intelectual dirigiu ao colega austríaco que completava então 65 anos —e a considerava uma amiga e interlocutora inspiradora.

ENTREVISTA COM VAMPIRO Dalton Trevisan selecionou, a próprio punho, 91 de seus textos para compor uma nova coletânea que a Record leva às lojas já neste mês de abril. A "Antologia Pessoal" de um dos maiores contistas brasileiros, que em junho vai completar 98 anos, terá prefácio do professor Augusto Massi, da Universidade de São Paulo.

A MULHER E O PRIMATA E a editora Sextante vai romper um hiato de mais de 30 anos sem novos títulos de Jane Goodall no Brasil. Sai em junho o "Livro da Esperança", em que a naturalista britânica de 89 anos discute as experiências que moldaram suas descobertas revolucionárias sobre o comportamento dos animais.

PÁGINAS DE PAGE A Intrínseca acaba de inaugurar a pré-venda de uma de suas maiores apostas do ano. "Pageboy", o livro de memórias do ator trans Elliot Page, indicado ao Oscar por "Juno", chega às livrarias no dia 6 de junho, simultaneamente ao lançamento nos Estados Unidos.

TOPO DO MUNDO E a Companhia das Letras vai reeditar ainda neste ano outro livro que foi sucesso de vendas, "São Paulo nas Alturas", do jornalista Raul Juste Lores. O estudo sobre a evolução da arquitetura paulistana foi publicado em 2017 pela editora Três Estrelas, hoje fora de atividade, e se tornou artefato cada vez mais raro nas livrarias.

UM PEDACINHO DE PADRE O escritor e roteirista Tailor Diniz entregou para a editora Citadel um romance que soa como um "Sweeney Todd" da geração Z: um casal de universitários começa a assassinar pessoas e transformá-las em carnes gourmet. Com a ajuda de uma influenciadora, o produto acaba indo para o topo dos trending topics e vira sensação. Os direitos cinematográficos do livro já foram vendidos.

Mico-leão-dourado em foto da Coleção Folha Fauna Brasileira para Crianças Divulgação

Cena da nova versão de 'Resident Evil 4', remake do jogo lançado em 2005 Divulgação

Remake de 'Resident Evil 4' despreza lado galhofeiro do original

Versão repaginada do clássico moderniza jogabilidade e mantém trama, mas diminui as doses de humor absurdo

GAMES
Resident Evil 4
★★★★☆
Produção: Capcom. Disponível para PC, PS4, PS5, Xbox Series X|S. A partir de R$ 249,90. 18 anos

Henrique Artuni

Lançado originalmente em 2005, "Resident Evil 4" chegou à maioridade neste ano, e seu aguardado remake reflete a maturidade deste clássico. Afinal, muitos dos 140 mil jogadores simultâneos que correram para aproveitar o lançamento nos PCs não devem ser marinheiros de primeira viagem.

O resultado é uma aventura viciante com diversas mudanças, modernizando a jogabilidade, mas maneirando no tom burlesco. Ao contrário do remake de "The Last of Us", este novo "Resident Evil 4" não quer nem irá substituir sua fonte.

Há 18 anos, o game dividiu os fãs da franquia de terror por se centrar mais na ação e menos na agonia do gênero "survival horror", além de acabar com a câmera fixa, que foi para as costas do personagem.

A nova visão prezou pelo tiroteio, ainda encavalado graças ao famosos controles "tank", que não permitem andar e atirar ao mesmo tempo.

Goste-se ou não, o fato é que o design do jogo de Shinji Mikami era ótimo —vide a diversão proporcionada pelo modo "Mercenaries", cujo único compromisso é matar zumbis-parasitas— e definiu os passos seguintes da franquia até a retomada do horror em "Resident Evil 7", de 2017.

O remake tem méritos próprios, a começar pelas novas mecânicas. É possível andar e atirar ao mesmo tempo, Leon ainda agacha e entra em modo furtivo para acabar com inimigos silenciosamente e pode desviar de ataques. Há diferença também no uso da faca, que agora tem durabilidade finita e precisa ser consertada de tempos em tempos.

Com mais liberdade de movimento, o jogador enfrenta agora inimigos mais agressivos, variados e menos previsíveis, em hordas que mal deixam abrir o inventário para recuperar a vida. O controle do equipamento, restrito a uma maleta, é um desafio à parte, mas um novo botão de organização automática dá praticidade.

O comerciante que oferece armas, melhorias e outros bônus também foi repaginado e oferece missões secundárias. Sua risada marota, porém, está menos carismática, o que se reflete no tom geral do game.

O remake não mexe tanto na história do agente Leon Kennedy, enviado para um vilarejo da Espanha em busca de Ashley, filha do presidente dos EUA, e logo de cara se vê em meio ao culto a um parasita ancestral.

A recriação dos cenários sombrios, da vila ao castelo, passando por minas e ruínas, dá boa parte do impacto visual do jogo. O mundo está maior do que antes, com novas áreas exploráveis.

No detalhe, a memória do jogador levantará algumas dúvidas. A sequência dos acontecimentos quase não é alterada, mas a abordagem muda bastante —a galhofa sai de cena, com diálogos que se levam mais a sério, limando o humor absurdo e caricato.

Isso se vê na nova versão do nobre Ramon Salazar, que parecia preso ao corpo de uma criança mimada e putrefata e está mais para um marquês de Sade topetudo. Não deixa de ser ridículo, mas Leon não o desafia com frases esdrúxulas dignas Sessão da Tarde —aliás, a dublagem está no nível das melhores matinês.

Sumiram as câmeras lentas e outras situações inusitadas —estátuas gigantes correndo atrás do jogador, mensagens por aviões de papel e afins, particulares do humor japonês.

Até Ashley está mais elegante, vestindo jaqueta e echarpe no começo do game. Ainda um problema para o jogador, que deve protegê-la por boa parte da trama, pelo menos a garota sobrevive melhor no caos.

Essa tal maturidade muda parte das lutas com os chefes, se adaptando à agilidade do remake. A graça está em ver como o remake muda pequenas peças de lugar, brincando com a expectativa dos fãs.

O aguardado modo "Mercenaries" será disponibilizado para todos em 7 de abril. Se for tão divertido quanto o original, será a cereja no bolo para relembrar que "Resident Evil", para além de sua roupagem macabra e séria, ajuda a ditar os rumos da indústria há décadas.

Coleção Folha tem mico-leão-dourado como grande símbolo da conservação

Bruno Molinero

SÃO PAULO Se isto aqui fosse um meme, ele certamente começaria com um aviso de "alerta de fofura" gigantesco.

Como não é, basta dizer que as bancas estão prestes a serem invadidas por cabeleiras douradas e reluzentes, filhotes agarrados às suas mães e toda uma gama de olhares delicados e quase humanos.

O mico-leão-dourado é o tema do terceiro volume da Coleção Folha Fauna Brasileira para Crianças, que será lançado neste domingo, dia 2. E, como já pôde ser visto nos títulos publicados, as fotografias são o ponto alto da edição.

As 27 páginas do livro são tomadas por closes, pôsteres, caras e bocas desse pequeno primata que se tornou um dos símbolos da mata atlântica e da preservação ambiental no Brasil. Não à toa, foi o escolhido para estampar a nota de R$ 20 em 2002.

O mico se tornou pop após sobreviver a um susto. Na década de 1970, menos 200 indivíduos dessa espécie pulavam de galho em galho na natureza e balançavam-se em alturas que chegam a 30 metros.

Hoje, esse número saltou para 2.500, todos morando em uma região bem específica, na bacia do rio São João, no interior do Rio de Janeiro.

"O plano de conservação do mico-leão-dourado vem dando certo porque é orientado pela ciência e trabalha com as comunidades locais. Mesmo que tenhamos resultados muito positivos, ainda existe muito trabalho a ser feito, especialmente para recuperar a mata atlântica", afirma Luís Paulo Ferraz, secretário-executivo da Associação Mico-Leão-Dourado, que colaborou com o livro e cedeu muitas das imagens da edição.

Com pelagem vermelha e cor de ouro e uma cabeleira que lembra a juba de leão, o que explica o seu nome, o simpático primata se organiza em famílias formadas por um macho, a fêmea e seus filhotes, que são criados por toda a comunidade, o que ajuda a aumentar as chances de sobrevivência.

Embora siga sob risco de extinção, o mico-leão-dourado teria situação ainda mais favorável à espécie se não fossem os surtos de febre amarela ocorridos no Brasil entre 2016 e 2018.

Antes disso, cerca de 3.500 bichos dessa espécie existiam no país. Mas quase um terço deles morreu em decorrência da disseminação da doença.

A solução para estancar o problema foi vacinar esses micos, em um dos poucos casos de imunização de animais selvagens do mundo. Até 2022, 320 animais já tinham sido vacinados.

"Houve prejuízo grande em relação à febre amarela. Muitos animais morreram", afirma Rodrigo Pires, responsável pela consultoria técnica da coleção. "Mesmo assim, o mico-leão-dourado segue como o primeiro grande projeto de conservação de sucesso indiscutível no Brasil."

Como comprar

Site da coleção:
folha.com/faunabrasileira

Telefone:
(11) 3224-3090 (Grande São Paulo) e 0800 775 8080 (outras localidades)

Frete grátis:
SP, RJ, MG, ES e PR (na compra da coleção completa)

Nas bancas:
R$ 22,90 o volume

Coleção completa:
R$ 664,10

Lote avulso:
R$ 132,82

Morte à morte

Continuação da pág. C1

O mais novo ápice do prestígio dos games no gosto de público e crítica é a adaptação de "The Last of Us", projeto que saiu dos consoles e rendeu a série mais elogiada do ano até agora nas mãos da HBO.

A trama acompanha um mundo pós-apocalíptico em que fungos se tornam capazes de proliferar no sistema nervoso humano, transformando pessoas em zumbis. Mas a história acaba sendo sobre uma relação tocante de pai e filha.

Zevin afirma que esse é um dos jogos que mais a arrebataram, demonstrando como games poderiam ser grandiosos. Ela brinca que precisava explicar do que "The Last of Us" tratava quando o mencionava em entrevistas, mas agora soa até como um clichê.

"Eu dizia que era como se 'A Estrada' de Cormac McCarthy e 'Estação Onze' de Emily St. John Mandel se unissem para formar um jogo", lembra, citando dois dos livros distópicos mais celebrados do século.

Não é de hoje que vemos jogos serem comparados a bons romances, ainda que as experiências sejam distintas. Mesmo assim, a literatura continua a desprezar videogames, segundo Zevin, que afirma nunca ter lido nada que abordasse esse tema com estofo.

A autora não busca fazer uma defesa enfática dos jogos como um suprassumo cultural, mas demonstrar que eles já fazem parte da vida de algumas gerações, como um tipo de entretenimento fundamentalmente calcado nos avanços tecnológicos.

"A possibilidade de que os games poderiam se tornar sempre me fascinou. Se você comparar os jogos dos anos 1980, como aquele pingue-pongue que era só dois tracinhos e uma bolinha, com os jogos em 2012, que já eram como filmes, isso aconteceu na duração da minha vida."

Esse é o período que Zevin cobre no livro, acompanhando com deslumbramento essas evoluções. No começo, explora uma universidade habitada por programadores, em que Sadie é a única mulher. Ela se envolve com um superstar da indústria gamer, que gosta de algemá-la na cama e tomar crédito por seu trabalho —o tipo de figura pedante que a autora se diverte dizendo que brilhava naquela época, mas hoje não mais.

E termina com a própria Sadie dando aula na mesma faculdade, com metade das alunas do sexo feminino e aquele professor afastado. Afinal, no mundo dos games, não foi só a tecnologia que evoluiu.

Amanhã, Amanhã, e Ainda Outro Amanhã
Gabrielle Zevin. Rocco. Trad.: Carol Christo. R$ 74,90 (400 págs.); R$ 37,90 (ebook)

Cancelamento de Drake no festival Lollapalooza teve justificativa falsa

Rapper disse em comunicado estar sem equipe, mas seus funcionários estavam no Brasil e montaram o palco e o telão

Laura Lewer e Lucas Brêda

SÃO PAULO Um dos artistas mais ouvidos do planeta, o rapper canadense Drake enfureceu o público do Lollapalooza ao cancelar sua apresentação em São Paulo, prevista para a noite de domingo, dia 26, na manhã do mesmo dia.

O festival, que começou na sexta-feira, dia 24, compartilhou via redes sociais um comunicado do artista para justificar o cancelamento.

"Devido a circunstâncias imprevistas, Drake está sem membros de sua equipe de som e produção, essenciais para a realização do show do Lollapalooza em São Paulo", afirmava a nota. "Infelizmente, isso está fora de seu controle. Desculpas."

No entanto, sob condição de anonimato, pessoas envolvidas com a produção do festival afirmaram à **Folha** que parte da equipe contratada pelo rapper não só já estava no Brasil trabalhando como havia passado a madrugada anterior ao cancelamento fazendo a montagem de cenário, equipamento de áudio, painel de LED e outras estruturas ao lado de funcionários do Lollpalooza no Autódromo de Interlagos.

Segundo essas pessoas, a equipe de Drake, que estava hospedada no hotel Hilton, ficou sabendo que ele não viria mais ao Brasil durante a montagem. Eles descobriram junto com a equipe da T4F —empresa que organizava o Lolla até esta última edição.

Ao ser questionado, o festival afirma que não é responsável pela justificativa do artista e apenas reproduziu a mensagem enviada por Drake.

A equipe do cantor e sua gravadora não foram localizadas pela **Folha**. Ele não comentou o cancelamento do show em suas redes sociais até a conclusão desta edição, às 19h desta sexta-feira, dia 31. A assessoria da Universal Music, que já distribuiu no Brasil alguns de seus discos, disse que o posicionamento de Drake é o que foi divulgado pelo festival.

Uma foto publicada pelo apresentador da Multishow Guilherme Guedes na tarde de domingo mostra o painel montado no palco onde Drake se apresentaria.

O Lollapalooza já havia reservado quase 30 quartos para Drake e sua equipe no hotel Tangará, que receberia empresários, gerente de turnê, membros da gravadora do rapper e parte de seus seguranças.

As reservas custaram cerca de R$ 500 mil. Só a suíte em que Drake ficaria hospedado saiu por cerca de R$ 108 mil —a diária custa R$ 27 mil, de acordo com o site do hotel.

O rapper canadense Drake J. Adam Huggins/The New York Times

Até a véspera do show, apesar da comunicação truncada e da falta de flexibilidade do rapper, a organização continuou trabalhando como se ele fosse cantar normalmente.

O comunicado foi o ápice de um processo que envolveu a justificativa falsa, um chá de cadeira e quebra de contrato.

Antes do Lollapalooza, a empresa DL7 Pagamentos desembolsou pouco mais de R$ 1 milhão para ter a presença de Drake em uma after party. O evento, que aconteceria em São Paulo, chegou a anunciar a venda de ingressos a partir de R$ 550, mas foi cancelado.

Segundo Leonardo D'Lucca, da DL7, o contrato firmado entre sua equipe e a de Drake previa a presença do cantor por 90 minutos no evento, em um camarote em cima do palco. O rapper deveria, ainda, publicar dois chamados divulgando a festa para seus 134 milhões de seguidores no Instagram.

Conforme a data do evento se aproximava e as postagens não eram feitas, D'Lucca cobrou a equipe do artista, que afirmou que ele faria a divulgação apenas na quinta-feira anterior ao Lollapalooza. O brasileiro, então, decidiu cancelar a festa alegando quebra de contrato e pedindo a devolução do dinheiro, o que não aconteceu até a conclusão desta edição.

Outras pessoas que trabalharam na produção da festa contaram à reportagem que a equipe de Drake sumia e retornava os contatos com novas exigências ou postergando pedidos. Drake destoou dos outros artistas que cancelaram suas participações no festival. Eles avisaram com antecedência e deram justificativas com provas aos fãs.

O mesmo time que cuidou dos outros shows de Drake na América do Sul veio ao Brasil direto da Colômbia, onde ele cantou no festival Estéreo Picnic. Essas cerca de 50 pessoas, que não sabiam que ele não viria, foram os únicos ligados ao rapper que pediram desculpas à fatia brasileira da produção e aos funcionários da T4F.

Cena de 'The Town - O Musical' Joma Nigra/Divulgação

The Town terá musical imersivo de meia hora que homenageia São Paulo e narra sonho de um artista

Bruno Cavalcanti

SÃO PAULO A história de um jovem rapaz do interior do Brasil com o sonho de ser um músico famoso é o que move "The Town - O Musical".

O espetáculo ocupará o domo de 50 metros que será instalado na Cidade da Música, no Autódromo de Interlagos, durante os cinco dias da primeira edição do The Town, irmão paulistano do Rock in Rio, entre 2 e 10 de setembro.

Idealizado para entreter o público durante os intervalos dos shows, a montagem acompanha o jovem músico vivido por Dennis Pinheiro em sua primeira aventura na capital paulistana enquanto tenta realizar o sonho de se apresentar no palco do festival.

"É uma das tantas histórias de superação que vejo serem possíveis em São Paulo. Queria que fosse uma homenagem ao sonho da cidade", afirma Roberto Medina, idealizador do The Town e do Rock in Rio, sobre sua ideia de criar um espetáculo que misturasse música e teatro.

Sob a direção de Charles Möeller, que assinou a montagem de "Uirapuru", durante o Rock in Rio, e canções inéditas do músico Zé Ricardo, curador do festival, "The Town - O Musical" busca influência nos clássicos da Broadway e no jazz de John Coltrane.

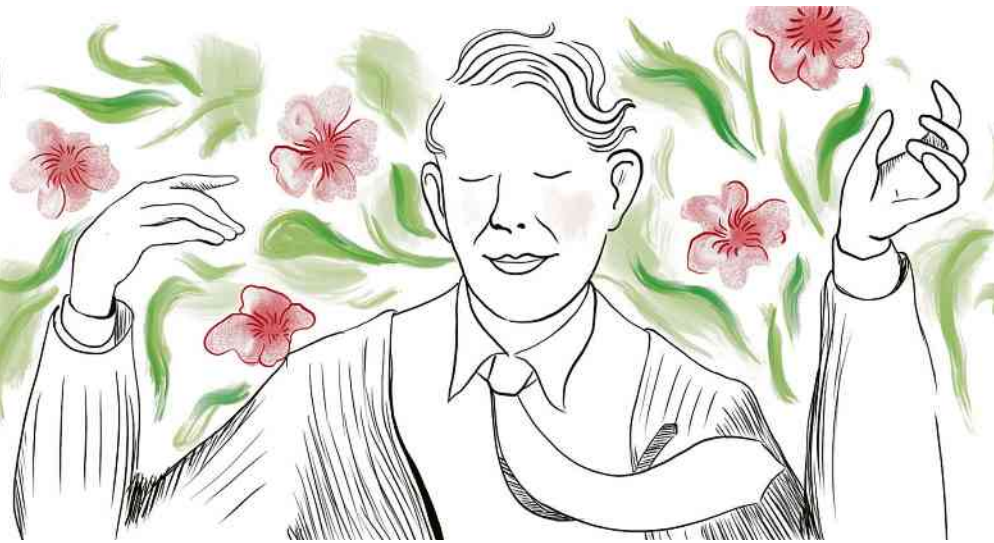
Mas a ideia de Zé Ricardo, que também assina a direção musical, é poder explorar outros ritmos que tomam os bairros da capital, como o samba, o tra e o funk paulista, que compõem a ideia cosmopolita da metrópole.

A ideia se traduz nas coreografias assinadas por Mariana Barros, que se inspiram em momentos como o horário de pico do metrô.

Imersiva e encenada em 180 graus, a montagem de cerca de 30 minutos pretende levar o público para dentro de pontos turísticos de São Paulo enquanto acompanha os desafios do personagem principal.

"As pessoas estão em busca de experiência, e por ser um musical no meio de um festival em que as pessoas ficarão em pé, este tempo é até longo. Mas a ideia da imersão vai dar o conforto", afirma Möeller.

Esta é a primeira parceria criativa entre Möeller e Zé Ricardo, que pretendem que o musical ganhe vida para além do The Town.

Medina apoia. Fã do gênero desde criança, o empresário quer abrir uma produtora de teatro musical em parceria com Möeller e Ricardo.

Bruna Barros

Libertário e libertino

Nas 'Obras Completas' de Auden, jatos de uma poesia rija e eloquente

Mario Sergio Conti
Jornalista, é autor de 'Notícias do Planalto'

A morte de Wystan Hugh Auden, há quase meio século, saiu na primeira página do The New York Times. O jornal celebrou com versos, análises e fotos "o maior poeta da língua inglesa da sua geração".

Aos 66 anos, morria em Viena um mestre sagrado.

Nem sempre foi assim. Quando os nazistas cercaram Londres, ele se mudou para os Estados Unidos. Por ser gay, insinuaram que era um maricas covarde. Um dos maledicentes foi o dedo-duro George Orwell.

W.H. Auden foi à América atrás de um namorado. Escrevera: "honremos o homem vertical, embora só cobicemos o horizontal". E: "perfis privados em lugares públicos são preferíveis a perfis públicos em lugares privados".

Morara em Berlin, Xangai e Reykjavik. Fez em Nova York poemas que sintetizaram a sensibilidade anglo-americana na Guerra. Voltou a Oxford, sua alma mater, e passava o verão em Ischia, na Itália. Sessentão, comprou em Kittersten, na Áustria, a única casa que teve na vida.

Em 50 anos, as palavras do poeta morto mudaram nas vísceras dos vivos. Sinal disso é a publicação, pela Princeton University Press, do nono volume das "Obras Completas". É de se regalar: em capa dura, são seis livros de prosa, dois de poesia e um de libretos e peças.

Eles têm mais de 800 páginas cada, custam os olhos da cara e estão copiosamente anotados. Entronizado nas ruínas do cânone da literatura inglesa, acossada pelo identitarismo, Auden virou apanágio de acadêmicos e fãs de carteirinha.

Até as "Obras Completas", sua prosa jazia em alfarrábios. Ela retém traços da clareza e da surpresa de seus versos. Resenhista profissional, o poeta escrevia sobre tudo e, às vezes, barateava. Seguem exemplos.

Estamos todos na Terra para ajudar os outros, mas não sei por que os outros estão aqui. Os homens pagam um dinheirão a putas para que digam que não são chatos. Quando alegres, gostaríamos de ter um rabo e abaná-lo. Quase todos os relacionamentos começam com exploração mútua, uma troca mental ou física que acaba quando uma ou ambas as partes ficam sem mercadoria. O poeta escreve sobre um homem matando um dragão, mas não sobre o que aperta um botão e joga uma bomba.

Na poesia, as "Obras Completas" mudam de figura. Ali estão a concisão, o inigualável domínio formal, a lírica íntima e solidária. Auden é a passadeira de mão cheia que pega uma forma velha e amarfanhada (o soneto, digamos) e a entrega nova e na moda.

Entende-se também como ele passou de incréu a créu. E fica claro que "The Orators", de 1931, é o seu livro mais atual e, por isso, o mais obscuro.

Editado com mão leve por T.S. Eliot, ele abarca —com uma colagem de cartas, argumentos, diálogos, preces materialistas e diagramas— um desengano histórico.

É o desengano com a noção de herói romântico, encarnado por D.H. Lawrence, que todavia não é nomeado. "The Orators" esmiúça a prática biscateira e a oratória balofa da esquerda oficial. Bem antes do fascismo vencer, viu que vinha o pontapé na cara. Parece falar ao Brasil.

Da nervosa excitação e das insanidades do anseio; das culpas e dores adiadas; do peso do meio-dia e do horror à meia-noite, livrai-nos, Auden. Da salva de palmas metálica e da ferrugem da derrota; da piedade melosa e da altiva fuga; dos que acham que fizeram tudo e dos que nem começaram, livrai-nos.

Escutai, poeta, os fracos que se juntam contra os fortes e os sete contra Tebas; ouve a virgem com medo de trovões, as mulheres que esculhambam os maridos, as solteironas solitárias na janela; os que pedem emprestado, os que não conseguem pagar nem dormir e relutam em desistir, escutai-os, Auden.

As "Obras Completas" têm centenas de esboços, emendas e poemas abandonados no meio. Mas falta um, aquele no qual o libertário e o libertino confluem. É "The Platonic Blow", título que pode ser traduzido para "A Chupeta Platônica", desde que o adjetivo seja sinônimo de "perfeita", e não de algo espiritual.

Começa assim: "Era um dia de primavera, um dia no cio, o ar tinha aromas de vestiário, um dia para chupar ou ser chupado". Em 34 estrofes de quatro versos iâmbicos, rimados em ABAB e acentuados na última sílaba, ele narra uma felação com um crescendo de imagens micro e macroscópicas.

Foi escrito em 1948, mas só em 1968, um ano depois de a homossexualidade deixar de ser crime na Inglaterra, Auden admitiu, ao The Daily Telegraph, que o escrevera. É um poema comprido, grosso, eloquente e rijo que pulsa e acaba num jato.

Só mesmo Auden.

seg. Luiz Felipe Pondé | **TER.** João Pereira Coutinho | **QUA.** Wilson Gomes | **QUI.** Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX.** Djamila Ribeiro | **SÁB.** Mario Sergio Conti

Eba! O Roubonaro voltou!

Tarcísio tira pedras do rim e ex-presidente tenta roubá-las

José Simão
Jornalista, precursor do humor jornalístico

Fê

Buemba! Buemba! Macaco Simão Urgente! O esculhambador-geral da República!

Esconde o colar. O Roubonaro de diamantes voltou!

Onde foi estrondosamente recebido por um total de sete gados pingados.

Tinha muito mais policial do que minion no lugar!

E ele queria desfilar em carro aberto. Fácil, abra a porta de trás do camburão, que ele desfila em carro aberto!

Breaking News!

1) Sensacionalista: "Free shop escondeu joias e relógios para a chegada do ex-presidente Bolsonaro".

2) Bolsonaro chega em aeronave da Gol com temática de "Harry Potter" e os memes o comparam a Voldemort! O Voldemort da Costa Neto! Rarará!

3) Tarcísio de Freitas tira pedras do rim em hospital e Bolsonaro tenta roubá-las achando que são preciosas.

O governador Tarcisio expeliu rubis! Rarará!

E diz que os únicos patriotas que foram receber o Bozo no aeroporto foram aqueles homens sanduíches que divulgam "Compramos ouro!"

O Roubonaro descendo e eles gritando: "Compramos ouro! Compramos ouro!"

E o Roubonaro escondeu os presentes ganhos na fazenda do Piquet! Esconde aí rapidinho pra mim! Rarará!

A fazenda do Piquet não tem mais lavoura. Tem lavouro! Piquet virou receptador?!

E o ex-doleiro Tacla Duran entrega provas e fotos de conversa contra Sergio Moro em caso de extorsão.

Sujô pro marreco e pra conje. Pra saber tudo do Moro, TECLE DURAN! Rarará!

E em Portugal tem uma feira gastronômica batizada como a Feira da Foda: "Feira da Fora. Bem-vindos".

E o comentário feito: Foi bom pra mim! Rarará!

E no portão de uma casa tem a seguinte placa: "Não é mais puteiro. É casa de família".

Ai que tédio! Rarará!

Nóis sofre, mas nóis goza.

Que eu vou pingar o meu colírio alucinógeno!

| **DOM.** Ricardo Araújo Pereira | **SEG.** Bia Braune | **TER.** Manuela Cantuária | **QUA.** Hmmfalemais | **QUI.** Flávia Boggio | **SEX.** Renato Terra | **SÁB.** José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Jennifer Aniston e Adam Sandler voltam a atuar juntos na Netflix

Mistério em Paris
Netflix, 14 anos
Quatro anos depois de resolverem seu primeiro caso no filme "Mistério no Mediterrâneo", Nick e Audrey Spitz agora são detetives em tempo integral e abriram uma agência. Na falta de clientes, eles vão ao casamento de um amigo, numa ilha particular. Mas o noivo é sequestrado, e as investigações levam o casal a Paris. Adam Sandler e Jennifer Aniston protagonizam esta comédia de Jeremy Gaelick, que ainda tem Mark Strong e Mélanie Laurent no elenco.

Queen of the Universe
Paramount+, 14 anos
A brasileira Grag Queen venceu a primeira edição deste concurso musical entre drag queens do mundo inteiro. Nesta segunda safra, somos representados pela carioca Chloe V. A condução continua a cargo de Graham Norton.

Pílulas de Ciência
TV Rá Tim Bum, ao longo da programação, livre
Dirigido por Marcelo Takeshi Yamashita, o programete exibido nos intervalos responde, em até um minuto, a perguntas de jovens cientistas.

Eva, a Coruja
Apple TV+, livre
Baseada no livro de Rebecca Elliott, a série em animação é protagonizada por uma corujinha curiosa e atrevida que registra as aventuras em diário.

Predestinado – Arigó e o Espírito do Dr. Fritz
Telecine Premium, 22h, 14 anos
Danton Mello encarna Zé Arigó, o médium mineiro que realizava "cirurgias espirituais" sob influência do espírito do Dr. Fritz, um médico alemão. Juliana Paes, Alexandre Borges e Marcos Caruso também estão no elenco do filme.

The Bay
TNT Séries, 22h, 14 anos
O cenário desta série policial é a tranquila baía de Morecambe, na costa da Inglaterra, que no entanto serve de palco para misteriosos assassinatos. Dois novos episódios todo sábado. Três temporadas estão disponíveis na HBO Max.

CNN Viagem e Gastronomia
CNN Brasil, 22h, livre
Na quinta temporada do programa do canal, Daniela Filomeno percorre lugares como a Colômbia, a Groenlândia, a Islândia, o Peru e a Suíça.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

	8		7	9				6
9	6					3		
		4			6		2	
				1	5			
6	9						3	5
			9	2				
	2		1			5		
		1					9	4
7				3	8		1	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	8	3	7	9	1	4	5	6
9	6	7	4	5	2	3	8	1
1	5	4	3	8	6	9	2	7
3	7	8	6	1	5	2	4	9
6	9	2	8	7	4	1	3	5
4	1	5	9	2	3	7	6	8
8	2	6	1	4	9	5	7	3
5	3	1	2	6	7	8	9	4
7	4	9	5	3	8	6	1	2

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Levar a termo / As iniciais da atriz paulistana Wilma **2.** O de Berlim caiu em 1989 / Magma de vulcão **3.** O conselheiro de Machado de Assis, personagem de dois de seus romances / O de cera é um material escolar usado para desenhar e colorir **4.** Cabina a bordo de um navio, destinada a acomodar passageiros **5.** Cuida de unhas **6.** Nascido no litoral paulista **7.** Gume de instrumento cortante **8.** Prefixo: negação / Espetar com o talher que tem dentes **9.** Juntar agasalho com orvalho ou monte com horizonte / Uma forma de abreviar o nome do oitavo mês do ano **10.** No futebol, um drible feito sem se tocar na bola **11.** Teimosa **12.** Outro nome do golfinho / Pedra semipreciosa muito dura, de cor esverdeada **13.** Apoiar de um lado.

VERTICAIS
1. Dona de casa / (Pop.) Esperar em vão por alguém que não comparece no horário combinado / Big Brother Brasil **2.** Outro nome do jupati / O contrário de encerramento **3.** Movimento inicial impetuoso para partir ou acometer / Falecimento **4.** Vida de quem ama dormir tarde da noite, indo à festas, bebendo, ouvindo música etc. / (Roland) Torneio de tênis **5.** Negrinho de uma perna só, cachimbo e barrete vermelho que se diverte a perseguir ou assustar os viajantes / (Pop.) Travessura de criança **6.** Rita Lee, cantora / Tornar grisalho / (Papo de) Um doce **7.** Neste momento / Não estar presente **8.** Esquivar-se ao encontro com alguém, por considerar inoportuno, desagradável etc. / Sopa pouco densa **9.** Aplicativo de auxílio em rotas de trânsito / O cereal atirado nos recém-casados / O símbolo do érbio, material químico usado em reatores nucleares.

HORIZONTAIS: 1. Acabar, EW, **2.** Muro, Lava, **3.** Aires, Giz, **4.** Camarote, **5.** Manicura, **6.** Caiçara, **7.** Fio, **8.** An, Garfar, **9.** Rimar, Ago, **10.** Corta-luz, **11.** Birrenta, **12.** Boto, Jade, **13.** Escorar.
VERTICAIS: 1. Ama, Mofar, BBB, **2.** Cuíca, Início, **3.** Arranco, Morte, **4.** Boemia, Garros, **5.** Saci, Arte, **6.** RL, Ruçar, Anjo, **7.** Agora, Faltar, **8.** Evitar, Aguada, **9.** Waze, Arroz, Er.

guiafolha

Quais são os melhores ovos de Páscoa de 2023

Júri composto por 17 pessoas elegeu os vencedores em três faixas de preço após degustação às cegas de 31 produtos

Bastidores da degustação de ovos de Páscoa feita pela Folha Fotos Gabriel Cabral/Folhapress, Produção Jeanine Lemos

Marília Miragaia e Nathalia Durval

SÃO PAULO A princípio, a tarefa de degustar 31 ovos de Páscoa pareceu sedutora para 17 jornalistas da **Folha** que se dispuseram a avaliar a produção de chocolate da temporada 2023.

As marcas foram separadas em três faixas de preço —até R$ 100; até R$ 170 e até R$ 415—, com a intenção de facilitar a vida do consumidor que compra de olho no orçamento. Isso porque mesmo os preços do chocolate em barra e do bombom, que normalmente já são opções mais baratas de compra, subiram acima do IPCA geral, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, nos 12 meses anteriores a 2023.

Foram consideradas para a seleção docerias com produção reconhecida em São Paulo, instaladas em diferentes regiões da cidade e também marcas acessíveis em supermercados e shopping centers.

Sem a intenção de ser técnica, a degustação se propôs a navegar entre as diferentes possibilidades criadas para a data: variações de chocolate, castanhas, frutas, caramelo e crocantes. Uma boa notícia foi o destaque de ovos feitos com cacau brasileiro: Danke, Dengo e Chocolat du Jour são exemplos de marcas que usam matéria-prima brasileira e estão entre as mais votadas.

Os ovos, porém, foram degustados às cegas, ou seja, sem que os participantes soubessem os nomes de seus fabricantes —os jurados tiveram acesso apenas às descrições, para avaliar se eram compatíveis com os produtos. Essa foi uma das recomendações de Paola Biselli, professora de confeitaria na Universidade Presbiteriana Mackenzie e na Escola Wilma Kövesi de Cozinha, que sugeriu pontos que os jornalistas deveriam observar na prova.

Além de escolher os melhores dentro de cada categoria de preço, a degustação também aponta o melhor chocolate, vencida pela Dengo, e o melhor ovo, da Mica, considerando toda a amostra.

Ainda que a maratona não tenha sido de todo árdua, para chegar ao final dos 14 quilos de chocolate, foram consumidas quatro garrafas de água com gás, servidas com limão.

O resultado, que destaca os três melhores colocados de cada categoria, tem a intenção de servir de guia para quem gosta de chocolate e se vê perdido entre as inúmeras opções disponíveis no mercado —sem precisar provar todas para chegar ao veredito.

Participaram da degustação os seguintes jurados: Daniela Arcanjo, Daniela Braga, Diogo Bachega, Francisco Lima Neto, Guilherme Luis, Henrique Artuni, Isabella Faria, Jairo Marques, Luciana Coelho, Marcos Nogueira, Marina Lourenço, Natalia Nora, Nathalia Durval, Pedro Martins, Roberto de Oliveira, Susana Terao e Vitória Macedo.

Confira a seguir os ovos de Páscoa que foram campeões em cada faixa de preço e os comentários sobre cada um dos 31 produtos experimentados.

VEJA OS BASTIDORES DA DEGUSTAÇÃO ÀS CEGAS youtube.com/folha

OVOS DE PÁSCOA ENTRE R$ 170 E R$ 415

Ovos de páscoa das marcas 1 Mica 2 Dama 3 Zulcare 4 May 5 Chocolat du Jour 6 Tchocolat 7 Vila Anália 8 Pati Piva 9 Renata Arassiro 10 Casa Santa Luzia

1º LUGAR

Dama (Duo grãos de café)

O ovo de Páscoa que recebeu a maior nota do jurados na faixa de preço mais elevada é a variedade que combina a casca feita com chocolate a grãos de café e uma camada de chocolate amargo. O veredito do júri: a combinação traz bom equilíbrio dos sabores. Os grãos de café são perceptíveis no aroma e trazem um sabor e textura inusitados.

R$ 189,90 (380g); confeitariadama.com.br

2º LUGAR

Chocolat du Jour (Choco amandes)

Ovo de visual convidativo, tem casca de chocolate ao leite que derrete na boca recheada de amêndoas de sabor e textura presentes, com textura e crocância que se destacam. Poderia ser menos doce, mas ainda assim tem bom equilíbrio entre os elementos.

R$ 344 (400g); chocolatdujour.com.br

3º LUGAR

Mica (Caramelo de framboesa com pistache)

O ovo de caramelo de framboesa com pistache traz uma combinação bem-sucedida entre seus elementos. Agrada a quem gosta de frutas vermelhas, tem casca fininha e recheio na medida.

R$ 248 (460g); micachocolates.com.br

OUTROS

Renata Arassiro (Eclipse Blanc Noir)

Feito com matéria-prima suíça, agrada a quem gosta de chocolates com perfis distintos. Em uma das metades, traz um chocolate bem amargo de excelente textura, potente e de sabores complexos, que faz contraste com avelãs. O sabor intenso ajuda a equilibrar o dulçor do chocolate branco com macadâmias da outra metade do ovo.

R$ 415 (600g); R. Pascal, 1.195, Campo Belo, região sul, tel. (11) 5092-4977. Encomendas pelo WhatsApp (11) 94563-2411

Tchocolath (Pistache)

Casca de chocolate ao leite tem pedaços generosos de pistaches graúdos, de gosto natural, que se destacam como elemento protagonista do ovo. O chocolate em si ganha sabor mais sutil, mas não some completamente de cena.

R$ 220 (450g); tchocolath.com.br

Casa Santa Luzia (Duo meio amargo e ao leite com crocante de pão de mel)

Composto por duas metades: uma de chocolate meio amargo e outra de chocolate ao leite com crocante de pão de mel. A diferença entre a banda amarga e a ao leite foi pouco notada. Sabor do pão de mel é sutil, mas com retrogosto interessante.

R$ 172 (350g); santaluzia.com.br

Vila Anália Patissêrie (Caramelo)

Tem ganache de caramelo como recheio e é boa opção para quem gosta de um caramelo mais puxado para o doce do que para o queimado. Tem boa proporção de recheio, que derrete na boca mas tem sabor intenso que se sobrepõe ao chocolate. O resultado é um ovo para agradar os mais formigas.

R$ 195 (500g); R. Cândido Lacerda, 33, Jardim Anália Franco, região leste. Pedidos pelo WhatsApp (11) 99413-4242

Zulcare (Cremino laranja)

Tem casca de chocolate ao leite, mais uma camada de gianduia e outra de ganache de laranja-bahia. Sua textura agrada sos fãs de sabores doces, que buscam cremosidade e recheio farto. O sabor da laranja poderia ser mais presente.

R$ 210 (500g); zulcare.com.br

Pati Piva (Puxa-puxa de pistache)

Casca de chocolate ao leite recheada com caramelo com pedaços de pistache inteiros, graúdos e crocantes, que ajudam a quebrar o dulçor. O recheio tem uma porção de caramelo consistente e farta, o que agrada aos mais chegados ao doce.

R$ 348 (650g); patipiva.com.br

May (Macaron com pistache)

Combina chocolate ao leite com casquinhas de macaron, delicado doce francês, que acaba se traduzindo numa textura original ao ovo. Seu recheio de ganache de pistache é sutil, assim como o sabor do chocolate.

R$ 210 (400g); maymacarons.com.br

Leia mais na pág. C8

OVOS DE PÁSCOA ENTRE R$ 100 E R$ 170

Ovos das marcas 1 Dona Deôla 2 Dengo 3 Havanna 4 Ofner 5 Maria Brigadeiro 6 Kopenhagen 7 Gallette 8 Cacau Noir 9 Lindt 10 Carole Crema Fotos Gabriel Cabral/Folhapress Produção Jeanine Lemos

1º LUGAR

Dengo
(ovo quebra-quebra de castanhas caramelizadas)
Esta foi a opção campeã na faixa intermediária de peço. O chocolate com casca meio amarga (65% cacau) com macadâmia, castanha-de-baru e castanha-de-caju caramelizadas tem sabor intenso e textura crocante. As castanhas caramelizadas são marcantes e se somam ao um bom sabor de chocolate, com amargor sutil.
R$125 (260g); dengo.com.br

2º LUGAR

Gallette (ovo jabuticaba)
O recheio de jabuticaba cremoso, mais azedinho, traz acidez e equilibra bem o sabor do chocolate —e ainda dá um toque de brasilidade ao conjunto. Para os que gostam das frutas nacionais, o recheio poderia ter um gosto mais pronunciado.
R$ 123 (450g); gallette.com.br

3º LUGAR

Maria Brigadeiro
(ovo de crocante com ovinhos de chocolate)
A terceira colocada da categoria é a opção da Maria Brigadeiro, acompanhada de ovinhos, que tem textura crocante bem presente. O chocolate tem sabor lácteo e é equilibrado, sem pesar demasiadamente no açúcar.
R$ 119 (230g); pedidos pelo WhatsApp (11) 94974-0048

OUTROS

Cacau Noir
(ovo amargo recheado de caramelo flor de sal)
A receita de chocolate amargo recheado de caramelo e flor de sal tem textura sedosa neste ovo de Páscoa—que agrada a quem gosta de sabores doces mais acentuados. A flor de sal ajuda a fazer um contraponto ao conjunto, mas poderia ser mais presente.
R$ 119,90 (400g); cacaunoir.com.br

Kopenhagen
(ovo exagero de pistache caramelizado)
Casca de chocolate ao leite recheada com caramelo e pistache tem bastante recheio e sabor açucarado intenso —que pode desagradar quem não é fã de muito doce. O sabor do pistache poderia ser mais presente.
R$ 144,90 (400g); kopenhagen.com.br

Lindt (ovo trufado)
Casca de chocolate ao leite e recheio de chocolate ao leite trufado tem sabor doce acentuado e pode afugentar quem gosta de tons mais amargos. É um representante de ovos de chocolate ao leite bem tradicional.
R$ 169,90 (450g); lindt.com.br

Carole Crema
(ovo de pistache com puxa-puxa de mel)
Com uma casca de chocolate ao leite que agrada na boca, esse ovo de Páscoa traz no farto recheio um creme "puxa-puxa" de pistache com mel de sabor intenso, que pode ser uma diversão para crianças —mesmo um pouco adocicado demais.
R$ 159 (450g); carolecrema.com.br

Havanna (ovo alfajor branco)
O ovo de chocolate branco recheado com alfajor de doce de leite conquista, pelo conjunto da obra, os fãs de chocolate branco e do doce argentino —mas espere um sabor doce pronunciado. Uma faca pode ser necessária.
R$ 134,90 (630g); havanna.com.br

Dona Deôla
(ovo de bolo gelado de coco)
Chamativo visualmente, tem muitos ingredientes, que brigam entre si —o ovo é feito de chocolate branco recheado com cocada cremosa e bolo de coco molhado com calda de leite condensado, coberto com chantili, leite condensado e coco ralado.
R$ 108 (700g); donadeola.com.br

Ofner (ovo de chocolate Baileys)
O recheio com creme de licor Baileys chamou a atenção e ajudou a trazer originalidade à composição deste ovo —e o sabor ainda permaneceu na boca por algum tempo. A casca elegante, bem fininha, é feita de um chocolate macio na língua.
R$ 159 (300g); ofner.com.br

OVOS DE PÁSCOA POR ATÉ R$ 100

Ovos das marcas 1 Lacta 2 Sodiê 3 Lugano 4 Kinder 5 Ferrero Rocher 6 Danke 7 Cacau Show 8 Nestlé 9 Brasil Cacau 10 St Marché 11 Bauducco

1º LUGAR

Danke (Ovo de chocolate ao leite com brinquedo)
Simples e bem feito. Essa é a principal definição dada pelos jurados ao ovo da Danke, que leva apenas chocolate ao leite e que ficou em primeiro lugar na categoria de ovos mais baratos. A casca é fina, fácil de quebrar nas mãos, e o chocolate derrete fácil na boca. Para paladares menos exigentes.
R$ 89,90 (386g); dankecacau.com.br

2º LUGAR

St. Marché (Ovo crocante com castanha-de-caju)
Logo em segundo lugar nesta categoria, o ovo da St.Marche é feito com chocolate ao leite e pedaços de castanha-de-caju. Mais uma vez, o básico bem feito. Com casca mais grossa, tem chocolate saboroso e não tão doce, equilibrado com as castanhas, que dão crocância.
R$ 79,90 (350g); marche.com.br

3º LUGAR

Cacau Show
(LaNut pistache)
A casca de chocolate ao leite leva um recheio de creme de pistache e uma camada de chocolate branco. A combinação agradou a alguns, que elogiaram a pasta densa do fruto, e desagradou a outros, que observaram um sabor de pistache.
R$ 99,90 (400g); cacaushow.com.br

OUTROS

Ferrero Rocher
(Ferrero Rocher dark)
Na descrição, o ovo é feito com chocolate meio amargo, de teor 50%, e pedaços de avelã. Os jurados logo reconheceram o sabor do Ferrero Rocher. A opção funciona para quem é fã do bombom. Só faltou um pouco mais do amargo descrito na caixa, observaram.
R$ 89,99 (225g); compreferrero.com.br

Nestlé (Kit Kat Dark)
A casca ao leite é complementada por pedaços de Kit Kat da versão dark, mais amarga, distribuídos de forma desigual. No geral, não agradou tanto aos jurados por seu sabor artificial, com excesso de açúcar e wafer de pouca crocância.
R$ 46,99 (227g); emporionestle.com.br

Casa Bauducco (Ovo de chocolate Chocottone)
A combinação com chocotone não deu certo, segundo os jurados. O doce natalino surge seco entre as camadas de chocolate, que também não foi elogiado e falta sabor de cacau. O resultado é enjoativo.
R$ 99,90 (320g); casabauducco.com.br

Lacta (tripla camada com recheio cremoso de avelã)
A casca de chocolate ao leite é recheada com creme de avelã. O creme foi avaliado como saboroso —não tem muito erro com ele— e, combinado com o chocolate, o resultado não é tão enjoativo. Ainda assim, é uma opção doce que deve agradar mais às crianças e aos fãs de creme de avelã.
R$ 73,99 (320g); lacta.com.br

Lugano (Chocolate branco e ao leite de pistache e cranberry)
A sugestão da marca combina chocolates ao leite e branco a pedaços de pistache e cranberry, que ficam concentrados na parte central da casca. Quem morde as beiradas não prova as frutas cristalizadas e, nesse caso, o chocolate sozinho não surpreende tanto.
R$ 69,90 (200g); chocolatelugano.com.br

Brasil Cacau (Delírios de Dinda)
Uma fina camada de chocolate ao leite comporta uma quantidade generosa de recheio de marshmallow. O resultado é um doce exagerado, segundo os jurados, com textura gruденta e gordurosa que esconde o chocolate. Funciona melhor se for comido com colher, na avaliação deles.
R$ 99,90 (600g); brasilcacau.com.br

Kinder Ovo (Kinder Luí)
A casca que combina chocolate ao leite e uma fina camada de leite agrada àqueles que são fãs do Kinder Ovo e os nostálgicos. Fora eles, a opção foi descrita como muito açucarada e com sabor de essência artificial.
R$ 78,99 (150g); compreferrero.com.br/kinder

Sodiê (Ovo bolo de cenoura)
Outra combinação inusitada, o ovo de chocolate ao leite ganha recheio de bolo de cenoura coberto por brigadeiro e granulado. Não funcionou, segundo os jurados. O bolo é seco e sem sabor acentuado de cenoura. É melhor dar uma colherada junto com o brigadeiro, que exagera no doce.
R$ 64,90 (500g); sodiedoces.com.br

folhinha

As irmãs Iully e Agatha brincam no quintal de casa, em São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

EXTRA! EXTRA! EXTRA! Hoje não tem Folhinha

Pegadinha de 1º de abril! Tem, sim, e hoje o papo é sobre mentiras, sejam as pequenininhas ou aquelas grandonas

TODO MUNDO LÊ JUNTO

Marcella Franco

SÃO PAULO Este sábado é dia 1º de abril, o famoso Dia da Mentira, quando pregar peças e enganar os amigos é permitido sem culpa —desde que, claro, os que caírem nas pegadinhas sejam avisados de que tudo não passava de uma brincadeira.

Iully D. C., 10 anos, está feliz da vida que esse dia chegou. Não que ela já tenha se programado para contar boas mentiras, mas sim porque neste sábado (1º) se completa um mês desde que seus pais proibiram que ela usasse eletrônicos, tudo porque Iully... contou uma mentira.

"Não foi legal, meus pais ficaram bem chateados, eu fiquei chateada, e no final sou eu que me ferro. Foram duas coisas: a primeira foi que eu tava vendo TV e assisti uma coisa que era pra cima da minha idade, e não podia. E a segunda coisa foi que eu comprei um lanche na escola e não contei para os meus pais", explica Iully.

Além da felicidade de voltar a usar os eletrônicos de que gosta, talvez ela consiga também mais uma coisa boa. Lendo este texto, vai ficar mais fácil de se lembrar que é 1º de abril e que, só por hoje, tudo bem brincar por aí.

"Normalmente eu sempre esqueço que é 1º de abril, então só contei mentira uma vez nesse dia, e nem foi uma coisa tão grande. Eu enganei minha amiga, falando que eu ia mudar de escola e ela caiu", diz.

O grande sonho de Iully em um Dia da Mentira próximo é colocar um balde com água em cima da porta do quarto dos pais. "É pra quando eles acordarem eles abrirem a porta e cair água em cima deles, e eu falar 'Primeiro de abril!'. Só que eu nunca lembro, nunca."

Iully diz que mentir não é muito legal, mas que às vezes parece inevitável. E ela também acha que existe diferença entre mentirinhas e mentironas. "Às vezes uma mentirinha é só pra brincar, zoar com a cara da pessoa, e uma mentirona tipo deixa real a pessoa bastante chateada", compara.

> Às vezes eu acho que, se eu contar a verdade, eu vou ficar mais ferrada ainda, só que depois no final se eu minto é bem pior. A maioria das vezes quando eu minto eu escondo, eu tenho medo de brigarem comigo
>
> **Iully D. C., 7 anos**
> estudante e irmã da Agatha

"Às vezes eu acho que, se eu contar a verdade, eu vou ficar mais ferrada ainda, só que depois no final se eu minto é bem pior. A maioria das vezes quando eu minto eu escondo, eu tenho medo de brigarem comigo."

A irmã de Iully, Agatha, 7 anos, também diz que fica com medo de mentir. "Porque eles [os pais] podem brigar, né?", diz. Na entrevista, ela revelou que ganhou "um pacotinho de M&Ms" de uma amiga na escola, coisa que seu pai só ficou sabendo ouvindo as respostas dela à Folhinha.

"Meus pais ficam chateados quando eu como coisa escondida, eles não deixam eu comer muito chocolate porque eu posso ter diabetes. Um dia eu perdi a TV. Me senti bem mal por ter mentido e por ter ficado sem TV, os dois", conta.

A psicóloga, psicanalista e mestre em educação pela USP Karina Bueno entende que as famílias fiquem preocupadas quando descobrem uma mentira, mas acha que a ideia de tirar dos filhos coisas de que eles gostam não funciona. "Quando a criança fica de castigo, ela vai pensar na amiga, no desenho, em qualquer outra coisa menos no que de fato aconteceu", acredita Karina.

Ela sugere aos adultos conversar com a criança e perguntar por que ela achou que mentir era uma boa solução.

"É muito valioso e efetivo um pai dizer que está triste que o filho precisou mentir, e que agora eles precisam pensar juntos sobre como evitar que isso aconteça de novo. Tem adulto que não consegue se colocar e dizer que está arrasado com a criança, mas também com ele mesmo."

Karina explica que a mentira faz parte do crescimento, e que vamos aprendendo a mentir ao longo da vida. "A brincadeira por si só é uma mentira", lembra Karina. "Pense na brincadeira de faz de conta, de fazer comidinha, de se fingir que é piloto de avião", diz.

É por este motivo, comenta Karina, que o 1º de abril não é um problema: ele é baseado em um acordo de todo mundo, que sabe que nesta data acontece o Dia da Mentira.

Nos outros 364 dias do ano, o assunto só vira um problema quando as pessoas —e não só as crianças— só conseguem se relacionar com os outros por meio das mentiras, diz a psicóloga. Aí vale procurar ajuda de profissionais como ela.

"As crianças sempre sabem que estão mentindo, mas às vezes não conseguem fazer diferente porque têm medo de que o pai vá dar bronca ou de que não vá mais fazer parte de um grupo", avalia Karina.

"E a gente vai entendendo que, no fim das contas, elas mentem por amor, para agradar todo mundo. Só que são muitas pessoas no mundo, e cada um quer algo diferente. Então, é importante saber que dá para fazer parte sendo a gente mesmo. A gente também é bonito, também é importante, a gente também tem coisas boas dentro da gente."

TODO MUNDO LÊ JUNTO
Texto com este selo é indicado para ser lido por responsáveis e educadores com a criança

O Curioso já caiu em pegadinhas

Marcelo Duarte
É escritor, jornalista e, acima de tudo, curioso

Fundada como emissora de rádio em 1922 e rede de televisão em 1936, a BBC logo se tornou símbolo de credibilidade no Reino Unido. Um dos exemplos de todo esse prestígio era o programa de notícias "Panorama".

Há 66 anos, no dia 1º de abril de 1957, o noticioso deixou os britânicos de queixo caído com uma reportagem sobre uma plantação de espaguete. A notícia era falsa, mas a brincadeira foi profissional. Uma equipe se deslocou até uma fazenda na Suíça onde estaria localizada a tal "plantação". Camponeses foram filmados retirando pedaços inteiros de macarrão das árvores.

No final, o apresentador se despediu: "Agora nós vamos dizer boa noite neste dia 1º de abril", dando ênfase à data e confessando, ainda que indiretamente, a brincadeira. A BBC fez disso uma tradição e continuou aprontando pegadinhas no Dia da Mentira. Veja algumas das mais curiosas.

Lirpa Loof (1961 e 1984)
Em 1961, a BBC anunciou a transmissão de um show do "renomado pianista europeu Lirpa Loof" no dia 1º de abril. Pois leia o nome do tal pianista ao contrário. "April fool" é o termo pelo qual são conhecidas as brincadeiras de 1º de abril.

Smell-o-vision (1965)
Em 1965, a BBC entrevistou um professor da Universidade de Londres que revelou a criação da "smell-o-vision" ("smell", em inglês, significa "cheiro"). A criação era a de uma televisão capaz de transmitir o cheiro para os telespectadores.

O professor explicou que as moléculas olfativas foram quebradas a ponto de poderem ser transmitidas pelas ondas da televisão. Para comprovar, uma demonstração colocou na tela da smell-o-vision alguns feijões e cebolas.

"Telespectadores cobaias", previamente combinados, confirmavam a transmissão. Alguns diziam que ficaram com os olhos lacrimejantes por causa da cebola.

Mudanças no Big Ben (1980)
O relógio-símbolo de Londres irá se tornar digital, anunciou a BBC Radio Internacional. Muitos ouvintes ficaram chocados, outros até gostaram da ideia.

Mas a notícia mais estapafúrdia e que mais provocou alvoroço foi outra: as quatro primeiras pessoas que ligassem para a emissora simplesmente se tornariam donas do Big Ben.

Novs nomes no Sistema Solar (2004)
O hoax de 1º de abril de 2004 é daqueles se percebe que é piada, mas também foi bastante criativo: todos os planetas do Sistema Solar, anunciou o site infantil da BBC, seriam rebatizados.

Mais: os novos nomes seriam tirados das personagens de "O Senhor dos Anéis". A Terra, por exemplo, passaria a se chamar Gandalf.

SAIBA POR QUE DAMOS OVOS DE CHOCOLATE NA PÁSCOA

DEIXA QUE EU LEIO SOZINHO

SÃO PAULO Logo de cara, este texto entrega a notícia mais importante: as crianças estão certas quando dizem que ovo de Páscoa tem, sim, um gosto diferente e melhor do que o gosto das barras de chocolate normais, vendidas ao longo do ano inteiro.

Sabe quando aparece gente nas redes sociais dizendo que um ovo custa o preço de não se sabe quantas barras etc, e que valeria mais a pena comprá-las e esquecer de vez os ovos? Pois este argumento não vale quando se trata de produtores de chocolate artesanal, ensina a americana Arcelia Gallardo, chef da Ateliê Mission Chocolate, moradora do Brasil há nove anos.

"A maioria das pessoas faz uma receita específica só para a Páscoa, que não existe o ano inteiro. Como vai ser uma produção limitada, com uma validade mais curta porque será consumido rápido, normalmente eles fazem um produto de maior qualidade", diz Arcelia.

Isso não vale, no entanto, para os ovos de marcas que produzem em mais larga escala, como a maioria daqueles que vemos nos supermercados. Estes, diz a chef, seguem a mesma receita das barras e têm validade extensa —tanto que começam a ser feitos em outubro do ano anterior.

Estudiosa do chocolate há anos, Arcelia também conta como começou a tradição de se comer e dar de presente este tipo de doce na época da Páscoa. Tudo tem início há cerca de dois séculos, quando as pessoas passam a consumir o chocolate da maneira com que conhecemos hoje, em pedaços e adocicado.

Daí, 150 anos atrás, mais ou menos, pela primeira vez o chocolate é derretido e colocado dentro de uma casquinha de ovo comum, desses de galinha mesmo, inventando assim uma tradição seguida até hoje em quase todo o mundo.

"As pessoas costumavam fazer um jejum por 40 dias antes da Páscoa, em que deixavam de comer carne e, ao final deste tempo, havia uma grande ceia. Normalmente, as famílias presenteavam todas as pessoas com um ovo cada uma, sendo que os ovos das crianças, para ficarem mais alegres, eram decorados."

Uma das coisas maravilhosas do chocolate, diz Arcelia, é que ele toma a forma de qualquer coisa que se queira. E, aos poucos, a tradição de dar um ovo de animal decorado foi evoluindo para um ovo animal esvaziado de seu conteúdo e recheado com chocolate.

No Brasil, a tradição dos ovos, lembra Arcelia, acontece pelas mãos dos imigrantes italianos, que vinham de um país em que essa forma de celebração já existia. A produção em solo nacional só começa por volta dos anos 1950.

"E outra curiosidade é que o Brasil é realmente o único lugar do mundo em que existe esse ovo de colher, recheado com brigadeiro, essas coisas todas", ri Arcelia. "Isso não existe lá fora." **MF**

DEIXA QUE EU LEIO SOZINHO
Ofereça este texto para uma criança praticar a leitura autônoma

Ovo de Páscoa recheado Divulgação

Membros da ABL. Ana Maria Machado é a quinta sentada, da esq. para a dir., e Antônio Carlos Secchin é o oitavo na mesma fileira 03.mar.2023-Tércio Teixeira/Folhapress

‘Imortais’ não têm salário, trabalham bastante e gostam do chá com amigos

Ana Maria Machado e Antônio Carlos Secchin contam bastidores da Academia Brasileira de Letras

Marcella Franco

SÃO PAULO Há épocas em que os adultos falam bastante sobre a ABL (Academia Brasileira de Letras), e algumas pessoas ficam se perguntando o que é esse lugar e por que ele é tão importante. Antes de qualquer coisa, não, a ABL não é uma academia tipo aquelas de ginástica —ela é uma instituição, com uma sede física, em que a principal função de tudo e todos é preservar a memória da literatura nacional.

Como “guardiões” desse tesouro, existem 40 pessoas, os chamadas “imortais”. E, não, os imortais não são imortais de verdade —eles vão morrer um dia, igual a todo mundo.

“Tudo morre. Se não morresse, nem tinha mais lugar no mundo para tanta gente, tanto bicho e tanta planta”, comenta Ana Maria Machado, escritora e imortal na ABL desde 2003.

“O que chamam de imortal é a obra da gente, porque somos todos escritores e os livros vivem de novo cada vez que alguém lê”, explica Ana, que já foi presidente da ABL entre 2012 e 2013. Lá na academia a presidência dura um biênio, como é chamado o período de dois anos consecutivos.

A cada vez que um imortal morre (esquisito dizer isso, mas já entendemos que é o que acontece), seu cargo —chamado de “cadeira”— fica vago. Qualquer pessoa que tenha nascido no Brasil e já publicado ao menos um livro pode se candidatar à ABL.

Mas o que será que move alguém a querer fazer parte da academia? “Os motivos são variados. Mas o desejo de convívio constante com grandes nomes da cultura do país é um grande estímulo”, acredita Antônio Carlos Secchin, poeta e crítico literário, imortal desde 2004.

O Petit Trianon, sede da ABL no Rio de Janeiro Divulgação

“Eu acho que as pessoas querem entrar por vaidade. Costumo brincar dizendo que somos 40 vaidosos, cada qual com seu tipo de vaidade, mas quem não é?”, opina Ana Maria.

“Eu sou escritora. Minha vaidade é fazer parte de uma casa de grandes escritores, fundada por Machado de Assis e Joaquim Nabuco, e da qual já fizeram parte grandes autores como Manuel Bandeira e Guimarães Rosa, João Ubaldo e Lygia Fagundes Telles.”

A ABL foi inaugurada em 20 de julho de 1897 por um grupo de escritores que incluía Machado de Assis e Olavo Bilac. Fica no Rio de Janeiro.

“Nós temos reuniões, chamadas sessões, toda quinta-feira de tarde. E às terças organizamos conferências, que são uma espécie de aula sobre livros e outros assuntos, para qualquer pessoa que queira ir”, conta Ana Maria.

“Quem mora fora do Rio vem de ônibus ou de avião. Durante a pandemia, fizemos reuniões virtuais, mas não muitas”, lembra Antônio Carlos.

Nesses encontros de quinta são servidos lanchinhos e o famoso “chá da ABL”. Ana Maria Machado diz que sua comida favorita são os sucos e as frutas que já chegam descascadas à mesa.

“Tem chá mesmo, café, suco, água, biscoitos. Tem o gosto que essas coisas têm de verdade, igualzinho ao que a gente toma em casa. Não é nada de mais”, diz. Antônio Carlos gosta do bolo de rolo.

“No chá, é hora do recreio, a gente fala o que der vontade, sem planejar nada. Não é assim que é bom conversar com os amigos? Contar casos e piadas, falar das coisas que acontecem, ouvir o que eles contam”, conta Ana Maria.

“Na sessão, falamos de coisas sérias: autores, livros, projetos para a academia desenvolver com comunidades do Rio, administração da nossa biblioteca e do nosso arquivo, publicações novas da ABL, ideias sobre o que acontece no país, projetos de exposições, comemorações de datas importantes, uso do nosso palco em apresentações musicais e teatrais, intercâmbio com outras instituições...”

Quando é dia de sessão, os imortais vão à ABL com roupas normais, mas, nas cerimônias de posse de um novo membro, o clima fica mais formal e eles vestem fardões criados a partir de um modelo francês, explica Antônio Carlos, com fios de ouro.

Por mais que fazer parte da ABL não seja um emprego como os outros, Ana Maria explica que trabalha bastante dentro da academia, escrevendo e desenvolvendo projetos. “Quando eu fui presidente, trabalhava oito horas todos os dias, era difícil ter tempo para escrever livros”, lembra.

E, embora os imortais tenham direito a um pagamento se comparecerem às sessões, o chamado “jeton”, não há salário na ABL.

“Estive dez anos na diretoria, trabalhei para caramba e nunca tive salário. Pode ser que tenha alguém que ache que tem, mas é gente mal informada. Não tem nem nunca teve”, esclarece Ana Maria.

TODO MUNDO LÊ JUNTO
Texto com este selo é indicado para ser lido por responsáveis e educadores com a criança

Ilustração do livro ‘Loba’ mostra momento do encontro entre as protagonistas Divulgação

Livro ‘Loba’ fala sobre transição das meninas para a adolescência e ensina que ‘outras’ não são rivais

TODO MUNDO LÊ JUNTO

SÃO PAULO Na história da Chapeuzinho Vermelho, a menina que aceita atravessar a estrada sozinha não tem uma boa experiência: é enganada por um lobo, vê sua avó ser engolida por ele e precisa de um caçador para resolver um problema que, ao que parece, ela mesma criou. No fim, é como se ela fosse punida por ter enfrentado o mundo lá fora.

Não que o que existe além do portão seja “bolinho”. Há perigos de todos os tamanhos. Mas o mundo, dizem os adultos, não é de todo mau.

Imagine que uma menina entediada com as limitações que seu lar impõe tenha a chance de ir lá fora sozinha, e que nessa jornada descubra não só a imensidão do mundo, como também se depare com o quanto ela própria é imensa.

E, pense também que, nessa viagem solitária, ela se depare não com um lobo, mas com uma loba, fêmea, ainda maior que ela, mas que não a engana, não a devora, não a ameaça nem a acua. A loba e a menina não são inimigas. Elas dançam.

O mundo em “Loba”, livro de Roberta Malta e Paula Schiavon, não é de todo mau porque nada nem ninguém é inteiro mau ou inteiro bom, é todo mundo uma mistura.

Na história que a escritora e a ilustradora contam, dá para entender que, ainda que as meninas cresçam sendo ensinadas que é preciso cuidado ao sair pela estrada, também é muito legal ter coragem e conquistar a independência —é essa estrada quem vai levar cada uma das meninas do mundo rumo ao destino de se tornarem mulheres.

Assim como a Chapeuzinho do livro original, a protagonista de “Loba” também está indo visitar sua avó. Ela também recebe orientações de sua mãe, sobre tomar cuidado no caminho, e também se distrai, dessa vez com uma flor.

A loba recebe a menina e, desse encontro nasce algo importante, que vai modificar a menina para sempre.

“Loba” é a história da passagem de uma menina para a adolescência; da beleza e dos desafios que crescer traz; e também de como, ao contrário do que mulheres adultas às vezes sentem, as outras lá fora não são rivais famintas, mas sim companheiras prontas para proteger e ensinar. **MF**

Loba
Roberta Malta e Paula Schiavon. Pequena Zahar, R$ 64,90 (64 pág.)

TODO MUNDO LÊ JUNTO
Texto com este selo é indicado para ser lido por responsáveis e educadores com a criança

UM ADULTO RESPONDE

SÃO PAULO Quem participa esta semana é Fernando Machado Pedrosa, médico ortopedista do grupo de coluna do Einstein. **MF**

*

Por que o braço e a perna formigam quando a gente dorme em cima?
Raul, 6 anos

As pernas e os braços têm conexões que funcionam como fios, que chamamos de feixes de nervos e de vasos, que fazem a circulação e também proporcionam a sensibilidade deles.

Quando ficamos muito tempo parados na mesma posição, apertamos estes feixes impedindo esta circulação. Isso faz com que o cérebro deixe de receber as informações de sensibilidade, e por isso temos uma dormência neles.

Por exemplo, se você fica sentado muito tempo na mesma posição em uma base muito dura, como uma cadeira de plástico, ou no chão, quando se levantar pode sentir esta dormência primeiro, e depois o formigamento, porque os feixes perderam esta circulação e sensibilidade.

Esta situação praticamente inofensiva tem o nome de “parestesia temporária”.

EstúdioFOLHA APRESENTA

ESTILO PAULISTANO

Ponte Octávio Frias de Oliveira, no Brooklin

Shutterstock

Brooklin reúne ruas arborizadas, lazer, mobilidade única, shoppings luxuosos, serviços e negócios

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Fotos Alberto Rocha/Estúdio Folha

Morumbi Shopping

VALORIZADO

Uma das áreas mais desejadas de São Paulo e próximo a eixo de negócios, Brooklin é bairro luxuoso, com boa mobilidade e oferta de comércio e serviços

O Brooklin é uma das regiões mais valorizadas de São Paulo. Em um mesmo bairro é possível encontrar ótimas opções de compra, centros de negócios, serviços de qualidade e boa mobilidade, além de áreas mais tranquilas e arborizadas.

O morador consegue suprir todas as suas necessidades sem precisar se deslocar para outras regiões.

Para compras e atividades do dia a dia, o Brooklin oferece uma ampla variedade de supermercados (como Pão de Açúcar, Extra e Mambo), padarias, pet shops, academias (Bio Ritmo e Fórmula, entre outras), lavanderias, agências bancárias e cafés.

O principal centro de compras de alto nível da região é o shopping Morumbi, um dos mais completos da cidade, com 483 lojas de marcas nacionais e internacionais.

Ali também é possível assistir a filmes e espetáculos de teatro, além de aproveitar bares e restaurantes.

O shopping Parque da Cidade, por sua vez, oferece experiências únicas com espaço para crianças brincarem, área para pets, cinema 100% VIP, além de um excelente mix de lojas.

A cerca de dez minutos de carro do Brooklin está localizado o JK Iguatemi, um dos principais centros de compras de luxo da cidade, com 180 lojas.

O Brooklin também está próximo ao eixo corporativo da avenida Chucri Zaidan, que na última década tem se desenvolvido com a chegada de novos e modernos edifícios empresariais e comerciais e atraído novas empresas.

Essa região de São Paulo ainda é reconhecida pela ótima qualidade de suas escolas.

Instituições como Vértice, Anhembi-Morumbi, Adventista do Brooklin, Curumim, Aubrick, Criem e a universidade Unip são referência em educação no país.

O Brooklin ainda permite ao morador cuidar da saúde com qualidade e sem grandes deslocamentos. No bairro e seu entorno estão localizados hospitais como Santa Paula, São Luís e Oswaldo Cruz, além de laboratórios como Fleury, A+ e Delboni Auriemo.

IR E VIR

O morador pode se deslocar tranquilamente pelas ruas arborizadas do bairro a pé ou de bike, além de contar com uma ótima mobilidade para outras áreas da cidade.

Ao lado da marginal Pinheiros, a região é servida por importantes avenidas como dos Bandeirantes, Roque Petroni Júnior, Professor Vicente Rao, Jornalista Roberto Marinho, Washington Luís e Santo Amaro, entre outras.

O aeroporto de Congonhas está localizado a poucos quilômetros de distância.

O metrô transformou as opções de deslocamento com a chegada das estações Brooklin e Campo Belo da linha 5-lilás, que faz conexão com as linhas 1-azul e 2-verde, além da estação Berrini da linha 9-esmeralda da CPTM.

As avenidas Santo Amaro, Adolfo Pinheiro, Vereador José Diniz e Professor Vicente Rao, por sua vez, possuem corredores de ônibus eficientes.

Em poucos minutos, seja qual for o modal de transporte escolhido, é possível chegar aos centros de negócios das avenidas Luís Carlos Berrini, Faria Lima e Paulista.

Uma região completa, que reflete o que há de melhor no estilo paulistano.

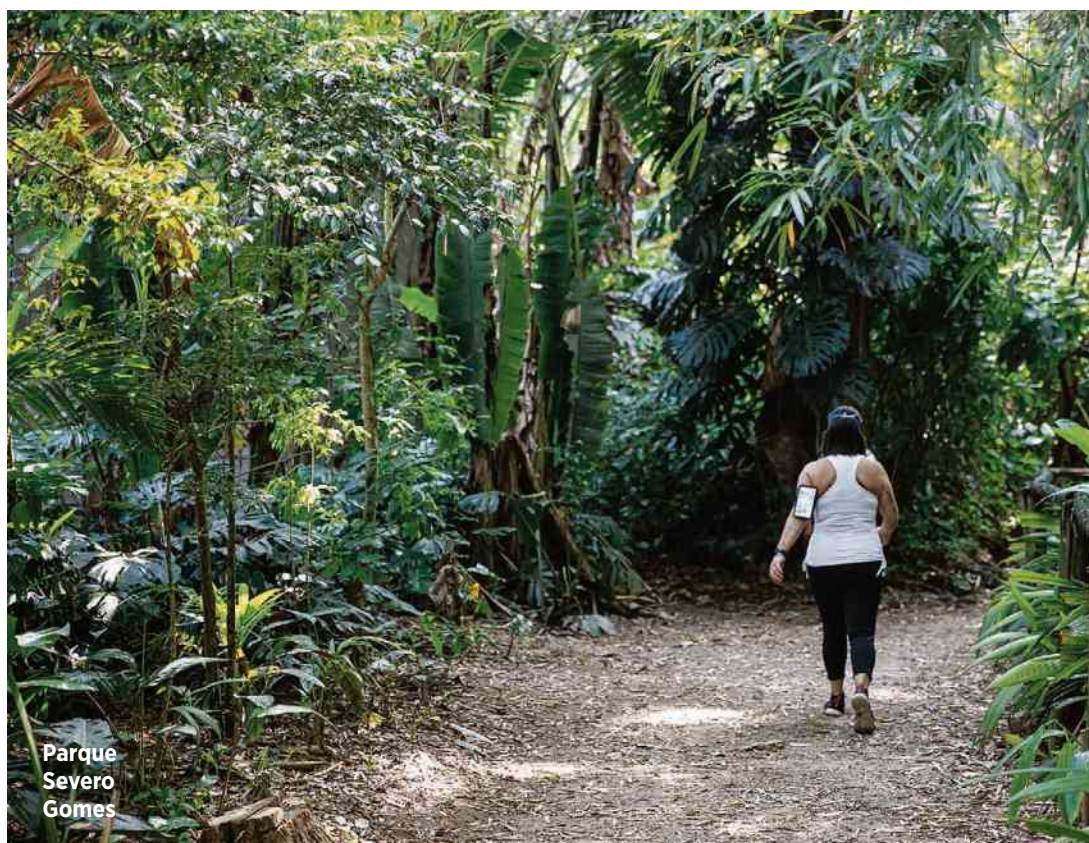
Metrô Brooklin

EstúdioFOLHA APRESENTA

DIVERSÃO PARA TODOS

Zur Alten Mühle/Divulgação

Zur Alten Mühle

Parque Severo Gomes

Alberto Rocha/Estúdio Folha

Brooklin oferece ótimos bares e restaurantes, parques e atrações culturais para toda a família

Notório pela proximidade com grandes centros de negócios e pelas compras de luxo, o Brooklin também guarda o bucolismo de ruas arborizadas e áreas verdes, respira cultura e oferece uma gastronomia vibrante.

Ao mesmo tempo em que está próximo ao eixo corporativo da avenida Chucri Zaidan, em pleno desenvolvimento com a constante chegada de novas companhias e edifícios comerciais e empresariais, o bairro é repleto de atrações de lazer para toda a família.

Alguns dos restaurantes do bairro têm a marca da culinária internacional. O Zur Alten Mühle (moinho velho, em português) é um tradicional endereço alemão, com estilo rústico marcado pela decoração em madeira. O restaurante e choperia foi fundado em 1980 e traz no cardápio pratos e petiscos alemães, como bolinhos de carne, linguiças defumadas e joelho de porco. O beef tartar é imperdível. Para acompanhar, vale provar os aguardentes germânicos steinhaeger e wacholder.

O Vicolo Nostro é um representante da cozinha italiana com suas massas, risotos, polentas, carnes e peixes. Destacam-se pratos como o pappardelle al ragu d'Anatra (massa larga, ragu de pato, pancetta e queijo de cabra maçaricado) e o tortelli di zucca (massa fresca recheada com moranga, parmesão e amaretto na manteiga de sálvia com pinoli).

A cultura do boteco está muito bem representada pelo bar Veríssimo, com cardápio inspirado na culinária espanhola e que oferece ótimos drinks, chopp, tapas e petiscos tradicionais.

O Brooklin também abriga casas como o Recanto Vegetariano, que tem horta e apiário próprios e investe em um cardápio sazonal, respeitando a qualidade e a natureza dos ingredientes.

CULTURA E NATUREZA

O Brooklin está localizado em uma região da cidade que respira música. Casas de shows como Tokio Marine Hall (antigo Tom Brasil), Teatro Alfa e Vibra São Paulo (antigo Credicard Hall), no entorno do bairro, recebem atrações musicais nacionais e internacionais, além de grandes espetáculos, como musicais e balés.

O teatro Vivo e o palco do shopping Morumbi também apresentam espetáculos e shows menores.

O Brooklin possui ruas arborizadas que convidam a passeios a pé. E também apresenta no bairro e em seu entorno parques, praças e instituições perfeitas para brincadeiras, prática de esporte e para quem quer relaxar.

A praça Sol Peres, por exemplo, tem área para caminhada e corrida, academia ao ar livre, playground e espaço para pets.

A Haruo Uoya apresenta brinquedos rústicos para as crianças explorarem suas habilidades, equipamentos de ginástica e muita sombra.

Os parques Severo Gomes tem muito verde e estrutura para crianças e práticas esportivas.

Na fronteira de Moema, o parque Ibirapuera e o parque das Bicicletas oferecem ampla estrutura para prática de esportes, além de equipamentos culturais e para crianças.

Já o Burle Marx, um dos mais charmosos da cidade, apresenta áreas verdes únicas e um jardim projetado por Burle Marx.

Às margens do rio Pinheiros, a ciclovia foi revitalizada, ganhou pontos para descanso, conserto de bikes, lanchonetes etc.

Ainda para a prática de esportes e lazer, o clube Banespa e a Sociedade Hípica Paulista oferecem diversas opções para toda a família.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Shutterstock

NAS ALTURAS

Edifícios residenciais com lazer no rooftop se tornam tendência internacional, inspirados no sucesso de bares, restaurantes e hotéis que investiram na vista da cidade como atração

Valorizar a paisagem urbana e aproveitar ao máximo o espaço para transformar a experiência de aproveitar a cidade.

Um movimento que começou com bares, restaurantes e hotéis se transformou em uma tendência internacional também para edifícios residenciais.

Em grandes centros urbanos como Londres e Nova York, levar as estruturas de lazer para o rooftop dos empreendimentos se transformou em uma forma de atrair novos moradores e criar um espaço compartilhado e exuberante de lazer.

Edifícios com estrutura de lazer em andares mais altos estão entre os mais valorizados nessas cidades.

Esses rooftops podem conter áreas para convivência e para receber convidados, além de piscina, fitness e espaços para crianças, entre outras atrações.

Essa é uma tendência que começa a se consolidar também em empreendimentos brasileiros, com as áreas comuns subindo para andares mais altos.

Estruturas de lazer no rooftop permitem que mesmo edifícios erguidos em terrenos pequenos possam proporcionar locais para diversão de toda a família.

Áreas comuns no rooftop também trazem uma série de benefícios para os moradores. Além da vista, eles podem aproveitar a luz do sol durante o dia inteiro, todos os dias do ano.

Por estar a muitos metros da rua, essas áreas também são mais tranquilas, silenciosas e arejadas.

Móveis aconchegantes e elegantes e iluminação indireta ajudam ainda a criar um clima especial para encontros noturnos.

VISTA DESLUMBRANTE

O uso dos rooftops para lazer é uma tendência já consolidada nas indústrias hoteleira, de entretenimento e gastronomia.

Cidades como Nova York, Londres e Paris, entre outras, abrigam diversos empreendimentos que apostam na vista como uma atração. Restaurantes, bares, spas e hotéis com piscina em andares altos estão entre os mais procurados por turistas e moradores.

Em São Paulo, alguns rooftops se transformaram em ícones da cidade.

O Vista Ibirapuera, por exemplo, fica no rooftop do MAC (Museu de Arte Contemporânea da USP). Com uma bela vista do parque Ibirapuera, as pessoas podem apreciar ali as delícias do chef Marcelo Corrêa Bastos, preparadas com ingredientes nacionais, temperos e apresentações únicas.

Já o Skye também oferece uma experiência única. O bar e restaurante do Hotel Unique está localizado no rooftop e tem um lounge à beira da piscina.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Shutterstock

ENDEREÇO PERFEITO

Com ampla oferta de escritórios de alto padrão, infraestrutura urbana e oferta de serviços, Chucri Zaidan se consolida como eixo de negócios vibrante

Na última década, a região da avenida Chucri Zaidan se consolidou como um novo e vibrante eixo de negócios em São Paulo. A construção de edifícios empresariais e comerciais de alto padrão tem mudado a paisagem e atraído empresas, criando um novo cenário corporativo, que gera investimentos e transforma a região.

Estão migrando para o eixo da Chucri Zaidan, na zona sul, companhias de diferentes setores como telecomunicações, farmacêutico, saúde, bens de consumo, serviços digitais, financeiro e coworking, entre outros.

Elas buscam valorizar instalações e negócios com escritórios mais novos, modernos e bem localizados.

Dados da consultoria Buildings apontam que essa área da cidade tem hoje mais de 30 edifícios empresariais de alto padrão. Um cenário mais interessante do que outros centros de negócios da cidade para quem quer investir.

A taxa de vacância da região no primeiro semestre de 2022 foi de cerca de 32%, segundo a consultoria JLL. O número é mais alto que o total da cidade –24,6%– e quase três vezes o valor do eixo da avenida Faria Lima.

Essa ampla oferta torna a Chucri Zaidan uma área ainda mais interessante para quem busca novas instalações.

Além de edifícios modernos, as empresas se beneficiam da ótima infraestrutura urbana, da mobilidade e dos serviços de hotelaria, alimentação e eventos do entorno.

É uma região que tem se transformado e não para de se desenvolver.

Nos primeiros três meses de 2022, a Chucri Zaidan registrou o segundo maior número de locações corporativas da cidade, com quase 20 mil m², ficando atrás apenas da avenida Faria Lima.

O metro quadrado na região, segundo a Newmark, está em cerca de R$ 102. Na Faria Lima, o valor é R$ 190,20 e, na avenida Paulista, R$ 130,30.

CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

A Chucri Zaidan repete um fenômeno já experimentado por outras áreas da cidade, como os eixos das avenidas Paulista e Faria Lima. Regiões que se transformaram enquanto recebiam empresas que buscavam novas áreas para seus escritórios.

Mais central e rodeada por bairros valorizados como Itaim, Jardins e Pinheiros, a região da Faria Lima é sede de empresas como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, firmando-se como centro financeiro, de instituições de investimento, bancos e de serviços digitais.

Um cenário que começou a se desenhar nos anos 1960, quando foi instalado ali o shopping Iguatemi, o primeiro de São Paulo.

A chegada do centro de compras impulsionou o interesse pela região, que passou a receber melhorias urbanas.

Ainda naquela década, a avenida hoje conhecida como Faria Lima foi alargada.

Com a valorização, as construtoras passaram a investir na verticalização da região, atraindo tanto novos moradores como empresas interessadas em usufruir da estrutura de comércio, transporte e serviços que não parava de crescer.

A Faria Lima passou a ser chamada de "Nova Paulista", em alusão à avenida que era até então o principal centro de negócios paulistano.

A Paulista começou a atrair bancos e empresas nos anos 1950, que procuravam alternativas ao centro da cidade.

A avenida foi se desenvolvendo ao longo das décadas e se transformou em um símbolo de São Paulo.

Atualmente, abriga as sedes da Fiesp, do Ciesp, do Sesi e de diversas empresas nacionais e internacionais. Além disso, é referência em compras (com lojas de rua e shoppings), lazer e cultura.

Nas décadas de 1980 e 1990, a região da Faria Lima recebeu novas intervenções urbanas, como alargamentos de vias, chegada do metrô e construção de ciclovias. Foi um novo impulso para a atração de novos serviços e comércios, além de empresas e moradores.

NA ZONA SUL

Na região da Chucri Zaidan, o maior interesse das empresas também ajudou a impulsionar transformações urbanas.

A Operação Urbana Água Espraiada, por exemplo, prolongou a avenida e executou obras viárias na marginal Pinheiros, que tornaram a mobilidade mais eficiente e ajudaram a atrair novos empreendimentos, comerciais e residenciais –no ano passado, apresentou o maior volume de lançamentos residenciais na cidade.

O desenvolvimento dessa área da cidade também pode ser visto no amplo número de shopping centers à disposição de quem mora e trabalha na região: nove.

Neste ano, a Chucri Zaidan ganhou um novo impulso com a chegada do Parque da Cidade. O complexo tem shopping, hotel cinco estrelas, parque linear, cinco torres corporativas e uma torre de salas comerciais, além de restaurantes e lojas.

Desde 2021, o mercado de escritórios de alto padrão de São Paulo tem mostrado reaquecimento após um período de incertezas gerado pela pandemia do coronavírus.

Com uma boa infraestrutura urbana, ampla oferta de serviços e edifícios modernos, a Chucri Zaidan se consolida como o endereço perfeito para empresas que buscam incrementar seus negócios.

Fotos Eztec/Divulgação

SEU ESTILO DE VIDA

Perspectiva ilustrada da piscina no rooftop do Haute

No Brooklin, região consolidada e valorizada, EZTec lança dois empreendimentos com lazer no rooftop, segurança e serviços para diferentes perfis

Em uma das mais desejadas áreas de São Paulo, a EZTec lança dois empreendimentos que irão transformar a forma de morar na cidade. Com localização privilegiada, os condomínios apresentam estruturas únicas de lazer no rooftop e serviços que facilitam o dia a dia.

Cada detalhe pensado com cuidado para proporcionar conforto, luxo e praticidade.

A poucos metros do metrô, próximos ao eixo de negócios da avenida Luís Carlos Berrini e cercados por shoppings, parques e atrações culturais, Hub e Haute chegam para conectar o morador com a cidade e com seu bem-estar.

HAUTE: CONFORTO E LUXO

Ideal para quem busca conforto, praticidade, bem-estar e exclusividade, o Haute terá apartamentos amplos, lazer e serviços para transformar a vida das famílias.

As residências terão hall social privativo, elevadores sociais com controle de acesso e plantas amplas e bem planejadas de 138 m² a 185 m², com quatro dormitórios ou quatro suítes e duas ou três vagas de garagem. Os apartamentos de 185 m² terão depósito de uso exclusivo.

Para assegurar a privacidade e a tranquilidade dos moradores, o primeiro pavimento de apartamentos estará a mais de 17 metros do nível da rua.

O lazer do Haute será espetacular e se espalhará por três pavimentos. No rooftop, a mais de 90 m de altura, o empreendimento apresentará uma tendência da arquitetura internacional: o high living.

Com ambientes panorâmicos, o morador tem a oportunidade de vivenciar experiências únicas de lazer.

No 31º pavimento, o Haute terá piscina com raia de 25 m e deck molhado, piscina infantil, sky lounge e sky bar.

No térreo, haverá uma piscina coberta com raia de 25 m, spa e sala de massagem, além de espaço fitness e salão de festas com lounge.

No terceiro pavimento, as crianças irão se divertir no playground, na brinquedoteca, na quadra e no salão de jogos.

Os moradores terão à disposição ainda o belvedere, uma área com mais de 1.000 m² para convivência e descanso.

Ali também haverá área para receber no salão de festas gourmet e na churrasqueira.

O Haute irá proporcionar ainda uma série de facilidades como carregador de carro elétrico, gerador, coworking, minimercado e bicicletário.

Existe ainda a previsão de serviços pay-per-use como barber shop, beauty care, manutenção de apartamento, envio de roupas para lavanderia e pequenos reparos, encomenda e entrega de itens de supermercado, massagem, personal trainer, serviços de limpeza e cuidado com pet.

HUB: PRATICIDADE E ESTILO

Um empreendimento ideal para quem busca praticidade sem abrir mão do conforto. O Hub apresenta plantas inteligentes, que aproveitam o melhor de cada espaço, lazer completo e serviços que facilitam o dia a dia, deixando tempo livre para quem quer aproveitar a vida.

Ideal para pessoas solteiras, casais, famílias pequenas e investidores, o Hub terá apartamentos com uma suíte ou dois dormitórios de 47 m² a 66 m² e uma vaga de garagem. Os studios terão de 25 m² a 28 m².

A piscina, no rooftop, terá vista para a cidade, e o empreendimento contará com espaço fitness.

Os moradores poderão receber amigos no salão de festas com lounge e no sky lounge bar.

O empreendimento também proporcionará uma série de serviços e comodidades como lojas no nível da rua e um minimercado interno.

Os moradores terão à disposição lavanderia, wi-fi nas áreas comuns e totem para carregamento de carro elétrico.

Entre os serviços pay-per-use previstos estão manutenção de apartamento, envio de roupas para a lavanderia e pequenos reparos, encomenda e entrega de itens de supermercado, serviços de arrumação e limpeza e pet care.

Para cuidados com o corpo e bem-estar, haverá possibilidade de manicure, cabeleireiro, maquiador, massagem e personal trainer.

Perspectiva ilustrada de voo no rooftop do Hub

PARA MORAR OU INVESTIR

OS MELHORES IMÓVEIS COM CONDIÇÕES ESPECIAIS VÁLIDAS POR TEMPO LIMITADO!

CONHEÇA O ESTILO EZTEC DE OFERECER O MELHOR NEGÓCIO.

estilo | eztec

APTOS. DE

1 A 4 DORMITÓRIOS

- **FINANCIAMENTO A PARTIR DE 7,99% A.A.***
- **PREÇOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS POR TEMPO LIMITADO.**
- **SEM BUROCRACIA.**
- **OS MELHORES IMÓVEIS EM MAIS DE 50 ENDEREÇOS.**

(*) Financiamento direto com a construtora para imóveis prontos em até 420 meses com juros de 7,99% a.a., calculado pelo Sistema SAC de Amortização + IPCA. Financiamento direto com a construtora para imóveis em construção em até 180 meses com juros de 8,99% a.a., calculado pelo Sistema SAC de Amortização + IGP. Consulte os empreendimentos participantes no regulamento no site www.eztec.com.br/estilo.

ACESSE WWW.EZTEC.COM.BR/ESTILO E CONHEÇA OS EMPREENDIMENTOS.

VISITE OS 6 MARAVILHOSOS DECORADOS E GANHE UMA CHURRASQUEIRA GRILL CADENCE.**

(**) Válida uma CHURRASQUEIRA GRILL CADENCE por visitante/grupo. Obrigatório passar pelo atendimento do corretor e fazer o preenchimento completo do cadastro. Válido para as 30 primeiras pessoas que visitarem o plantão até o dia 07/05/2023 (domingo). Necessária a apresentação deste impresso.

FOTO ILUSTRATIVA

CONHEÇA MAIS AQUI

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
AV. ROQUE PETRONI JR., 837 – BROOKLIN

WWW.EZTEC.COM.BR
3135-5126

Intermediação:

Comercialização:

CRECI: 5677-J

Realização e Construção:

Construindo qualidade de vida

Central de Atendimento Abyara Brokers: Av. Ibirapuera, 2332, Torre I - 9º andar - Moema - São Paulo (SP) - Fone: 3888-9200 - www.abyara.com.br. Diariamente até as 21h. CRECI: 20.363-J. Central de Atendimento EZTEC: R. Domingos de Morais, 2187 Torre Dubai - Sala 114 - Vila Mariana - São Paulo (SP) - Fone: 5056-8308 - Diário/24 horas - www.eztec.com.br. CRECI: 5677-J. (**) Válida uma CHURRASQUEIRA GRILL CADENCE por visitante/grupo. Obrigatório passar pelo atendimento do corretor e fazer o preenchimento completo do cadastro. Válido para as 30 primeiras pessoas que visitarem a central de atendimento até o dia 07/05/2023 (domingo). Necessária a apresentação deste impresso. Promoção não cumulativa com outras peças da campanha e com outras centrais de atendimento da EZTEC. A retirada do brinde está condicionada à apresentação de documento comprobatório de identidade, RG e CPF. Não é permitido a uma mesma pessoa retirar outro brinde nos próximos 90 dias em qualquer plantão da EZTEC. MATERIAL SUJEITO A ALTERAÇÕES. IMPRESSO EM MARÇO/2023. 90452

Tegawa

EstúdioFOLHA APRESENTA

VERDE E QUALIDADE DE VIDA

Parque Cidade de Toronto

Keiny Andrade/Estúdio Folha

Proximidade a parques, como o Cidade de Toronto, no bairro City América, promove acesso à natureza, bem-estar e valorização dos imóveis

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Keiny Andrade/Estúdio Folha

VIVA MELHOR

Morar próximo a parques proporciona contato com a natureza, acesso fácil à prática de esportes e ao lazer e valorização do imóvel

Ter uma área verde como vizinha pode ser a solução para quem procura uma vida mais saudável, agradável e divertida na cidade grande.

Ao escolher imóveis próximos a parques, os moradores conseguem acesso à prática de atividades físicas, ao lazer, ao entretenimento e ao descanso de forma fácil, tranquila e gratuita, cuidando da saúde física e mental. Além de poder usufruir de belas paisagens e de encontrar um refúgio para os momentos de descanso e contemplação.

Estudos mostram que a vida perto da natureza ajuda a reduzir problemas como ansiedade e depressão, além do risco de outras doenças cardiológicas, renais e respiratórias.

Estudos do Departamento de Saúde dos Estados Unidos mostraram que o índice de diabetes nas pessoas que moram próximo de áreas verdes é 14% mais baixo do que o da população em geral. A incidência de hipertensão é 13% menor.

Um levantamento da Escola de Saúde Pública de Harvard, nos Estados Unidos, por sua vez, revelou que morar perto de bosques, parques e jardins também está associado a uma longevidade maior.

Os parques ajudam a controlar a temperatura da região, já que as árvores e as plantas regulam a umidade, proporcionando sensação térmica mais agradável. A qualidade do ar também tende a ser melhor nessas localidades, ajudando no controle de problemas respiratórios.

Áreas verdes com boa infraestrutura são um convite a atividades físicas como caminhada, corrida, ciclismo, skate e patins, além da prática de esportes de quadra ou de campo.

A presença de playgrounds e outras estruturas planejadas para crianças também proporcionam uma alternativa saudável de lazer, ajudando no desenvolvimento físico e intelectual dos pequenos.

A proximidade de áreas verdes também é um fator importante na valorização dos imóveis. Dados do mercado imobiliário brasileiro mostram que, em média, empreendimentos localizados perto de parques podem sofrer uma valorização de até 20%. Em algumas regiões de São Paulo, o índice pode chegar a 60%.

Os parques são excelentes vizinhos e proporcionam benefícios para a saúde, para a convivência com quem mora no bairro e para quem quer investir.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Fotos Keiny Andrade/Estúdio Folha

CHARME E LAZER NO PARQUE TORONTO

Parque Cidade de Toronto

Área verde foi criada em parceria com canadenses e apresenta estruturas para o lazer e para o descanso de toda a família

Uma das áreas verdes mais charmosas da zona norte de São Paulo, o parque Cidade de Toronto oferece belas paisagens e ótimas estruturas de lazer e esportes para os moradores da região.

Fruto de uma parceria entre as cidades de São Paulo e Toronto, esse oásis apresenta aparelhos de ginástica, pista para corrida e caminhada, quadras poliesportivas, paraciclo, churrasqueira, quiosques e mesas para piqueniques, entre outras atrações.

As crianças têm à disposição um playground com brinquedos canadenses, que proporcionam diferentes desafios e níveis de estímulos para as mais variadas idades.

O parque conta com trilhas em meio às árvores e um charmoso trapiche, que leva a um passeio sobre as áreas de brejo e de várzea e sobre o lago.

O local é repleto de plantas e animais típicos desse tipo de ecossistema. Há registro de 146 espécies, incluindo insetos, peixes, répteis (como os cágados), anfíbios e mamíferos (como preá e furão). Já foram identificados 112 tipos de aves no local, entre eles frangos-d'água, martins-pescadores e garças.

A vegetação do parque Cidade de Toronto mistura Brasil e Canadá. Ali são encontradas predominantemente as espécies de áreas de brejo, mas há também um bosque com árvores e plantas que caracterizam a paisagem canadense, áreas ajardinadas e um trecho de reflorestamento com espécies nativas de mata atlântica.

O parque possui um palco e recebe shows, eventos culturais, como contação de histórias, e disputas esportivas, como provas de circuitos de corrida.

Bastante visitado por quem procura tranquilidade e sossego, o Cidade de Toronto é um oásis para os moradores da região.

EstúdioFOLHA APRESENTA

PENSADO PARA VOCÊ

Bairros planejados oferecem infraestrutura urbana, segurança e acesso a serviços e lazer, proporcionando maior qualidade de vida

Bairros planejados oferecem a oportunidade única para o morador contar com infraestrutura urbana completa, comodidades, segurança e lazer diferenciado.

Poucos empreendimentos nas grandes cidades conseguem unir todas essas características, o que os tornam ainda mais valorizados e desejados.

Esses bairros são projetados para atender a todas as necessidades dos moradores. O objetivo é que as pessoas tenham à disposição serviços, comodidades e estruturas que lhes permitam se divertir e resolver questões do dia a dia sem precisar sair do bairro.

Uma das vantagens da vida em bairros planejados é a infraestrutura urbana completa que eles oferecem, com vias planejadas para dar vazão ao trânsito local e segurança aos pedestres, sistemas de esgoto e escoamento de água da chuva e iluminação, entre outros.

A segurança também é um item que recebe atenção especial. Bairros planejados costumam ser cercados, com entradas e saídas monitoradas, além de vigilância constante.

As áreas de lazer costumam se destacar, com estruturas pensadas para crianças, jovens e adultos, proporcionando mais qualidade de vida e opções de entretenimento para toda a família.

Por estarem inseridos em terrenos amplos, esses bairros proporcionam ainda contato com o verde, com paisagismo pensado para criar ambientes de tranquilidade e contemplação, além de melhorar a qualidade do ar.

Os bairros planejados oferecem acesso facilitado a serviços. Alguns deles incluem lojas, bancos, mercados e restaurantes, entre outros.

Por conta de todas essas estruturas e pela escassez da oferta de terrenos amplos bem localizados nas grandes cidades, os bairros planejados são bastante desejados.

Além de os imóveis desses empreendimentos serem mais valorizados, eles também impactam a região em que estão inseridos, provocando transformações e atraindo novos comércios, serviços e moradores em busca de mais qualidade de vida.

EstúdioFOLHA APRESENTA

City América, Vila Leopoldina e Alto da Lapa unem excelente localização, mobilidade, tranquilidade, áreas verdes e o burburinho do comércio e do lazer de qualidade

Eztec/Divulgação

Marginal Tietê

DESTAQUE

Rodovia dos Bandeiras

Keiny Andrade/Estúdio Folha

Próximos à confluência de duas grandes rodovias com uma das principais vias de São Paulo, os bairros de City América, Vila Leopoldina e Alto da Lapa não param de se desenvolver e proporcionam qualidade de vida e comodidade aos seus moradores.

City América se destaca por suas ruas arborizadas e tranquilas e pela vizinhança privilegiada, ao lado do parque Cidade de Toronto.

O local oferece bosques com espécies da vegetação canadense, da mata atlântica e dos brejos, além de estruturas de lazer e para a prática de esportes, sendo um oásis para os moradores.

O bairro também abriga o parque São Domingos, outra bela área verde da região noroeste de São Paulo.

City América está localizado ao lado da marginal Tietê, uma das principais vias da cidade, que permite acesso a diferentes áreas. É ladeado também pelas rodovias dos Bandeirantes e Anhanguera, vias de integração da capital com o interior do estado.

A região é servida ainda pela avenida do Anastácio, que oferece serviços e comércio, além de fácil acesso a outros bairros de São Paulo.

Também às margens da marginal Tietê, Vila Leopoldina e Alto da Lapa são alguns dos bairros mais desejados e valorizados da zona oeste e oferecem vastas opções de lojas, supermercados (como Extra, Sonda, Dia, Mambo e Pão de Açúcar), bancos, padarias, clubes, restaurantes etc.

Nos últimos anos, a Vila Leopoldina passou por uma grande transformação, deixando de lado sua vocação industrial para receber cada vez mais restaurantes, bares e atrações de lazer.

O bairro tem uma cena gastronômica em ascensão, com restaurantes como o japonês Huahine Sushi, a cantina Nello's e o Rinconcito Peruano.

A Vila Leopoldina concentra ainda atrações culturais como o teatro UMC, o Centro Cultural Sesi Vila Leopoldina e o Galpão VB, com obras de arte e restaurante.

Essa área da cidade também abriga o parque Villa-Lobos e o shopping que leva o mesmo nome e é uma das principais opções de compras da região.

O Alto da Lapa, por sua vez, é uma região que mescla ruas arborizadas e elegantes com o burburinho do comércio da região.

Nos bairros vizinhos, como Água Branca e Lapa de Baixo, é possível aproveitar atrações culturais, como o MIS Experience, espaço do Museu da Imagem e do Som que usa a tecnologia para criar experiências imersivas e que mexem com todos os sentidos, e o Museu da Imaginação, um dos programas mais interessantes para crianças na cidade.

EstúdioFOLHA APRESENTAM

Fotos EZTEC/Divulgação

Perspectiva ilustrada do Tourmaline

Perspectiva ilustrada do Emerald

TRANSFORMADOR

Bairro planejado e com lazer de clube chega à região do City América

A Eztec apresenta um empreendimento que promete transformar a região de City América, próximo à Vila Leopoldina e ao Alto da Lapa. Um bairro planejado que levará verde, lazer e qualidade de vida a essa área especial da cidade.

O empreendimento terá 12 torres dispostas em dois subcondomínios independentes, com acesso por rua privativa e infraestrutura completa.

O Unique Green concentra em um só lugar o residencial e um mall de conveniências, além de áreas de lazer e convivência únicas.

Localizado próximo a importantes vias como rodovias Anhanguera e Bandeirantes com a marginal Tietê, permitindo deslocamento fácil para diversas áreas da cidade, o bairro planejado terá como vizinho o parque Cidade de Toronto, promovendo contato com a natureza a poucos metros de casa.

Dois lançamentos residenciais são destaque no bairro: o Emerald e o Tourmaline.

O Tourmaline tem apartamentos com plantas projetadas para promover o maior aproveitamento dos espaços com conforto e comodidade. Ele apresenta residências com de dois a quatro dormitórios, 69 m² a 106 m², churrasqueira na varanda e uma ou duas vagas de garagem.

As áreas comuns terão estrutura de lazer completa, como a de um clube, além de espaços para cuidados com a saúde e o bem-estar.

Entre as comodidades à disposição dos moradores estão salão de festas adulto e infantil, espaço de coworking, salão de jogos, sala de projeção de filmes, sala de lazer, ateliê para arte e trabalhos manuais, espaço mulher, espaço beleza, spa, fitness aeróbico e de musculação, playground, brinquedoteca, quadra recreativa e campo gramado.

O Tourmaline também contará com piscina com raia, piscina infantil e um bar para quem quiser relaxar à beira da água.

O Emerald, por sua vez, apresenta residências mais amplas, com quatro dormitórios, de 112 m² a 152 m², churrasqueira na varanda e duas ou três vagas de garagem.

Além das plantas confortáveis e convidativas, o residencial também oferecerá comodidades e áreas de lazer completas.

O Emerald terá espaços especiais para festas: salão de festas lounge, salão de festas gourmet e churrasqueira.

Quem gosta de se exercitar terá à disposição fitness, sala de ginástica, praça fitness e quadra de tênis.

As crianças poderão se divertir no salão de jogos, na brinquedoteca e no playground.

As atrações aquáticas incluem piscina adulto coberta e descoberta e infantil.

Os moradores contarão ainda com espaço beleza, spa descanso e pet place. Um conjunto de atrações e facilidades que irão transformar a forma de morar na região.

EstúdioFOLHA APRESENTA

um brooklin especial

Av. Eng. Luís Carlos Berrini

Shutterstock

Áreas verdes, lazer e comodidade são marca registrada de um dos melhores bairros da zona sul da cidade

Roteiro
Guia indica restaurantes, parques e pontos turísticos da região
Pág. 2

Lazer
Hípica traz clima bucólico, natureza e lazer ao bairro
Pág. 6

Ledge Brooklin
Em parceria, Exto e Tegra moldam lançamento diferenciado para o Brooklin
Pág. 7

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

para se divertir

Áreas verdes, acessibilidade, centros de cultura e de lazer são essenciais para quem quer morar bem em São Paulo. É por isso que muitos consideram perfeito viver no Brooklin: além de ser bem localizado, o bairro tem muitas opções de gastronomia e lazer. Confira no mapa ao lado alguns de seus endereços mais interessantes

1 MORUMBI SHOPPING

Com 483 lojas, é um dos mais completos de São Paulo e tem uma área exclusiva de moda, com marcas nacionais e internacionais. Referência gastronômica, reúne atrações como os restaurantes Le Vin, Zucco e Saj e o boteco Pirajá. **Av. Roque Petroni Júnior, 1.089**

2 AV. ENGENHEIRO LUÍS CARLOS BERRINI

Um dos polos econômicos mais importantes de São Paulo, a Berrini é hoje berço de startups, agências de publicidade e também reúne alguns dos escritórios mais renomados de advocacia da cidade.

Fotos Alberto Rocha/Estúdio Folha

3 HÍPICA PAULISTA

Com um complexo formado por 20 mil m2, 12 alas e 340 cavalos, a Vila Hípica é um pequeno oásis para quem deseja praticar esportes e socializar em São Paulo. **R. Quintana, 206**

Eduardo Knapp/Folhapress

4 METRÔ BROOKLIN

Inaugurada em setembro de 2017, a estação é uma boa opção para quem se desloca sem carro na cidade. A linha 5 lilás do metrô conecta a zona sul de São Paulo com outras regiões como a Chácara Klabin e Santa Cruz. **Av. Roque Petroni Júnior, 51**

EstúdioFOLHA APRESENTA

Emiliano Capozoli/Estúdio Folha

VILA OLÍMPIA
MOEMA
R. Ribeiro do Vale
BROOKLIN NOVO
Av. Ver. José Diniz
BROOKLIN
Av. Jornalista Roberto Marinho
Av. Santo Amaro
CAMPO BELO
10 13 3 15 16 9 8 19 20 7 4 6

5 PONTE ESTAIADA

Cartão postal da cidade, a Estaiada fica entre as pontes do Morumbi e Engenheiro Ari Torres, próxima às avenidas Engenheiro Luís Carlos Berrini e Nações Unidas –em meio a um dos pólos econômicos mais importantes da capital.

6 AEROPORTO DE CONGONHAS

Hub de viagens do país, o aeroporto de Congonhas oferece mais de 500 viagens por dia com diversos destinos no Brasil. **Av. Washington Luís, s/nº**

7 AV. VEREADOR JOSÉ DINIZ

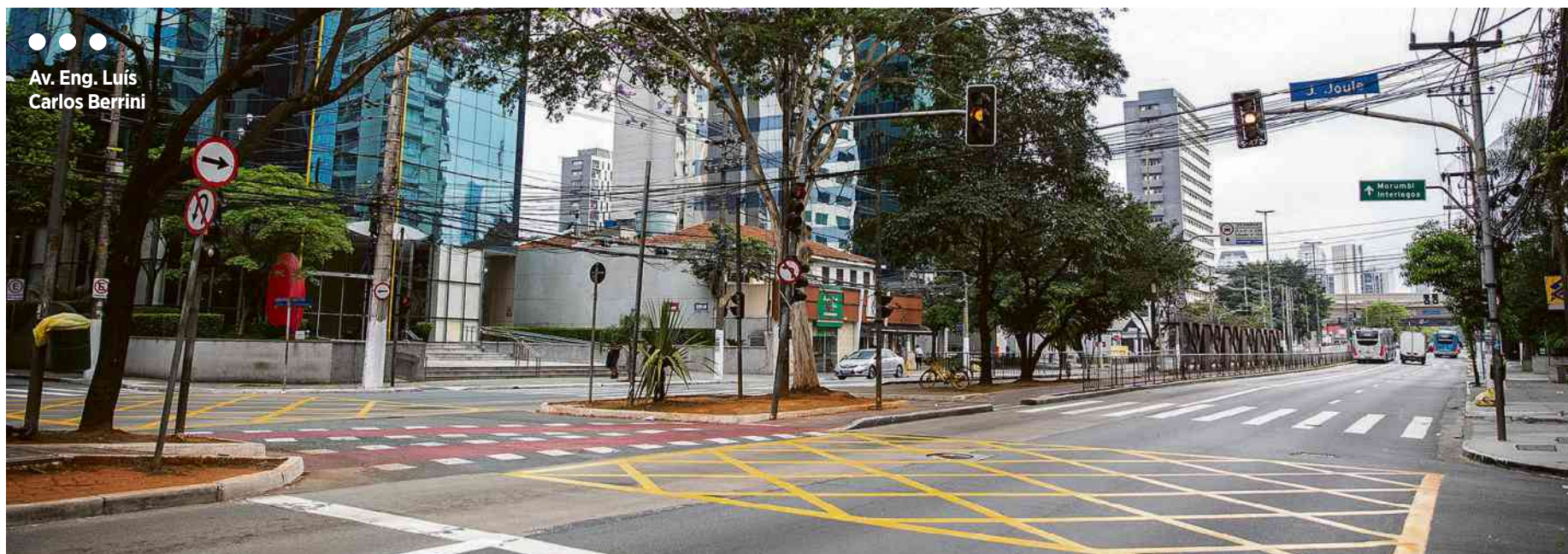
Avenida vicinal da cidade, a Vereador José Diniz reúne restaurantes, serviços e supermercados em um só lugar e liga o centro à zona sul de São Paulo.

8 PADARIA SANTA MARCELINA

Das mais tradicionais padarias da cidade, o estabelecimento é uma empresa familiar que surgiu em São Paulo nos anos 1970. Com lanches, pães e doces, o estabelecimento também entrega no IFood. **R. Vieira de Morais, 328**

Outros destaques:

9. Colégio Vértice
10. Shopping JK Iguatemi
11. D&D Shopping
12. Avenida das Nações Unidas
13. Bandeirantes
14. Marginal Pinheiros
15. Jornalista Roberto Marinho
16. Bosque Brooklin
17. Shopping Market Place
18. WTC Events Center
19. Jucalemão
20. Viccolo Nostro

Fotos Alberto Rocha/Estúdio Folha

Av. Eng. Luís Carlos Berrini

tudo muito perto e com sofisticação

Shopping JK Iguatemi

Segurança e tranquilidade para passear e se locomover garantem qualidade de vida no Brooklin em São Paulo

Morar em um bairro arborizado, perto de hospitais, serviços, instituições de ensino e centros comerciais é ideal para quem vive em São Paulo. É por isso que o Brooklin é tão valorizado.

Quer fazer compras? Os shoppings Morumbi, JK, Vila Olímpia e mesmo o Cidade Jardim estão próximos, com infinidades de lojas, cinemas e opções gastronômicas. Bom gosto e sofisticação estão presentes nos três centros comerciais.

Quer boas escolas? Não faltam opções do fundamental 1 à universidade. Trabalho? A avenida Luís Carlos Berrini é um dos principais polos financeiros da cidade e do país, além de abrigar agências de publicidade, escritórios de advocacia e muito mais. Fora o WTC e outras torres comerciais.

A mobilidade é outro ponto a favor. A Operação Urbana Água Espraiada deu um grande impulso com a construção de novas avenidas, túneis e pontes, a implantação de praças e áreas verdes e o alargamento de trechos de vias. Fora estações de trem e Metrô (linha 17-ouro, da CPTM, e linha 5-lilás, respectivamente).

Tudo isso sem deixar de lado a tranquilidade. Com ruas planas e pouca inclinação, a região é boa para um passeio de bike no fim de semana ou para uma caminhada ao ar livre sem preocupação.

Por fim, o verde. Sem contar as praças, o Bosque do Brooklin, o Clube Paineiras e a Hípica Paulista garantem lazer, prática de esporte ou apenas um espaço agradável para exercer o ócio sempre bem-vindo.

Estação Campo Belo

EstúdioFOLHA APRESENTA

Página para colorir!

um lazer diferente

Viver perto de uma área verde traz benefícios para o corpo e para a mente

Ninguém duvida: viver perto de uma área verde traz benefícios para pessoas de todas as idades, a ponto de a Organização Mundial da Saúde recomendar essa proximidade como forma de ampliar e manter a qualidade de vida. Os ganhos são para o corpo (incentivo e facilidade para a prática de mais atividades físicas) e também para a mente (verde acalma, assim como a possibilidade de amplitude de visão).

A escolha por morar no Ledge Brooklin, lançamento conjunto da Exto e da Tegra, vem com todos esses benefícios. Além de parques e praças nas proximidades, a Sociedade Hípica Paulista está a meros 500 metros e ao alcance da vista dos apartamentos.

Fundada em 1911, a Hípica compreende uma área de 20 mil m², muitos deles cobertos de área verde. Funciona como um pulmão para o bairro, garantindo ar puro e também bucólico em meio à cidade grande.

É um tradicional ponto de encontro na região do Brooklin, para quem pratica alguma atividade equestre e também para aqueles que apenas apreciam o esporte. Possui duas pistas de areia, duas de grama, três picadeiros cobertos, um complexo de adestramento com dois picadeiros e lounge com bar coberto, um campo de pólo, escola de equitação e veterinária.

Conta ainda com outras instalações, como academia, piscina aquecida e infantil, quatro quadras de tênis, quadra de beach vôlei e tênis, recreação infantil, drive range e putting green de golf. Promove encontros com um salão nobre para festas e eventos, um bar intimista com sinuca, um restaurante japonês e uma pizzaria.

Também aberta a não sócios, a escola de equitação conta com aulas de equoterapia e equitação lúdica. Os interessados podem agendar uma aula experimental de até 25 minutos para avaliar habilidades.

Todo seu entorno é também propício a caminhadas, para passeios com crianças ou cachorros ou mesmo para uma corrida. São atividades "outdoor" que estão na lista de prioridades de qualquer pessoa que preza por sua qualidade de vida.

EstúdioFOLHA APRESENTAM

Exto/Divulgação

Perspectiva ilustrada do pórtico do Ledge Brooklin

lazer com vista para o verde

Em parceria inédita, Exto e Tegra apresentam novo empreendimento no Brooklin com vista para a Hípica

Sofisticação, modernidade e infraestrutura pensada para famílias com perfis e momentos de vida distintos. Tudo isso faz parte do Ledge Brooklin, novo empreendimento das consagradas incorporadoras Exto e Tegra, que primam por uma arquitetura despojada e sofisticada ao mesmo tempo.

O projeto, a apenas 180 metros da avenida Luís Carlos Berrini e com vista para a Hípica, fica no encontro das ruas Andiroba e Caribe e a avenida Nova Independência, uma das áreas mais charmosas do bairro.

Com lifestyle rústico e chique, o empreendimento conta com opções de plantas amplas, de 70, 80 ou 122 metros quadrados, em uma única torre de 33 andares num terreno de aproximadamente 3.000 metros quadrados.

O prédio contará com lazer completo, com lounge e bar para festas, piscinas, espaço beauty, fitness center, entre outros. São três andares dedicados ao lazer, no alto da torre, com vista para o verde da Hípica, que está a apenas 500 metros, e do charmoso bairro do Brooklin.

É um lançamento ideal para pessoas que valorizam seu próprio tempo e seu lazer. Que não abrem mão do contemporâneo e valorizam a família. Que gostam de viver em uma metrópole, mas apreciam a tranquilidade de um bairro aliado às facilidades de mobilidade para o restante da cidade.

É apropriado para famílias que têm filhos jovens ou ainda crianças e também para recém-casados. É uma ótima opção também para solteiros ou para investidores interessados em um segundo imóvel.

A fachada será ativa, com quatro lojas, o que trará ainda mais comodidade aos moradores.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Roteiro
Bairro tem opções para todos os gostos e ocasiões
Pág. 4

Estação Eucaliptos

Alberto Rocha/Estúdio Folha

MOEMA PRÁTICA E MODERNA

Mobilidade, áreas verdes e lazer são pontos altos de um dos melhores bairros de São Paulo

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Fotos Keiny Andrade/Estúdio Folha

Auditório Ibirapuera

Parque Ibirapuera

VERDE E VIVO

Ruas arborizadas, passeios ao ar livre e pólos de entretenimento caracterizam o bairro de Moema e seus arredores

Não há melhor qualidade de vida do que poder frequentar um parque ao lado de casa. Seja uma caminhada, uma corrida, praticar yoga ou meditação, fazer um circuito de bike ou simplesmente ir a um piquenique no fim de semana. Esse é o lifestyle de Moema.

Berço do maior parque da América Latina, o Ibirapuera, Moema é um bairro conhecido por suas praças e áreas verdes.

Só no parque Ibirapuera são 158 hectares que incluem pistas de jogging, de ciclismo e áreas destinadas aos adeptos do skate. Além da prática de esportes, o local abriga alguns dos museus mais importantes do país como o MAC, o MAM, o Museu Afro Brasil e o pavilhão da Bienal de São Paulo. É também casa do Auditório Ibirapuera, que reúne shows e atrações gratuitas e pagas durante todo o ano.

Além do Ibirapuera, o bairro também está ao lado do parque das Bicicletas e a menos de quatro quilômetros do parque do Povo, na Vila Olímpia.

Inaugurado em 2008, o parque do Povo tem acesso à ciclovia da Marginal Pinheiros, sendo uma ótima rota para quem treina ou mesmo para quem curte um passeio despretensioso de bike.

E, falando em bicicleta, a região de Moema também é servida por ciclovias que vão desde os circuitos fechados do parque Ibirapuera, conectando-se às rotas abertas da avenida Paulista, da avenida República do Líbano, ou da Brigadeiro Faria Lima.

É uma região repleta de lazer e entretenimento, estando próxima de outros gigantes culturais da cidade como o Museu da Imagem e do Som e o Museu da Casa Brasileira, nos Jardins, e o Centro Cultural São Paulo, na Vila Mariana.

Moema também está próxima da avenida Paulista, que além de ser um pólo de entretenimento por si só aos fins de semana com as ruas fechadas para carros, é referência de museus tradicionais como o MASP, a Casa das Rosas, a FIESP e o Instituto Itaú Cultural que contam com programação tanto para adultos como para crianças.

Se a ideia for passear ao ar livre, a avenida Paulista também possui áreas abertas e atrações cenográficas como o parque Trianon e o Mirante do Sesc, que conta com um grande pátio e uma vista panorâmica para um dos maiores cartões postais da cidade.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Farabudd/Divulgação

Parrilla Caliente/Divulgação

PARA TODOS OS GOSTOS

Confira roteiro de bares e restaurantes com destaque em Moema

Sair para comer a dois, para aproveitar o fim de semana em família, ou um happy hour com amigos. Em Moema, não importa a ocasião: restaurantes, bares, botecos e lanchonetes servem a todas as idades e interesses.

FARABUDD

Com cardápio vasto, o restaurante árabe oferece esfihas, sanduíche, pratos, diversas opções de kibe e muita variedade para vegetarianos. **Al. dos Anapurus, 1253; tel.: (11) 5054-1648**

PARRILLA CALIENTE

Empanadas, inúmeros cortes de carne, panqueca de doce de leite e outros clássicos argentinos figuram no cardápio do local. **Av. Jandira, 793; tel.: (11) 5531-7112**

GRAND CRU

Ideal para uma noite a dois, o bistrô conta com uma adega diversificada com vinhos que harmonizam com as massas e assados do cardápio. **Al. dos Nhambiquaras, 614; tel.: (11) 3624-5819**

BRAZ ELETTRICA

Há pouco tempo em Moema, a Braz Elettrica oferece pizzas "neonapolitanas" com massa de longa fermentação em porções individuais. **R. Gaivota, 779**

STOP DOG

Um clássico do bairro, o restaurante serve lanches, beirutes, hambúrgueres milk-shakes e pratos generosos. Perfeito para uma tarde em família. **Av. Sabiá, 748; tel.: (11) 5051-1760**

Bruno Geraldi/Braz Elettrica/Divulgação

LA VECCHIA BOTTIGLIA

Em uma aconchegante casa na rua Tuim, o restaurante trabalha com massas, burrata, bruschetta, arancini e outros clássicos da culinária italiana. Os pratos são variados e bem servidos. **R. Tuim, 971; tel.: (11) 98569-9982**

BAR ORIGINAL

Perfeito para um happy hour entre amigos, o bar conta com comidinhas de boteco, cerveja gelada e várias opções de cachaça. **R. Graúna, 137; tel.: (11) 2299-5336**